



Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Centro de Ciências, Exatas,  
Ambientais e de Tecnologias.

Programa de Pós-Graduação-  
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

ENTRE O RURAL E O  
URBANO: o Barão de Itapura  
como agente modelador da  
cidade de Campinas, SP  
(1869-1902)

ANA BEATRIS  
FERNANDES  
MENEGALDO

ORIENTADORA:  
Prof.<sup>a</sup>. DRA. RENATA  
BAESSO PEREIRA

CAMPINAS

2019

o do Nascimento de  
oitenta e seis, aos vinte  
a cidade de Campinas, e  
onde viveu em Obediencia  
ante mim Comprehensiva  
o Passão de Thakura e  
na ca Camara Humm  
seo procurador Luis  
em virtude da delib  
ante do Corrente Mes, tra  
de, e por elle me foi di

**ANA BEATRIS FERNANDES MENEGALDO**

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> DRA. RENATA BAESSO PEREIRA

**ENTRE O RURAL E O URBANO:**

o Barão de Itapura como agente modelador da  
cidade de Campinas, SP (1869-1902)

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo, do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo.**

**Linha de Pesquisa:** História do Pensamento Urbanístico

**Grupo de Pesquisa:** História das cidades: ocupação territorial e ideários urbanos.

**Área de Concentração:** Ciências Sociais Aplicadas-  
Arquitetura e Urbanismo- Fundamentos da Arquitetura e  
Urbanismo- História da Arquitetura e Urbanismo

**JANEIRO DE 2019**

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

711.4098161 Menegaldo, Ana Beatris Fernandes.  
M541e Entre o rural e o urbano: o Barão de Itapura como agente  
modelador da cidade de Campinas, SP / Ana Beatris Fernandes  
Menegaldo.- Campinas: PUC-Campinas, 2019.  
287 f.

Orientadora: Renata Baesso Pereira.  
Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Centro de Ciências  
Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade  
Católica de Campinas, Campinas, 2019.  
Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano - Campinas (SP). 2. Urbanização -  
Campinas (SP). 3. Espaço urbano. 4. Campinas (SP) – Século XIX.  
I. Pereira, Renata Baesso. II. Pontifícia Universidade Católica de  
Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias.  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 711.4098161



**ANA BEATRIS FERNANDES MENEGALDO**

**“ENTRE O RURAL E O URBANO: O BARÃO DE  
ITAPURA COMO AGENTE MODELADOR DA CIDADE  
DE CAMPINAS, SP (1869-1902)”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

Dissertação defendida e aprovada em 25 de fevereiro de 2019 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



---

**Profa. Dra. Renata Baesso Pereira**

Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

**Profa. Dra. Ivone Salgado**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

**Profa. Dra. Ana Maria Reis de Goes Monteiro**

Universidade Estadual de Campinas

À Olívia e Líria (*in memoriam*),  
flores, que a vida me agraciou  
como avós.

Este trabalho é resultado do esforço e da boa vontade de pessoas que cruzaram meu caminho. Minha sincera gratidão a todos.

Minha profunda e respeitosa gratidão e admiração à Professora Dra. Renata Baesso Pereira, que acreditou em mim e na construção deste trabalho do primeiro ao último minuto. Pelos incentivos, pelas críticas e por sempre me estender sua mão, quando precisei. Sem sua competência, este resultado não seria alcançado.

Não menos grata sou a Professora Dra. Ivone Salgado, que acompanhou minha trajetória, e me aconselhou muito sabiamente a rumar caminhos sólidos despertando em mim, cada vez mais a identificação pela pesquisa.

A Professora Dra. Ana Góes, por aceitar o convite de compor a banca de qualificação e defesa, contribuindo com suas considerações e críticas para o aprimoramento deste trabalho.

Aos meus pais, Izilda e Paulo, por sempre priorizarem o meu estudo e aprimoramento e nunca desistirem de mim. Meu amor incondicional ainda é pouco perto que sinto. Aos meus familiares, que longe ou perto, torceram por mim me oferecendo palavras de carinho e incentivo. Em especial, minha gratidão, à Rosane e Thaís.

À Marcelo, ofereço meu amor e meu carinho, pela paciência em me ouvir falar mais do século XIX do que dos tempos atuais.

Minha admiração aos funcionários que me auxiliaram na imersão histórica que a pesquisa tanto exigiu. Em especial, Aline e Renata, funcionárias do CMU-Centro de Memória da Unicamp, que além de me auxiliarem prontamente, foram ótimas

companhias em tornar a jornada menos solitária. À Abadia, funcionária da Arquidiocese da Cúria Metropolitana de Campinas, que abriu gentilmente as portas do acervo e dedicou seus sábados a me mostrar cuidadosamente o material disponível. A Murilo Favaretto, historiador da Câmara Municipal de Campinas, por sua paciência, competência e interesse em minha pesquisa. À Regina Joselita, funcionária do Arquivo Municipal de Campinas, pelos valiosos conselhos e por todo auxílio prestado. A Emerson Ferreira, coordenador da Divisão de Infraestrutura e Espaço Físico da PUC- Campinas, por viabilizar as visitas técnicas ao Palácio Itapura. Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo e dos Cartórios de 1º e 2º ofício de Campinas o meu muito obrigada.

Aos meus amigos, em especial Carolina, que o mestrado me agraciou, e foi uma companheira e tanto nessa trajetória. Amigos são poucos, e amigos de verdade contam-se nos dedos.

Agradecimento à CAPES, pelo apoio concedido para suporte e financiamento dessa pesquisa de mestrado junto a PUC-Campinas, possibilitando dedicação integral a este trabalho. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001. This study was financed in part by by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Estou convencido de que, ao tomar conhecimento dessas confissões, inclusive os leitores que não são do ofício, experimentariam um verdadeiro prazer intelectual. **O espetáculo da busca, com seus sucessos e reveses, raramente entedia.** É o tudo pronto que espalha o gelo e o tédio.

*March Bloch, 2001, p.83*

Esta dissertação tem como objetivo contribuir para o entendimento do processo de ocupação das terras rurais e sua relação com a urbanização da cidade de Campinas-SP, ao longo do século XIX. Compreende-se, a correlação na formação dos espaços rurais e urbanos a partir de um estudo de caso, de um agente modelador da forma urbana, no caso, Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura- um representante da elite local. Analisa-se, portanto, através de um caso, as ações da aristocracia de terras, detentora da maior produção de açúcar e café, e responsável pela estruturação do espaço rural e urbano. Utiliza-se da metodologia da História Social, buscando identificar como as ações, intervenções, estratégias e medidas de interesse próprios do Barão de Itapura se articulam em Campinas e se refletem territorialmente. Analisa-se a concentração fundiária empreendida por esse agente e, a partir do recurso da espacialização, possível pela metodologia desenvolvida a partir do cruzamento de fontes primárias de naturezas distintas, compreende-se permanências e mudanças como padrões sociais no século XIX.

**PALAVRAS - CHAVE:** Formação Territorial. Espaços rurais e urbanos. Agente modelador. Barão de Itapura. Campinas-SP.

This dissertation aims to contribute to the understanding of the process of occupation of rural lands and its relation with the urbanization of the city of Campinas-SP, throughout the nineteenth century. It encompasses the correlation in the development of rural and urban developments based on a case study regarding Joaquim Policarpo Aranha, better known as the Baron of Itapura, a transformational agent of the urban space, representing the local elite. The present study analyses, using the Baron's case, the actions of the landowners' elite, holder of the largest sugar and coffee productions and responsible for structuring the rural and urban spaces. It uses the methodology of Social History, seeking to identify how the actions, interventions, strategies and measures of interest of the Baron de Itapura were articulated in Campinas and how it reflects territorially. It further analyzes the land concentration undertaken by the Baron based on the concept of spatialization, possible due to a methodology developed by cross-referencing primary sources of different natures, while understanding the stillness, along with changes, of social patterns in the nineteenth century.

**KEYWORDS:** Territorial Formation. Rural and urban spaces. Modeling agent. Baron of Itapura. Campinas-SP.

<b>FIGURA 01</b> - Chácara de Dr. Guilherme Alves da Silva, 1902.	<b>47</b>
<b>FIGURA 02</b> - Chácara de Dr. Guilherme Alves da Silva, 1902.	<b>47</b>
<b>FIGURA 03</b> - Assinaturas de Joaquim Policarpo Aranha, 1839.	<b>56</b>
<b>FIGURA 04</b> - Recorte do Mappa do Municipio de Campinas, 1929.	<b>64</b>
<b>FIGURA 05</b> - Foto de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura.	<b>67</b>
<b>FIGURA 06</b> - Hipótese de espacialização da Fazenda Chapadão.	<b>76</b>
<b>FIGURA 07</b> - Vista aérea da Fazenda Chapadão, 1939/1940.	<b>88</b>
<b>FIGURA 08</b> - Sede da antiga Chácara do Bairro do Botafogo, RJ, 2018.	<b>89</b>
<b>FIGURA 09</b> - Sede da antiga Chácara da Baronesa dos Três Serros, RS, 2018.	<b>91</b>
<b>FIGURA 10</b> - Sede da antiga Chácara do Carvalho, SP.	<b>95</b>
<b>FIGURA 11</b> - Espacialização da Chácara Itapura sobre Planta da cidade de Campinas, 1900.	<b>100</b>
<b>FIGURA 12</b> - Espacialização da propriedade da Rua do Góes com a Rua Luzitana.	<b>113</b>
<b>FIGURA 13</b> - Fotografia da Cidade de Campinas, 1930.	<b>114</b>
<b>FIGURA 14</b> - Fotografia da Cidade de Campinas, 1920.	<b>115</b>
<b>FIGURA 15</b> - Localização da propriedade da Rua do Góes e do Palácio Itapura sobre Planta da cidade de Campinas, 1900.	<b>118</b>
<b>FIGURA 16</b> - Demarcação dos quadros urbanos sobre Planta da cidade de Campinas, 1900.	<b>128</b>
<b>FIGURA 17</b> - Fotografia do Palácio Itapura, 1940.	<b>130</b>
<b>FIGURA 18</b> - Planta da Cidade de Campinas, 1878.	<b>133</b>
<b>FIGURA 19</b> - Ampliação da Planta da Cidade de Campinas, 1878.	<b>134</b>
<b>FIGURA 20</b> - Planta da Cidade de Amparo, 1878.	<b>135</b>
<b>FIGURA 21</b> - Ampliação da Planta da Cidade de Amparo, 1878.	<b>135</b>



<b>FIGURA 22</b> – Matéria sobre o Palácio Itapura, publicada no Correio Paulistano, por Benedito Octavio, 1921.	<b>145</b>
<b>FIGURA 23</b> – Identificação do mirante do Palácio Itapura.	<b>150</b>
<b>FIGURA 24</b> – Identificação do mirante do Palácio Itapura, 1991.	<b>151</b>
<b>FIGURA 25</b> – Fotografia panorâmica a partir do mirante do Palácio Itapura.	<b>152</b>
<b>FIGURA 26</b> – Planta do Palácio Itapura, Pavimento Térreo.	<b>155</b>
<b>FIGURA 27</b> – 1ª Sala de Visitas do Palácio Itapura, 1983.	<b>156</b>
<b>FIGURA 28</b> – 1ª Sala de Visitas do Palácio Itapura, 2019.	<b>157</b>
<b>FIGURA 29</b> – 2ª Sala de Visitas do Palácio Itapura, 2019.	<b>159</b>
<b>FIGURA 30</b> – Fotografia da fachada frontal do Palácio Itapura com identificação dos ambientes do primeiro pavimento através das aberturas.	<b>160</b>
<b>FIGURA 31</b> – Alcovas do Palácio Itapura, 2019.	<b>162</b>
<b>FIGURA 32</b> – Fotografia da Sala de Jantar da Residência de Paes de Barros.	<b>170</b>
<b>FIGURA 33</b> – 1ª Sala de Jantar do Palácio Itapura, 2016.	<b>171</b>
<b>FIGURA 34</b> – 1ª Sala de Jantar do Palácio Itapura, 2016 e 2019.	<b>172</b>
<b>FIGURA 35</b> – Cortineiro da 1ª Sala de Jantar do Palácio Itapura, 1983	<b>173</b>
<b>FIGURA 36</b> – 2ª Sala de Jantar do Palácio Itapura, 2019.	<b>174</b>
<b>FIGURA 37</b> – Forro da 2ª Sala de Jantar do Palácio Itapura, 2019.	<b>175</b>
<b>FIGURA 38</b> – Saguão do Palácio Itapura, 2016 e 2019.	<b>177</b>
<b>FIGURA 39</b> – Vestíbulo do Palácio Itapura, 2016 e 1983.	<b>178</b>
<b>FIGURA 40</b> – Saguão e vestíbulo do Palácio Itapura, 2008.	<b>179</b>
<b>FIGURA 41</b> – Ante-Sala do Palácio Itapura, 2019.	<b>180</b>
<b>FIGURA 42</b> – Quarto de Dormir do Palácio Itapura, 2008.	<b>181</b>
<b>FIGURA 43</b> – Quarto de Dormir do Palácio Itapura, 2016 e 2019.	<b>182</b>
<b>FIGURA 44</b> – Varanda do Palácio Itapura, 1983 e 2019.	<b>186</b>
<b>FIGURA 45</b> – Varanda do Palácio Itapura, 2016 e 2019.	<b>188</b>
<b>FIGURA 46</b> – Jardim interno e varanda do Palácio Itapura, 2008.	<b>189</b>
<b>FIGURA 47</b> – Alpendre do Palácio Itapura, 1983.	<b>191</b>

<b>FIGURA 48</b>	<b>- Pinturas no abrigo alpendre do Palácio Itapura, 2016.</b>	<b>191</b>
<b>FIGURA 49</b>	<b>- Planta do Palácio Itapura, pavimento superior.</b>	<b>196</b>
<b>FIGURA 50</b>	<b>- Fotografia da fachada frontal do Palácio Itapura com identificação dos ambientes do pavimento superior através das aberturas.</b>	<b>198</b>
<b>FIGURA 51</b>	<b>- Planta do 1º pavimento para reforma do Palácio Itapura, 1938.</b>	<b>199</b>
<b>FIGURA 52</b>	<b>- Ampliação da planta do 1º pavimento para reforma do Palácio Itapura, 1938.</b>	<b>200</b>
<b>FIGURA 53</b>	<b>- Fotografia da fachada frontal do Palácio Itapura, antes e depois da reforma.</b>	<b>200</b>
<b>FIGURA 54</b>	<b>- Ampliação da planta do 1º pavimento para reforma do Palácio Itapura, 1938.</b>	<b>201</b>
<b>FIGURA 55</b>	<b>- Fotografias saguão do pavimento superior, 2019.</b>	<b>202</b>
<b>FIGURA 56</b>	<b>- Quarto/ 2ª Sala de Jantar do Palácio Itapura, 2019.</b>	<b>205</b>
<b>FIGURA 57</b>	<b>- 1º Quarto do Palácio Itapura, 2019.</b>	<b>206</b>
<b>FIGURA 58</b>	<b>- 2º Quarto do Palácio Itapura, 2019.</b>	<b>208</b>
<b>FIGURA 59</b>	<b>- Circulação vertical do Palácio Itapura, 2019</b>	<b>209</b>
<b>FIGURA 60</b>	<b>- Planta do Palácio Itapura, Rés-do-chão.</b>	<b>210</b>
<b>FIGURA 61</b>	<b>- Planta do porão reforma do Palácio Itapura, 1938.</b>	<b>214</b>
<b>FIGURA 62</b>	<b>- Fotografia do local onde se situava a antiga escada caracol do Palácio Itapura, 2019.</b>	<b>215</b>
<b>FIGURA 63</b>	<b>- Fotografia do portão do Palácio Itapura, 1966.</b>	<b>222</b>
<b>FIGURA 64</b>	<b>- Fotografia do jardim lateral do Palácio Itapura, 1966.</b>	<b>223</b>
<b>FIGURA 65</b>	<b>- Fotografia do jardim lateral do Palácio Itapura, 1966.</b>	<b>224</b>
<b>FIGURA 66</b>	<b>- I quadro evolutivo Urbano da Chácara Itapura.</b>	<b>233</b>
<b>FIGURA 67</b>	<b>- Fotografia da cidade de Campinas, 1936.</b>	<b>235</b>
<b>FIGURA 68</b>	<b>- Mapa de Campinas, 1900 com as linhas de bonde.</b>	<b>241</b>
<b>FIGURA 69</b>	<b>- Fotografia aérea da cidade de Campinas, 1939/1940.</b>	<b>243</b>
<b>FIGURA 70</b>	<b>- Fotografia da Estação Guanabara, início do século XX.</b>	<b>249</b>

<b>FIGURA 71</b>	- Fotografia da Estação Guanabara, início do século XX.	<b>251</b>
<b>FIGURA 72</b>	- Fotografia da Av. Barão de Itapura , 1915/1916.	<b>255</b>
<b>FIGURA 73</b>	- Fotografia da Av. Barão de Itapura , 1915/1916.	<b>257</b>
<b>FIGURA 74</b>	- Fotografia do cruzamento entre as Av. Barão de Itapura e a antiga Rua Santa Cruz (atual Av. Brasil).	<b>260</b>
<b>FIGURA 75</b>	- Fotografia da Retificação do Canal do Saneamento.	<b>263</b>
<b>FIGURA 76</b>	- Medidas de urbanização para a Vila Itapura a partir da Planta da cidade de Campinas de 1900.	<b>265</b>
<b>FIGURA 77</b>	- Plano de Divisão de Lotes para a Villa Itapura, 1924.	<b>268</b>
<b>FIGURA 78</b>	- Fotografia da Rua Barão de Jaguará.	<b>270</b>
<b>FIGURA 79</b>	- Fotografia da Av. Brasil (antiga rua Santa Cruz) contemplando o Canal do Saneamento.	<b>271</b>
<b>FIGURA 80</b>	- II Quadro Evolutivo Urbano da Chácara Itapura.	<b>273</b>
<b>FIGURA 81</b>	- Fotografia Panorâmica da cidade de Campinas, 1920.	<b>274</b>

<b>QUADRO 01</b> - Levantamento a partir dos Recenseamentos para a Vila de São Carlos.	<b>51</b>
<b>QUADRO 02</b> - Propriedades rurais de Joaquim Policarpo Aranha.	<b>61</b>
<b>QUADRO 03</b> - Tributação do café sobre produção da Fazenda Chapadão, 1893-1903.	<b>80</b>
<b>QUADRO 04</b> - Propriedade de Joaquim Policarpo Aranha situada na Rua do Góes.	<b>110</b>
<b>QUADRO 05</b> - Levantamento dos ambientes do Palácio Itapura- Pavimento Térreo.	<b>153</b>
<b>QUADRO 06</b> - Levantamento dos ambientes do Palácio Itapura- Pavimento Superior.	<b>195</b>
<b>QUADRO 07</b> - Cronologia de Urbanização da Chácara Itapura, 1869-1924.	<b>234</b>

**A P E S P** - Arquivo Público do Estado de São Paulo

**C M U** - Centro de Memória da Unicamp

**C O N D E P A C C** - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas

**C O N D E P H A A T** - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

**I A B** - Institutos de Arquitetos do Brasil de Campinas

**I A C** - Instituto Agrônomo de Campinas

**I B G E** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**I G C** - Instituto Geográfico e Cartográfico

**P M C** - Prefeitura Municipal de Campinas

**S A C O P** - Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo

**S A N A S A** - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento

**S E P L A M A** - Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura de Campinas

**U N I C A M P** - Universidade Estadual de Campinas

| CAPÍTULO 01 | p.40

---

CAMPINAS NO SÉCULO XIX E O BARÃO DE ITAPURA.

- 1.1 CAMPINAS NO SÉCULO XIX. p.41  
1.2 JOAQUIM POLICARPO ARANHA:  
O Barão de Itapura. p.49

| CAPÍTULO 02 | p.72

---

AS PROPRIEDADES DO BARÃO DE ITAPURA.

- 2.1 A FAZENDA CHAPADÃO: p.73  
origem da propriedade rural.  
2.2 A TIPOLOGIA DE CHÁCARA NO SÉCULO XIX. p.85  
2.3 A CHÁCARA ITAPURA: p.97  
sua origem e delimitação espacial.

| CAPÍTULO 03 | p.106

---

O MORAR ENQUANTO REPRESENTATIVIDADE E EXPRESSÃO.

- 3.1 AS RESIDÊNCIAS DO BARÃO DE ITAPURA. p.107  
3.2 A CASA DA RUA DO GOES. p.109  
3.3 MUDANÇAS NO MODO DE MORAR: p.116  
a localização da Chácara Itapura.  
3.4 PALÁCIO ITAPURA: p.129  
uma questão de nomenclatura.  
3.5 LUIGI PUCCI: p.132  
o construtor do Palácio Itapura.  
3.6 PALÁCIO ITAPURA: p.143  
metodologia para reconstituição  
de seu programa de necessidades.

3.7	PRIMEIRO PAVIMENTO: O andar nobre.	p.153
3.7.1	AS SALAS DE VISITAS: símbolos do retrato social.	p.156
3.7.2	AS ALCOVAS: O vestígio colonial.	p.161
3.7.3	- 1ª SALA DE JANTAR: encontros e festividades.	p.165
3.7.4	- 2ª SALA DE JANTAR: uso familiar.	p.174
3.7.5	SAGUÃO, VESTÍBULO, ANTE-SALA E SALA PEQUENA: espaços de distribuição.	p.177
3.7.6	QUARTOS DE DORMIR: intimidade e reclusão.	p.182
3.7.7	A VARANDA ABERTA: integração à sala de jantar e convite ao jardim interno.	p.186
3.7.8	O ALPENDRE COBERTO: circulação e passagem.	p.190
3.8	PAVIMENTO SUPERIOR: O andar familiar.	p.195
3.8.1	A SALA DA FRENTE E AS VARANDAS NOBRES.	p.197
3.8.2	AS SALAS DE JANTAR: encontros e momentos familiares.	p.204
3.8.3	QUARTOS: aposentos dos Barões.	p.206
3.8.4	CORREDORES E PASSAGENS: distribuição dos fluxos	p.208
3.9	PAVIMENTO TÉRREO: rés- do -chão.	p.210
3.9.1	PORÃO: a acomodação dos escravos e criados.	p.211

3.9.2 ESCRAVOS E CRIADOS: o funcionamento do Palácio Itapura.	p.216
3.9.3 OS JARDINS embelezamento e contemplação.	p.221

---

**| CAPÍTULO 04 |** **p.226**

---

**TRANSFORMAÇÃO DE TERRAS RURAIS EM TECIDO URBANO:  
ITAPURA- DE CHÁCARA À BAIRRO.**

4.1 O BARÃO DE ITAPURA COMO AGENTE MODELADOR DA FORMA URBANA.	p.227
4.2 MEDIDAS DE URBANIZAÇÃO PARA A CHÁCARA ITAPURA.	p.232
4.2.1 IMPLANTAÇÃO DO GASÔMETRO.	p.233
4.2.2 A RUA DONA LIBÂNIA E A COMPANHIA CAMPINEIRA DE CARRIS DE FERRO.	p.238
4.2.3 ESTAÇÃO AGRONÔMICA DE CAMPINAS.	p.242
4.2.4 A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO E A ESTAÇÃO GUANABARA.	p.245
4.2.5 A AVENIDA BARÃO DE ITAPURA E O PROLONGAMENTO DE OUTRAS VIAS.	p.252
4.2.6 RETIFICAÇÃO DO CANAL DO SANEAMENTO.	p.261
4.2.7 A VILA ITAPURA.	p.266

---

**| CONSIDERAÇÕES FINAIS |** **p.275**

---

---

**| BIBLIOGRAFIA |** **p.278**

---



As premissas que regeram esse trabalho foram, sem dúvida, a afeição sobre o objeto de estudo analisado e a curiosidade sobre a história da conformação territorial da cidade de Campinas, no século XIX. Certamente, a aventura da pesquisa histórica, a partir da ótica arquitetônica e urbanística foi desafiadora. Entretanto, o processo de amadurecimento durante a definição do objeto de estudo vivenciado, foi estimulante, levando à intensa dedicação e apego ao trabalho.

Em diversas etapas do processo investigativo, a busca por respostas em documentos, sistematizaram a narrativa de um fragmento territorial da cidade de Campinas, incitando a analogia à produção de uma colcha de retalhos, onde a história se constitui a partir de fragmentos do passado, unidos por diversas narrativas possíveis. Nesse sentido, essa pesquisa se distancia do objetivo de finalizar uma questão, e se estrutura no sentido de ampliar discussões teóricas e metodológicas referentes a formação territorial da cidade de Campinas e de jogar luz sobre alguns agentes envolvidos nesse processo.

A presente dissertação de mestrado pretende contribuir, portanto, para o entendimento do processo de ocupação das terras rurais e sua relação com a urbanização de Campinas-SP, no século XIX. Com o objetivo de compreender a relação mútua na constituição dos espaços rurais e urbanos, utiliza-se do estudo de caso como método de pesquisa.

Aplicam-se métodos da História Social<sup>1</sup>, identificando Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, como agente modelador da forma urbana, por meio de intervenções e

---

<sup>1</sup> A fundamentação através dos princípios da História Social, partem da rica fusão que a interdisciplinaridade com as Ciências Sociais permite, alargando as investigações e as possibilidades de objetos de estudo.

medidas de interesse próprio articuladas com intervenções na infraestrutura da cidade de Campinas<sup>2</sup>.

A pesquisa se desenvolve a partir dos métodos da História Social no sentido de discutir o papel de um agente integrante da elite dominante do século XIX, na conformação do espaço rural e urbano de Campinas, SP. Não se trata, contudo, de empreender um estudo biográfico, mas sim uma revisão historiográfica, reinterpretando fatos, abordagens e documentação primária, com o objetivo de entender as estratégias de um representante da elite local na manutenção e ampliação do patrimônio fundiário e seu papel como agente modelador do espaço urbano. Como método investigativo, recorre-se a pesquisa documental<sup>3</sup>, realizada a partir de documentos primários de naturezas distintas e pertencentes a fundos documentais diversos.

O trabalho se alinha com as abordagens de Bernard Lepetit pois apresenta a trajetória do Barão de Itapura a partir da perspectiva da “ação na situação”, ou seja, analisa suas ações individuais e o seu percurso biográfico micro-histórico em vez de optar por generalizações de classe (Salgueiro, 2001, p.12). O trabalho parte, portanto, da análise geral de como era Campinas no século XIX e das ações da aristocracia de terras que dominava a produção do açúcar e do café no seu território para aprofundar a análise de um agente em particular e seus projetos que foram responsáveis por estruturar o espaço rural e urbano.

No esforço de caracterizar Joaquim Policarpo Aranha como agente modelador do espaço urbano de Campinas no século XIX, além da análise da concentração fundiária empreendida por ele, busca-se compreender sua atuação em processos ligados à formação

---

<sup>2</sup> A partir de LE GOFF (2016, p.13): Uma explicação eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica, mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador aprende mediante outros documentos e métodos [...]. E toda história deve ser uma história social.

<sup>3</sup> De acordo com Gil (2002, p.45) a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

do espaço urbano de Campinas como, por exemplo, a abertura de estradas e ferrovias que passavam por suas fazendas e que constituíram eixos de expansão urbana, ou a aquisição e parcelamento de sua chácara, que deu origem a equipamentos como a estação da Cia. Mogiana e Funilense de estradas de Ferro, a sede do Instituto Agrônomo e a diversos bairros, como a Vila Itapura e o Jardim Guanabara.

A tipologia de chácara localizada nas bordas do perímetro urbano de Campinas é recorrente, na segunda metade do século XIX, como forma de residência de fazendeiros abastados. A análise da adição e transformação de uma área periurbana em tecido urbano tem por objetivo reconstituir a história de parte da forma urbana de Campinas, identificando os processos e agentes envolvidos.

Busca-se, neste trabalho, analisar fenômenos de transformação rural e urbana, ocorridos no município de Campinas ao longo do século XIX. Desse modo, o entendimento de distintas fontes de investigação é necessário, enxergando-as como evidências que permitem levantar questões sobre o objeto de estudo.

O contato com fontes primárias de naturezas diversas levou a reflexões referentes aos acervos, ao acesso à documentação e, à interpretação da mesma. Os dados extraídos das fontes primárias, associados a análise das obras de distintos autores, permitiu que este trabalho buscasse autonomia, criando a percepção da história apreendida pelo viés arquitetônico e urbanístico, a partir de uma análise de longa duração.

Essas análises explicam permanências e mudanças, sendo entendidas como padrões nos costumes sociais identificados no século XIX. Nesse sentido, a leitura de uma bibliografia que se debruçou sobre esse universo explicou como essas permanências e mudanças interferem nos costumes da sociedade, na formação territorial e urbana.

O recorte temporal que abarca este trabalho se inicia em 1869 avançando até 1902. A primeira data corresponde ao ano em que Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, compra a Fazenda Chapadão conjunta à Chácara Itapura. Já, 1902, refere-se a data de falecimento do Barão de Itapura e da abertura de seu Inventário *post mortem*, fonte primordial na estrutura desta pesquisa.

Ressalta-se que durante o amadurecimento deste trabalho, seu recorte sofreu recorrentes mudanças, sendo definido através de séries documentais relevantes na construção da narrativa historiográfica. Dessa forma, em distintos momentos fez-se necessário analisar dados referentes às datas posteriores e anteriores ao recorte, a fim de embasar os argumentos construídos.

Este trabalho de dissertação se estrutura a partir de quatro capítulos. Dessa maneira, o primeiro capítulo aborda uma análise da cidade de Campinas, remetendo a aspectos de sua origem até o início do século XX. A ênfase se dá, primordialmente ao século XIX, na conformação territorial, no enriquecimento e acúmulo de capital por meio da transição da base produtora de açúcar, e depois de café. O entendimento dessa base econômica abre o viés de análise para descortinar quem são os agentes propulsores desse acúmulo de riqueza. Essa riqueza, justifica a sedimentação de um estrato social, na cidade de Campinas, que abrange famílias detentoras de grandes fortunas. Os interesses, dessa elite, em deter poder, se destacando socialmente, refletem e delineiam novas estruturas fundiárias.

No mesmo capítulo, desenvolve-se uma análise biográfica de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, agente ligado ao estudo de caso realizado. Essa biografia não

objetiva reapresentar de forma laudatória a narrativa de memorialistas e cronistas da cidade de Campinas, mas sim de caracterizar esse agente e sua atuação: Atentando para estratégias familiares de composição e ampliação do patrimônio, para seu comportamento dentro de um grupo social, e, principalmente em como suas ações se refletem no território e no espaço urbano.

O capítulo apresenta as relações de parentesco e casamento da família de Joaquim Policarpo Aranha, a fim de compreender as estratégias de concentração de renda e de sucessão monolítica da herança, construídas através de matrimônios entre familiares como mecanismos para manter a hegemonia política de controle do poder local e do seu patrimônio econômico, sobretudo o patrimônio fundiário. Estes artifícios, que permitiam que as ricas famílias de Campinas legassem seus bens para gerações posteriores, são objeto de investigação nesta primeira parte do trabalho.

No segundo capítulo abordam-se algumas das propriedades de Joaquim Policarpo Aranha. Destaca-se a análise da propriedade rural, denominada fazenda Chapadão. Discute-se, portanto, aspectos desde a origem da propriedade, em como essa é comprada por Joaquim Policarpo Aranha, e elabora-se uma hipótese de espacialização da extensão da fazenda a partir da descrição do Registro Paroquial de Terras de 1855, e da constatação dos limites da Chácara Itapura.

A partir dessa constatação aborda-se, na discussão, o conceito fundiário de chácara, em um panorama mais amplo, buscando consolidar as suas características. Por fim, avança-se no estudo de caso da Chácara Itapura, trazendo sua espacialização e suas descrições extraídas das fontes documentais consultadas. Elucida-se, a importância, dessa propriedade e suas peculiaridades como espelho do comportamento e das ações da família do Barão de Itapura e de um grupo social.

O terceiro capítulo, avança na questão do morar de Joaquim Policarpo Aranha e sua família, enquanto forma de representatividade social e expressão de poder. Identifica-se a casa urbana em que Joaquim Policarpo Aranha e sua esposa, Libânia de Souza Aranha, moravam antes da construção do Palácio Itapura. Espacializa-se, portanto, essa residência, buscando analisar sua implantação, e o contexto de sua produção e sua substituição pelo Palácio Itapura, a residência suntuosa da família implantada em uma Chácara junto a um dos limites do perímetro urbano de Campinas no final do século XIX. Constrói-se, na sequência, uma hipótese do programa de necessidades da casa senhorial e sua distribuição original.

O quarto capítulo analisa as transformações da chácara Itapura, desde seus primórdios como parte do espaço rural de Campinas até sua conversão em parte do tecido urbano. A análise da transformação de uma estrutura rural em estrutura urbana tem por objetivo reconstituir a história da forma urbana de parte de Campinas, identificando os períodos morfológicos que são representativos da evolução do bairro Vila Itapura. Elucidam-se processos que se aplicaram em outras partes da cidade de Campinas e que constituíram um modo recorrente de construir a cidade nas primeiras décadas do século XX.

A análise evolutiva do tecido urbano, do caso de estudo, parte da identificação do conjunto de elementos primários que fazem parte de sua origem, bem como da identificação de elementos que se sobrepõe a estas pré-existências, como o traçado viário e o parcelamento dos quarteirões. Confrontam-se fontes de natureza primária como cartografias históricas, planos e propostas para os bairros, documentos cadastrais de terra, inventários, legislações e regulações fundiárias no sentido de elucidar a transformação das terras rurais em espaço urbano.

A pesquisa pretende contribuir para o entendimento do processo de ocupação das terras rurais e sua relação com a urbanização de Campinas no século XIX. No esforço de compreender a relação mútua na constituição dos territórios rurais e urbanos, utiliza-se o estudo de caso, como processo da pesquisa e, aplica-se tal método sobre o estudo dos engenhos, fazendas e propriedades urbanas de Joaquim Policarpo Aranha, buscando levantar, espacializar e compreender a dimensão fundiária desse conjunto, entendendo a importância dessa figura como agente modelador do espaço de Campinas no século XIX.

A expressão “agentes modeladores do espaço urbano” é utilizada por Vasconcelos (2009) para designar o papel do Estado e da Igreja na produção do espaço dos núcleos urbanos do período colonial. O autor também classifica como agentes sociais que intervêm na forma urbana, os proprietários rurais, pois estes tinham propriedades urbanas, na forma de terrenos, chácaras e palácios, onde viviam parte do ano com suas famílias. Além de intervirem no mercado de terras e na forma dos núcleos urbanos, também eram membros das ordens leigas de maior prestígio e foram importantes doadores de legados a igrejas e ordens religiosas (Vasconcelos, In: Souza & Ribeiro, 2009 p.20-1).

Na presente pesquisa o conceito de “agente modelador da forma urbana” será usado para esclarecer o papel da aristocracia de terras de Campinas e região, que interviu de forma significativa no território e no espaço urbano. A produção dos engenhos e, posteriormente, das fazendas de café, bem como a inserção social e política de seus proprietários, concentrou capitais, terras e poder na mão de poucas famílias. As melhorias na cidade e seu desenvolvimento foram determinados pelos interesses desses agentes locais, que sempre direcionavam investimentos para agregar valor a suas terras, na fusão

de uma economia agrária com uma economia urbana e capitalista. (SANTOS, 2002, p.164).

Ao tratar justamente do comportamento dessa elite agrária, que se consolida no Oeste Paulista<sup>4</sup>, e mais precisamente do que se dá, a partir de 1842, em cidades como Campinas, Bacellar descreve esse perfil de agente:

[...]passam não somente a se julgar diferenciados, ‘melhores’, mas também a tentar provar isto. Constroem casas maiores, mais imponentes, com materiais relativamente mais refinados. Elaboram extensas genealogias. Alteram a forma de seus testamentos, [...] e encorpendo, como sinal de enriquecimento, a descrição e destinação de seus bens. Cobiçam os títulos e patentes [...] (BACELLAR, 1997 p.178).

A obra de Carlos Bacellar (1997): “Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista,1765-1855”, é uma referência bibliográfica a partir da qual a presente pesquisa se estrutura. Nessa obra, o autor busca: Encontrar os mecanismos da formação das grandes fortunas paulistas, os padrões da constituição e da composição da família dos grandes proprietários e as estratégias usadas para não dividir a terra principal do engenho entre seus filhos (Bacellar,1997 p.11).

Além de auxiliar na compreensão minuciosa das estratégias das famílias detentoras de grandes fortunas paulistas, estratégias estas que podem ser aplicadas ao estudo de caso de Joaquim Policarpo Aranha de Camargo, enquanto senhor de propriedades rurais e urbanas; o método construído por Bacellar aponta para o valor de documentos primários, como listas nominativas e registros de terras que, quando analisados em conjunto, permitem identificar os recursos e bens de raiz<sup>5</sup> que consolidavam o sucesso da fortuna de famílias abastadas.

---

<sup>4</sup> O Oeste Paulista é uma expressão utilizada por autores como Carlos Bacellar (p.16) para designar a região do Estado de São Paulo no qual durante o século XIX observou-se a principal concentração e produção de fazendas cafeeiras.

<sup>5</sup> Expressão utilizada nos inventários, para abrir a descrição detalhada das propriedades do inventariado.



As obras de Salvador de Moya (1941), “Anuario Genealógico Brasileiro” e de Luiz Gonzaga da Silva Leme, (1903), “Genealogia Paulistana” também contribuem para a definição do perfil dessa elite ascendente, enfatizando os meios de manutenção e consolidação dessas fortunas, e destacando a figura de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura.

Longe de ter a intenção de reproduzir a natureza laudatória desses estudos genealógicos, recorre-se a essas obras como guias preliminares no sentido de compreender as construções genealógicas da aristocracia de terras nos séculos XVIII e XIX, particularmente da “teia clânica” da família Souza Aranha<sup>6</sup>, elucidando as estratégias econômicas existentes por trás desses laços familiares<sup>7</sup>.

A obras do historiador Celso Maria de Mello Pupo “Campinas, Município no Império” (1983) e “Campinas, seu berço e juventude” (1969) apresentam um inventário dos engenhos de açúcar, das fazendas de café e das casas senhoriais da segunda metade do século XVIII até o final do século XIX. O esforço de Pupo em inventariá-los é uma contribuição pioneira para os estudos sobre Campinas e auxilia na identificação preliminar e localização dos bens classificados como urbanos e rurais de Joaquim Policarpo Aranha.

Antes de se entrar de fato no estudo de caso, de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, constatou-se a necessidade de se entender o contexto da cidade de Campinas, no século XIX. Autores como Luiz Claudio Bittencourt, com sua obra “Riscando a Cidade” (2009), Duílio Battistoni Filho em “Alguns aspectos da arquitetura

---

<sup>6</sup> Família Souza Aranha, se referindo ao núcleo genealógico direto de Joaquim Policarpo Aranha de Camargo e Libânia de Souza Aranha.

<sup>7</sup> O artigo de Paulo Eduardo Teixeira, “O Compadrio entre as famílias da elite campineira: 1774-1854”, apontou questões significativas sobre as relações familiares especificamente da família Souza Aranha.

urbana em Campinas” (2002), foram fundamentais para compreender certas resistências e permanências atuais que ecoam o passado<sup>8</sup>.

Uma obra que também teve papel fundamental na construção deste trabalho, é o livro de José Roberto do Amaral Lapa, “A Cidade: Os cantos e os Antros: Campinas: 1850-1900” (1995). Nela, Lapa estabelece seu recorte temporal de estudo, e se aprofunda em processar as transfigurações sofridas pela cidade de Campinas. O autor enfatiza que não é possível o pleno entendimento desse período, sem caracterizar os atores e personagens que nela habitam:

[...] este livro procura surpreender a cidade no momento em que ela recebe o primeiro sopro de modernidade, que se iniciou timidamente na virada da metade do século (XIX), quando Campinas, vinda de uma ordem social colonial escravista, ingressa numa ordem social senhorial, também escravista, até que, na década de 70 do século XIX, acelera o processo de sua modernização, marcando nova mudança para uma ordem social capitalista e burguesa. (LAPA, 1995, p.12)

Através da leitura cuidadosa da obra do autor, a perspectiva deste trabalho rumou no sentido de compreender o processo de industrialização rápido e intenso sofrido na cidade de Campinas, ao final do século XIX, e seus reflexos sociais e territoriais.

Lapa, esclarece a partir de sua narrativa, que a industrialização a partir da pungência do café, implicou em capitalizar os fazendeiros, fazendo com que o mercado de atuação se volte para a cidade e não apenas para a produção na área rural. Nesse sentido, aspectos referentes à valorização fundiária, ao mercado imobiliário e a atuação no investimento em capitais privados passam a ser atividades que fomentam ainda mais a economia da cidade.

---

<sup>8</sup> Battistoni Filho (2002, p.07) trata a questão da arquitetura como central em sua obra. Assim o autor aponta que seu objetivo é retratar “[...]essa Campinas múltipla, onde diversas épocas convivem, especialmente a sua arquitetura, desde a época colonial, passando pelos casarões imperiais até chegar à época republicana.”

O autor explicita que Campinas se modernizava em seus costumes, hábitos e em seu mercado financeiro, através das ferrovias e indústrias, porém nos aspectos referentes à infraestrutura urbana, como implementação de rede de água, esgoto e iluminação pública, por exemplo, ainda pairavam discussões políticas e se limitavam a um discurso teórico, não havendo grandes melhorias implantadas que beneficiassem a cidade e acompanhassem o ritmo acelerado que a industrialização ditava. Nesse sentido, o autor enfatiza que as melhorias urbanas são tardias e limitantes para a ocorrência dos surtos epidêmicos de febre amarela, que acometem o município a partir da última década oitocentista<sup>9</sup>.

Paulatinamente, o passado resiste, seja em nomes de ruas, em formas inalteradas, na resistência de edifícios antigos e suas materialidades. Nesse sentido, este trabalho reforça a perspectiva de compreender a cidade de Campinas, em sua constante transformação, em especial ao longo do século XIX, possível pela ação de agentes e vetores que delineiam o território. Compreende-se, portanto, a cidade como reflexo de uma realidade tangível, que envolve o comportamento humano e suas ações, sendo o território, seu campo de atuação e de modelagem.

A necessidade de se “tirar a lupa” do estudo de caso e relacioná-lo a processos e contextos mais amplos, conduzem ao diálogo com outros autores. É o caso de Maria Thereza Schorer Petrone, com seu clássico “A Lavoura Canavieira em São Paulo” (1968). A obra de Petrone (1968), ainda que faça abordagem ampla de São Paulo, retrata, em um capítulo o caso da monocultura canavieira em Campinas, relevante na compreensão da consolidação e expansão da produção de café sobre a mesma base fundiária. Além disso,

---

<sup>9</sup> A bibliografia de suporte utilizada sobre as epidemias de febre amarela e outras doenças, foram a obra de Lycurgo de Castro Santos Filho e José Nogueira (1996), e mestrado de Carlos Roberto Monteiro de Andrade (1992 e 2002).

a autora é uma das pioneiras em situar, na historiografia, a relevância da produção açucareira da Vila de São Carlos, elevada em 1842 a cidade de Campinas<sup>10</sup>.

Na obra “Morar e Viver na cidade- Campinas 1850-1900<sup>11</sup>” (2010), Eliane Morelli Abrahão instiga reflexões sobre permanências e transformações através de uma análise do cotidiano familiar da sociedade que constituía Campinas na segunda metade do século XIX. A metodologia da autora, essencialmente baseada na análise de autos de avaliação de inventários, dá vida aos hábitos, costumes e comportamentos sociais. O início da urbanização, a circulação de riquezas, a preocupação com o refinamento das casas e recepções, as perpetuações de ambientes mais senhoriais do que burgueses são temas que a autora levanta e instiga o pensamento sobre os fenômenos sociais vividos. A metodologia utilizada pela autora, alinha-se com os objetivos deste trabalho. Ao se aprofundar, em uma série documental que permite avançar na materialidade presente no cotidiano familiar, apreende a residência e sua arquitetura enquanto evidências. De acordo com a autora, a compreensão da materialidade é a imbricação de contextos sociais de informações e comunicações que organizam o significado dos objetos e dos bens<sup>12</sup>.

Na formulação da hipótese do programa original do Palácio Itapura, residência identificada como de maior relevância de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, os caminhos percorridos por Abrahão, foram essenciais para dar corpo à análise desse exemplar.

Na mesma perspectiva, a obra de Maria Cecília Naclério Homem, “O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira 1867-1918” (1996)

---

<sup>10</sup> Destacam-se também os autores: Mirza Pelicciotta (1997), Ricardo de Souza Badaró (1996), Julio Mariano (1970), Margarita Barretto (1995), Maria Alice Rosa Ribeiro (2015), Ivone Salgado (1992), Antônio da Costa Santos (2004), Ulysses Semeghini (1988). Todos têm sua importância no entendimento e na construção da narrativa sobre a cidade de Campinas.

<sup>11</sup> A autora traz em sua metodologia a História Social como norte, trazendo como resultado uma abordagem rigorosa sobre os usos e costumes das famílias abastadas que possuíam bens na cidade de Campinas, sustentadas pela economia do café.

<sup>12</sup> Abrahão, 2010, p.16.

associada a obra de Carlos Lemos, “A Casa Paulista” (1989), também trouxeram contribuições de intenso teor a este trabalho. Ambos se pautam no entendimento do conceito de morar, no sentido amplo como um conjunto de relações sociais<sup>13</sup>.

Homem (1996) traz esse panorama a partir de estudos de caso de casas senhoriais realizados, na cidade de São Paulo, no período do Segundo Império até meados da Primeira República. A grande contribuição da obra da autora é que a forma urbana que a cidade alcança não se baseia apenas na mentalidade social:

Contudo, não só de modas e mentalidades se faz a forma urbana, e encontramos também em sua análise os moldes físicos e espaciais a partir dos quais mudanças no gosto e nos costumes são traduzidas para a cidade e seus edifícios: no caso, as posturas municipais e códigos sanitários que passam a ser adotados no período. O quadro se completa com a caracterização dos agentes sociais- loteadores, projetistas, construtores, decoradores, etc.- que completam o serviço e constroem São Paulo. (FISCHER in HOMEM, 1996 p.11)

A colaboração da obra da autora também avança ao tratar das chácaras como estruturas fundiárias presentes na conformação territorial de São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX. A minúcia da autora em categorizar, descrever e setorizar essas estruturas, na cidade de São Paulo, auxiliaram a percepção do processo de urbanização a partir das mesmas. Nesse sentido, foi possível relacionar os estudos de caso ocorridos em São Paulo com a urbanização de Campinas.

O trabalho desenvolvido por Solange de Aragão, denominado “Ensaio sobre a Casa Brasileira do Século XIX” (2017), tem sua relevância no avanço dos estudos sobre a tipologia das casas brasileiras nos anos oitocentos. Aragão (2017, p.15) aponta que a questão do morar teve uma variação no século XIX: “O morar no século XIX variou nos

---

<sup>13</sup> A obra “Quadro da Arquitetura no Brasil”, de Nestor Goulart Reis Filho (1983) fundamentou a discussão das mudanças observadas na arquitetura no século XIX, a partir da industrialização baseada na produção do açúcar e do café.

espaços que já eram habitados e nos que surgiram pela expansão da ocupação territorial, por condições econômicas, condições materiais, condições tecnológicas e tradições culturais”. Dentro dessa discussão, a autora traz, em distintos momentos de sua obra, conceitos que ampliaram significativamente o entendimento das chácaras, enquanto a fusão da esfera urbana com a esfera rural<sup>14</sup>.

Complementando o entendimento, a professora Dra. Ivone Salgado, nos apresentou gentilmente seu trabalho intitulado “Urbanismo Sanitarista em Campinas no final do século XIX” (1992) que contribuiu notoriamente para a compreensão das medidas tomadas na erradicação das epidemias e como essas se posicionaram como um padrão urbanístico, indo além dos preceitos do sanitarismo. A autora aponta que as medidas tomadas para se buscar a salubridade do município se consolidam como precursoras do urbanismo moderno<sup>15</sup>.

Destaca-se também a dissertação de mestrado de Patrícia Ceroni Scarabelli, “Guanabara e Arredores: a formação de um bairro” (2004), que orientou o processo de entendimento da Chácara Itapura e sua transformação processual em tecido urbano da cidade de Campinas. Ainda que a autora centre sua questão geradora no entendimento da formação do bairro do Guanabara, a mesma traz considerações relevantes no sentido de constatações do uso de determinadas séries documentais<sup>16</sup> que permitiram reconstituir os períodos morfológicos da Chácara Itapura em sua origem até o parcelamento da gleba rural, estruturando-se em Vila Itapura, já no início do século XIX.

---

<sup>14</sup> Sobre os estudos de exemplares senhoriais, salienta-se os autores que contribuíram: Mario Jorge Pires (2006), Ana Maria Pessoa dos Santos (2016;2010) e Eudes Campos (2005).

<sup>15</sup> O contato com a dissertação de mestrado de João Manuel Verde dos Santos (2004), auxiliou no entendimento das discussões para implementação dos sistemas de água e esgoto na cidade de Campinas, bem como o contato com as medidas do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, para o município.

<sup>16</sup> Destacam-se os relatórios anuais da Companhia Mogiana e os ofícios da Câmara Municipal de Campinas.

Além disso, a leitura do trabalho da autora, possibilitou o entendimento mais claro de como Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, articulou estratégias e ações que valorizaram sua chácara, auxiliando a constatação do mesmo como agente modelador da forma urbana de parte da cidade de Campinas.

## | METODOLOGIA E FONTES |

---

Como método investigativo recorre-se à pesquisa documental, realizada a partir de documentos primários de naturezas distintas e pertencentes a fundos documentais diversos, como os principais a seguir listados:

### **1 - Documentos de caráter censitário**

---

#### **e recolhimento de tributos:**

##### **- Listas Nominativas de Habitantes (maços de população)<sup>17</sup> –**

Série localizada no Arquivo do Estado de São Paulo (APESP). Utilizou-se desta série para o entendimento do que Bacellar (1997) define como “correntes migratórias<sup>18</sup>”, no caso a trajetória de José Francisco Aranha Barreto de Camargo e de Joaquim Policarpo Aranha. Através dessa série, reconstituiu-se a trajetória de José Francisco Aranha Barreto de Camargo (o Padre Aranha), e chegou-se na relação familiar do mesmo com Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura.

---

<sup>17</sup> A série "Maços de População" é composta por arrolamentos da população produzidos pelas Companhias de Ordenanças (1765-1831) e pelo Juízo Municipal distrital (1831-1850), abrangendo o recenseamento da população da Capitania e depois Província de São Paulo.

<sup>18</sup> Expressão utilizada por Bacellar (1997, p.100), para descrever o processo de migração entre as famílias na busca de novas terras. Haja visto que o Oeste Paulista, graças ao enriquecimento repentino, se mostra como ponto de forte interesse de migração atração migratória, para que novas famílias se proponham a desbravar o sertão.

**- Tombamento de Bens Rústicos de 1818 (Cadastro de Terras para a Vila de São Carlos<sup>19</sup>)-**

Localizado no Arquivo do Estado de São Paulo (APESP), levantamento cuja finalidade era a de se registrar as propriedades inscritas no termo da vila de São Carlos, e verificar sua produção. Série documental que traz informações detalhadas referentes às principais propriedades rurais encontradas, auxiliando na complementação de informações para a espacialização das mesmas. Utilizada para se confirmar as informações anunciadas na historiografia, sobre a fazenda Chapadão.

**- Livros da Coletoria de Rendas de Campinas:**

**Lançamento de Impostos Prediais<sup>20</sup> (1836-1900) -**

Localizados no Centro de Memória da Unicamp-CMU, série anual que apresenta informações referentes ao recolhimento de impostos de propriedades urbanas, proprietários e o logradouro das mesmas, auxiliando na identificação das propriedades urbanas de Joaquim Policarpo Aranha.

**Lançamento do Imposto de Meia-Siza<sup>21</sup>:**

Localizados no Centro de Memória da Unicamp-CMU, série anual que apresenta informações referentes ao recolhimento de impostos sobre os escravos comprados. Essa série traz a descrição da compra realizada, o ano, o valor tributado, bem como o nome, idade e características físicas dos escravos adquiridos e a região de sua naturalidade. Utilizou-se essa série a fim de constatar a recorrência da compra de escravos, por parte

---

<sup>19</sup> A série documental abrange o cadastramento de terras, consideradas rústicas, ou seja, rurais em 1818 para a Vila de São Carlos. A finalidade dessa série era a de se registrar as propriedades inscritas no termo da vila, verificar seus proprietários e principalmente a produção das mesmas.

<sup>20</sup> Série pertencente a Coletoria de Rendas Gerais.

<sup>21</sup> Série de Impostos criados a partir da chegada da Família Real ao Brasil: o Imposto de Meia-Siza (tributado em 5%) sobre todas as transações mercantis envolvendo escravos e cativos, nascidos na América Portuguesa. Fonte: Vilela Fernandes, 2005, p.103.



de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura. Além disso, esse documento foi fundamental para situar esses agentes como imprescindíveis na base econômica na qual o município de Campinas se estrutura ao longo do século XIX.

### **Lançamento do Imposto sobre Seges<sup>22</sup>:**

Localizados no Centro de Memória da Unicamp-CMU, série anual que apresenta informações referentes ao recolhimento de impostos sobre os carros puxados à tração animal. Esses eram tributados, e indicava-se onde os mesmos eram guardados (rua, número da residência, bem como seu proprietário). A função desse documento para a presente pesquisa foi a de se confirmar a localização da casa do Barão de Itapura situada na Rua do Goes.

### **- Livros de recolhimento de Impostos sobre o café-**

Essa série traz informações referentes às propriedades produtoras de café, bem como seu proprietário e foi de utilidade para se confirmar as propriedades rurais do Barão de Itapura, e a produção anual de café da fazenda Chapadão. A série se encontra no Arquivo Municipal de Campinas.

### **- Livros para o Emplacamento de Campinas em 1929 –**

O emplacamento é a numeração dos imóveis urbanos, buscando proceder a equivalência dessa numeração nos anos de 1893 e de 1922. Esses livros encontram-se no Arquivo Municipal de Campinas, e é entendido como instrumento importante na pesquisa para identificar as propriedades urbanas de Joaquim Policarpo Aranha.

---

<sup>22</sup> Antiga carruagem fechada, de duas rodas, varais e um só assento, com a frente fechada por cortinas ou vidraça e puxada por dois cavalos. Definição disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Dicion%C3%A1rio> . Acesso em 03 de dezembro de 2018.

**- Atas das Sessões da Câmara Municipal de Campinas-**

Localizadas no Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Consultaram as atas do período de 1845-1848, durante o qual Joaquim Policarpo Aranha atuou como Vereador na cidade de Campinas. Além disso, essa base documental auxiliou na compreensão das mudanças sofridas na chácara Itapura ao final do século XIX, identificando os pedidos e deferimentos de aberturas de ruas e avenidas.

**-Livro dos Códigos de Posturas e Editais 1879-1891-**

Localizado no Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Esse livro traz a regulamentação e vigência do Código de Posturas de 1880 para Campinas. Todas as mudanças referentes aos quadros urbanos estabelecidos, bem como o pagamento das tributações e editais, no período de 1879 a 1891, encontram-se registrados nele. Esse livro foi fundamental para se demarcar os quadros urbanos<sup>24</sup>.

**-Código de Posturas de 1880 para o município de Campinas-**

Localizado no Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Série documental que reúne o conjunto das normas municipais, abrangendo as áreas de atuação do poder público. Este código define medidas referentes a problemas diversos constatados no município de Campinas, como por exemplo a questão dos animais nas ruas, os cuidados com as edificações e etc.

---

<sup>23</sup> A classificação da natureza dos documentos, é trazida por Bacellar (2008, p.26) onde tratando sobre a organização dos acervos no Brasil, categoriza através de uma tabela resumida a diversidade dos documentos primários.

<sup>24</sup> Os “quadros” funcionavam, geralmente como limites dentro dos quais se estabelecia algum tipo de restrição ou no qual se baseava, as cobranças de impostos.

### 3 - Documentos de caráter Judiciário:

---

#### -Arquivo do Tribunal de Justiça de SP, para a Comarca de Campinas-

Arquivados no CMU- Centro de Memória da Unicamp, sendo:

- Testamento de 1836 do Pe. José Francisco Aranha Barreto de Camargo;
- Inventário *post mortem* de 1839 do Pe. José Francisco Aranha Barreto de Camargo;
- Inventário amigável de 1889: do Barão e Baronesa de Itapura;
- Inventário *post mortem* de 1902: do Barão de Itapura;
- Ação de Divórcio de Argentina Aranha e Manoel Lopes Fortuna.

### 4 - Documentos de caráter Eclesiástico:

---

#### - Registros Matrimoniais -

Localizados na Arquidiocese da Cúria Metropolitana de Campinas, que comprovam as relações genealógicas tratadas na pesquisa. Foram utilizados os seguintes registros:

- Registros Matrimoniais de Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha (1843);
- Registro Matrimonial de Argentina Aranha e Manoel Lopes Fortuna (1893).

#### - Registros Obituários -

Localizados na Arquidiocese da Cúria Metropolitana de Campinas, consultados a fim de levantar as relações genealógicas da família de Joaquim Policarpo Aranha. Foram consultados os seguintes registros:

- Registro Obituário de José Francisco Aranha Barreto de Camargo (1839);
- Registro Obituário do Barão de Itapura (1902);
- Registro Obituário de Olímpio (1850).

### **- Registros Paroquiais de Terra de 1854-1857 (Cadastro de Terras) -**

Localizados no Arquivo do Estado de São Paulo. Sendo uma série lançada após a regulamentação da Lei de Terras de 1850, onde a Igreja se responsabilizava pela declaração e pelo o registro dessas terras. Essa série é importante à pesquisa, pois traz o nome do proprietário e a extensão das propriedades, auxiliando na hipótese de espacialização da fazenda Chapadão.

## **5 - Documentos de caráter Cartorário:**

---

### **- Certidão Centenária (de Inteiro Teor) -**

Consultada no 1º of. de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas no 2º Serviço de Registro de Imóveis de Campinas. Solicitaram-se as certidões para o imóvel referente ao Palácio Itapura, a fim de levantar mais informações sobre a conformação fundiária em sua origem.

### **- Livros de Escrituras junto a Série de Indicadores Reais e de Inscrição Especial-**

Registradas juntos ao fundo do 1º Cartório de Registros e Títulos, localizados no CMU-Centro de Memória da Unicamp. Constataram-se a partir dessa série as escrituras registradas da fazenda Chapadão e do Palácio Itapura.

**Na escala do território:**

**- Levantamento detalhado realizado pela Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo em 1900 –**

Escala 1: 100.000. Localizado no Arquivo do Estado de São Paulo. Esta série cartográfica será utilizada como base para se espacializar a propriedade rural de Joaquim Policarpo Aranha, no caso a Fazenda Chapadão. A escolha por essa base deu-se devido ao nível de detalhamento que a mesma contém, trazendo a topografia existente no território, as bacias hidrográficas, e a localização de sedes de propriedades, propiciando que esses recursos auxiliem na precisão da espacialização das mesmas.

**Na escala urbana:**

**- Planta da cidade de Campinas em 1900-**

Escala 1:10.000. Localizado no CMU-Centro de Memória da Unicamp. Base utilizada para hipótese de espacialização da Chácara Itapura.

**- Planta Cadastral do município de Campinas, de 1929 –**

Escala 1:1.000. Localizado no Arquivo Municipal de Campinas, como planta base para a espacialização da propriedade urbana do Barão de Itapura, localizada na rua do Góes, sendo essa planta a primeira a informar a indicação das testadas dos lotes existentes, enquanto os mapas feitos até então traziam apenas a delimitação das quadras.

---

<sup>25</sup> Segundo Borin (2017, p.105): Entendemos fontes urbanísticas como fontes que foram produzidas para tratar diretamente do urbano e da cidade, em que sua preocupação primária é dar conta desse universo.

### **-Plano de Divisão em Lotes para Villa Itapura, de 1924-**

Escala 1:1.000. Localizado na SEPLAMA- Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura de Campinas. Esse plano contém a proposta de implantação para Vila Itapura.

#### **7- Documentos de caráter Jornalístico:**

---

-Notícias de Jornal do Correio Paulistano

-Notícias do Jornal A Gazeta de Campinas (1869-1925)

-Almanaques de Campinas para os anos de 1872, 1873, 1878, 1886, 1888 e 1900.

-Relatórios Anuais da Directoria da Cia. Mogyana.

#### **8- Documentos de caráter Fotográfico:**

---

-Série de Aero fotos Oblíquas 1839/1840<sup>26</sup>.

-Acervo Fotográfico do CMU-Centro de Memória da Unicamp.

---

<sup>26</sup> Fotos tipo “voe de pássaro” que auxiliam na leitura do tecido urbano de Campinas no século XX.



A origem de Campinas - SP está ligada à busca de regiões auríferas nos chamados Sertões de Goiás. Em 1725, com a abertura do Caminho dos Goyazes, implanta-se nas suas margens um pouso para descanso e abastecimento dos tropeiros, conformando-se como uma área de roças que tem sua ocupação alargada através de crescentes pedidos de concessões de sesmarias.

Conforme Abrahão seu surgimento se dá:

[...] a partir de um bairro rural, formado por uma pequena comunidade dedicada à atividade familiar de subsistência, com plantações principalmente de milho, feijão, arroz e mandioca e pelos ‘rancheiros’, cujas casas eram vendas e pousos para os tropeiros e bandeirantes, que seguiam rumo a Goiás e Minas Gerais em busca do ouro. (ABRAHÃO, 2010, p.42)

Esse território pertencia à vila de Jundiáí. Com a política de restauração da Capitania de São Paulo; a partir de 1765, o governador Morgado de Mateus inicia uma estratégia de povoamento territorial, empenhando-se na criação de novas freguesias e vilas. Em 1774, o território que então compunha o bairro rural das Campinas do Mato Grosso de Jundiáí é elevado ao status de freguesia.

De acordo com Nozoe (2016, p.13) “A recuperação da autonomia administrativa da Capitania de São Paulo, ocorrida em 1765, assinalou uma nova fase de grande aumento no número de concessões de sesmarias.”.

Com a decadência do ciclo da mineração, a Coroa Portuguesa direciona a economia da Capitania de São Paulo para o cultivo da cana-de açúcar, já bem-sucedido em outras regiões. Nesse período há um aumento considerável no número de sesmarias concedidas



para a implantação de engenhos de cana-de-açúcar<sup>27</sup>. A economia da freguesia, baseada até então na policultura de subsistência, foi se transformando gradativamente em grande exportadora de açúcar. (Abrahão, 2010, p. 44).

Em 1797<sup>28</sup>, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso é elevada à categoria de vila, com o nome de Vila de São Carlos, e a partir de então há um incremento ainda maior na produção de açúcar e aguardente. De acordo com Petrone (1968, p.46) em 1798 “[...] havia ali 37 engenhos, que produziam 15.139 arrobas de açúcar e 460 canadas de aguardente”. Em 1836, são registrados 93 engenhos de açúcar e 93 destilarias de aguardente, fornecendo quase um terço da produção de açúcar de toda a província. No início do século XIX, o crescimento econômico da Vila de São Carlos se estrutura em função da produção de açúcar, com significativo aumento da mão de obra escrava e incremento nos maquinários e benfeitorias dos engenhos.

Silva (2006, p.2) relata que “Por volta de 1830, o plantio do café foi ensaiado com êxito e os fazendeiros iniciaram a substituição dos canaviais pelos cafezais.”<sup>29</sup>. Em 1842, a Vila de São Carlos é elevada à categoria de cidade, assumindo o nome de Campinas. O processo de transição da produção do açúcar para o café, ocorre de forma gradual e se apoia numa mesma base fundiária. É possível dizer que a substituição da cana pelo café, durante a primeira metade do século XIX<sup>30</sup>, ocorre gradualmente, sob ambiente de

---

<sup>27</sup>A agricultura de alimentos sempre presente desde suas origens, assume uma importância ímpar na economia local, a partir da instalação dos primeiros engenhos. O sucesso na plantação de cana-de-açúcar, levando ao crescimento da freguesia, se deu em parte segundo Celia; Neto (2003, p.106) à Revolução de São Domingos, ocorrida no Haiti que interrompeu a produção e exportação de açúcar, fazendo com que outras regiões, até então pouco ligadas ao cultivo da cana-de-açúcar, investissem em sua produção.

<sup>28</sup> De acordo com Teixeira (2004, p.04) no período entre 1774 e 1797 a população da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, passou de 475 para 2.418 habitantes.

<sup>29</sup> Os baixos preços alcançados pelo açúcar na década de 1830, fizeram com que alguns fazendeiros, tendo à frente o proprietário Francisco Egídio de Souza Aranha, estimulassem a produção de café na Vila. Os preços internacionais do café e a menor força de trabalho requerida para sua cultura, facilmente adaptável à fertilidade das terras campineiras, atraíram os senhores de engenho que, rapidamente, passaram dos plantios experimentais à lavoura efetiva. A partir de 1835 iniciou-se a substituição das plantações de cana-de-açúcar pelo café na maioria das fazendas da cidade (sic), dentre elas as fazendas Chapadão e Santa Genebra, ambas localizadas no Guanabara. Fonte: Scarabelli, 2004, p.88

<sup>30</sup> Ao longo da primeira metade do século XIX, Campinas teve as maiores taxas de crescimento anual estimadas no Estado, entre o período de 1836 a 1874, crescimento em muito condicionado pelo aumento do fluxo de escravos - o que basicamente sustentou a produção nos latifúndios açucareiros. Fonte: Fernandes, 2016, p.33.

crescimento da base econômica em que o café é nova opção para o tipo de agricultura semelhante, apoiada no trabalho compulsório, visando à exportação em larga escala. (Bittencourt, 2009, p.31)

No ano de 1842, a vila transmutou-se em cidade de Campinas; entretanto, a mudança não se restringiu ao nome ou à elevação hierárquica na estrutura administrativa e política da Província de São Paulo, pois a base econômica transformava-se: lentamente, o açúcar cedia espaço para o café. Devagar, porque foram os grandes senhores de engenho de Campinas que financiaram o ingresso na economia cafeeira, e o café precisava de quatro a cinco anos para atingir a produção economicamente viável. (Ribeiro, 2016, p. 177)

O uso da infraestrutura, criada e conservada pelo fomento da economia açucareira, foi utilizada e aperfeiçoada em função da expansão da produção cafeeira, tornando possível sua rápida expansão<sup>31</sup>. Na segunda metade do século XIX, a cidade de Campinas assume um papel de destaque na economia da província de São Paulo, contando, em 1854<sup>32</sup>, com 44 engenhos de cana-de-açúcar e 177 fazendas de café<sup>33</sup>. O alargamento da escala de produção agrária, gera um aumento no acúmulo de capital na esfera rural, atuando na modificação e reorganização espacial do município.

Campinas, devido à sua privilegiada localização, era um centro estratégico no sistema do transporte viário da província de São Paulo. Vários entroncamentos ferroviários a situavam como polo regional, permitindo-a se comunicar com as cidades da região, Jundiaí, Mogi-Mirim, Casa Branca, sul de Minas Gerais, Poços de Caldas e

---

<sup>31</sup> A difusão do café no mercado internacional e a decadência da produção de açúcar no Vale do Paraíba, foram determinantes para a consolidação da economia cafeeira no Oeste Paulista. Fonte: Scarabelli, 2004 p.89 e Petrone, 1968, p.47.

<sup>32</sup> Veremos a cidade de Campinas a partir da década de 1850 se diversificar e receber, já nas décadas seguintes, um complexo conjunto infra estrutural que é capaz de equipará-la à cidade de São Paulo na década de 1880 (Pellicciotta, 1997, p.103).

<sup>33</sup> Dados extraídos de Petrone, 1968, p.46.

com o porto de Santos, atraindo para a cidade muitos dos consumidores do interior e mesmo da capital. Esse incremento das ferrovias, em implantação desde 1865, fortaleceu a função comercial da cidade<sup>34</sup>. (Abrahão, 2010, p.47)

O acúmulo do patrimônio advindo das produções do açúcar e do café embasam a formação e sedimentação de uma nobreza na cidade de Campinas, compondo o grupo dos “barões do café<sup>35</sup>” do oeste paulista. Essa parcela social não se limita a uma aristocracia rural. Essa aristocracia<sup>36</sup> de terras não limita suas ações ao universo rural, pois os senhores detentores dos principais cabedais expandem seus investimentos financeiros em ações de companhias privadas ou públicas, títulos bancários, bens imóveis rurais e urbanos e empréstimo de dinheiro “a prêmio”. Tais ações demonstram que esse grupo social busca se integrar às práticas capitalistas modernas na segunda metade do século XIX.

Essas transformações, em função do enriquecimento vertiginoso<sup>37</sup>, delineiam novas estruturas fundiárias, modificando a leitura territorial a partir dos moldes coloniais; enquanto a instituição do Termo de demarcação de uma Vila<sup>38</sup> implicava na soma de seu núcleo urbanizado às extensas glebas rurais traduzidas em engenhos e fazendas, sendo bastante clara a divisão entre o âmbito rural e o urbano, em Campinas, ao final do Segundo Império destaca-se a presença das chácaras localizadas entre as duas esferas.

---

<sup>34</sup> O café definitivamente fixou a vocação política e econômica de Campinas com relação às outras cidades da Província de São Paulo e do país. E esta nova fase marcaria o apogeu do urbano cafeeiro, com importantes repercussões no desenvolvimento da cidade. Fonte: Abrahão, 2010, p.54.

<sup>35</sup> Abrahão, 2010, p.53.

<sup>36</sup> Na cidade de Campinas foram concedidos um título de viscondessa, um de visconde, um de marquês e nove de baronato. Fonte: Abrahão, 2010, p.53.

<sup>37</sup> A atividade cafeeira contribuiu desde o início para o crescimento e para a diversificação do núcleo urbano da cidade, remodelando em diversos aspectos, as atividades econômicas ligadas à atividade nuclear[...]. Fonte: Fernandes, 2016, p.35.

<sup>38</sup> O processo de elevação da freguesia ao estatuto de vila se fazia no final do século XVIII, na Capitania de São Paulo, por meio do chamado “Auto de Ereção”, um rito em conformidade com Instruções Régias de 1705 e com outras ordens posteriormente dirigidas aos Governadores e Capitães Gerais da Capitania [...]. A portaria que elevava a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Matto Grosso de Jundiá à Villa de São Carlos foi publicada em 13 de dezembro de 1797, consistindo na apregoação em “altas vozes” na lavração do auto no “Livro da Ereçam” e na demarcação do Pelourinho, em 14 de dezembro de 1797, seguida da demarcação do Rocio e dos limites da vila no dia seguinte. Fonte: Salgado; Pereira, 2017 p.12-13.

Sobre as chácaras em Campinas, Battistoni Filho, aponta:

Situando-se na periferia, ela conseguia **reunir às vantagens dessa situação as facilidades de abastecimento e dos serviços das casas rurais. Solução preferida pelas famílias abastadas, a chácara denunciava, no seu caráter rural, a precariedade das soluções da habitação urbana da época.** As tendências da monocultura rural da época contribuiram para a existência de uma permanente crise de abastecimento das cidades. (BATTISTONI FILHO, 2002 p. 17- Grifo da autora)

Bittencourt (2009, p.31), aponta essa reorganização como refletida pontualmente na expansão da área construída do município de Campinas. Contudo, nota-se que além da expansão da área urbana, há uma expansão da ocupação espacial entre a área urbanizada consolidada e a área rural, resultando no aparecimento das chácaras.

**Aluga-se, ou vende-se,** por preço commodo **uma linda chácara, com casa arvoredos frutíferos, bom poço d'agua, capim, etc. distante da estação final, em Campinas, pouco mais de duas quadras; tem proporções para um grande armazém, loja ou moradia.** Quem pretender dirija-se em carta feichada a esta typographia com as iniciaes A.F.B, que será procurado<sup>39</sup>. (CAMPINAS, 1871, p.03- Grifo da autora)

Os jornais da época apontam a eclosão das chácaras em Campinas<sup>40</sup>:

Chácara- Está à venda a do Dr. Mathias Lex, e por preço rasoavel. Situada quasi no centro desta cidade, na rua das Flôres, pela sua **bela e higienica posição** e outras condições particulares, offerece esta chácara uma mui commoda e aprasivel vivenda. Tem uma casa de tamanho regular, bem repartida, e que póde ser augmentada com pequeno dispêndio, tomando proporções para acomodar uma grande família; tem na frente da rua mencionada terreno proprio para um magnifico jardim; um pomar plantado com todo esmero e symetria, contendo muitas arvores fructiferas, sendo das mais variadas e apreciáveis fructas, taes como: jaboticabas, laranjas, mangas, pecegos das melhores qualidades, pêras, romãs, cambucá, fructa do conde, da condessa, abacaxis e

---

<sup>39</sup> CAMPINAS, Gazeta de. 07 de maio de 1871, p.03.

<sup>40</sup> Attenção: Vende-se uma chácara a pequena distancia desta cidade, situada no Taquaral, contendo casa de morada para negocio, fronteando as duas estradas de Mogy-Mirim e Amparo. Além desta outra casa com utensílios para beneficio do café, dez mil pés de café já dando bem, bom pasto, capinsal e matas. Acha-se em estado de em breve dar bastante interesse e se vende por preço commodo. Para tratar á Rua de Baixo, 75, ou com o annunciante Manoel G. Bastos. CAMPINAS, Gazeta de. 28 de abril de 1870, p.03.

etc, maior parte dando e outra começando a dar. Possui um capinzal abundante e além de tudo excelente agua potável, que pela sua abundancia se presta a lavagem de roupa e outros misteres d'uma casa. **Unido aos fundos da mesma chácara, o proprietário possui um grande terreno, que faz frente para o largo do Jorumbeval, onde se póde construir diversas casas, podendo servir para augmentar a mencionada chácara ou fazer uma grande plantação de capim ou cocheira.** Estando definitivamente mudado para fora do município, convém ao seu proprietário dispor tanto da chácara como do terreno, pelo que esta resolvido a fazel-o por preço bastante commodo<sup>41</sup>. (CAMPINAS,1874, p.04- Grifo da autora)

As notícias de vendas, alugueis e, da produção vinculada a essas chácaras aparecem com certa constância no Periódico diário A Gazeta de Campinas, veiculado na cidade: “Na chácara do fim da rua do Commercio, que foi do finado capitão Chico trata-se de animais a 800 rs. por dia. Quem quizer dirija-se a mesma, que tem com quem tratar<sup>42</sup>.” (Campinas, 1870, p.03)

Os anúncios de chácaras apontam que nessas propriedades eram oferecidos serviços de cuidados de animais, atendendo a população urbana que não possuía uma área específica para esses serviços. Além disso, nota-se ser comum, nas descrições, a presença de terrenos unidos às chácaras, servindo como um estoque de terra do proprietário para um futuro adensamento urbano. O acumulo de terras está vinculado às estratégias dos proprietários em preservar seus patrimônios<sup>43</sup>.

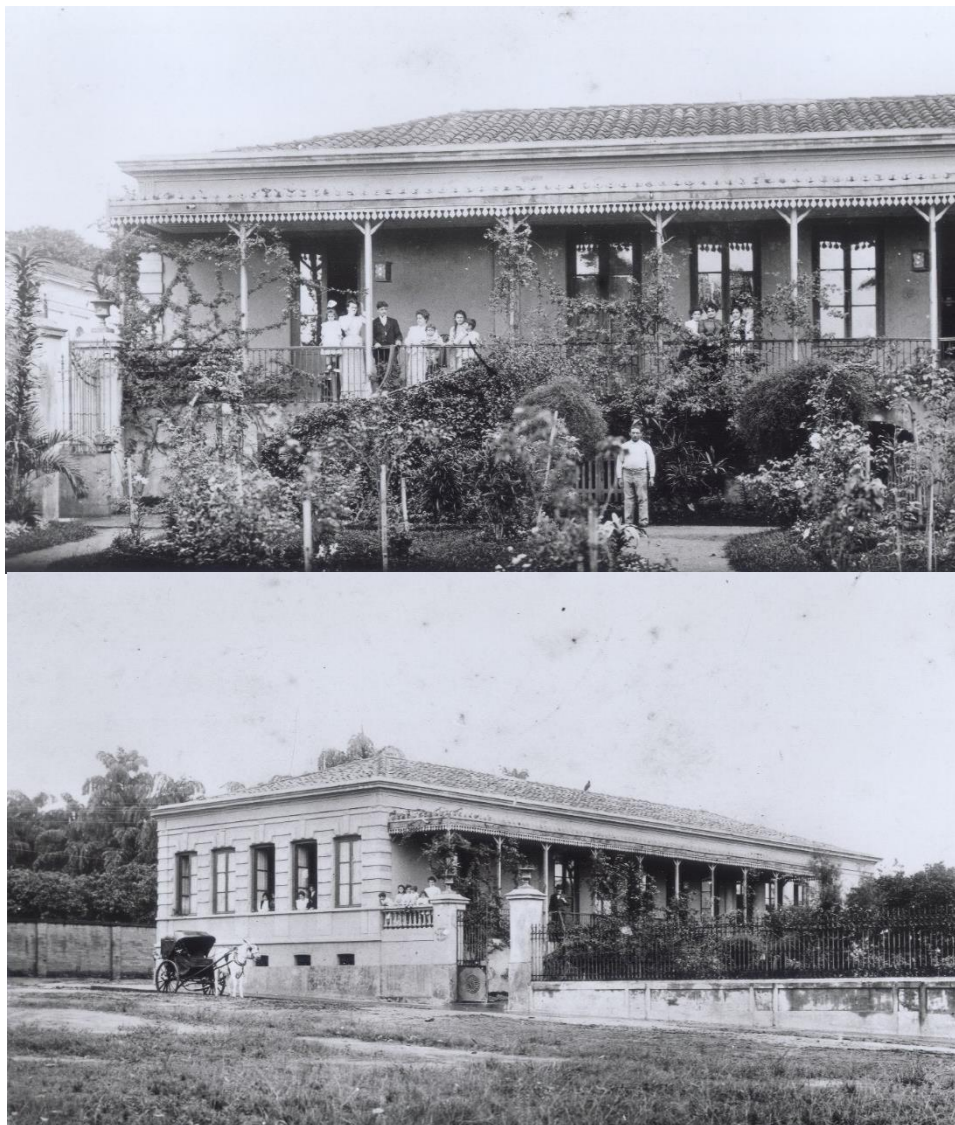
---

<sup>41</sup> CAMPINAS, Gazeta de. 02 de abril de 1874, p.04.

<sup>42</sup> CAMPINAS, Gazeta de. 03 de março de 1870, p.03.

<sup>43</sup> Mas era nas chácaras, onde as casas eram cercadas por jabuticabeiras, limoeiros e laranjais, que os paulistas mais abonados preferiam morar, guardando melhor nessa vida semiurbana o possível sabor do rural. Fonte: Aragão, 2017, p.50

Também, eram ressaltados, nos anúncios, os aspectos de higiene e salubridade na localização dessas chácaras, o que as destacavam das demais propriedades, sendo um diferencial na valorização e no valor comercial de venda das mesmas. (conforme se observa nas figuras 01 e 02<sup>44</sup>).



**Figuras 01 e 02-** Chácara do Doutor Guilherme Alves da Silva, 1902. Sem localização precisa de onde essa propriedade se situava no município de Campinas. Fonte: CMU- Centro de Memória da Unicamp, Série Fotos Avulsas, FA-00202-1; FA-00202-2.

---

<sup>44</sup> Não se averiguou a fundo quem foi o Dr. Guilherme Alves da Silva. Contudo, em uma busca sobre o mesmo, constatou se tratar de uma figura pertencente a elite da cidade de Campinas. No ano de 1884, de acordo com o jornal Correio Paulistano: “Nomeou-se o Dr. Guilherme Alves da Silva para o lugar vago de subdelegado de polícia da freguesia da Conceição em Campinas”. Fonte: PAULISTANO, Correio. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pesq=dr%20guilherme%20alves%20da%20silva&pasta=ano%201884\edicao%2008261](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=dr%20guilherme%20alves%20da%20silva&pasta=ano%201884\edicao%2008261). Acesso em 01 de dezembro de 2018.

Busca-se contribuir para o entendimento do processo de ocupação das terras rurais e sua relação com a urbanização da cidade de Campinas, no século XIX e, compreendendo a mútua relação das esferas rurais e urbanas, adentra-se ao estudo de caso como processo investigativo, debruçando-se sobre a figura de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura.

Parte-se, portanto, de uma descrição biográfica não de cunho laudatório, mas sim do descortinamento de um viés para o entendimento urbano a partir das ações de Joaquim Policarpo Aranha. Dessa forma, compreendendo que essa figura perpassa o século XIX, agindo sob distintas temporalidades e intervindo em questões políticas, econômicas e, principalmente, fundiárias, busca-se caracterizar os períodos vividos por Joaquim Policarpo Aranha e suas ações diretamente ligadas ao desenvolvimento urbano de Campinas.

A historiografia de Campinas, menciona Joaquim Policarpo Aranha como Barão de Itapura, ou seja, como retrato da nobiliarquia advinda de sua ascensão, fruto de sua vasta produção de café. Assim, a construção dessa narrativa biográfica, busca o olhar para essa figura além de uma condecoração honorífica, concebendo argumentos por meio de suas ações que justifiquem sua trajetória.

As primeiras informações levantadas sobre Joaquim Policarpo Aranha, indicam seu nascimento na Vila Nova de Castro em 1809<sup>45</sup>, Comarca de Curitiba, então Capitania de São Paulo<sup>46</sup>. Seu primeiro registro junto a Vila de São Carlos é de 1836, como “Joaquim

---

<sup>45</sup> Nenhum documento foi encontrado que comprove o ano de nascimento de Joaquim Policarpo Aranha, porém em seu registro de óbito consta: “Aos sete de janeiro de mil novecentos e dous, nesta matriz (referindo-se a matriz de Nossa Senhora do Carmo), encaminhei o cadáver do Barão de Itapura, com noventa e tres annos, casado com D. Libania Aranha. Pe. Manuel D’Avilla”. Fonte: Livro de óbito 1892-Jan 1916 p.48v, Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-ZNKL-F?i=50&wc=M5J9-T3V%3A371872201%2C371872202%2C372134201&cc=2177299>. Acessado em 23 de agosto de 2017.

<sup>46</sup> Castro se originou às margens do Caminho de Sorocaba, que ligava esta vila paulista a Viamão, na antiga Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Inicialmente, o atual município de Castro foi um pouso, às margens do antigo caminho, ponto de passagem de gado e de tropeiros que iam à feira de Sorocaba. [...] as boas pastagens e o clima, atraíram as primeiras famílias paulistas de Sorocaba, Santos e Itu que se estabeleceram a fim de incrementar a criação de gado. Fonte: Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/>. Acessado em 13 de junho de 2018.



Policarpo de Aleluia<sup>47</sup>, administrador, 20 anos, solteiro, branco natural da Villa de Castro<sup>48</sup>, junto ao Sitio do Atibaia, sendo esse o engenho de José Francisco Aranha Barreto de Camargo<sup>49</sup>, o Padre Aranha<sup>50</sup>.

O mesmo permanece na Vila de Castro no período entre 1801 a 1815<sup>51</sup>, quando migra para Vila de São Carlos, se estabelecendo em 1817 como “Joze Francisco Aranha, padre, natural da Freguezia de Cotia, 55 anos, branco, senhor de Engenho Novo, com um total de 34 escravos<sup>52</sup>.” Nos recenseamentos seguintes, o mesmo continua a aparecer, e organizou-se um quadro (01) que traz as informações levantadas a partir da análise dos maços de população para a Vila de São Carlos:

---

<sup>47</sup> Abaixo dessa descrição, é trazido “Manuel Carlos de Aleluia, feitor 19 anos, solteiro branco e natural da Villa de Castro”, se tratando de seu irmão consanguíneo, Manoel Carlos Aranha. Constatou-se assim, que esse Joaquim Policarpo de Aleluia, ao que indica é o mesmo Joaquim Policarpo Aranha.

<sup>48</sup> O registro faz parte da série de lista nominativas ou “Maços de População” é composta por arrolamentos da população produzidos pelas Companhias de Ordenanças (1765-1831) e pelo Juízo Municipal distrital (1831-1850), abrangendo o recenseamento da população da Capitania e depois Província de São Paulo. APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maço de população de 1836, p.36 Campinas. Ref. 027-013 Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos\\_populacao/027\\_013.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos_populacao/027_013.pdf) Acessado em 22 de março de 2017.

<sup>49</sup> As fontes analisadas apontam que José Francisco Aranha Barreto de Camargo, é originário de Cotia, natural da Freguesia de Nossa Senhora de Monte Serrate, e o mesmo declara a próprio punho, na abertura de seu testamento que: “Declaro que sou natural da Freguezia de Nossa Senhora do Montserrat da Cotia, filho legítimo do Sargento mor Francisco Aranha Barreto e Dona Monica Maria de Camargo Lima já falecidos por conseguinte sou herdeiro forçado [...]”. Fonte: CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Testamento de 1836 Ofício 01, Caixa 692 Processo 97753 p.05. Transcrito pela autora.

<sup>50</sup> PUPO, 1983 p.166.

<sup>51</sup> No ano de 1815 constatou na lista nominativa para Vila de Castro o agregado Joaquim de 6 anos. Se trata de Joaquim Policarpo Aranha. Fonte: APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maços de população de 1796 a 1824 para Castro. Rolos 226,227 e 228.

<sup>52</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maço de população de 1817, p.32 Campinas. Ref. 027-003. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos\\_populacao/027\\_003.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos_populacao/027_003.pdf). Acessado em 22 de março de 2017. Transcrito pela autora e o número de escravos contabilizado manualmente.

QUADRO 01- LEVANTAMENTO A PARTIR DOS RECENSEAMENTOS PARA VILA DE SÃO CARLOS<sup>53</sup>

Ano	Descrição <sup>54</sup>	Propriedade e Produção	Agregados	Escravos <sup>55</sup>
1817	Joze Franciscó Aranha, padre, 55 anos branco.	Senhor de Engenho Novo	Anna Luiza Joaquim <sup>56</sup>	34
1818	Je. Fr. Co Ar <sup>a</sup> , padre, natural de Cotia, 56 anos, solteiro e branco	Senhor de Engenho ainda não fes açúcar	Anna Luiza Joaquim	34
1822	Je. Francó. Ar <sup>a</sup> Barreto de Camargo, padre, 61 anos, solteiro e branco	Senhor de Engenho fes esse anno 2500 arrobas de assucar e colhe mantimentos. Vigario de sua casa	Joaquim Manoel Salvador	56
1824	Je. Frco. Aranha Barreto de Camargo, padre, 63 anos, solteiro e branco	Agricultor Sr de Engenho Assucar branco 1200 arrobas redondo 300 arrobas	Joaquim Anna Efigenia	59
1826	Je. Fraco Ar <sup>a</sup> Barreto, padre, natural da Freguesia de N. Sra do Monte Serrate, 64 anos, branco	Vive de sua fabrica de assucar e fes Assucar- 1800 arrobas Agoardente- 150 litros	Joaquim José João Amaro Garcia	66
1829	Jose Fran.co Aranha, padre, natural de Cotia, 68 anos, branco solteiro	Senhor de Engenho e fez 2400 arrobas de açúcar, e planta mantimentos para seu gasto	Antonio de Vasconcelos Maria Francisca Joaquim Manoel Carlos Elias Bardina Joze	63
1836	Je. Frco Ar <sup>a</sup> Barreto de Camargo, padre/vigário da casa, natural da Freg. de Cotia, 74 anos branco	Especie de estabelecimento- Fabrica de Açucar Quantidade de gênero que produzio 3000 arrobas	Joaquim Policarpio de Aleluia Manuel Carlos de Aleluia Iria Balbina de Aleluia Jose Igor	79

<sup>53</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maços de população para a Vila de São Carlos de 1817 a 1836. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos\\_populacao/](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos_populacao/)

<sup>54</sup> Abreviações e grafias fidelizadas de acordo com as fontes primárias.

<sup>55</sup> No caso da listagem dos escravos, foi contabilizado manualmente a fim de entender o montante total com o passar dos anos. Porém vale destacar, que nos recenseamentos são trazidos nominalmente, a idade a cor e o estado civil dos mesmos.

<sup>56</sup> Nota-se que Joaquim, e Manoel aparecem como agregados nos recenseamentos de José Francisco Aranha Barreto de Camargo.

Jolumá Brito (1958), complementa as informações contidas nos maços de população trazendo que:

Êsse padre Aranha [...] em 1821 [...] assinava por extenso José Francisco Aranha Barreto de Camargo [...]. Acreditamos que por êsse tempo, já tenha o dedicado sacerdote transferido para a Vila de São Carlos sua residência, onde deixando seu ministério tenha se dedicado à cultura da lavoura de cana de açúcar, fundando aqui engenho. (BRITO,1958 p.119)

A análise dos maços de população no período entre 1817 e 1836 para a Vila de São Carlos informam o crescimento na quantidade de escravos, adquiridos por José Francisco Aranha Barreto de Camargo, evidenciando o exponencial avanço da produção açucareira de sua propriedade, também comprovada na análise. Esses dados fundamentam a composição da fortuna deixada por meio do testamento de 1836 de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, incorporado e respeitado em seu processo de inventário em 1839. A partir desses dados, foi possível entender o papel do Padre Aranha na Vila de São Carlos como produtor de açúcar.

Segundo a descrição contida em seu inventário, José Francisco Aranha Barreto de Camargo possuía 74 escravos e 171<sup>57</sup> animais, sendo avaliados como a maior fração de sua fortuna. A contabilização desses dados reflete, nesse momento, a mão de obra escrava e a quantidade de animais como maior fonte de riqueza agregada ao patrimônio da família, do que se comparado a extensão da terra referente a uma propriedade, por exemplo.

Evidenciando uma lógica baseada na mão de obra escrava e, principalmente na qualidade da mesma. Bacellar (1997, p. 153), dentro desta temática informa que: “Não havia qualquer relação aparente entre a fortuna dos grandes proprietários e a dimensão de

---

<sup>57</sup> Dados contabilizados a partir da descrição dos escravos trazidos e dos animais no inventário e contado manualmente pela autora.

suas terras. Porém, os engenhos eram maiores nas zonas de mais recente povoamento, tais como Campinas [...]”.

Essa lógica é esclarecida na descrição do inventário, onde, pouco se informa sobre detalhes que valorizassem as propriedades fundiárias, enquanto no caso da mão de obra escrava, os atributos físicos eram descritos com minúcias: “Por um dito de nome Felis Pneumatico e papudo, que fora visto e avaliado pelos mesmos avaliadores pelo preço e quantia de trezentos mil reis com que a margem deste se sae<sup>58</sup>.”

Assim, qualidades físicas, e adjetivos que indicassem boa saúde e virilidade tanto dos escravos quanto dos animais eram consideradas na avaliação dos mesmos, como bens conforme descrito: “Por um dito de nome Formozo velho, magro e chifre quebrado que fora visto eavaliados pelos mesmos avaliadores pelo preço e quantia de dez mil reis com quem a margem deste se sae<sup>59</sup>”.

No auto do testamento, atenta-se para alguns pedidos do testador, para serem realizados durante seu cortejo fúnebre como: “[...] quero que meu corpo seja in volto em alva cazula<sup>60</sup> de meu uso[...] Sera meu corpo sepultado no semeterio publico carregado por oito pobres aos quais se dará a esmola de seis mil reis a cada hum<sup>61</sup> [...]” Levantou-se o registro obituário de José Francisco Aranha Barreto de Camargo que, além de trazer a idade de falecimento, explicita que as mesmas vontades anteriormente anunciadas pelo mesmo em seu testamento, foram realizadas:

Aos trinta de maio de mil oito centos e trinta e nove falleceu quase repentinamente e por isso sem sacramentos, tendo se confessado pouco antes, o Reverendo Vigario da Vara Jose Francisco Aranha

---

<sup>58</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de José Francisco Aranha Barreto de Camargo 1839 Ofício 01, Caixa 89 Processo 0270 p.21. Transcrito pela autora.

<sup>59</sup> Idem a nota 58.

<sup>60</sup> Segundo o Dicionário Raphael Bluteau, de 1728 o verbete Casula é definido como: A fagrada Vefitidura, que o Sacerdote leva ao alter, fobre e alva. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/casula>. Acessado em 03 de janeiro de 2018.

<sup>61</sup> Idem ao 58 e 59.

Barreto de Camargo, natural de Santos, de setenta e sete annos de idade, com testamento, cujas disposições foram envolto nos hábitos e vestimentas sacerdotaes carregado por oito pobres recomendado e acompanhado solenemente depois do officio foi enterrado no dia primeiro de junho no Cemiterio<sup>62</sup>. (N. SRA.CARMO, 1849, p.94)

Trabalha-se com a hipótese<sup>63</sup> de que José Francisco Aranha Barreto de Camargo é provavelmente o pai de Joaquim Policarpo Aranha. Porém, em nenhuma fonte, esse laço paterno consanguíneo é assumido, omissão essa provavelmente associada à sua função religiosa, onde o matrimônio e a paternidade lhe eram proibidos<sup>64</sup>.

Nesse sentido, Ribeiro (2015, p.17) trabalhando sobre a ótica econômica, a partir da composição da fortuna de parte<sup>65</sup> do tronco genealógico da família Aranha, aponta que: “A inserção social da família Aranha de Camargo foi rápida, logo após sua chegada a Campinas (sic) [...]”. A leitura territorial, nesse momento, pressupõe a Vila de São Carlos, com uma nítida distinção de seu núcleo urbano organizado a partir da construção de sua matriz junto à Casa de Câmara e Cadeia, ladeado pelo extenso Termo, composto de grandes glebas rurais, abrangendo sesmarias, engenhos e propriedades de menor porte voltadas à produção de subsistência.

A migração da Vila de Castro para a Vila de São Carlos, pode ser explicada através de Bacellar que justifica e apresenta esta última como um grande centro de atração imigratória<sup>66</sup>, a partir do final do século XVIII. À vista disso, esse intenso interesse na vila de São Carlos, é dado pela terra, dita por Bacellar (1997, p. 105) como “Terra

---

<sup>62</sup> FAMILYSEARCH, Livro de Óbito 1837- Dez 1849, p.94, Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-VJ9V-BL?i=26&wc=M5J7-7MQ%3A371872201%2C371868902%2C372653201&cc=2177299> . Acessado em 23 de agosto de 2017.

<sup>63</sup> Concorde-se com Ribeiro (2015, p.16), na afirmação de José Francisco Aranha Barreto de Camargo como “Proprietário da fazenda Atibaia [...] herdada a Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha, prováveis filhos de José Francisco [...]”.

<sup>64</sup> Celibato Sacerdotal.

<sup>65</sup> A figura estudada por Ribeiro, é Francisco Egídio de Souza Aranha, herdeiro do engenho do Mato Dentro.

<sup>66</sup> Bacellar, 1997 p. 104.

progressivamente mais valorizada, cobiçada e disputada justamente por estes proprietários atuantes no grande mercado exportador.”

José Francisco Aranha Barreto de Camargo, falece<sup>67</sup> no ano de 1839, deixando testamento<sup>68</sup> escrito a próprio punho, incorporado em seu inventário *post mortem*. Logo na abertura é nomeado “Joaq.m Policarpio Aleluia como inventariante e O Re. Jose Francisco Aranha Barreto de Camargo como inventariado [...] Anno de nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos trinta nove, aos doze dias do mês de junho nesta Villa de São Carlos [...]”<sup>69</sup>

No testamento anexo ao inventário, destacam-se os desejos em vida do finado: “[...] nomeio para testamenteiro Joaquim Policarpo de Aleluia por ser maior de vinte e dous annos e saber dos negócios de minha Caza, em segundo lugar meu sobrinho Joaquim Jozé dos Santos<sup>70</sup> em terceiro lugar a Manoel Carlos de Aleluia<sup>71</sup> [...]”. A partir da confirmação dos bens testamentados no inventário, a Joaquim Policarpo de Aleluia, o mesmo assume o sobrenome Joaquim Policarpo Aranha de Camargo passando a assinar apenas dessa forma, sendo mais tarde suprimido apenas para Joaquim Policarpo Aranha. (observado na figura 03).

---

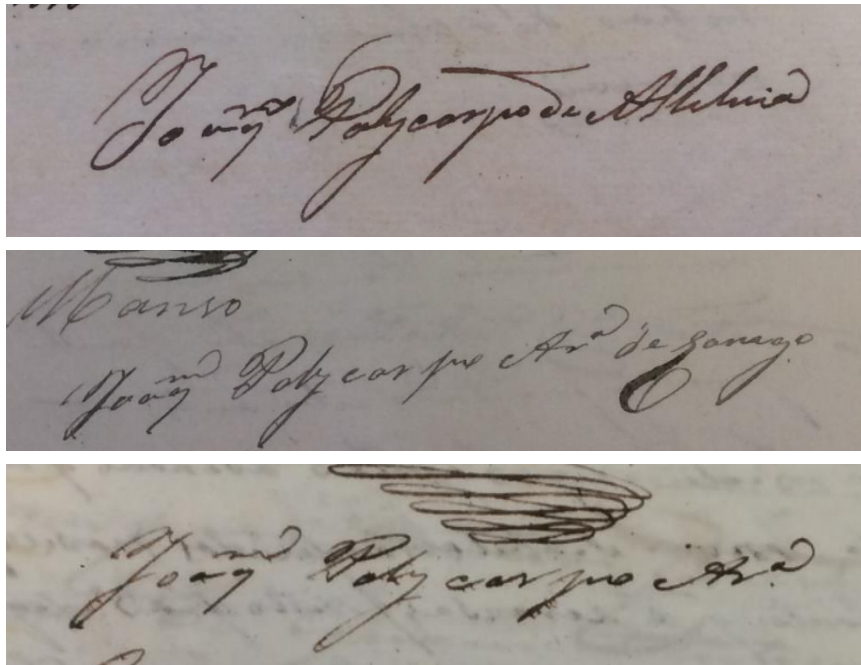
<sup>67</sup> Aos trinta de maio de mil oito centos e trinta e nove falleceu quase repentinamente e por isso sem sacramentos, tendo se confessado pouco antes, o Reverendo Vigario da Vara Jose Francisco Aranha Barreto de Camargo, natural de Santos, de setenta e sete annos de idade, com testamento, cujas disposições foram envolto nos hábitos e vestimentas sacerdotaes carregado por oito pobres recomendado e acompanhado solenemente depois do officio foi enterrado no dia primeiro de junho no Cemiterio Fonte: FAMILYSEARCH, Livro de Óbito 1837- Dez 1849, p.94, Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-VJ9V-BL?i=26&wc=M5J7-7MQ%3A371872201%2C371868902%2C372653201&cc=2177299> . Acessado em 23 de agosto de 2017. Transcrito pela autora.

<sup>68</sup> Seu testamento é escrito em 1836 dito em sua abertura: “Saibão que sendo este jubileo instrumento de testamento juramento do termo de vontade, que sendo no anno do nascimento do Nosso Senhor Jezus Christo, digo no anno de mil oito centos e trinta e seis aos dez assete dias do mes de junho nesta villa de San Carlos que eu Padre Joze Francisco Aranha Barreto de Camargo estando em meu perfeito juízo em plena posse de minhas faculdades mentais findo de minha livre vontade e faço as declaraçoens confiçãoens testamentarias que afirmo se louvarao na forma que vou louvar”. Fonte: CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, 1839 Ofício 01, Caixa 89 Processo 0270 p.5. Transcrito pela autora.

<sup>69</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, 1839 Ofício 01, Caixa 89 Processo 0270 p.1. Transcrito pela autora.

<sup>70</sup> Não foi possível identificar na genealogia se de fato há algum grau de parentesco entre Joaquim José dos Santos e José Francisco Aranha Barreto de Camargo.

<sup>71</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, 1839 Ofício 01, Caixa 89 Processo 0270 p.04. Transcrito pela autora.



**Figura 03-** Assinaturas de Joaquim Polycarpo Aranha. No início do inventário de José Francisco Aranha, de 1839, o mesmo assina como Joaquim Polycarpo de Alleluia, na sequência, assentindo com a ciência de ser o inventariante de José Francisco, assume o sobrenome Aranha de Camargo, e ao fim do documento o mesmo assina como Joaquim Polycarpo Aranha. Fonte: CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, 1839 Ofício 01, Caixa 89 Processo 0270 p.04, 43 e 55.

Joaquim Polycarpo Aranha e seu irmão, Manoel Carlos Aranha, são contemplados com todos os bens de seu falecido tutor e suposto pai. Essa herança mostra-se como fato inicial para o despontar da fortuna de ambos. Bacellar ressalta a importância dessas heranças como fundamento para dar continuidade à construção das fortunas ligadas à aristocracia de terras:

Possuir um engenho de açúcar era a meta de todos os membros desta nossa elite. Os caminhos para alcançá-los eram vários: lavoura de cana, tropas, comércio, sociedade em engenho. Somente uns poucos filhos privilegiados conseguiram herdar um engenho em atividade. Eram os herdeiros ‘concentradores’, os continuadores das atividades paternas. (BACELLAR, 1997 p.176.)

Bacellar (1997, p. 105) explica que o recebimento de uma herança, era visto como o recebimento de um legado e, nesse caso, Joaquim Polycarpo Aranha e seu irmão deveriam dar segmento ao patrimônio de seu suposto pai.

A partir de estudos de caso, Bacellar (1997, p.143) explica a estratégia da opção pelo matrimônio entre familiares e constata a recorrência do matrimônio do primogênito, após o falecimento paterno, interpretado pelo autor como uma nítida estratégia de fortalecimento, manutenção e multiplicação do patrimônio herdado. Dessa forma, em 1843, Joaquim Policarpo Aranha contrai matrimônio<sup>72</sup> com Libânia de Souza Aranha<sup>73</sup>, sua prima de segundo grau:

**“Cada cônjuge [...] carregava consigo um patrimônio econômico, político e social, herdado dos pais, e que não poderia ser dispersado, mas sim acrescido a outro pelo matrimônio. Assim um casamento poderia significar o reforço de uma aliança política ou econômica<sup>74</sup> [...].”** (BACELLAR, 1997 p. 91- Grifo da autora)

Teixeira (2014, p.9) registra que “[...] o estreitamento dos laços familiares por meio do casamento foi um costume que impediu a divisão dos bens e o desmembramento das propriedades, facilitando a contiguidade das mesmas e tornando imensos seus domínios.”. A escolha do cônjuge pressupunha, portanto, a somatória do montante patrimonial familiar, buscando a manutenção, transmissão e multiplicação da fortuna. Brügger (2007, p. 222) aponta que o “casamento entre iguais<sup>75</sup>” não era um mérito regional, ou seja, apresentava-se como um valor herdado da sociedade colonial brasileira como um todo e, como um princípio vinculado à moral da sociedade.

---

<sup>72</sup> “Aos seis de fevereiro de mil oito centos de quarenta e três na Fazenda Matto Dentro as duas horas da tarde com Permissão do vigário da vara que dispensou no cumprimento de terceiro grau junto ao segundo duplicado por consagüinidade em Linha Colateral, depois de proclamados e não havendo outro impedimento recebo em matrimonio na forma da Igreja ao Capitão Joaquim Policarpo Aranha de Camargo, filho de paes incógnitos, em caza do finado Reverendo Jozé Francisco Aranha Barreto de Camargo, com Dona Libania Leopoldina da Trindade natural desta Parochia e onde ambos são fregueses, filha de Francisco Egídio de Sousa Aranha e de Dona Maria Luzia da Anunciação. Servirão de testemunhas presentes e ajudante Alvaro Chavier de Camargo Andrade e Antonio Barbosa Aranha e na mesma ocasião receberão as bênçãos nupciais. Vigário João Manoel de Almeida Barbosa” Fonte: ARQUIDIOCESE, Cúria Metropolitana de Campinas. Registro Matrimonial, 1843. Ref. do livro: 1841 a 1861/0000013 p.9. Transcrito pela autora.

<sup>73</sup> D. Libânia de Sousa Aranha, Baronesa de Itapura, N. Campinas em 06 de setembro de 1829 batizada em 29 de setembro de 1829. MOYA, 1941 p.62.

<sup>74</sup> Bacellar, 1997, p.91.

<sup>75</sup> Brügger, 2007 p.222. A autora traz que: “Em princípio, esta história pareceria exemplificar o estabelecimento de uma aliança matrimonial típica da sociedade colonial brasileira, na medida em que unia dois filhos de ramos de uma parentela de grande prestígio social. Certas ‘igualdades’ entre os cônjuges eram recomendadas pelos moralistas. Outras eram desejadas socialmente.



Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha, têm seis filhos legítimos, sendo eles: Joaquim Polycarpo Aranha Junior, Manoel Carlos de Souza Aranha (Sobrinho), José Francisco Aranha, Izollete Augusta de Souza Aranha e Alberto Aranha, e Olimpio<sup>76</sup>. Além disso, menciona-se a figura de Argentina Aranha<sup>77</sup>, tutorada e suposta filha de Joaquim Policarpo Aranha<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> É comum encontrar na historiografia, a informação de que o casal teve seis filhos legítimos e, entretanto, só serem mencionado cinco, omitindo informações sobre Olimpio. Segundo Moya (1941, p.64) “Olimpio, N. Campinas, batizado em 25-03-1849, falecido em 21-10-1850, na mesma cidade”. Da mesma maneira, averiguou-se a partir da data de seu falecimento, o registro de óbito junto a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição: “Aos vinte e um de Outubro de mil oito centos e sincoenta falleceo Olimpio de hum anno filho do Capitão Joaquim Policarpo Aranha e de sua mulher Dona Libania Leopoldina da Trindade e tendo encomendado jas no cemitério.” Portanto, Olimpio de fato foi o sexto filho legítimo de Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha, falecendo com pouco mais de um ano de idade, o que explica sua omissão na historiografia. Fonte: Livro de Óbito 1845- Jan 1862, p.45, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-VJ9V-6N?i=46&wc=M5J7-3TL%3A371872201%2C371868902%2C372657301&cc=2177299>. Acessado em 11 de dezembro de 2017.

<sup>77</sup> Em meio a essa investigação uma informação chamou a atenção, levantada a partir de um recorte do jornal Correio Paulistano de 09 de julho de 1893, de uma nota mencionando as notícias da cidade de Campinas: “Casou-se naquele município, na fazenda Bom Retiro a exma. Sra. D. Argentina Aranha, pupila do sr. Barão de Itapura, com o sr. Manoel Lopes Fortuna”. Fonte: PAULISTANO, Correio. Domingo, 09 de julho de 1893. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1893\edicao 11016](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1893\edicao 11016). Acessado em 30 de outubro de 2017. Argentina Aranha, assume o sobrenome de Joaquim Policarpo Aranha e, não é citada em momento algum no Inventário amigável do Barão e da Baronesa de 1889, e nem Inventário *post mortem* do Barão de Itapura, de 1902, podendo indicar que ela seja uma provável filha legítima apenas de Joaquim Policarpo Aranha. Assume-se para essa pesquisa Argentina Aranha como suposta filha de Joaquim Policarpo Aranha.

<sup>78</sup> Encontrou-se uma ação de divórcio no nome de Argentina Aranha e Manoel Lopes Fortuna, datada de 1909, onde é trazida a descrição contida na certidão matrimonial de ambos, que diz: “Aos trinta de junho de mil novecentos, digo, mil oitocentos e noventa e tres, nesta cidade de Campinas, districto de Santa Cruz, em uma das salas do prédio número doze, dito na rua Marechal Deodoro [...] receberam-se em matrimonio segundo o regimen comum os contrahentes Manoel Lopes Fortuna e Dona Argentina Aranha, aquelle portuguez com vinte e dois annos de idade e esta brasileira com dezesseis annos, ambos solteiros e residentes neste Districto, sendo filhos: o primeiro legitimo de José Lopes Fortuna e Anna Maria de Jesus residentes em Portugal, e a segunda de filiação desconhecida e exposta há dezesseis annos em casa do Barão de Itapura onde tem sido criada como pupila .” Fonte: CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Ação de divórcio de Argentina Aranha e Manoel Lopes Fortuna 1909 Ofício 01, Caixa 555 Processo 10335 p.03v. Transcrito pela autora. Além disso, nenhuma propriedade é legada à Argentina Aranha. Credita-se esse fato, à mesma não ser filha legítima do casal, o que implicaria em uma sucessão formal de bens a uma herdeira não legítima, indo contra a vertente de manutenção e multiplicação da fortuna. encontrou-se na mesma ação de divórcio, junto a descrição de partilha de bens do casal que em 1890, o Barão de Itapura e a Baronesa: “[...] sendo senhores e possuidores de um prédio dito a Rua de Santa Cruz, freguesia deste nome nesta Comarca, tendo actualmente número 19[...] prédio este que entre outros bens reservam valorizado em quinhentos mil reis para constituição da terça do seu casal no inventario de partilha que em vida fizeram dando aos seus filhos as respectivas legitimas, dele fazem doação .” A doação desse edificio é feita a Cândida Aranha, dita como ex-escrava dos Barões e “[...] em reconhecimento dos serviços que a donataria lhes tem prestado e como desejavam que tal patrimônio proporcione algum proveito pessoal a mesma donataria durante sua vida [...]”. É dito que a doação dessa propriedade é feita sob a condição de a mesma não poder ser vendida com a finalidade de se quitar dívidas e, que em caso de Cândida Aranha vir a óbito “[...] passará dito prédio a menor Argentina Aranha, orphã que foi exposta e tem sido tratada na casa dos doadores [...]”. Dessa forma, é pedido para ser incluído por Argentina Aranha em sua ação de divórcio esse bem “[...]por se haver verificado a morte da primeira donataria em dezoito do corrente mez”, identificado como único bem doado ainda que indiretamente à Argentina Aranha.

A partir de 1843, Joaquim Policarpo Aranha pode ser definido através de Bacellar (1997, p.75) como “[...] o grande proprietário do Oeste Paulista<sup>79</sup>, poderoso senhor de engenho e escravos, que apresentava comportamentos e padrões que lhe eram específicos.”. Sua atuação passa a ser notada indo além de atividades ligadas à sua produção agrária, se estendendo a participação política como vereador<sup>80</sup> junto à Câmara Municipal de Campinas, no triênio de 1845 a 1848. Sua participação acarreta na nomeação como membro da Comissão de visitas às Obras Públicas e na sessão do dia 26 de março é eleito com 03 votos como membro da Comissão de Contas Internas da Câmara. Contudo, as atas apontam que o vereador era bastante ausente nas sessões e, justificava suas ausências através de notas escritas a próprio punho:

Participo a V.N.S.S q. oje não posso comparecer na sessão em cauza de esta noite eu ter sofrido uma indigestão e na sessão de amanhã então comparecerei e é só o q. tenho a comunicar-lhe em q. lhes sirva de Governo Deos Guarde a V.N.S.S. Campinas 5 de outubro de 1847. Aos senhores Prezidente e mais Membros da Camara. Joaq.m Policarpo Aranha Vereador<sup>81</sup> (CAMPINAS, 1847)

Destaca-se também seu auxílio financeiro prestado à construção da Matriz Nova da cidade de Campinas. O processo de construção da Matriz Nova de Nossa Senhora da Conceição em Campinas, foi extenso em função de divergências políticas e, de diversas alterações em seu projeto arquitetônico inicial. O início da construção é datado de 1807, sendo sua inauguração em 7 de dezembro de 1883. O auxílio financeiro pago para a construção da Matriz Nova da cidade de Campinas, era uma tributação a todos os grandes

---

<sup>79</sup> O Oeste Paulista é uma expressão utilizada por autores como Carlos Bacellar (1997, p.16) para designar a região do Estado de São Paulo no qual durante o século XIX observou-se a principal concentração e produção de fazendas cafeeiras.

<sup>80</sup> Sua tomada de posse, enquanto vereador aliado ao Partido Liberal, se dá no dia 07 de janeiro de 1845, constando na ata da sessão: “Na mesma ocasião estando presentes os Cidadãos eleitos Vereadores também para servirem no mesmo quadriênio, e que haviam pela mesma maneira sido chamados para prestarem juramento e tomarem posse, os senhores [...] Joaquim Policarpo Aranha.” Fonte: CAMPINAS. Câmara Municipal. Arquivo. Atas das Sessões da Câmara Municipal da Vila de São Carlos. Caixa BR SPGEDOCCMC A002-007, p.03 consultado em 22 de março de 2017. Transcrito pela autora.

<sup>81</sup> CAMPINAS. Câmara Municipal. Pasta de Avulsos- Justificativas de ausência nas sessões ordinárias. 1845-1848. Folha avulsa datada de 12 de janeiro de 1848. Transcrito pela autora.

produtores de café da cidade. Além dos pagamentos, Joaquim Policarpo Aranha. Exerceu cargos junto ao Directorio, posição que o colocava como “[...] um dos mais opulentos fazendeiros e proprietários<sup>82</sup> [...]”.

A recorrente insatisfação<sup>83</sup> desses produtores com a imposição desse tributo implica em um desejo dessa parcela pertencente a elite de Campinas em englobar e consolidar cada vez mais esse grupo seletivo e dominante, entretanto, evidenciando que havia um empenho conjunto dos integrantes que tentava reduzir o ônus que essa condição exigia<sup>84</sup>.

Lapa (1995, p.106) explica que o que aqui definiu-se como desejo social, se trata de um processo, onde “A sociedade senhorial, ao contrário da burguesa, agarra-se ainda a uma significância valorativa de gestos comportamentos, pertences, apresentação e aparência que lhe conferem certa identidade”.

Joaquim Policarpo Aranha, nesse momento, é um homem inserido no grupo elitista da cidade de Campinas; desde suas origens, agenciando sua produção de açúcar e café advinda de suas vastas propriedades rurais (ver quadro 02) e, também exercendo influência sobre a cidade, onde participa de ações políticas e de práticas urbanas, exercendo um importante papel em aspectos econômicos da mesma.

---

<sup>82</sup> Campos Junior in IBGE, Monografia Histórica de Campinas, 1952 p.277.

<sup>83</sup> Ao explorar essa documentação, pertencente ao arquivo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, deparou-se com uma série de abaixo assinados cunhados por distintos lavradores, reivindicando a atribuição de suas classes, alegando não terem condições de pagar o tributo, e, afirmando terem “escassas terras, poucas braças e sem possibilidade de alargar sua produção”. Com relação a Joaquim Policarpo Aranha, destaca-se uma petição no qual o mesmo adere, trazendo em sua descrição: “Relação das petições de reclamantes do imposto anual das Obras da Matriz Nova, desta Cidade apresentado a junta de Reclamação e por esta despachadas na data de 3 e 4 do corrente mês de Dezembro de 1872 sob a sciência do Rev.mo Vigário José Joaquim de Sousa Oliva [...] **Joaquim Policarpo Aranha- pedindo redução da contribuição que lhe foi lançada como lavrador da 11ª classe, em rasão de sua colheita no pres. e anno não estar nessa proporção- Indeferido por falta de prova**”. Fonte: ARQUIDIOCESE, Cúria Metropolitana de Campinas. Registro- Acervo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Caixa 02 Processo 5899. Folha avulsa datada de 3 de dezembro de 1872. Transcrito pela autora.

<sup>84</sup> Registro de um edital convidando os capitalistas contribuintes da Matriz Nova a reclamarem de sua classificação feita pelo respectivo directorio no corrente anno, poderão apresentar suas reclamações até o dia 10 do corrente mês, às nove horas da manhã, na secretaria da Câmara, rua de São José nº43. Campinas 1º de dezembro de 1885. Ordem do Presidente da Camara Municipal de Campinas. Fonte: CAMPINAS, Câmara Municipal. Livro de Posturas e Editais 1879-1891, p.34. Transcrito pela autora.

| QUADRO 02 - PROPRIEDADES RURAIS DE JOAQUIM  
POLICARPO ARANHA <sup>85</sup> |

Propriedade	Localização	Ano de Aquisição	Proprietário	Forma de Aquisição
<i>Sítio/Fazenda Atibaia</i>	Bairro do Atibaia- Termo da Cidade de Campinas	1839	Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha	Herdada de José Francisco Aranha Barreto de Camargo
<i>Parte do Engenho/ Fazenda São José do Atibaia</i>	Bairro do Atibaia- Termo da Cidade de Campinas	1839	Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha	Herdada de José Francisco Aranha Barreto de Camargo
<i>Parte do Engenho/ Fazenda Pau d'Alho</i>	Bairro do Atibaia- Termo da Cidade de Campinas	1839	Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha	Herdada de José Francisco Aranha Barreto de Camargo
<i>Sítio do Jaguarí</i>	Bairro do Atibaia- Termo da Cidade de Campinas	1855	Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha	Compra
<i>Engenho/Fazenda Chapadão</i>	Termo da Cidade de Campinas	1869	Joaquim Policarpo Aranha	Comprada de Thomaz Luiz Alves
<i>Fazenda Dois Córregos</i>	Termo da Cidade de Campinas	1869	Joaquim Policarpo Aranha	Comprada de Thomaz Luiz Alves
<i>Fazenda Bom Retiro</i>	Termo da Cidade de Campinas	1869	Joaquim Policarpo Aranha	Comprada de Thomaz Luiz Alves
<i>Fazenda Recreio</i>	Termo da Cidade de Campinas	1852	Joaquim Policarpo Aranha	Herdada de Joaquim Paulino Barbosa Aranha
<i>Fazenda Santa Thereza</i>	Termo da Cidade de Campinas	1889	Joaquim Policarpo Aranha	Provável compra de Thomaz Luiz Alves
<i>Fazenda Velha</i>	Termo da Vila de Americana	1889	Joaquim Policarpo Aranha	Provável compra de Thomaz Luiz Alves
<i>Sítio São João da Gloria</i>	Município de Mogy Mirim	1875	Joaquim Policarpo Aranha	Provável herança de Iria Balbina
<i>Sítio Guaiquica</i>	Município de Mogy Mirim	1875	Joaquim Policarpo Aranha	

<sup>85</sup> As informações desse quadro foram extraídas a partir da leitura do Inventário amigável de 1899, com informações complementadas por Pupo (1983) e pelos Registros Paroquiais para Cidade de Campinas (1855).

Observa-se que esse comportamento atua como um padrão para esses homens se consolidarem frente a classe dominante em Campinas e que a própria sociabilidade entre eles era uma forma de se encontrarem cada vez mais inseridos nessa esfera. Lapa ilustra a afirmação trazendo:

**Símbolo adjetivo desse convívio era o estabelecimento comercial de Eloi Euticiano Cerqueira Leite, conhecido como a Loja do Eloy, ninho de republicanos, onde em suas mesas de bilhar, xadrez e dominó [...] tomando um bom vinho do porto, conversavam e acertavam negócios republicanos** como Campos Sales, Francisco Glicério [...] e outros muitos, **com monarquistas como os barões de Itapura** e Ibitinga [...] e outros tantos. (LAPA, 1995, p.107- Grifo da autora)

Joaquim Policarpo Aranha era acionista da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro<sup>86</sup>. A Companhia se estrutura, de fato, na cidade de Campinas, a partir de 1872, com base no emprego de capital privado, aplicado através de uma iniciativa dos fazendeiros locais de viabilizarem e expandirem o escoamento de suas produções de açúcar e café.

Sobre a origem da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Pedroso (2002, p.80) traz que foi: “[...] uma empresa de capital particular que veio incrementar o ramal férreo [...]”. O investimento de Joaquim Policarpo Aranha em ações da Companhia Mogiana, informa que o mesmo foi um dos financiadores para a instalação da Companhia em Campinas. Além disso, Matos, aponta que:

**O ano de 1872, assistiu à fundação da** terceira ferrovia paulista [...] a **Mogiana**, fundada em Campinas. Tal como no caso das anteriores, **seus incorporadores são todos homens ligados ao café (Souza Aranha, Queiroz Telles...)** e a esta nova ferrovia caberia servir uma das mais ricas regiões da então província de São Paulo [...]. (MATOS, 1974 p.70- Grifo da autora)

---

<sup>86</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do Barão de Itapura, 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.37v. Transcrito pela autora.

Constata-se que uma das propriedades de Joaquim Policarpo Aranha, configurada nos moldes de chácara urbana<sup>87</sup>, se situa no entremeio do que se define como o Termo<sup>88</sup> da cidade de Campinas a partir da segunda metade do século XIX e a configuração urbana como cidade efetivamente. Essa propriedade será explanada detalhadamente ao longo dessa pesquisa, entretanto, observa-se que parte do ramal férreo da Companhia Mogiana perpassa sua propriedade.

Ademais, não entrando no mérito de explicar sobre as posses, mas sim, de elucidar as relações entre a infraestrutura ferroviária e as propriedades de Joaquim Policarpo Aranha, pontuam-se sobre o mapa do município de Campinas, elaborado em 1929<sup>89</sup>, as sedes das propriedades pertencentes à Joaquim Policarpo Aranha que se situam próximas ao leito férreo da Companhia Mogiana, a fim de se estabelecer um paralelo (observa-se essa análise na figura 04<sup>90</sup>).

---

<sup>87</sup>Se trata da Chácara Itapura.

<sup>88</sup>Define-se como Termo a esfera rural, onde se situam nesse momento da pesquisa, as grandes fazendas produtoras de café.

<sup>89</sup> Mapa do município de Campinas de 1929, localizado no Arquivo Municipal de Campinas, Escala 1:100.000.

<sup>90</sup> Utiliza na figura 04 uma variação de tons de cinza, que correspondem ao que Pupo, define como a regiões do Alto Médio e Baixo Atibaia (da esquerda para direita). correspondem ao que Pupo, define como a regiões do Alto Médio e Baixo Atibaia.



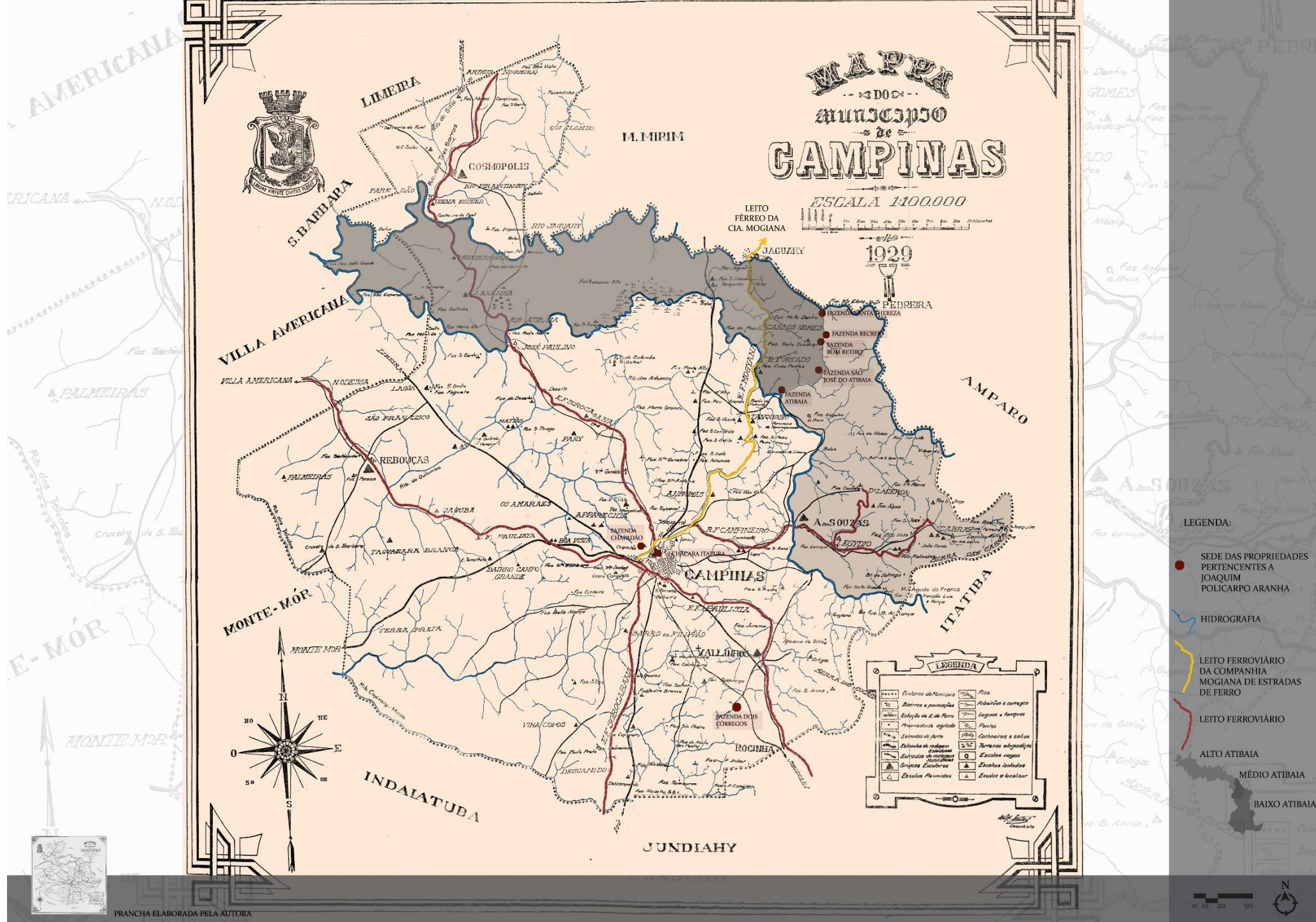


Figura 04- Recorte do mapa do município de Campinas em 1929. Atenta-se no mesmo o destaque para o percurso do leito férreo da Cia. Mogiana. Em paralelo, pontua-se e identifica-se as sedes das fazendas e propriedades de Joaquim Policarpo Aranha. Fonte: Arquivo Municipal de Campinas. Editado pela autora.

Essas relações reforçam o argumento defendido neste trabalho, de Joaquim Policarpo Aranha, como uma figura que tem participação ativa no agenciamento e consequente modelagem da forma urbana de Campinas. Ressaltam-se nessas análises, pautadas em dados que auxiliam na reconstituição biográfica de Joaquim Policarpo Aranha, o agenciamento do mesmo não se limitando apenas a esfera urbana ou apenas a esfera rural, mas sim, atuando em ambas.

O desenho do traçado férreo do ramal da Companhia Mogiana tem uma relação de proximidade com as sedes de propriedades de Joaquim Policarpo Aranha, pontuadas na cartografia territorial de 1929. Dessa maneira, é possível estabelecer um paralelo entre o beneficiamento do escoamento da produção de Joaquim Policarpo Aranha e a presença da infraestrutura ferroviária.

As terras por onde passava a ferrovia eram cedidas às Companhias Férreas pelos proprietários, objetivando rápido escoamento da produção. Essas terras são avaliadas pela Intendência Municipal, órgão que toma as devidas providências para passá-las para as Companhias de Estrada de Ferro (Scarabelli, 2004, p.188)

Homem (1996), discorrendo sobre o perfil dos fazendeiros que se inserem e se beneficiam com infraestrutura ferroviária anuncia que:

[...] a rede ferroviária facilitou o trajeto que essas famílias passaram a desenvolver. **O empresariado do café caracterizou-se pela itinerância.** Dividia seu tempo entre a fazenda onde ia em meados do ano, nos meses de colheita [...]. A cidade próxima à fazenda passou a ficar esquecida pelo cafeicultor, que se dirigia, agora, diretamente à sua fazenda, dada à ferrovia principal por ramais. **Conforme a importância do fazendeiro, a locomotiva entrava pelos desvios, permitindo que ele apeasse o mais perto possível da sede.** (HOMEM, 1996, p.53- Grifo da autora)



Em 1883, Joaquim Policarpo Aranha é nomeado, através de uma concessão honorífica como, Barão de Itapura<sup>91</sup>:

Em atenção aos seus relevantes serviços, o Governo Imperial, desejando honrar e elevar o Capitão Joaquim Policarpo Aranha, condecorou-o com as insígnias de Comendador<sup>92</sup> da Imperial Ordem da Rosa e, por decreto de 19 de janeiro de 1883, agraciou-o com título de Barão de Itapura. (CAMPOS JUNIOR, 1952 p.278)

O jornal Correio Paulistano, do dia 21 de janeiro de 1883, lançou a seguinte nota:

“Fez-se mercê do título de Barão de Itapura ao Sr. Joaquim Polycarpo de Souza<sup>93</sup> Aranha<sup>94</sup>.” (ver figura 05).

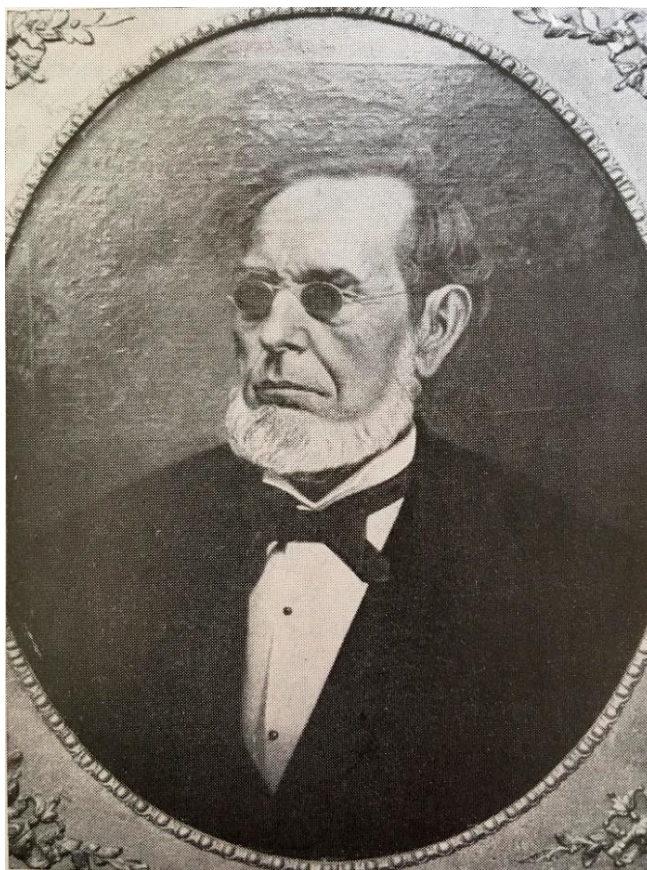
---

<sup>91</sup> Nada foi encontrado sobre o porquê do Itapura. Recorreu-se a semântica do vocábulo e foi encontrado que: Itapura (Ita + burá) em tupi-guarani significa: a pedra que emerge; que aflora. Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/itapura/2482/>

<sup>92</sup> Comendador é um termo usado para classificar uma pessoa que recebe a condecoração honorífica, que pode ser de ordem política, militar ou também eclesiástica. Pode-se dizer então que o significado de comendador é alguém que teve a honra de receber esse título. O comendador é uma pessoa que recebeu uma comenda, que pode significar em sua essência, um benefício. Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/comendador>. Acessado em 02 de janeiro de 2019.

<sup>93</sup> Esse é o único momento investigado nessa pesquisa em que Joaquim Policarpo Aranha, possui o sobrenome Souza.

<sup>94</sup> PAULISTANO, Correio. Domingo, 21 de janeiro de 1893. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1883\edicao 07899](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1883\edicao 07899). Acessado em 30 de outubro de 2017.



*Figura 05- Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura. Fonte: IBGE, 1952, p.277.*

A concessão nobiliárquica<sup>95</sup> em forma de baronato<sup>96</sup>, vem no sentido de reforçar sua condição social, passando a partir de então a atender apenas pelo título<sup>97</sup>. Fica evidente que a contribuição em eventos sociais e iniciativas vinculadas a Igreja e à Câmara Municipal, só reforçam o destaque de Joaquim Policarpo Aranha perante Campinas, permitindo que o mesmo possuísse um certo arbítrio sobre decisões que acabam por se refletir na questão urbana.

---

<sup>95</sup> Considera-se em consorte o Baronato de Libânia de Souza Aranha, pois a mesma nunca recebeu a condecoração oficial. Porém, por ser casada com Joaquim Policarpo Aranha de Camargo, desde 06 de fevereiro de 1843, se dava o direito do título do baronato em consorte.

<sup>96</sup> A partir da definição trazida pelo dicionário Antonio de Moraes Silva (1789) onde é dito que Barão pressupõe a “Dignidade de nobreza imediata à Visconde [...] os homens nobres que serviam na Milícia”, ou seja, um título inferior aquele de visconde, porém, que era concedido perante o entendimento de pessoas de destaque social em função do seu bom desempenho profissional e conseqüentemente, financeiro. Definição do verbete Barão, segundo dicionário da Língua Portuguesa Volume 1, Antonio de Moraes Silva. Disponível em: [dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/2/barão](http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/2/barão). Acessado em 02 de fevereiro de 2018.

<sup>97</sup> Observa-se que seu título vem como um dos últimos a serem agraciados em Campinas, e de forma tardia em relação a sua trajetória, pois em 1883, Joaquim Policarpo Aranha, possuía 74 anos, sendo que nove anos mais tarde o mesmo viria a falecer.

Joaquim Policarpo Aranha, falece em seis de janeiro de 1902<sup>98</sup>. Após seu falecimento, dá-se início no dia sete de março a abertura do processo de seu inventário *post mortem*. Na abertura de seu inventário<sup>99</sup> é dito que Libânia de Souza Aranha, é a principal inventariante. Na sequência do documento, é trazida à declaração realizada na residência de Libânia<sup>100</sup>:

Em seguida pela inventariante foi dito que seu marido faleceu a seis de janeiro do consente anno em testamento deixando os seguintes filhos: 1º Joaquim Polycarpo Aranha Junior, solteiro, maior. 2º Manuel Carlos de Souza Aranha, solteiro, maior. 3º Coronel José Francisco Aranha, cazado com D. Luiza Barboza Aranha, maiores. 4º Alberto Aranha, que foi cazado com D. Isolina Barboza Aranha e é representado por seu filho Carlos Alberto Barboza Aranha com 16 anos completos. 5º D. Isolete Augusta de Souza Aranha, solteira maior. Todos os herdeiros são residentes nesta residencia<sup>101</sup> [...]. (CMU, 1902, p.02)

Descritos os beneficiários, o documento encaminha-se de abrir o auto de avaliação dos bens trazendo:

Anno de Nascimento de nosso senhor Jesus Christo de mil novecentos e dois, aos vinte e nove de março, nesta cidade de Campinas, e **na caza do Barão de Itapura, vinde por meio o M. Juiz da primeira vara** Doutor Soriano Filho, comigo Escrivão, de seo cargo o solicitador Flavio de Moraes Sales e **os avaliadores** Antonio Francisco de Andrade e Julio Frank de

---

<sup>98</sup> Aos sete de janeiro de mil novecentos e dois, nesta matriz, encomendei o cadáver do Barão de Itapura, com noventa e tres annos, casado com D. Libania Aranha. Pe. Manoel Ribas d'Avila. Fonte: Livro de óbito 1892-Jan 1916 p.48v, Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-ZNKL-F?i=50&wc=M5J9-T3V%3A371872201%2C371872202%2C372134201&cc=2177299>. Acessado em 23 de agosto de 2017. Transcrito pela autora.

<sup>99</sup> De modo geral, o inventário judicial é composto de um termo com data de autuação de uma petição inicial, informando a morte do inventariado ou inventariada. Segue dessa abertura uma lista com a titulação dos herdeiros, comumente cônjuges ou filhos naturais. Em certas ocasiões anexava-se o testamento com as últimas vontades do falecido. Após a juntada de procurações e outras possíveis solicitações, nomeava-se o inventariante- a pessoa incumbida de acompanhar o trâmite processual até seu final. Em seguida, nomeavam-se os peritos encarregados de descrever e avaliar monetariamente cada propriedade, direito e obrigação do inventário. As propriedades ou bens eram comumente apresentados em ordem de importância, sendo comum observar, em primeiro lugar, os de raiz ou imóveis e suas benfeitorias. Depois seguiam ouro, prata, joias, mobiliário, utensílios domésticos e de profissão e a avaliação individual dos escravos. A etapa seguinte consistia no orçamento e na definição do montante bruto (monte mor) de passivos (incluindo dívidas, tributos e custos processuais), e do montante líquido (monte menor) a ser partilhado. Finalizava-se um inventário após a partilha das meações do cônjuge e dos herdeiros. Fonte: ANTÔNIO ABRAHÃO, 2015, p.22.

<sup>100</sup> Se trata do Palácio Itapura.

<sup>101</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do Barão de Itapura de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.02. Transcrito pela autora.

Arruda a eles o mesmo juiz determinou **a procedência da avaliação dos bens deixados pelo finado Barão de Itapura e que seja cumprido pelos mesmos**<sup>102</sup>.(CMU, 1902, p.02- Grifo da autora)

Assim, são descritos e avaliados os bens, englobando: Móveis, prataria, bens de raiz, e ações pertencentes ao Barão de Itapura<sup>103</sup>. Contudo, nesse documento nada é mencionado a respeito da partilha dos bens de raiz rurais. Buscando, esclarecer esta questão, encontrou-se o inventário amigável cunhados pelo Barão e pela Baronesa de Itapura, realizado antes de sua morte, em 1889<sup>104</sup>.

Esse documento, se comparado ao inventário de 1902, apresenta uma estrutura mais clara e sucinta. Credita-se à complexidade dos bens descritos no primeiro, como ações e acertos de dívidas por exemplo, onde a partir da avaliação dos mesmos, passavam-se pelas mãos de advogados e juizes até o despacho do auto ser concedido. Esse documento traz em sua abertura a seguinte descrição:

Nos abaixo assignados, **Barão e Baroneza de Itapura**, casados em primeiras núpcias e segundo o regimem do Imperio, **tendo entre si se acordado e resolvido fazer em vida o inventario total de seus bens, dando as respectivas legitimas**, tanto paternas e como maternas, **aos nossos únicos filhos- Joaquim Polycarpo Aranha, Manoel Carlos de Souza Aranha, Tenente Coronel Jose Francisco Aranha, Alberto Egydio de Souza Aranha e Izolette Augusta de Souza Aranha, reservando apenas para nós as duas terças partes** da fortuna comum as quaes ficarão isentas de qualquer responsabilidades quanto as divisas passivas de nosso casal, **e dito nossos filhos suborgados na responsabilidade qualitativa de sua solução** conversamos

---

<sup>102</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do Barão de Itapura de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.02. Transcrito pela autora.

<sup>103</sup> As informações sobre os bens móveis e imóveis contidas nessa fonte documental evidenciam o nível de riqueza e os padrões de consumo da família, bem como as atividades desenvolvidas, possibilitando assimilar e analisar as diferenças sociais, e as atuações urbanas dos agentes.

<sup>104</sup> A própria definição jurídica desse tipo documental confirma a importância da descrição detalhada dos bens a serem inventariados. No sentido do Direito Civil e Direito Processual, por inventário entende-se a ação especial, intentada, para que arrecadem todos os bens e direitos do de cujus. Desse modo, é inventário tomado em seu sentido amplo, desde que não se mostra mero rol de bens, mas uma exata demonstração da situação econômica do de cujus, pela evidência de seu ativo e de seu passivo, a fim de serem apurados os resultados, que serão objeto da partilha. Fonte: Abrahão, 2010, p.18.

com estes, visto serem todos maiores, **que fossem o inventario e partilhas feitas amigavelmente e em toda igualdade de direito [...] tanto para os bens imóveis como para semoventes**, compondo-se afinal os quinhões quantitativos a determinação dos bens segundo a vontade dos ditos nossos herdeiros entre si<sup>105</sup>. (CMU, 1899, p.01-01v- Grifo da autora)

A divisão dos bens entre os herdeiros é feita a partir da escolha da legítima<sup>106</sup>. A sucessão de leis que culminaram na Abolição da escravidão, em 1888, agiu como determinante para reorganização estratégica dessa elite em não dissipar seu patrimônio. Os capitais que, até então, eram investidos na compra e manutenção da mão de obra escrava, passam a ser direcionados para outros investimentos, uma vez que as manobras, condizentes a garantir a consolidação, manutenção e expansão do patrimônio familiar implicam, no contexto Imperial, em um repensar e em uma reordenação de atividades lucrativas, de estratégias e de ações que continuem a agregar na fortuna.

Essa reordenação pode ser explicada através da valorização fundiária, notada como exponencial a partir do terceiro quartel do século XIX. Identificando, primeiramente, o crescimento do número de bens de raiz adquiridos por Joaquim Policarpo Aranha, a partir desse período, e permitindo que, com a identificação desses, cumpram-se os demais objetivos dessa pesquisa, optou-se por trazer a partilha de seus bens por meio do entendimento de seus herdeiros, os principais beneficiados com sua herança.

---

<sup>105</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário amigável do Barão e Baronesa de Itapura de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.01-01v. Transcrito pela autora.

<sup>106</sup> A legítima, observada como opção escolhida por Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha, na partilha em vida de seus bens a seus herdeiros, era o processo mais complexo e demorado perante os demais. A mesma, também denominada como reserva, correspondia a  $\frac{1}{4}$  do patrimônio do casal ou ainda a à metade da meação dos inventariados. O que explica a escolha pela partilha a partir da legítima, é que a mesma “[...] era substancialmente mais rica e variada, pois era composta por qualquer bem que estivesse arrolado no inventário.” (Bacellar, 1997 p.151). Relevante a consideração de Bacellar, onde o autor aponta que a escolha através da legítima iria além de um simples recurso judicial de partilha de bens, mas sim como um mecanismo que intervinha no processo sucessório visando minimizar a desigualdade entre herdeiros na divisão dos bens. Assim, os bens identificados como bens de raiz, mobílias e semoventes se tornavam totalmente passíveis de serem partilhados.

Homem (1996, p.117) aponta a figura do fazendeiro como: “O fazendeiro de café, transformado no ‘coronel’ e no homem de negócios, ocupava os postos-chaves da estrutura econômica, política e social. Era o principal agente da passagem do capitalismo comercial e financeiro externo para interno.”



O primeiro registro da Fazenda Chapadão, segundo Pupo, é de 1798, que a descreve como engenho e, “um dos pioneiros da indústria açucareira em Campinas”, que fazia parte da sesmaria<sup>107</sup> do Capitão Joaquim José Teixeira Nogueira. (Pupo, 1983, p.178). Nesse período, a atual cidade de Campinas havia sido recém elevada à condição de vila (1797), com a denominação de Vila de São Carlos. Seu território era então composto por um singelo núcleo urbano, organizado de forma a suprir as atividades religiosas e civis da população, circundado por um extenso termo composto por vastas propriedades rurais.

Em 1818, a propriedade do engenho Chapadão, é recenseada através do Tombamento de Bens Rústicos, identificada como propriedade residente do “Capitão Joaquim J. Teixeira Nogueira, com 750 braças de testada e 1500 braças de sertão, com 50 escravos<sup>108</sup>”. O engenho do Chapadão é trazido no documento como propriedade do Quilombo. A rede hidrográfica que banhava essa propriedade é a bacia do ribeirão Quilombo, permitindo uma associação toponomástica.

O recurso da toponímia é importante na conformação fundiária, pois é perceptível que alguns dos limites da propriedade se equalizam em caminhos, em condições topográficas favoráveis, como o caso de espigões e valos, e através das redes hidrográficas. Ferreira (2017, p. 314)

---

<sup>107</sup> Instituição secular como forma de distribuir terras para serem cultivadas, a sesmaria, que significava uma doação com o dever, para o beneficiado, de ceder à Coroa o sesmo (sexta parte) de toda a produção das terras doadas [...]. Fonte: Pupo, 1983 p. 119.

<sup>108</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Tombamento de Bens Rústicos de 1818 para Vila de São Carlos p.5. Transcrito pela Autora.



Ao desenvolver uma metodologia de identificação toponomástica das sesmarias do Sertão do Rio Pardo, Ferreira (2017, p. 314) aponta para “[...] uma questão importante: o estudo da toponímia e sua permanência na atualidade, como método de espacialização dos dados textuais.”. Entende-se, portanto, a permanência dessas referências, no território, a partir do cruzamento entre fontes primárias.

Em 1830, a propriedade é herdada ao Major Luciano Teixeira Nogueira e, em 1850 a mesma é comprada por Thomaz Luiz Alves, mantendo-se com alta produção de açúcar. Em 1855, a propriedade é descrita através do Cadastro de Terras<sup>109</sup>, para já cidade de Campinas, como posse de “[...] Thomaz Luiz Alves e Dona Maria Joaquina de Abreu Cruz [...] situada na Freguesia de Campinas<sup>110</sup> [...]”.

A partir da descrição trazida nesse documento<sup>111</sup>, foi possível construir uma hipótese de espacialização para essa propriedade, cruzando essas informações com os elementos representados na cartografia de 1900 para cidade de Campinas, levantada pela Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo<sup>112</sup>. Uniu-se, então, os atributos representados, na cartografia que trabalha na escala territorial à descrição fundiária, possibilitando a identificação dos limites de conformação da Fazenda Chapadão (conforme observa-se na Figura 06). A descrição do Registro de Terras traz:

---

<sup>109</sup> A historiografia trata essa série documental como Registro de Terras, Cadastro de Terras ou Registros Paroquiais de Terras.

<sup>110</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Livros de Registros de Terras da Província de São Paulo, Filme 3.006 nº73 p.35. Transcrito pela autora.

<sup>111</sup> Se trata da série referente ao Cadastro de Terras, realizados já para então cidade de Campinas, no ano de 1855. Esses documentos foram geridos a partir da instituição da Lei de Terras em 1850 (Lei nº601 de 18 de setembro de 1850), juntamente com sua regulamentação em 1854 (ocorrida em 30 de janeiro de 1854 a mando do decreto imperial nº1.318), ordenando a criação da Repartição Geral das Terras Públicas, ou seja, um órgão responsável por teoricamente solucionar as diversas situações referentes a ocupação fundiária na instância rural. A Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, versava conciliar dois problemas em um mesmo contexto: imigração e regulamentação da terra. A nova lei estabelecia a compra e venda como o único meio de acesso à terra, ao mesmo tempo em que revalidava a situação de sesmarias concedidas anteriormente e que estivessem sendo cultivadas, e fosse morada habitual do respectivo sesmeiro. Fonte: Ferreira, 2017 p.217.

<sup>112</sup> Importante base na escala do território que além de pontuar as sedes de fazendas no termo de Campinas, traz informações topográficas, hidrográficas, caminhos, leitos ferroviários, etc.

Um as terras situadas na Freguesia de Campinas que por um lado seguem desde o subúrbio da Cidade até o **Corrego denominado dos Cavalheiros**, divizando pela estrada que vai a Villa de Piracicaba subindo pelo dito Corrego até uma ponte velha do caminho velho digo antigo do **Sítio da Boa Vista** até um brejo onde tem um curral, ficando pertencendo o gramado a Boa Vista e o matto ao possuidor Thomaz Luiz Alves: do curral sobe a linha recta a uma peroba verde que tem uma marca de cruz feita na casca da mesma peroba. Nesta peroba faz ângulo por um rumo que vai dar no canto do cafezal até o canto do matto. Dahi segue em linha recta até uma figueira que esta na **beirada da Estrada da Terra Preta**. Vem por esta estrada até a **chácara de Luiz Nogueira Ferraz**, com a qual dividem os morões de porteira e segue dividindo se com o mesmo Ferraz até a **Porteira do Pasto denominado Chacara** – e dahi segue por vallos até os **subúrbios da Cidade, divizando com vários moradores que tem prédios urbanos e feichão no Bairro de Santa Cruz**, onde começarão. (APESP, 1855, p.35. - Grifo da autora)

A primeira referência, trazida na descrição, é dita a estrada que vai para vila de Piracicaba. A mesma segundo o registro, consta como um dos limites da fazenda e seu traçado coincide, atualmente com o da atual rodovia Anhanguera. As demais referências que subsidiaram a interpretação da base documental cartográfica foram o Sítio da Boa Vista, cuja área corresponde ao atual bairro da Boa Vista, a dita Estrada da Terra Preta, o Bairro de Santa Cruz e a Chácara de Luiz Nogueira Ferraz.

A estratégia de espacializar essa propriedade vai de encontro aos objetivos desta pesquisa de compreendê-la como anexa à propriedade correspondente a Chácara Itapura. Destaca-se a natureza da documentação primária, identificada como Registros de Terras, em não apresentar medidas exatas da extensão das terras “[...] neste âmbito se compreendem três prédios ou fazendas com as denominações, de Chácaras, Bom Retiro e Chapadão e não se sabe o número de braças que contém por não terem sido medidas. São Paulo trinta de junho de mil oito centos e cinquenta e cinco.” (APESP, 1855 p.35). A espacialização da fazenda Chapadão, apresentada é uma hipótese construída a partir da interpretação das referências e limites descritos na documentação primária.



**Figura 06-** Hipótese da espacialização da fazenda Chapadão construída a partir da base cartográfica em escala territorial, levantada pela Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo, 1900. Editado pela autora.

Com o auxílio da cartografia histórica, as referências espaciais elencadas no registro de terras como estradas, caminhos, leitura topográfica territorial e identificação hidrográfica, permitem constituir uma hipótese da extensão da fazenda Chapadão. Carrara e Laguardia (2013) tocam em um ponto que converge para o objetivo metodológico do cruzamento de fontes primárias distintas vislumbrado para esta pesquisa, apontando:

[...] quanto à carência de pesquisas que permitam aferir de modo consistente as informações dos registros, o que exigiria **articulá-las com a de outras fontes possibilitando tanto verificar a consistência do conteúdo da documentação quanto vislumbrar outras dimensões.** (CARRARA e LAGUARDIA, 2013, p.11- Grifo da autora)

A historiografia, em geral, aponta que os trabalhos realizados, que se alimentam dessa série documental como fonte primária, enfrentam dificuldades na interpretação dos registros, justificando a imprecisão contida na descrição, demarcação e delimitação dessas glebas rurais<sup>113</sup>.

Nos registros de terra, há uma falta de elementos considerados mensuráveis, e de outras bases documentais que discutam a tratativa fundiária dificultando, assim, a precisão na hipótese de espacialização. Para o caso dessa pesquisa, a imprecisão apontada como recorrente, nos registros, também é uma característica importante a ser questionada, como presente na realidade temporal do documento. Tratando-se de uma característica inerente à época, o conceito de precisão acaba por se tornar um tanto quanto irrelevante para o caso aqui trabalhado.

Contudo, frisa-se que a precisão não é um objetivo estabelecido para o método aqui trazido; mas, o rigor e a coerência na análise, que suportam a hipótese espacial, sim.

---

<sup>113</sup> Carrara e Laguardia (2013, p.05) discorrem sobre a natureza desses documentos que: “Foi a prática social em cada lugar que definiu o caráter dos registros, não sendo possível, portanto, atribuir-lhes uma natureza genérica, válida para todo o território nacional ou mesmo a partir do que a lei de 1850 e sua regulamentação em 1854 previam que fossem ou o papel que deveriam cumprir”.

Pereira da Silva (2006, p.83) também aponta essa imprecisão como recorrente, constando que “[...] há incorreção na nomenclatura dos locais, impropriedade dos marcos limítrofes das glebas e incertezas quanto às reais dimensões das terras [...]”. Para tanto, apontam-se que, muitos “elementos tomados como marcos<sup>114</sup>”, não eram perenes à temporalidade, ou seja, apresentavam-se no território junto à descrição; mas, muitas vezes, não se conservaram com o passar do tempo.

Em 1869, a propriedade é comprada por Joaquim Policarpo Aranha, que decide, em razão do declínio dos preços do açúcar, iniciar a produção cafeeira. De acordo com seu registro escriturário em 1875:

**A fazenda é de cultura de café e cana com casa de morada assoalhada, cafezaes, engenho de cana e café, senzallas, e mais benfeitorias**, divizando com o Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, Antonio Egydio de Souza Aranha, Jozé Correa Franco, Joaquim Ferreira, com a fazenda Boa Vista, pertencente a herança do finado comendador Manoel Joaquim Ferreira Neto<sup>115</sup> [...]. (CMU, 1875, p.72v- Grifo da autora)

Em 1889, Joaquim Policarpo Aranha, faz a partilha de seus bens em vida, com o consentimento de sua esposa, Libânia de Souza Aranha. É arrolado ao auto de avaliação:

**Uma Fazenda denominada Chapadão com cafezais e todas as suas benfeitorias**, utencilios de trabalho e os moveis existentes em a casa de vivenda compreendendo o denominado Bom Retiro, até a terminar das mattas que bordejão o campo da Chacara<sup>116</sup>[...]. (CMU,1889, p.04v.- Grifo da autora)

---

<sup>114</sup> Carrara e Laguardia (2013, p.12).

<sup>115</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão 1º Cartório de Registros e Títulos. Registros de Escripuras, Livro 1875-1882, L12 S3 p.72 v. Transcrito e grifado pela autora.

<sup>116</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário Amigável de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.04v. Transcrito e grifado pela autora.

A fazenda Chapadão é dividida igualmente entre José Francisco Aranha<sup>117</sup> e Alberto Aranha<sup>118</sup>, em 1889, é descrito para cada um o:

[...]pagamento o valor na **metade da fazenda denominada “Chapadão”, com terras cafezais, benfeitorias, utensilios de trabalho e os moveis existentes com a casa de vivenda**, avaliadas englobadamente em duzentos e cinquenta contos de reis, a quantia de cento e vinte cinco contos de reis<sup>119</sup> [...]. (CMU,1899 p.11-12. Grifo da autora)

Em 08 de fevereiro de 1892, José Francisco Aranha vende a sua parte da propriedade a seu irmão, pelo valor de trezentos contos de reis, passando o “Tenente Alberto Aranha e mulher Dona Izolina Barboza Aranha, residente nesta Comarca, lavradores, a serem possuidores da Fazenda denominada Chapadão, com terras, cafesaes e benfeitorias<sup>120</sup>”.

---

<sup>117</sup> A descrição dos bens destinados a José Francisco Aranha também contemplam “[...] mais metade do valor de oito bestas de trabalho, existentes na mesma fazenda, avaliadas por oito centos mil reis ao todo, [...] mais, metade do valor de dezesseis bois, existentes na referida fazenda, avaliadas por seis centos e quarenta mil reis ao todo, a quantia de trezentos e vinte mil reis [...]” Fonte: CMU, 1889, p.04v. Transcrito pela autora.

<sup>118</sup> Alberto Aranha é contemplado com: “[...] metade do valor de noventa e nove bois de trabalho existentes na referida fazenda avaliados por tres contos nove centos e sessenta mil reis ao todo, a quantia de um conto nove centos e oitenta mil reis [...] Haverá mais, metade do valor de doze bestas de trabalho existentes na mesma fazenda, avaliadas por nove centos e sessenta mil reis ao todo; a quantia de quatro centos e oitenta mil reis [...]”Fonte: CMU,1889, p.12v Transcrito pela autora.

<sup>119</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário Amigável de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.11v, 12 e 12v. Transcrito e grifado pela autora.

<sup>120</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão 1º Cartório de Registros e Títulos. Registros de Escripturas, Livro 1875-1882, L12 S3 p.181 v. Transcrito pela autora.

Aportou-se em uma série documental paralela às fontes, até então, trabalhadas. Trata-se dos livros nos quais eram descritas as tributações sobre o café produzido nas fazendas. Essa série atende por Livros de Impostos sobre o Café<sup>126</sup>. Esses livros<sup>127</sup> eram tributados e informavam o nome do contribuinte e a importância do café, ou seja, o valor do tributo e a produção em arrobas.

QUADRO 03- TRIBUTAÇÃO DO CAFÉ SOBRE PRODUÇÃO DA FAZENDA CHAPADÃO 1893-1903<sup>121</sup>

Ano	Propriedade	Contribuinte <sup>122</sup>	Valor de Contribuição <sup>123</sup>	Produção em Arrobas
1893	Chapadão	Alberto Aranha	80.000	2.000
1894	Chapadão	Alberto Aranha <sup>124</sup>	600.000	15.000
1895	Chapadão	Izolina Barboza Aranha <sup>125</sup>	240.000	6.000
1896	Chapadão	Izolina Barboza Aranha	600.000	15.000
1898	Chapadão	Izolina Barboza Aranha	480.000	12.000
1899	Chapadão	Izolina Barboza Aranha	600.000	15.000
1900	Chapadão	Izolina Barboza Aranha	480.000	12.000
1901	Chapadão	Izolina Barboza Aranha	480.000	12.000
1902	Chapadão	Izolina Barboza Aranha	240.000	6.000
1903	Chapadão	Izolina Barboza Aranha	560.000	14.000

A propriedade (observada no quadro 03) mantém-se com a família Souza Aranha até 1914, quando Carlos Alberto Barbosa Aranha, neto do Barão de Itapura, então

<sup>121</sup> Arquivo Municipal de Campinas, Série de 08 Livros de Impostos sobre o café. Série 044. Transcrito pela autora.

<sup>122</sup> Nomes descritos de acordo com a grafia encontrada nos Livros de Impostos sobre o café.

<sup>123</sup> Valor do pagamento arrecadado sobre a produção.

<sup>124</sup> Segundo Moya (1941, p.62) e Leme (1902, p.161) Alberto Aranha falece em 02 de novembro de 1893.

<sup>125</sup> Filha do Capitão Joaquim Paulino Barbosa Aranha e de D. Brazilia de Souza Melo; neta paterna de Antônio Barbosa Aranha e D. Maria Francisca Aranha (esta irmã dos Barões de Itapura e de Anhumas). Fonte: Moya, 1941 p. 63

<sup>126</sup> Encontrou-se parte dessa série no Arquivo Municipal de Campinas. Mais precisamente nove livros. Os demais exemplares não foram mapeados até então. Ao que a historiografia indica, essa série é bastante extensa e historiadores e memorialistas, tal como Pupo, fazem menção a essa série, trazendo dados referentes a produção anual das fazendas tributadas.

<sup>127</sup> A série documental sobre tributação do café localizada abrange um período de 10 anos, compreendendo as datas entre 1893 até 1903, faltando o livro correspondente ao ano de 1897, que não foi localizado.

proprietário, vende-a à firma Teles, Quirino & Nogueira<sup>128</sup>, como forma de quitação de dívidas. A firma Teles, Quirino & Nogueira<sup>129</sup> tratava-se de uma sociedade composta por ex-fazendeiros e comerciantes locais que, visando uma estratégia de manutenção de suas fortunas, iniciam empreendimentos para valorizar suas propriedades, propondo o parcelamento e loteamento dessas áreas, no que se configura como novos bairros que representam uma primeira expansão do tecido urbano de Campinas nas primeiras décadas do século XX.

Revela-se uma forma de expansão do tecido urbano; marcada pela iniciativa particular desses homens, que compõem a elite da cidade de Campinas. A estratégia é agregar valor fundiário às suas glebas rurais, integrando-as à malha urbana. O processo que se desenvolve em Campinas também acontece na cidade de São Paulo, como destaca Pereira da Silva, (2013, p.192): “[...] a transição capitalista de São Paulo se fez por indivíduos abastados que passaram a acumular riqueza em formas modernas [...]”. A produção de novos loteamentos urbanos, a partir do parcelamento de glebas rurais, constituía uma das modalidades de acumulação capitalista.

---

<sup>128</sup> De acordo com um recorte do jornal Correio Paulistano, veiculado na capital do estado de São Paulo, a firma Telles, Quirino & Nogueira atuava como uma casa comissária, responsável pelos tributos alfandegários das vendas de café na praça de Santos. As casas comissárias, em sua maioria, eram agenciadas pelos próprios cafeicultores, sendo responsáveis pelo financiamento da lavoura, abastecimento e subsídio das fazendas. As mesmas se localizavam em Santos, pela viabilidade de negociação com os exportadores do café. Segundo a notícia trazida no periódico: “Os abaixo assignados, sócios da firma Telles, Netto & Comp., participam à praça e a quem possa interessar que tendo se retirado da firma o sócio Domingos Luiz Netto, continua a casa com o mesmo commercio de comissões com os socios sollidarios, Antonio Carlos da Silva Telles, Bento Quirino dos Santos e José Paulino Nogueira, sob a firma de Telles, Quirino & Nogueira, ficando a cargo desta a liquidação dos negócios daquela”. Santos, 31 de julho de 1899. [PAULISTANO, 1899]”. Fonte: PAULISTANO, Correio. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=telles%20quirino%20e%20nogueira](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=telles%20quirino%20e%20nogueira). Acessado em 15 de maio de 2018.

<sup>129</sup> Destaca-se que um dos sócios da Telles, Quirino & Nogueira, José Paulino Nogueira, se inclui na genealogia do sesmeiro originário da propriedade rural que viria a ser a fazenda Chapadão, ou seja, nota-se um resgate patrimonial da propriedade, retomando-a à família Teixeira Nogueira como proprietária parcial da fazenda, a partir de 1914.



No final do século XIX e início do século XX, a partir dos capitais originalmente administrados por uma aristocracia de terras, desenvolve-se uma cidade burguesa, não mais apenas de senhores e escravos, mas também de patrões e empregados (LAPA, 1996, p.48), que precisavam educar os seus sentidos e exercitar-se no uso de novas formas de convívio social, adequados à lógica financeira.



**Figura 07-** Vista aérea da fazenda Chapadão. Identificou-se sobre a fotografia a sede da fazenda e a capela de São Judas Tadeu. Fonte: IGC, Série de Aerofotos Oblíquas- 1939/1940. Campinas V.G. Fazenda Chapadão Tombo: 1674 Disponível em [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/galeria\\_aerofotos.aspx](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/galeria_aerofotos.aspx) .  
Editado pela autora.

Em 1942, a fazenda Chapadão, tem parte de sua extensão vendida ao Exército Brasileiro, para implantação da sede do Comando, da unidade do 28º Batalhão da 11ª Brigada de Infantaria Leve e de outras dependências de caráter militar, sendo iniciada, em 1944, a construção da Escola Preparatória de Cadetes do Exército<sup>130</sup> (EsPCEEx).

---

<sup>130</sup> A Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) é uma instituição de ensino militar destinada a selecionar e preparar jovens ingressantes para serem futuros cadetes do Exército Brasileiro na Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN). Em 1944 foi adquirido o terreno da Fazenda Chapadão, sendo firmado um acordo entre o Ministério da Guerra e o Estado para construção e instalação da Escola.

Esta narrativa evidencia uma sucessão de proprietários da fazenda explicitando uma lógica fundiária pautada na terra, enquanto instrumento para produção de capital. Com o declínio dos preços da produção do café, associado ao incentivo da produção industrial na primeira República, a lógica para que as reservas de capitais privados continuem garantidas se voltam para o mercado de terra enquanto extensão, e não mais para o protagonismo da produção agrícola.

A estrutura fundiária, está diretamente relacionada ao modo como os proprietários se distribuem e se organizam territorialmente. Essa distribuição territorial considera aspectos quantitativos, sociais e referentes à dimensão das porções agrárias.

Fridman (1999, p.126) afirma que “No século XIX, significativas mudanças ocorreram nas áreas agrícolas do ponto de vista da questão territorial”. A autora aponta, que, a partir do processo de mercantilização agrária<sup>131</sup>, onde o valor da terra passa a ser enquanto sua dimensão, e não apenas enquanto espaço de produção, ou seja, como matéria prima vinculada à mão de obra escrava e a produção das monoculturas. Antes, a terra, tinha seu valor de extensão, significando maiores possibilidades de produção; e, para o caso do açúcar, a monocultura utilizava técnicas arcaicas que gerava desgastes e baixa rentabilidade do solo. (Fridman, 1999, p.126)

A estrutura fundiária é a forma como o recurso da terra se divide em propriedades de acordo com o processo histórico da área analisada e, também, em consonância com as legislações regidas pelo Estado. Foi, portanto um período de significativas mudanças, que abrange a passagem da crise do sistema sesmarial à mercantilização do solo. (Fridman, 1999, p.129)

---

<sup>131</sup> A autora trata a mercantilização como o processo de conceber as terras em mercado, ou seja, o valor passa a ser atribuído a extensão agrária.

A partir desse processo, articulam-se políticas agrárias ao fomento à mão de obra como mecanismo para constituição e consolidação de uma classe dominante:

É sintomático o fato de que as grandes propriedades, sobretudo as dedicadas à lavoura de café, já possuíam a denominação de fazendas. Nelas o café era intercalado com feijão, milho, mandioca: havia sombra e comida. **Por outro lado, os cafeicultores que constituíram um novo tipo social- muitas vezes com títulos nobiliárquicos e ocupando cargos políticos- estabeleceram alianças com o setor mercantil.** (FRIDMAN, 1999, p. 129- Grifo da autora)

Ribeiro (2016, p.178) aponta que, na análise de famílias e propriedades situadas em Campinas, encontrou “propriedades fragmentadas em pequenas unidades territoriais”. De acordo com a reflexão da autora, a conquista ao direito à propriedade da terra, associada a regularização fundiária regulamentada a partir da Lei de Terras<sup>132</sup>, refletiu na organização fundiária<sup>133</sup>. De acordo com a autora, a estrutura agrária da região “[...] sofreu uma metamorfose, dissolvendo as grandes propriedades em pequenos sítios ou chácaras [...]”.

Caio Prado Jr (1945, p.696) afirma que a pequena propriedade apresenta uma história mais recente, se comparada às extensas. Segundo o autor, na cronologia, primeiro vem a grande propriedade; depois, como consequência de seus desmembramentos, conformam-se as menores. A formação das posses de menor escala, estão condicionadas à necessidade de mão de obra, à divisão familiar da propriedade, ao patamar social e econômico de seus proprietários e à influência da industrialização dos centros urbanos.

Esse discurso dialoga com a instalação dessas famílias nas bordas do espaço urbanizado mantendo o controle da instância urbana na proximidade e inserção dos

---

<sup>132</sup> De acordo com Constantino (2010, p.35) a Lei de Terras (1850) institucionalizou a propriedade privada do solo, e assim, instituiu o sistema de venda e compra e a prática de parcelar o solo para obter dele o maior rendimento possível.

<sup>133</sup> Fridman (1999, p.127) afirma que a promulgação da Lei de Terras, em 1850, foi um importante divisor de águas e elemento fundamental para o entendimento da problemática fundiária. A Lei e seu regulamento, de 1854, consolidaram legalmente a propriedade privada e formaram um mercado capitalista de terras.

costumes sociais, religiosos e civis, paralelamente ao universo rural, onde a produção e acúmulo de capital acontece. Lapa (1995), traz a sua percepção das chácaras, na cidade de Campinas, destacando:

**A transição do campo para a cidade nem sempre se faz direta e, nesse sentido, as chácaras que vão aos poucos acinturando o quadro urbano, constituem um momento em que os seus moradores, beneficiados por uma acumulação que já datava de mais de meio século, procuram afastar-se do isolamento rural, sem, contudo, assimilar os inconvenientes urbanos, escolhendo para morada as chácaras. (LAPA, 1995 p.103- Grifo da autora)**

---

## | 2.2 A TIPOLOGIA DE CHÁCARA NO SÉCULO XIX |

De acordo com Reis Filho (1980, p.28) as chácaras definiam-se por um tipo característico de habitação, situado nas periferias dos centros urbanos, reunindo a proximidade com as facilidades de abastecimento e dos serviços das casas rurais e era a solução preferida de famílias abastadas no Império<sup>134</sup> e na República. Entende-se que as chácaras iam além de uma classificação tipológica de habitação, podendo enquadrá-las enquanto uma tipologia fundiária.

Estas propriedades eram formadas por extensas porções de terras, com a presença de pomares, plantações e benfeitorias necessárias ao abastecimento da família, associadas às luxuosas residências com programas adequados ao convívio urbano. A partir do limite dessas chácaras, encontravam-se as propriedades de caráter rural, como fazendas e sítios

---

<sup>134</sup> A incidência de chácaras é perceptível em alguns casos, desde o período colonial. Contudo, as chácaras coloniais, apresentavam uma lógica mais semelhante à de propriedades rurais mais extensas, como os engenhos por exemplo. A dinamização dessa estrutura fundiária a configurava como chácara de acordo com suas dimensões, no caso da Colônia, mais modestas em relação aos engenhos.

destinadas à produção. Além do mais, a percepção do cinturão de chácaras não está restrita aos estudos de Lapa, destacando a pesquisa de Homem (1996, p. 63) que identifica um cinturão de chácaras ao redor do núcleo urbano de São Paulo<sup>135</sup>.

A partir dessa leitura, esclarece-se que, ao se referir a essa tipologia fundiária; não se trata da esfera e rural especificamente, nem exclusivamente da esfera urbana; mas sim, da interpretação da transição entre os dois universos.

Apesar da presente pesquisa tratar de um estudo de caso da cidade de Campinas, constatou-se que essa tipologia tem sua recorrência como um padrão para as cidades brasileiras que tiveram seu crescimento econômico e urbano vinculado à produção ligada à terra<sup>136</sup>. Dessa maneira, resgatam-se, através da historiografia, estudos que vão além de Campinas e que tratam dessa tipologia, buscando elucidar o entendimento das mesmas e estabelecer relações com o estudo de caso aqui traçado, compreendendo a relação tipológica diretamente associada às famílias vinculadas a uma aristocracia de terras.

Destaca-se, como um dos exemplos estudados, o caso da antiga Chácara Botafogo, situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Exemplar que constitui a morada da família de Rui Barbosa<sup>137</sup>, atualmente localizada no bairro do Botafogo. Pessoa dos Santos (2013, p.29) aponta em sua investigação que as chácaras traziam a necessidade de amplos terrenos, a fim de atender aos requisitos da casa nobre, sintetizando as qualidades e confortos de uma residência aristocrática senhorial, em meio a um vasto terreno que permitia não somente atividades vinculadas à tarefas domiciliares, como cultivo de

---

<sup>135</sup> Ver página 82 de Homem (1996). A Autora apresenta uma amostragem de chácaras que cederam lugar aos palacetes na cidade de São Paulo no século XIX.

<sup>136</sup> Abrahão (2017, p.98) aponta: Em Salvador, as casas ajardinadas ficavam no bairro denominado “Vitória”, um dos subúrbios favoritos da Bahia e local escolhido para implantação de inúmeras chácaras.

<sup>137</sup> Polímata brasileiro se destacou como jurista, advogado, diplomata, escritor, filólogo e jornalista. Fonte: [https://www.ebiografia.com/rui\\_barbosa/](https://www.ebiografia.com/rui_barbosa/). Acessado em 24 de setembro de 2018.

hortas, mas também ao lazer dessa família senhorial, através de dependências como jardins e varandas.

Ao longo de todo o século XIX, foram muito comuns, também, as chácaras nos bairros nobres do Rio de Janeiro, ou nos arredores da cidade. Em meados do oitocentos, existiam várias delas na Glória, em São Cristóvão, no Andaraí, e em Santa Teresa<sup>138</sup>. Na segunda metade do século XIX houve um aumento considerável, tanto no número de chácaras como no número de solares, nos bairros mais ricos da cidade; habitados, então, por portugueses e brasileiros abastados, por latifundiários e donos de fazendas, por senhores de engenho, e criadores de gado (Aragão, 2017, p.41).

Com o crescimento urbano, esse tipo de habitação chegou a ser, em alguns casos, preferido em relação ao sobrado, seja pelo modo de vida que proporcionava, seja pelas áreas ajardinadas que circundavam a residência, garantindo melhor iluminação e ventilação aos cômodos internos (Aragão, 2017, p.41).

Villaça (1929, p.161) em sua leitura territorial do século XIX, no Rio de Janeiro, aponta que “Havia chácaras que exploravam a agricultura para fins comerciais; no entanto, a família- o chefe especialmente – não estava exclusivamente engajada em atividades agrícolas e levava um estilo de vida totalmente urbano.”.

A área destinada à implantação da Chácara do Botafogo, fazia parte de uma sesmária que, uma vez desmembrada, deu origem a parcelas fundiárias mais modestas. Segundo Pessoa dos Santos (2010, p.03) as chácaras tinham distintas finalidades, como a exploração da agricultura para fins comerciais; aquelas voltadas para agricultura de subsistência, com famílias instaladas, e aquelas voltadas para o lazer de famílias

---

<sup>138</sup> Bairros consolidados na cidade do Rio de Janeiro.

aristocráticas residentes na cidade. Homem (1996, p.39) as considera como “[...] herdeiras das culturas de subsistência instaladas na periferia da cidade desde os tempos coloniais.”

Pessoa dos Santos (2010, p. 04) define a chácara como uma espécie de asilo do proprietário abastado, ou seja, apontando que a confluência de características rurais associadas aos costumes urbanos é enxergada como um enraizamento desses proprietários<sup>139</sup> em suas origens coloniais, onde as dimensões generosas dessas glebas permitem a identificação com o sistema fundiário colonial revelando os antigos costumes.

Contudo, a necessidade de munir essa estrutura fundiária extensa, com todas as instalações necessárias para nobreza, aponta o apreço pelo modo de vida europeu<sup>140</sup>. A contradição, entre o apego aos hábitos coloniais e aos costumes luxuosos importados da Europa, se traduz na tipologia fundiária de chácara<sup>141</sup>.

---

<sup>139</sup> Nos casos estudados para a vigente pesquisa, observou-se um padrão de que os proprietários de chácaras são aristocratas fazendeiros, filhos de senhores de engenho, comerciantes, diplomatas, cientistas.

<sup>140</sup> Homem (1996, p.20) discorrendo sobre a postura oitocentista das famílias abastadas e, seus costumes aponta que a procura por artigos franceses e ingleses de luxo era muito grande, sobretudo relativos à decoração, à moda e à arte.

<sup>141</sup> Eram comuns às chácaras do Rio de Janeiro, os arvoredos (muita árvore de fruto), plantações e enxertos, às vezes horta e pomar, capinzal, poços d’água ou rio de água doce nos fundos ou cortando a propriedade, cocheiras, cavalariças, senzala e casa de vivenda. Fonte: Aragão, 2017, p. 136.



*Figura 08- Sede da antiga chácara do bairro do Botafogo, residência de Rui Barbosa no Rio de Janeiro. Fotografia tirada pela autora em 20 de setembro de 2018.*

Outro exemplar que reitera a discussão, aqui trazida, é a Chácara<sup>142</sup> da Baronesa dos Três Cerros<sup>143</sup>, localizada no atual município de Pelotas- RS. Assim como o caso do Rio de Janeiro, trata-se de um exemplar pertencente a uma família aristocrática do século XIX, agraciada com títulos nobiliárquicos, a família Antunes Maciel.

Conforme Schwanz (2009, p.57) “O terreno em que hoje está localizado o Solar da Baronesa foi comprado, em 1863, pelo Coronel Annibal Antunes Maciel, para

---

<sup>142</sup> Atual Museu Municipal Parque da Baronesa, inaugurado enquanto museu em 1982, possui tombamento dentro da esfera municipal (COMPHIC) em 1985. Fonte: Schwanz,2009 p.47

<sup>143</sup> A historiografia diverge sobre a grafia da nobiliarquia dos barões, podendo encontrar Baronesa dos Três Serros ou dos Três Cerros.



presentear seu filho, Annibal Antunes Maciel Junior, em virtude de seu casamento com Amélia Fortunata Hartley de Brito.”. A autora destaca que as dimensões da propriedade implicavam no afastamento do núcleo urbano consolidado, indicando que suas características a conformavam como uma residência que reunia as vantagens do universo urbano e rural. Assim, Schwanz traz que:

**A denominação de chácara, comumente utilizada pela família, se dá devido à construção ter sido erguida nas proximidades da cidade, representando, na época, uma opção de moradias para aquelas famílias mais abastadas que não queriam fixar-se no centro, nem tão próximos às charqueadas. O lugar coberto de árvores e flores, representava um misto de vida rural e de vida urbana, com o melhor de ambos.** (SCHWANZ, 2009, p.60-Grifo da autora)

Apointa-se na Chácara da Baronesa, a preocupação da família Antunes Maciel em não se distanciar da sociabilidade desfrutada, no núcleo urbano, com a afirmação do sucesso familiar refletida no requinte e decoro, empregado na construção do palacete residencial, bem como a relação com a natureza expressa por meio do tamanho e das características da propriedade.

A relação com a natureza estabelecida entre a família residente das chácaras era expressa através de jardins, comumente ladeando a residência, utilizados para lazer e contemplação. A presença de amplos jardins é uma característica recorrente neste tipo de moradia (observar figura 09).



**Figura 09-** Sede da antiga chácara da Baronesa dos Três Serros, em Pelotas-RS. Disponível em: <http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/museu-da-baronesa-informa-horario-limite-para-entrada-e5b45f4f-b9df-4d21-8551-1fbca8bc51> . Acessado em 16 de novembro de 2018.

Enquanto as residências urbanas eram erguidas, umas ao lado das outras, sem recuo lateral, no alinhamento das ruas, com um “jardim-horta-pomar” atrás dos muros no recuo posterior, as casas de campo e de chácaras estavam isoladas no lote e cercada por áreas ajardinadas. Às árvores e flores dessas áreas qualificavam a paisagem e a arquitetura, estando em consonância com a natureza ao redor (Aragão, 2017, p.104).

Um aspecto quanto a presença de espaços externos nas chácaras, no caso quintais e jardins, já era notado: Com a mercantilização fundiária, elementos que valorizassem a propriedade passaram a ser implementados nessa tipologia:

Em meados do século XIX, já havia se tornado comum a inclusão de espaços e elementos externos à residência como atrativos de venda nos anúncios de casas urbanas: quintal, jardim, chácara, poço com boa água, sendo mais frequente a menção a esses elementos que a descrição dos cômodos internos. **Nos anúncios das últimas décadas do oitocentos, começou a aparecer com maior frequência o valor das casas à venda e do aluguel dos cômodos, sobrados, casas térreas e chácaras.** (ARAGÃO, 2017, P.127- Grifo da autora)

Compreende-se, portanto, que o termo chácara não designava exclusivamente propriedades rurais; mas sim, sua implantação em áreas ditas como semiurbanas. Estava mais próximo do sentido de “quinta”, embora nem sempre correspondesse a uma grande propriedade, sendo muitas vezes uma propriedade pequena ou mediana, com vinte ou trinta<sup>144</sup> braças de frente e cerca de cinquenta ou cem braças de fundo<sup>145</sup> (Aragão, 2017, p.135).

Na tentativa de se estabelecer o padrão para tipologia fundiária de chácaras, buscou-se também um exemplar na cidade de São Paulo- SP. Trata-se da Chácara do Carvalho, propriedade da família Silva Prado, abrangendo uma suntuosa residência, construída em 1893. Segundo Homem (1996, p.134) “notabilizou-se como um dos palacetes mais importantes da cidade e como residência do Conselheiro Antônio Prado, no período de 1893 a 1929”. Seu proprietário, o Conselheiro Antônio Prado, enquadra-se nos padrões sociais de um homem pertencente à aristocracia cuja fortuna origina-se na produção rural.

Destaca-se o empenho, embora ligado às atividades agrárias, buscando alternativas rentáveis em empreendimentos urbanos do Conselheiro Antônio Prado.

---

<sup>144</sup> Adotou-se segundo Sistema Internacional de Unidades de Medida, uma braça correspondente a 1,82 metro linear. Adotou-se segundo Sistema Internacional de Unidades de medida, uma légua de sesmaria correspondente a 6.600 metros lineares.

<sup>145</sup> Número de braças de testada ou de frente (referente a medida frontal da propriedade) e de sertão ou de fundo (referente a medida de profundidade da propriedade).

Nesse sentido, Homem (1996, p.140) o destaca como cafeicultor, empresário, político ativo e empreendedor de iniciativas diversas<sup>146</sup>. Sobre a sua propriedade, o terreno foi escolhido pelo próprio Conselheiro Antônio Prado, possuindo uma nascente e um corpo de água e não se distanciando do padrão já até então observado para as Chácaras: Uma extensa propriedade munida de jardins, pomares, edículas para os empregados, garagens e com um suntuoso palácio instalado na porção mais próxima ao núcleo urbano.

A escolha do terreno, ao que tudo indica, também era um fator determinante na definição do padrão de tipologia fundiária das Chácaras. Além das propriedades apresentarem vantagens relacionadas ao abastecimento e à salubridade, o cuidado na escolha de um terreno que virá a se valorizar é uma condicionante. Ainda, essa questão evidencia um agenciamento, ou seja, um controle desses proprietários em atuarem diretamente em seus negócios rurais e urbanos sem se distanciar das duas esferas<sup>147</sup>.

Essa área de transição, na qual as Chácaras se implantavam, é denominada por Homem (1996, p.71) como áreas “semi-urbanizadas”, onde eram observadas as dimensões das mesmas, herdadas das propriedades rurais, e o requinte associado às vantagens em obter um contato próximo ao núcleo urbanizado:

As chácaras semi-urbanizadas surgiram, de preferência, nos caminhos das estações ferroviárias e nas proximidades do leito das estradas de ferro. Despontaram também, nas ruas servidas pelos transportes a tração animal [...] além do transporte coletivo, **vemos que muitas chácaras se beneficiavam dos primeiros melhoramentos urbanos.** (HOMEM, 1996, p. 71 - Grifo da autora)

---

<sup>146</sup> Fundador da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais em 1878; Presidente da Caixa Econômica Imperial em 1876; Vereador e Presidente da Câmara Municipal de São Paulo em 1865 e prefeito da cidade de São Paulo por três turnos (1899-1910). Fonte: Homem, 1996, p.141.

<sup>147</sup> Segundo Homem, 1996, p.70-71: as chácaras mais nobres situavam-se nas principais vias, dando os fundos para os rios ou várzeas ou em pontos mais altos, nas encostas do espigão central ou sobre as colinas ao redor do centro, que constituíam locais aprazíveis, arejados e secos, de onde se descortinavam belos panoramas e se usufruía mais salubridade, por estarem a salvo das enchentes dos rios.

O projeto da residência instalada na Chácara do Carvalho esteve a cargo do construtor italiano Luigi Pucci<sup>148</sup>, que, de acordo com Homem (1996, p.144) “[...] embora não sendo engenheiro nem arquiteto de formação, ganhara o concurso para executar as obras do Museu do Ipiranga<sup>149</sup>”. Há documentos que indicam que Luigi Pucci é o mesmo construtor responsável pela principal residência de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura.

Essas propriedades, como já explicitado, pertenciam às famílias que tinham um destaque econômico e social no século XIX. Como forma de reflexo da conduta social, e reafirmação de *status*, buscava-se implantar suas construções suntuosas e luxuosas, em áreas onde os Códigos de Posturas<sup>150</sup> não interferissem tanto em suas decisões. Por isso, a escolha por áreas limítrofes ao perímetro urbano, onde as posturas eram menos rígidas, permitindo, assim, aos proprietários uma flexibilização da construção e uma certa exclusividade em seu exemplar. Essa análise, constrói-se como uma hipótese para a origem desse padrão tipológico fundiário. Homem aponta:

A concretização desses recursos só seria possível na zona semi-rural, fora do alcance da legislação. Uma vez no centro, esta mostrava-se rigorosa a respeito do alinhamento, preservando a tradição colonial de casas geminadas junto aos passeios ou às vias públicas. (HOMEM 1996, p.71)

A concretização nomeada pela autora reflete-se nos recuos frontais e laterais que dão lugar aos jardins desenhados a partir de inspirações europeias e, nos próprios exemplares da arquitetura neoclássica.

---

<sup>148</sup> Nas referências buscadas, Luigi Pucci era comumente chamado de Luiz Pucci.

<sup>149</sup> A obra conhecida então como Monumento do Ipiranga, foi projetada por Tomás Gaudêncio Bezzi e construída por Luigi Pucci, em 1882. Fonte: Homem, 1996, p.115.

<sup>150</sup> Conjunto de normativas referentes às posturas sociais, sancionadas pela Câmara dos Municípios.



**Figura 10-** Sede da antiga chácara do Carvalho, do Conselheiro Antonio Prado, em São Paulo-SP. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/493566440386318950/?lp=true> Acessado em 16 de novembro de 2018.

Luigi Pucci imprime nessa obra suas referências renascentistas traduzidas através de elementos arquitetônicos como platibandas arrematadas por balaustradas, arcadas sustentadas por colunas coroadas por capiteis compósitos e uma rica ornamentação em estuque. Sobre os jardins existentes na Chácara do Carvalho, Homem (1996) aponta:

Os jardins da Chácara, na realidade, constituíam um parque e impressionavam pela exuberância. Ao que tudo indica, o seu traçado à inglesa deveu-se a Antônio Etzel, jardineiro austríaco [...]. Os amplos gramados eram recortados por alamedas asfaltadas em curvas. Cercados de muros e gradis de ferro, um caminho os margeava, percorrendo toda a volta da quadra onde se situava a Chácara. (HOMEM 1996, p.151)

As chácaras, de acordo com Pires (2006, p.10) “[...] nos arredores do centro histórico representavam outra opção de moradia às famílias abastadas, onde se podia usufruir as vantagens da vida rural sem abdicar das prerrogativas urbanas.”

O aparecimento desse tipo fundiário está diretamente associado ao acúmulo das fortunas baseada nas culturas de açúcar que ganham força com a implementação do café. Até meados do século XIX, a força econômica da produção açucareira não apresentava reflexos na distinção social entre fazendeiros, senhores de engenho, capitalistas ou proprietários. O extrato social era segregado em quem eram esses senhores detentores da produção e do capital e os demais que não possuíam destaque social e econômico. Petrone (1968) traz que:

Com o desenvolvimento da lavoura canavieira, há em São Paulo uma modificação completa de valores econômicos e sociais. Ser proprietário de uma fazenda de cana, torna-se um fator importante para distinguir um indivíduo, dando-lhe projeção considerável no cenário político, econômico e social paulista. O ser senhor de engenho, como mais tarde, o ser fazendeiro de café, eleva uma pessoa à mais alta classe, à classe dominante, da qual dependem todas as outras, e de cuja influência escapam apenas alguns elementos, tais como fazendeiros de gado. (PETRONE, 1968, p. 129)

Com a pungência do café, que introduz a ferrovia e medidas que aceleram o enriquecimento, observa-se um fomento no destaque do *status* entre a própria classe dominante, onde segundo Pires (2006, p.38) “O status afirmava-se nessa época mais pela representação pública da fortuna, da qual fazia parte o fato de pertencerem [...]”. As chácaras surgem como um reforço do destaque social, onde a forma de morar se distingue das demais, reforçando uma condição social, através de uma tipologia fundiária. Os aspectos constatados como presentes nas chácaras, as afirmam enquanto uma metonímia da representação simbólica do poder financeiro e do destaque social desejado pela elite cafeeira do século XIX.

Enquanto os exemplares arquitetônicos residenciais reforçam o decoro, as inovações, a modernidade construtiva, e a suntuosidade, as dimensões da propriedade afirmam a posse fundiária.

Uma das propriedades de Joaquim Policarpo Aranha, configurada nos moldes de chácara<sup>151</sup>, se situa no limite do Termo da cidade de Campinas a partir da segunda metade do século XIX no limite do perímetro urbano da cidade de Campinas, no final do século XIX. No esforço de reconstituir a cronologia dessa propriedade, e inseri-la na formação territorial da Cidade de Campinas, empenha-se no estudo de caso da Chácara Itapura. Para tanto, cruzam-se as descrições encontradas no inventário amigável, de 1889, de Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha e no inventário *post mortem* do Barão de Itapura, de 1902<sup>152</sup>. Em 1889 é descrito que:

Uma **chácara que compreende todo o campo** competentemente **valado**, inclusive as benfeitorias existentes em seu perímetro avaliada por cinquenta contos de reis [...]”. **Inclui-se na descrição o palacete** “[...] com o **respectivo terreno até o córrego**, compreendendo de todos os moveis e utensilios existentes dentro daquele<sup>153</sup> [...]”. (CMU, 1889, p.04v- Grifo da autora)

Como a descrição de 1889 em nada informa sobre as dimensões da chácara, comparou-se com a do inventário de 1902:

**Da chácara verba abaixo da avenida Itapura com todas as benfeitorias existentes, divizando com rua dona Libania, com a herança de Antonio de Almeida Valente, Orosimbo Maia, Barão de Ibitinga, Francisco de Paula Camargo e a**

---

<sup>151</sup> Se trata da Chácara Itapura.

<sup>152</sup> Aponta-se que para ambas descrições contidas nos Inventários (1889 e 1902) a chácara é trazida em meio aos demais prédios urbanos de Joaquim Policarpo Aranha.

<sup>153</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário amigável do Barão e Baronesa de Itapura de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.04v. Transcrito e grifado pela autora.



**Companhia de Gas**, a quantia de sessenta contos de reis<sup>154</sup>(CMU, 1902, p.16v-17- Grifo da autora)

A partir dessas descrições, elucidam-se aspectos referentes à origem dessa propriedade, sendo possível destacar referências contidas nas descrições que permitem aferir uma hipótese de espacialização para a mesma, trazendo seus limites fundiários em sua origem<sup>155</sup>.

Utilizando-se como base para a espacialização a planta de 1900<sup>156</sup>, esclarece-se a implantação da chácara em sua origem e, como a mesma se abre para a Rua do Imperador<sup>157</sup>, (atual Rua Marechal Deodoro), permitindo assim a relação direta da propriedade com a cidade de Campinas. Observa-se, concomitantemente, a dimensão que essa propriedade atinge, podendo conotá-la a uma escala mais de propriedade rural por suas generosas dimensões e pela implantação junto ao limite do perímetro urbano. Essa constatação permite inserir a Chácara Itapura dentro do padrão analisado para as demais chácaras do século XIX, ou seja, enquadrando-a dentro da tipologia fundiária de chácara.

Estabelecem-se os seguintes limites para a delimitação da Chácara Itapura: A Rua Marechal Deodoro, limite esse que constitui a relação direta da chácara com o núcleo urbano da cidade de Campinas, sendo a testada da gleba e onde se implanta a residência da família. Um segundo limite seria a Rua José Paulino. Nessa divisa é possível estabelecer que o confrontante de uma das chácaras limítrofes à do Barão de Itapura, é Luiz Nogueira Ferraz. O confrontante da propriedade oposta à de Luiz Nogueira Ferraz,

---

<sup>154</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do Barão de Itapura, 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.16v-17. Transcrito e grifado pela autora.

<sup>155</sup> Importante destacar que quando se menciona origem da mesma, se refere a Chácara enquanto propriedade de Joaquim Policarpo Aranha.

<sup>156</sup> Essa planta de Campinas, elaborada em 1900 para compor o livro "Campinas em 1900", organizado pelo jornalista Leopoldo Amaral e editado pela "Casa Azul" de Typographia. Fonte: CMU, Centro de Memória da Unicamp.

<sup>157</sup> Antiga rua do Picador. Segundo Goulart (1983, p.24) A troca dos nomes de "Picador" para "Imperador" foi sugerida pelo vereador Querubim Uriel de Camargo de Castro, saudando a visita do Imperador D. Pedro II à Campinas em 1846. Com a instituição da República, seu nome foi trocado pelo do proclamador do regime, Marechal Deodoro.

ao que tudo indica, é o Barão Geraldo de Rezende<sup>158</sup>. E por fim, o outro limite não era bem definido, pois essa propriedade se integrava às terras da Fazenda Chapadão, também propriedade do Barão de Itapura.

A partir do núcleo urbano de Campinas, conformam-se algumas chácaras e, também, alguns avanços do tecido urbano, esboçando alguns subúrbios ou arrabaldes, que aos poucos, se consolidam como bairros; sendo esse o caso por exemplo, o Jardim Guanabara, que se desenvolve a partir do então bairro de Santa Cruz<sup>159</sup>.

Além disso, a espacialização da Chácara Itapura revela sua implantação entre o entendimento do universo rural (fazendas e sítios) e o universo urbano (cidade consolidada). A pesquisa levantou que, na continuidade dos terrenos dessa Chácara, situava-se a propriedade rural denominada fazenda Chapadão (conforme se observa na figura 11).

---

<sup>158</sup> As informações dos confrontantes foram extraídas da descrição contida no Registro Paroquial de Terras para Campinas, referente à Chácara, Bom Retiro e Chapadão. Fonte: APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Livros de Registros de Terras da Província de São Paulo, Filme 3.006 nº73 p.35.

<sup>159</sup> Atual bairro do Cambuí.



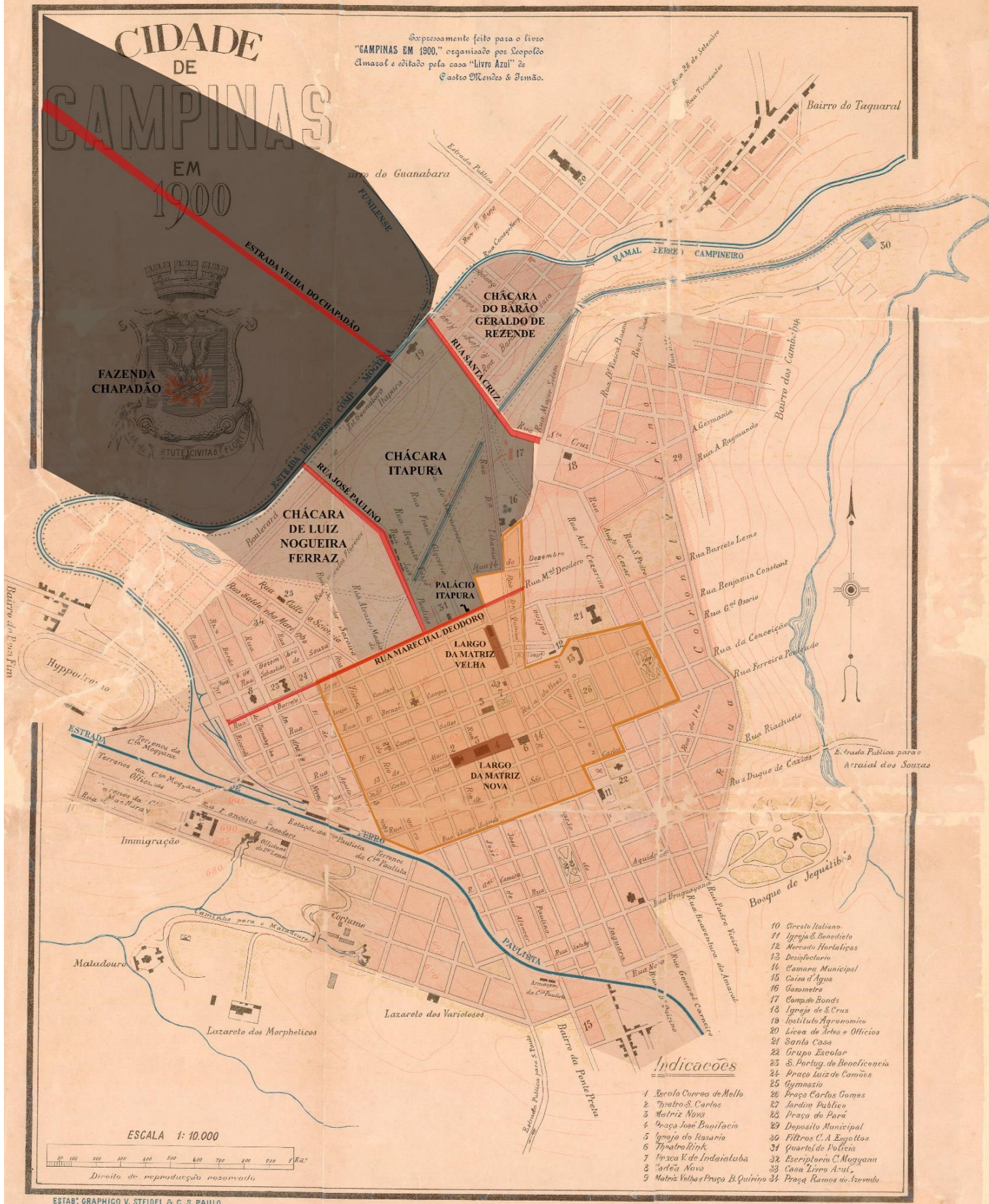


Figura 11- Espacialização da Chácara Itapura, sobre Planta de Campinas de 1900. Fonte: Arquivo CMU- Centro de Memória da Unicamp. Editado pela autora.



A dita fazenda, é comprada por Joaquim Policarpo Aranha no ano de 1869, do empresário Thomaz Luiz Alves<sup>160</sup>. O registro de terras para Campinas de 1855<sup>161</sup>, traz a seguinte descrição para a propriedade: “Neste ambito **se compreendem tres prédios** ou fazendas com as denominações de **Chacara, Bom Retiro e Chapadão**<sup>162</sup> [...]”. Este registro compreende a propriedade recenseada como posse de “[...] Thomaz Luiz Alves e Dona Maria Joaquina de Abreu Cruz [...] situada na Freguezia de Campinas<sup>163</sup> [...]”. A Chácara recenseada com terras da fazenda Chapadão, trata-se da Chácara Itapura. A descrição completa registrada, em 1855, aponta as regiões limítrofes da mesma, trazendo que um dos limites da propriedade era a Estrada da Terra Preta<sup>164</sup> e que:

Dahi segue em linha recta athe uma figueira que esta na beirada da Estrada da Terra Preta. Vem por esta estrada athe a chácara de Luiz Nogueira Ferraz, com a qual dividem os morões de porteira e segue divisando se com o mesmo Ferraz athe a Porteira do Pasto **denominado Chacara – e dahi segue por vallos athe os subúrbios da Cidade, divizando com vários moradores que tem prédios urbanos e feichão no Bairro de Santa Cruz, onde começarão**<sup>165</sup>. (APESP, 1855, p.35- Grifo da autora)

---

<sup>160</sup> Também encontrado como Thomaz Luiz Alvares, sendo as duas grafias remetentes ao mesmo indivíduo. Pupo (1983, p.179) traz o mesmo como gerente do Banco do Brasil. De acordo com o jornal Correio Paulistano (1865) o mesmo era diretor do Branco do Brasil, e possuía escritório fixo em Campinas, localizado na Rua do Ouvidor, nº36. Na pesquisa realizada nos jornais, fica claro que Thomaz Luiz Alves foi um banqueiro e um negociante de propriedades. Destaca-se a seguinte notícia: “Vende-se no município de Campinas à quatro legoas de distancia da cidade e muito bom caminho, um sitio, contendo cento e quarenta alqueires de terras, sua maior parte em matas virgens, e capoeiras altas muito próprio para café e algodão [...] vende-se com alguns escravos, ou sem elles: o motivo da venda não desagradará ao comprador. Thomaz Luiz Alvares em São Paulo, dirá quem vende e o motivo da venda.” Fonte: CORREIO PAULISTANO, 1868. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_02&pesq=thomaz%20luiz%20alvares&pasta=ano%201868\edicao%2003720](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_02&pesq=thomaz%20luiz%20alvares&pasta=ano%201868\edicao%2003720) . Acessado em 25 de agosto de 2018.

<sup>161</sup> Registros Paroquiais de Terra de 1855 para o município de Campinas. Série documental localizada no Arquivo do Estado de São Paulo. Lançada após a regulamentação da Lei de Terras de 1850, onde a Igreja Católica se responsabilizava pela declaração e pelo o registro dessas terras.

<sup>162</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Livros de Registros de Terras da Província de São Paulo, Filme 3.006 nº73 p.35. Transcrito e grifado pela autora.

<sup>163</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Livros de Registros de Terras da Província de São Paulo, Filme 3.006 nº73 p.35. Transcrito pela autora.

<sup>164</sup> Ao que tudo indica essa antiga Estrada da Terra Preta se configura como a atual Av. Lix da Cunha.

<sup>165</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Livros de Registros de Terras da Província de São Paulo, Filme 3.006 nº73 p.35. Transcrito e grifado pela autora.

Entende-se, portanto, que a Chácara Itapura conformava-se como uma continuidade de terras da fazenda Chapadão, passando a ser propriedade interina de Joaquim Policarpo Aranha, a partir da compra através de hipoteca<sup>166</sup> em 1869.

Entende-se a opção pela hipoteca como uma estratégia de capitalização financeira, onde os grandes capitalistas possuem o interesse em hipotecar seus bens, garantindo a segurança no retorno do crédito e, assim, asseguram o lucro dos juros que podem variar conforme a dinamização do sistema de crédito definido na escritura.

De acordo com Rovaron (2015, p.195) os contratos de compra e venda só ganhariam publicidade com a inclusão das transações de transmissão de direitos reais sobre imóveis no registro geral, que permitiu o aperfeiçoamento da segurança jurídica dos contratos hipotecários e a montagem e sofisticação de um sistema financeiro, através de regras para a criação de sociedades de crédito encarregadas, dentre outras coisas, de emitir letras hipotecárias.

As letras hipotecárias, foram criadas dentro de um contexto de baixa monetização da época e de pressão para a Abolição da escravidão, sugerindo uma estratégia de alternativa à moeda escritural (dinheiro em papel), e desmobilizando a riqueza investida na forma de terra, através de títulos de dívida com capacidade de ampla circulação.

De certa forma, os títulos hipotecários, imbuídos de juros e correções, foram uma alternativa para compensar o desprovimento de capital que a Abolição acarreta aos capitalistas. Registrar suas propriedades, através do Registro Geral de Hipotecas, significava garantir a transmissão da propriedade com formalidade, garantindo a

---

<sup>166</sup> Joaquim Policarpo Aranha, compra as propriedades hipotecadas de Thomaz Luiz Alves. Essa constatação se fez, pois, outras propriedades foram compradas juntamente do mesmo empresário. Destaca-se a Fazenda Velha localizada no município de Americana e a Fazenda Dois Córregos.

lucratividade do proprietário. Diversas propriedades de Joaquim Policarpo Aranha foram registradas e escrituradas:

Commendador Joaquim Policarpo Aranha= morador da cidade de Campinas, lavrador, sobre escriptura publica passada a 25 de abril de 1871 pelo tabellião João Baptista Ribeiro, sendo o devedor Antonio de Padua Fleury e sua mulher, morador no Termo de Campinas, negociante. Se estimma o credito em um conto de reis, a contar da dacta da escriptura a um anno, isto é, em 25 de abril de 1872. O juro estipulado é de um por cento, pago annualmente ou acumulado ao principal no mesmo tempo, na freguezia do immovel de santa crus da cidade de Campinas<sup>167</sup>. (CMU,1871 p.51 v.)

De acordo com a denominação do imóvel, corresponde à localização da “estrada desta cidade a cidade de Mogy Mirim<sup>168</sup>”. Sobre as características do imóvel ele é trazido:

Um sitio cazas, e benfeitorias na estrada geral que da cidade de campinas vai a cidade de mogy mirim em terras da fazenda denominada frutal- dividindo da ponte do jaguary por este abaixo, deste com manonel soares pompeo, deste e sai na estrada descendo ate a ponte, onde começou a diviza .uma caza terrea com um competente quintal murado conformando do lado com jozé savoy e no fundo com d. Roza maria de ferraz, mal construida e velha (CMU, 1871, p. 51 v.)

Não se trata da descrição, referente a Fazenda Chapadão, mas sim de outra propriedade. No mesmo ano, na Chácara Itapura, é anunciado no jornal Gazeta de Campinas:

Desappareceu da chácara do sr. Comendador Joaquim Polycarpo Aranha, no dia 6 de Agosto do p.p dous cavalos com os signaes seguintes: côr vermelha, grande, velho, tem o casco do pé do lado de montar desmanchado de que manca algum tanto, é marchador, e andadura, estrela na testa, calçado dos pés. Outro côr saina, quasi vermelho, pequeno, marchador e andadura, frente aberta, cabeça mui acarneirada, bem forte, tem o bolço enxado. Quem os

---

<sup>167</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. 1º Cartório de Registros e Títulos. Série de Inscrição Especial - 1868-1975. Sub-Serie 03. Livro 11, p.51v. Transcrito pela autora.

<sup>168</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. 1º Cartório de Registros e Títulos. Série de Inscrição Especial - 1868-1975. Sub-Serie 03. Livro 11, p.51v. Transcrito pela autora.

achar e entregar a João Lopes da Silva será gratificado<sup>169</sup>.  
(CAMPINAS, 1871, p.03)

Em 1871, a escritura da propriedade da fazenda Chapadão anexa à Chácara Itapura é realizada, dita como inscrita sobre os preceitos imperiais dos títulos do Art. 26 do regulamento e decreto nº 3453 de 26 de abril de 1865<sup>170</sup>, denominada como: “uma fazenda adquirida denominada dois corregos- **outra denominada chapadão compreendendo como partes anexas- bom retiro e chácara e as terras denominadas - estiva- que formarão um todo**<sup>171</sup> [...]”.

Pupo (1983, p.179) sobre a propriedade denominada Chapadão aponta que: “Pelos anos de 1850, com produção de 5 mil arrobas, foi o engenho vendido a Tomás Luís Alves, gerente do Banco do Brasil; em outubro de 1869 já como fazenda de café, foi vendido ao Barão de Itapura [...]”. Em 23 de agosto de 1874, é noticiada na Gazeta, novamente, a fuga de animais na Chácara Itapura:

Animaes fugidos- Desappareceu da chácara do comendador Aranha, 2 cavallos com os signaes seguintes: Um grande, pangaré, marchador, ao sahir manca de uma mão, ferrado dos quatro pés à ingleza, tem o topete aparado, clina e caudas curtas e tem mais uma pequena estrella na testa. Outro pequeno, amarello, marchador, bem pelludo, com topete, clina e cauda compridas, ferrado das mãos à portugueza, e nos pés à ingleza, e muito manso. Este cavallo há pouco foi comprado no Bethlem de Jundiahy ao sr. Salvador. Quem os achar, he de entregar ao sr. Manoel Mendes, à Rua Lusitana, nº62- será bem gratificado<sup>172</sup>.  
(CAMPINAS, 1874, p.04)

---

<sup>169</sup> CAMPINAS, Gazeta de 10 de setembro de 1871, p.03.

<sup>170</sup> Art.26-Inscrição especial - é destinado para a inscrição das hypothecas especiaes ou especializadas, e será escripturado pela fórmula seguinte: Cada inscrição terá a largura do verso de uma folha, e mais a face da folha seguinte. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/DIM3453.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM3453.htm) .Acessado em 25 de setembro de 2018.

<sup>171</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. 1º Cartório de Registros e Títulos. Série de Indicadores Reais 1868-1975. Sub-Serie 02. Livro I, p.17-18. Transcrito e grifado pela autora.

<sup>172</sup> CAMPINAS, Gazeta de 23 de agosto de 1874, p.04.

Em 8 de fevereiro de 1881, as propriedades são novamente registradas; dessa vez separadas em três distintos registros: A primeira dita como “Huma fazenda denominada chapadão na freguezia de Santa Cruz de Campinas”, a segunda como “Huma caza em construção na Rua do Imperador, propriedade do comendador Joaquim Policarpo Aranha” e a terceira como “Huma caza e respectivo quintal na Rua do Imperador<sup>173</sup>”.

Tratam-se das escrituras independentes da fazenda Chapadão, da construção iniciada correspondente ao Palácio Itapura e de uma casa existente já no terreno da chácara (denominada de quintal). Sobre a produção da Chácara Itapura destaca-se, em 1889, a presença de “Uma coudelaria denominada Aranha, constituída na Chacara, avaliada por cinco contos de reis<sup>174</sup>”. Em um primeiro momento a chácara apresenta suas funções relacionadas a criação de animais e culturas de frutas e hortaliças<sup>175</sup> e a construção da residência da família: O Palácio Itapura.

---

<sup>173</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. 1º Cartório de Registros e Títulos. Série de Indicadores Reais 1868-1975. Sub-Série 02. Livro I, p.46,77 e 102. Transcrito pela autora.

<sup>174</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário amigável do Barão e Baronesa de Itapura de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.04v. Transcrito pela autora.

<sup>175</sup> Benedito Octavio (1921, p.05) em visita ao Palácio Itapura, retratada através de uma matéria publicada no Correio Paulistano aponta que: “Atrás do edificio ainda existem outras dependências, antigas cocheiras, e depois um imenso pomar caprichosamente formado e exibindo variados espécimes de nossa flora e, em meio deles considerável número de árvores frutíferas. Este pomar se estende até ao córrego [...]” Fonte: Correio Paulistano, Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972\\_1921\\_20771.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1921_20771.pdf). Acesso em 30 de maio de 2017.





| CAPÍTULO 03 |

O MORAR ENQUANTO  
REPRESENTATIVIDADE  
E EXPRESSÃO

A concentração dos recursos e interesses dos grandes proprietários estavam nas fazendas. Embora a produção do capital do Barão de Itapura e sua família, fosse construída dentro do universo rural, através de suas fazendas, a expressão que consolida sua classe social coloca-se no meio urbano. É no meio urbano e na transição entre esses dois universos que as representações e expressões sociais se manifestam.

Até meados do século XIX, as construções particulares não chegariam a ocupar uma posição de destaque no meio urbano. Por um lado, a escassez de infraestrutura e a pobreza do centro urbano; e, de outro lado, o interesse em aplicar recursos no mundo rural não favoreciam o aparecimento de construções mais importantes. (Battistoni Filho, 1996, p.35)

Dessa forma, identifica-se a casa urbana de Joaquim Policarpo Aranha e sua esposa, Libânia de Souza Aranha, antecedente à construção do Palácio Itapura. Utiliza-se, do recurso de espacialização dessa propriedade, localizada na antiga rua do Goes (atual rua César Bierrenbach, aprofundando-se na análise da família com o meio urbano no sentido de reforçar o posicionamento de suas decisões como afirmações sociais.

Trata-se, na sequência da análise de transição de comportamentos que levam a família optar pela mudança da casa da rua do Goes, para o Palácio Itapura, a residência de maior opulência, implantada em uma Chácara, alinhada a um dos limites urbanos da cidade de Campinas, ao final do século XIX. Lapa (1995, p.104) traz que: “é no ciclo cafeeiro que se multiplicam pela cidade esses sobradões solarengos de largas fachadas ajaneladas, com dezenas de compartimentos [...]”.

De acordo com Battistoni Filho (1995, p.36) “o interesse dos novos barões do café, em ter na cidade faustosas residências, atraiu os mestres carapinas, engenheiros práticos capazes de grandes construções, como atestam os numerosos sobrados imperiais.”

A construção de sobrados, com soluções que implicavam no uso do ferro fundido, do vidro e, da alvenaria de tijolos buscando embelezamento, se sobressaíam pela riqueza de detalhes e pela imponência. Entre os diversos exemplares citados pela historiografia, Battistoni Filho (1996, p. 39) destaca a: “[...] residência do Barão de Itapura, à rua Marechal Deodoro, cuja planta foi do engenheiro Luís Pucci que concluiu o edifício, em 1883. O seu jardim interno é de grande beleza.”.

Com relação ao Palácio Itapura, constrói-se uma hipótese do programa de necessidades desta casa em sua origem. Esse levantamento, parte da análise dos autos de avaliação de inventários, que através de suas descrições permitem analisar os ambientes e seus possíveis usos.

A partir da narrativa levantada para Joaquim Policarpo Aranha e sua família, uniram-se informações que revelam a existência de uma casa precedente ao Palácio Itapura.

Sobre a visita de D. Pedro II, no dia 26 de março de 1846, destaca-se que a cidade revelava raízes fortemente coloniais. Lapa (1995, p.89), descreve que, igualmente às características da cidade, era o comportamento das pessoas e, que para receber o Imperador, foram necessárias medidas que o hospedassem mais próximo de seu costumeiro conforto. Assim é dito por Lapa (1995, p.89), embasado em historiadores locais<sup>176</sup>, que Joaquim Policarpo Aranha, cedeu, em forma de empréstimo, a mobília para subsidiar a hospedagem de D. Pedro II junto ao “[...] sobrado do rico comerciante Felisberto Pinto Tavares, possivelmente o único ou um dos poucos da cidade [...]”. Essa constatação dá indícios de que, em 1846, Joaquim Policarpo Aranha já residia no núcleo urbano da cidade de Campinas.

Em 1875, Joaquim Policarpo Aranha presta contas referentes a um prédio na rua Luzitana número 15, pagando dois mil reis relativos a impostos da referida propriedade<sup>177</sup>. Pupo (1969, p.154), apresenta uma lista das famílias abastadas que

---

<sup>176</sup> Lapa assim como Pupo, utilizam como fonte as memórias e crônicas de Benedito Octavio, historiador e memorialista da cidade de Campinas ao longo do século XIX.

<sup>177</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Coletoria de Rendas de Campinas. Livro 1874/1875- Imposto sobre Prédios, p.142. Transcrito pela autora.

possuíam “[...]em 1879 carros<sup>178</sup>, nas suas residências da cidade [...]” entre eles “[...] Joaquim Policarpo Aranha<sup>179</sup> (futuro Barão de Itapura), rua do Goés<sup>180</sup>, 13.”.

Em 18 de setembro de 1878, em outra breve visita do imperador D. Pedro II, é apontado que o mesmo se hospedou na casa de Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha. Em ambas as visitas do Imperador à Campinas, o casal Souza Aranha ainda não residia em sua propriedade de maior opulência: O Palácio Itapura- uma vez que esse tem sua construção iniciada em 1880.

Confrontou-se o dado de Pupo a outras três fontes distintas; confirmando, portanto, a propriedade situada na Rua do Goes como a residência do casal Souza Aranha, anterior a construção do Palácio Itapura (conforme se observa no quadro 04):

**QUADRO 04- PROPRIEDADE DE JOAQUIM POLICARPO ARANHA  
SITUADA NA RUA DO GÓES**

Ano	Documento	Descrição
1883	Lançamento de Imposto Predial (Imposto sobre décima urbana) <sup>181</sup>	Goes, número 15
1889	Inventário Amigável do barão e baronesa de Itapura <sup>182</sup>	A casa situada na rua do goes esquina da lusitana avaliada por dez contos de reis.
1902	Inventário <i>post mortem</i> do Barão de Itapura <sup>183</sup>	A casa da rua do Goes numero 11, esquina da rua General Carneiro, divizando pelo lado com Joaquim Moreira de Rocha Brito, que em herança em fundos com prédios de herança a quantia de desoito contos de reis.

<sup>178</sup> Entenda por carros, a trole puxada por animais que facilitava o deslocamento do núcleo urbano para as fazendas.

<sup>179</sup> Em junho de 1875: “Recebido de Joaquim Policarpo Aranha doze mil oito centos reis de seu carro.” Fonte: CMU, Centro de Memória da Unicamp. Coletoria de Rendas de Campinas. Livro 1874/1875- Imposto sobre Seges- Transporte p.80. Transcrito pela autora.

<sup>180</sup> A Rua do Góes corresponde a atual Rua Cesar Bierrembach.

<sup>181</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Coletoria de Rendas de Campinas. Livro 1883/1884- Lançamento de Imposto sobre prédios- Décima Urbana p.44-45. Transcrito pela autora.

<sup>182</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário Amigável do Barão e Baronesa de Itapura de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.03v. Transcrito pela autora.

<sup>183</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do Barão de Itapura de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.15v. Transcrito pela autora.

A equalização da numeração dos imóveis foi realizada a partir dos Livros de Emplacamentos<sup>184</sup> para a cidade de Campinas<sup>185</sup>. Com relação aos Livros, destaca-se o trabalho de Salgado e Guazzelli, onde as autoras explanam:

**[...] quatro emplacements que a cidade havia recebido [...], o ‘inicial’, o de 1893, o de 1922 e o de 1929.** Presume-se que o emplacemento de 1893 tenha sido realizado para organizar a cobrança de taxas relativas aos serviços da primeira rede de abastecimento de água e de canalização de esgoto que a cidade de Campinas recebeu, entre 1891 e 1892<sup>186</sup>. (SALGADO e GUAZZELLI, 2014 p.05- Grifo da autora)

Bueno afirma que para o caso de São Paulo que:

**A Décima Urbana contém informações sobre a localização dos imóveis, seus proprietários, inquilinos, tipologias** (casas térreas, sobrados, lojas), finalidades (uso próprio, aluguel), usos (residencial, comercial, misto) e **valor, que hoje nos permitem reconstituir hipoteticamente o velho tecido urbano da cidade [...]**” (BUENO, 2005, p.60- Grifo da autora)

O Emplacemento vigente na cidade de Campinas, atualmente, corresponde ao adotado na elaboração do Plano de Avenidas de Prestes Maia<sup>187</sup>. Dessa maneira, o

---

<sup>184</sup> Série, composta por 07 livros, que cataloga as ruas da cidade de Campinas em ordem alfabética a partir dos nomes das ruas, trazendo em forma de tabela uma equivalência para as quatro mudanças ocorridas nos números cadastrados para os lotes e imóveis da cidade de Campinas. Essa série se encontra no Arquivo Municipal de Campinas.

<sup>185</sup> Cruzaram-se fontes produzidas no final do século XIX e início do século XX destacando: os inventários do Barão de Itapura em vida e post mortem de 1889 e 1902 e o recolhimento do Imposto Predial sobre a Décima Urbana referente ao ano de 1883-1884.

<sup>186</sup> Entre os anos de 1891 e 1892 são implantados os primeiros serviços de coleta de Esgoto e Abastecimento domiciliar de água na cidade de Campinas, a cargo da Companhia Campineira de Águas e Esgotos, sendo efetuado sob a direção do Engenheiro Francisco Sales de Oliveira Junior.

<sup>187</sup> Em decorrência da crise de 1929, e os déficits da produção de café, cresce a oportunidade de se investir em negócios imobiliários na cidade de Campinas, alargando assim a perspectiva de expansão e intensificação da urbanização. A necessidade de se estabelecer um horizonte seguro para as inversões de capitais (advindos da economia agrária) levaram à contratação de Prestes Maia – engenheiro e urbanista - para a elaboração do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas – 1934 a 1938, instituído pelo Ato 118 de 1938 do Prefeito João Alves dos Santos, lançando as bases do traçado urbano atual e preparando a cidade para a “era do automóvel”. Esse Plano tem o caráter do urbanismo vinculado à prática e apoia-se nos ideais do urbanismo “funcionalista” e “higienista”, tendo um enfoque projetual fortemente marcado por conceitos de estética urbana e valorização da paisagem, representante do assim denominado “urbanismo de autoria”. Os edifícios e parques públicos são tomados como símbolos monumentais da cidade, em um ideal de civilidade voltado aos objetos resultantes da intervenção urbanística. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/doc/historico.pdf>. Acessado em 18 de outubro de 2018.

emplacamento de 1922, consta na Planta de 1929, pois a mesma trata-se de um levantamento que precede à implantação do Plano de Prestes Maia.

Krogh (2012), em seu trabalho aponta que:

Este novo<sup>188</sup> emplacamento foi realizado no contexto da elaboração do Plano de Avenidas de Prestes Maia para Campinas, quando o engenheiro Jorge de Macedo Vieira realizou a ‘Planta da Cidade de Campinas’, anotando, inicialmente, a numeração dos lotes correspondentes a um emplacamento de 1922. (KROGH, 2012, p.20)

A partir da análise das fontes primárias utilizadas, observou-se a inexistência do número 13, anunciado por Pupo, na lista de Emplacamento<sup>189</sup> para rua César Bierrembach (antiga rua do Góes). E o número 15 constatado, em 1883, na lista de impostos sobre a Décima Urbana, passou a equivaler, em 1892, ao número 11, indo de acordo com a constatação feita no inventário do Barão de Itapura de 1902. Conjuntamente confirma-se que a localização desse imóvel trata-se da esquina entre as ruas do Goes e Luzitana, pois a equivalência do número 29, confirma-se no lote localizado na esquina, a partir da análise da planta de Campinas de 1929.

Foi nessa residência que Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha residiram até 1883, ano de finalização e inauguração de sua propriedade de maior destaque, o Palácio Itapura. Cruzando as informações é possível afirmar que foi na casa situada a Rua do Goes que o casal hospedou o Imperador D. Pedro II, em 1878.

A partir de sua identificação, se fez possível a espacialização desse imóvel sobre a planta cadastral da cidade de Campinas de 1929<sup>190</sup> (conforme se observa na figura 12).

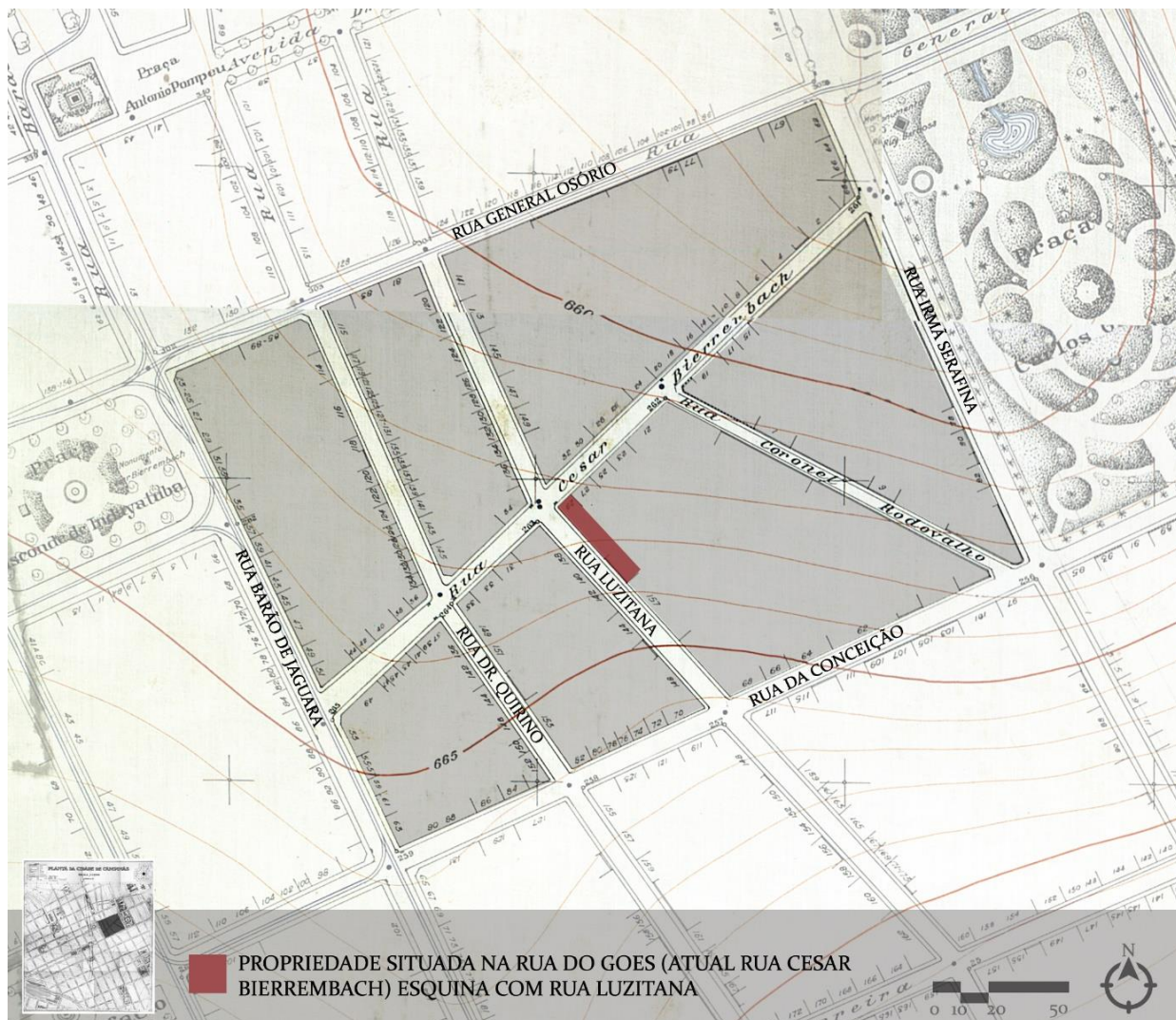
---

<sup>188</sup> Dissertando sobre o emplacamento de 1929.

<sup>189</sup> CAMPINAS, Arquivo Municipal. Setor de Pesquisa e Divulgação. Livro de Emplacamento de 1929. Livro 3/7 p.178.

<sup>190</sup> A planta cadastral de 1929, elaborada pelos engenheiros Jorge Macedo Vieira e Carl Alexander Oelsner, fora encomendada pelo então prefeito Orosimbo Maia para servir como base técnica para a elaboração de um plano de remodelação da cidade. Fonte: Krogh; Salgado, 2016, p.7. Essa planta, elaborada pelo engenheiro Jorge de Macedo





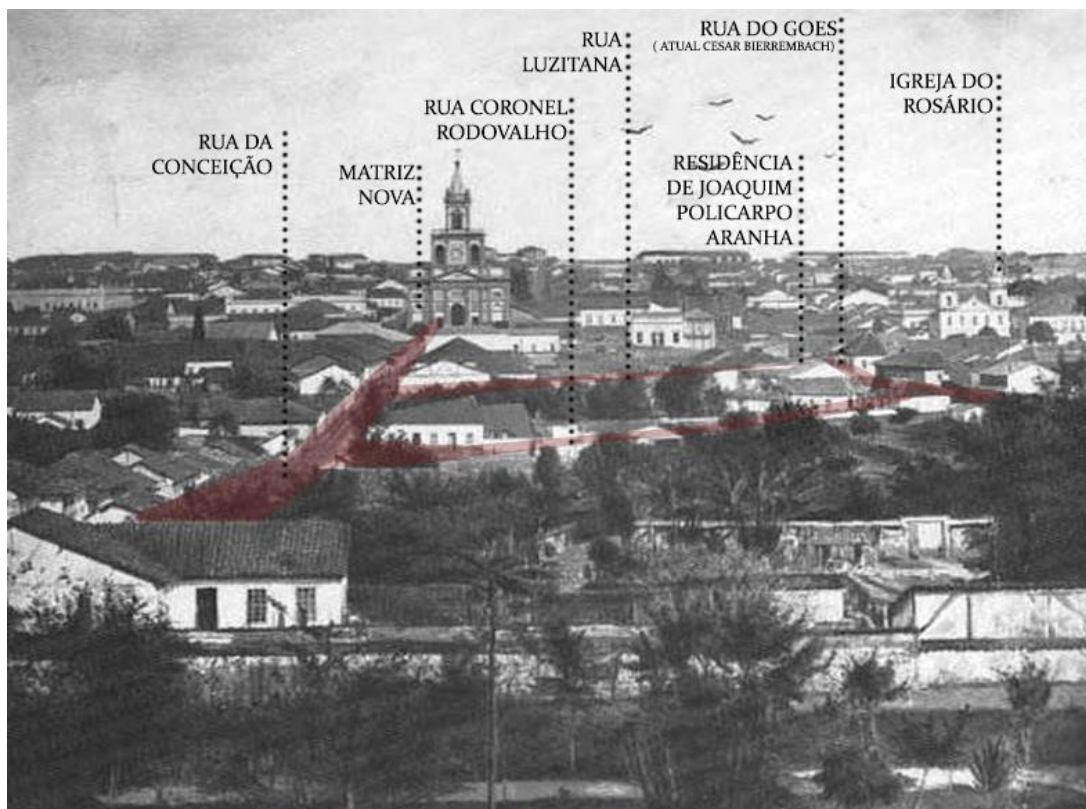
**Figura 12-** Espacialização da propriedade de Joaquim Policarpo Aranha, situada na esquina da Rua do Goês (atual Rua Cesar Bierrembach) esquina com Rua Luzitana, sobre Planta Cadastral de Campinas, 1929. Fonte: Arquivo Municipal de Campinas. Editado pela autora.

A espacialização só foi possível, já essa planta cadastral, traz a identificação da testada dos lotes, acompanhada dos números correspondentes a partir do emplantamento de 1922. Foi possível, então, precisar o logradouro referente ao imóvel, e identificá-lo através de uma fotografia que retrata a cidade de Campinas em meados do século XX (conforme se observa na figura 13).

---

Vieira, trabalha em escala urbana, trazendo informações que auxiliam na aplicação da metodologia adotada, pois, a mesma traz a testada dos lotes, com a numeração referente ao Emplantamento de 1922.





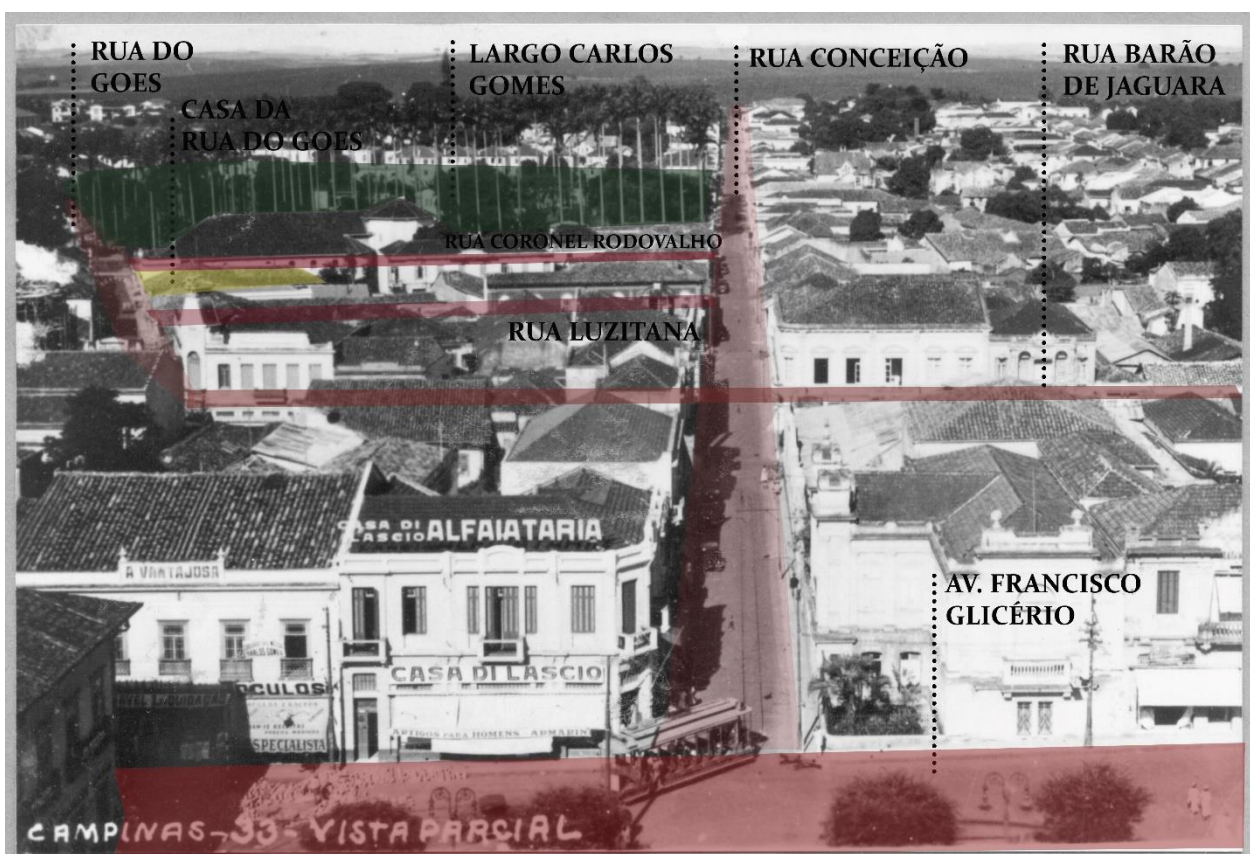
**Figura 13-** Localização da residência de Joaquim Policarpo Aranha, baseada em uma fotografia da cidade de Campinas, tirada por volta de 1930. Fonte: CMU- Centro de Memória da Unicamp -Coleção Antônio Francisco de Paula Souza- APS 00621.

Atenta-se para a identificação do lote, em formato tipicamente colonial<sup>191</sup>, posicionado em esquina, em uma localização de destaque na cidade, próximo à Matriz Nova, ao Largo do Rosário e ao atual largo Carlos Gomes<sup>192</sup>. Reis Filho (1980, p.26) aponta que: “As variações mais importantes apareciam nas casas de esquina. Tendo a possibilidade de aproveitar duas fachadas sobre a rua [...]” (observar a figura 14).

<sup>191</sup> Um traço característico da arquitetura urbana é a relação que prende ao tipo de lote em que está implantada. Assim, as casas de frente de rua, do período colonial, cujas raízes remontam às cidades medievo-renascentistas da Europa. Durante o período colonial a arquitetura residencial urbana estava baseada em um tipo de lote com características bastante definidas. A uniformidade dos terrenos correspondia à uniformidade dos partidos arquitetônicos: as casas eram construídas de modo uniforme, e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em Posturas Municipais. Fonte: Reis Filho, 1980, p.24.

<sup>192</sup> Lapa (1995, p.299) traz que a cidade de Campinas, a partir da segunda metade do século XIX, possuía chafarizes de ferro para abastecimento da população, tendo sido os primeiros localizados nos Largos do Rosário (1873), do Teatro São Carlos (1873), da Matriz Velha de Santa Cruz (1873), seguindo-se no atual largo Carlos Gomes (1882), denominado também largo do Brejo próximo ao antigo Mercado das Hortaliças, onde havia um bebedouro para animais, no largo da Matriz Nova, antigo Jorumbeval (1873), no antigo pátio da Cia. Paulista de Estradas de Ferro (1889) e no Guanabara, próximo as atuais ruas D. Libânia e Av. Brasil (antiga rua Santa Cruz). Um outro detalhe, é que na Planta da cidade de Campinas de 1878, o atual Largo Carlos Gomes aparece identificado como Largo de Correa de Mello.

Apesar de não ser possível, encontrar uma fotografia que esclareça como era essa residência, de fato, em relação a sua arquitetura, tudo indica ser um casario senhorial urbano, com aberturas para ambas as ruas (Góes e Luzitana) e que oferecia conforto à abastada família Souza Aranha. Destaca-se que a localização privilegiada pode ter sido uma determinante na recepção de Dom Pedro II, junto à casa de Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha.



**Figura 14-** Localização da residência de Joaquim Policarpo Aranha, baseada em uma fotografia da cidade de Campinas, tirada por volta de 1920. Fotografia disponível em: <https://www.facebook.com/campinasdeantigamente>. Acessada em 17 de abril de 2018.

**Notamos a tendência da população campineira em construir suas casas, inicialmente, em lugar mais seco e alto da margem esquerda do córrego do Tanquinho, a partir das três ruas principais da cidade – a de Cima (Barão de Jaguará), a do Meio (Dr. Quirino) e a de Baixo (Luzitana)-, tendo comunicação com os terrenos onde estava sendo construída a Matriz Nova. (BATTISTONI FILHO, 2002, P.27- Grifo da autora)**

Sobre a instalação das famílias ligadas à produção agrícola, nos centros urbanos, Homem (1996, p.57) aponta que: “o índice de riqueza foi a multiplicação de sobrados,

onde se instalariam também os proprietários de terra, invadindo os espaços térreos destinado (sic) às lojas. Foi quando esse tipo de residência se individualizou e saiu do centro em direção às chácaras”.

---

### | 3.3 MUDANÇAS NO MODO DE MORAR: a localização da Chácara Itapura |

---

Contudo, a parcela social que se volta para as chácaras não expressa a maioria da população da cidade de Campinas, o que reforça o entendimento de Abrahão (2010, p.51) em não identificar em sua análise “[...] uma ruptura brutal entre o período colonial e o imperial nas formas de morar.” Já, para os autores Lemos (1999, p.135) e Homem (1996, p.49) a produção do café atua como um divisor de águas claro para determinar as metamorfoses dos modos de se morar, na cidade de São Paulo.

Para Campinas, compreende-se que de fato a produção de café coexistente ao açúcar serviu de base sólida para modernização da cidade, propiciando novas formas de morar, expressas no aparecimento de chácaras e de palacetes com inovações referentes a soluções construtivas e ao programa de necessidades. Porém, esses exemplares coabitam espacialmente com os sobrados e residências reminiscentes do período colonial, o que leva a uma leitura do espaço urbano alinhada com a de Abrahão (2010), de não apontar uma ruptura total. Lapa salienta:

Acompanhando as grandes mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorrem em nível nacional, Campinas, na segunda metade do século XIX, imprime, contudo, o próprio ritmo da dinâmica local do seu desenvolvimento à evolução urbana que sofre no período. Sabe aproveitar a acumulação cafeeira que se acelera, amplia, e reestrutura a ocupação do solo urbano,

modernizando seus equipamentos e serviços e, em consequência, mudando o estilo de vida da maioria dos seus moradores, atraindo novos habitantes e forasteiros. (LAPA, 1995, p.20)

No ano de 1883, Joaquim Policarpo Aranha, já residindo no Palácio Itapura, envia um parecer à Câmara Municipal de Campinas, solicitando por meio de um abaixo assinado a construção de um pequeno canal até o escoadouro municipal, que passava pela rua do Goes e lançava dejetos no córrego do antigo Mercado<sup>193</sup>. Nesse documento é dito:

Diz o abaixo assignado, **senhor e possuidor<sup>194</sup> do prédio dito a Rua do Goes, esquina da Luzitana sob nº 15 que não possuindo o mesmo prédio terreno suficiente para o escoamento de deposito de aguas servidas em o uso domestico**, vem requerer à V.S. que se digne permitir que as Supps. a construção de um pequeno canal que partiria de sua propriedade vá ate o escoadouro municipal que passa pela Rua do Goes à lançar-se no córrego do Largo do Mercado<sup>195</sup>; o qual actualmente serve para despejo publico de agoas servidas. (CAMPINAS, 1883 p.01- Grifo da autora.)

A residência da rua do Goes, continua como posse de Joaquim Policarpo Aranha, sendo provavelmente alugada<sup>196</sup> (ver figura 15). No mesmo parecer é dito:

O supp. tendo conhecimento de que esta Camara não se há de negar concessões idênticas, isto é, a conceder a abertura de derivativas particulares para aquelle canal, como já o fes com relação ao cidadão Antonio de Pontes Barbara, morador a rua Direita, espera que igual lhe será permitida, tanto mais quanto o supp. se compromete à não utilizar-se de um tal derivativo senão para despejo de aguas externas de qualquer outro corpo estranho.

---

<sup>193</sup> Conhecido como Mercado das Hortaliças e posteriormente Casa das Andorinhas. O Mercado das Hortaliças; que depois de desativado, pela inauguração do Mercado Central em 1906 no antigo prédio da Estação Funilense; passou a ser reduto de andorinhas e ficou conhecido na época como Casa das Andorinhas. Fonte: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2006/09/memria-fotografica-mercado-das.html>. Acessado em 12 de dezembro de 2018.

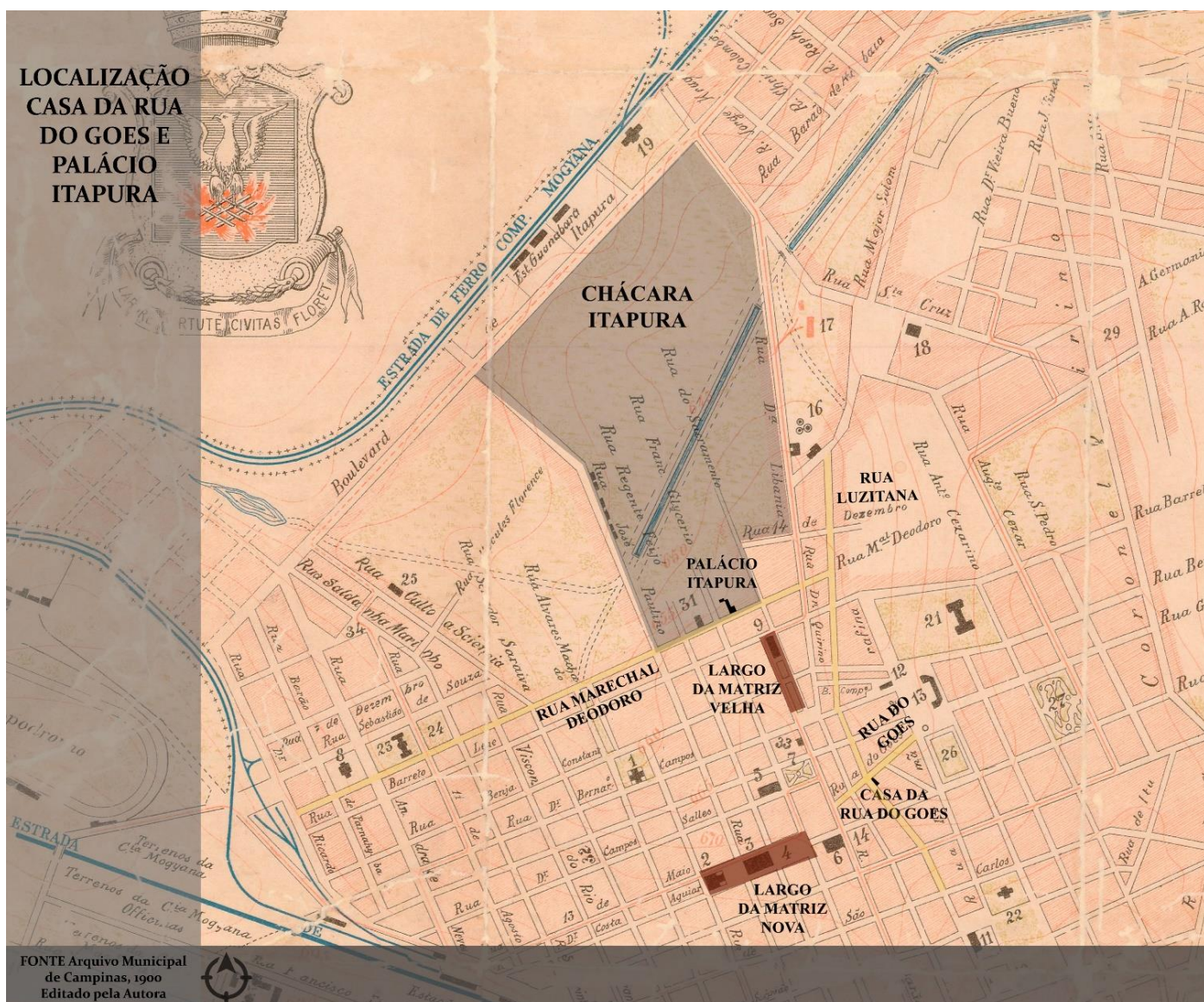
<sup>194</sup> Assinado e cunhado pelo Barão de Itapura. Fonte: CAMPINAS, Câmara Municipal de. Pasta de pareceres da Câmara Municipal Ano:1883 cx.12 2240C. Folha avulsa de 23 de abril de 1893. Transcrito pela Autora.

<sup>195</sup> O largo do Mercado, se situava na atual Praça Carlos Gomes. O terreno onde atualmente está implantada a Escola Normal, abrigava o antigo Mercado da cidade. Castro Mendes em seu estudo sobre as condições precárias de higiene da cidade de Campinas, afirma que “[...] o córrego do Mercado, de preferencia escolhido para que ali se atirem quanta imundíce há na cidade, próximo à rua Barreto Leme, desde as suas bandas até o leito, em grande extenso, e tal é o acumulo de matérias infectadas que impossível é a gente passar por aqueles lados sem suspender a respiração [...]” Fonte: Popular, Correio, edição de 31 de Janeiro de 1968. Coluna de José de Castro Mendes.

<sup>196</sup> Essa hipótese, sustenta-se, a partir das leituras dos inventários de 1899 e 1902, onde nos mesmos são avaliadas diversas casas de aluguel, na cidade de Campinas e na cidade de São Paulo.



Dado o consentimento, o supp. fará construir a obra de conformidade com o que lhe for prescripto pela respectiva comissão desta de conformidade e sobre a mesma inspecção e reparação que forem de *mister* no calçamento da rua em que tiver necessidade de trocar para a construção do canal. O supp. reconhecendo que não pode haver algum a salubridade publica no pedido que ora faz, espera deferimento. Nestes termos, Barão de Itapura<sup>197</sup>. (CAMPINAS, 1883 p.01- 01v.)



**Figura 15-**Localização da casa da rua do Goes e do Palácio Itapura sobre planta de Campinas de 1900.  
Fonte: CMU- Centro de Memória da Unicamp. Editado pela Autora

<sup>197</sup> O parecer foi aprovado pela Comissão de Obras Públicas no dia 23 de abril de 1893. Fonte: CAMPINAS, Câmara Municipal de. Pasta de pareceres da Câmara Municipal Ano:1883 cx.12 2240C. Folha avulsa de 23 de abril de 1893. Transcrito pela Autora.

A questão da higiene da cidade atravessa quase toda a segunda metade do século, com avanços muito tímidos<sup>198</sup>, incapazes de acompanhar a marcha do seu progresso e modernidade. Os investimentos do poder público e da iniciativa privada nessa direção estão longe de responder à complexidade e ao porte das obras exigidas nesse sentido. (Lapa, 1995, p.184)

A precariedade das condições sanitárias, na cidade de Campinas, pode ser enxergada como uma justificativa para a instalação dos “empresários do café” nas chácaras. A fragilidade apresentada no cenário urbano, mostra-se contraditória aos costumes mais refinados e, cada vez mais, incorporados por essa parcela social.

Em vista das estratégias relativas à preservação do poder, as famílias pertencentes ao grupo cafeicultor acabariam por assimilar, tanto pelas viagens ao exterior, quanto pelos estudos, apoiadas pela urbanização, os princípios propostos pela burguesia como a separação de gêneros, a divisão dos papéis sociais, a necessidade de respeito à hierarquia e de se colocar cada um no seu lugar, bem como a valorização da privacidade e da sociabilidade. (Homem, 1996, p.61)

O acúmulo de capital, fomenta a necessidade de se refletir códigos burgueses, símbolos expressos em bens de consumo, em condutas sociais e, no caso da arquitetura e de aspectos fundiários, culminam no aparecimento das chácaras, subsidiadas com exemplares de palacetes que exibem em suas fachadas o diferencial e a imponência sustentada pelas famílias que os habitam.

O aumento das possibilidades financeiras dos proprietários mais abastados [...] correspondia a um refinamento técnico, a uma integração crescente nos benefícios da civilização industrial e,

---

<sup>198</sup> A cidade de Campinas, será marcada, no final do século XIX, por epidemias que dizimaram parte de sua população. As precárias condições sanitárias nas quais a cidade de encontrará em pleno processo de expansão urbana acelerada, marcada pelo apogeu do ciclo do café, levarão necessariamente a intervenções de caráter essencialmente sanitaria. Fonte: Salgado, 1992, p.04.

consequentemente, a um refinamento de usos até então desconhecidos. (BATTISTONI FILHO, 2002, p.29)

De certa forma, a adesão a essa tipologia fundiária como modo de vida, em Campinas, implica em se destacar perante o conjunto edificado urbano consolidado, distanciando-se dos problemas de salubridade e questões de higiene existentes na cidade.

Contudo, a incorporação da sofisticação como estilo de vida<sup>199</sup>, é cercada de contradições. É essa modernidade que Campinas aspira, importa, usa, assimila, e chega a produzir num movimento marcado por contrastes e contradições. São produtos europeus, são formas de comportamento, linguagem, hábitos, visão do universo, símbolos e padrões, educação e disciplina dos sentidos, que os moradores da cidade, vale dizer, a aristocracia e a alta e a média burguesia, reproduzem e conferem à própria cidade. (Lapa, 1995, p.19). O autor aponta que:

Nesse período que tratamos<sup>200</sup>, segunda metade do século XIX, quando justamente é concebida a expressão, é aqui usada *grosso modo* em correspondência com aquela racionalidade burguesa que se estende pelo econômico, pelo social, pelo político e pelo cultural, atingindo as mentalidades, os costumes e a criação estética, não necessariamente nessa ordem, com o atraso que se espera para um país do Terceiro Mundo e com as suas especificidades que uma sociedade escravista conserva. (LAPA, 1995, p. 19)

As consequências da modernização, encarregam-se de atribuir uma série de segmentos representativos, ritmados pela pungência da produção de café, dotando a sociedade de atributos e de vontades que se exprimem no desenho urbano. É nesse discurso que se inserem as chácaras.

---

<sup>200</sup> No livro o autor discorre do período de 1850 a 1900.

De qualquer maneira, é na área em que se define a expansão cafeeira, modelando propriedades e relações sociais de produção, vontades e comportamentos, que a modernidade se abaterá sobre o espaço urbano, exigindo para sua admissão o controle social e político desse espaço. (Lapa, 1995, p.20)

A reafirmação social é paradoxal às origens culturais e ao cenário imposto aos agentes<sup>201</sup>. No estudo de caso aqui analisado, observa-se Joaquim Policarpo Aranha, galgando nesse período a afirmação social que destaca o *status* de sua família<sup>202</sup>, através de sua vasta produção de café, da aquisição de sua chácara e, principalmente, da construção do Palácio Itapura<sup>203</sup>. Abrahão aponta que:

Em Campinas, nas residências urbanas e rurais, as alterações arquitetônicas e os luxos de seus interiores alteraram-se significativamente a partir da década de 1830, quer seja por questões econômicas, a riqueza gerada pelos ciclos do açúcar e posteriormente o cafeeiro, ou pela influência europeia amplamente divulgada entre os campineiros. (ABRAHÃO, 2010, p.82)

Entretanto, a trajetória dessa figura (levantada ao longo do capítulo 01) evidencia suas origens pautadas em costumes coloniais, na simplicidade e rusticidade inerente ao modo de vida colonial<sup>204</sup>.

---

<sup>201</sup> As transformações socioeconômicas e tecnológicas pelas quais passaria a sociedade brasileira durante a segunda metade do século XIX iriam provocar o prestígio dos velhos hábitos de construir e habitar. Fonte: Battistoni Filho, 2002, p.32

<sup>202</sup> Em novembro de 1874, é “Recebido do Commendador Joaquim Policarpo Aranha quatro centos oitenta mil reis de meia siza por que comprou de João Mattos, como procurador dezesseis escravos de nome: Benedicto, idade 15 annos, João de idade 11 annos, Benedicto de idade 16 annos, Thomaz, d’idade 15 annos, João d’idade 9 annos, Joaquina d’idade 31 annos, Maximiliano d’idade 11 annos, Angela d’idade 9 annos, Manoel d’idade 6 annos, Barnabé d’idade 19 annos, naturais do Maranhão, Policarpo d’idade 12 annos, natural do Rio de Janeiro, Apolinario d’idade 13 annos, Claudino d’idade 13 annos, Herculano d’idade 13 annos, naturais de Pernambuco, Antonio d’idade 12 annos, natural da Bahia.” Fonte: CMU, Centro de Memória da Unicamp. Coletoria de Rendas de Campinas. Livro 1874/1875- Imposto sobre Meia-Siza- Transporte p.26. Transcrito pela autora.

<sup>203</sup> Na segunda metade do século XIX, o complexo cafeeiro na região de Campinas trouxe diversas repercussões para seu desenvolvimento urbano, além de prestígio político e social para uma nova elite, portadora de diversos títulos imperiais. O processo de acumulação de terras e a passagem da produção do açúcar para o café coincidem com significativas mudanças no espaço urbano de Campinas, especialmente no que se refere à sua arquitetura, quando assistimos à construção de casarios senhoriais urbanos pelos barões do café. Fonte: Pereira; Salgado, 2017, p.132.

<sup>204</sup> A simplicidade das técnicas denunciava, assim, claramente o primitivismo tecnológico de nossa sociedade colonial: abundância de mão-de-obra determinada pela existência do trabalho escravo, mas ausência de aperfeiçoamentos. Fonte: Reis Filho, 1980, p.25.



Esse antagonismo delineia-se através da estrutura fundiária da chácara Itapura. Em termos de dimensão, a propriedade apresenta as características que representam bem a simplicidade, o ruralismo e o enraizamento nas origens coloniais, pois abrange a criação de animais e a produção de gêneros de subsistência. Porém, a implantação do Palácio Itapura junto à rua do Imperador, e a imponência da sua arquitetura ressaltam a incorporação de símbolos e padrões advindos do enriquecimento. Sobre as características das chácaras Pires afirma que:

[...] a existência de **chácaras denunciava a precariedade das soluções da habitação urbana**, como os problemas do abastecimento que a tendência monocultora impunha às cidades. Por meio da criação de aves e porcos, dos pomares e das hortas e aproveitando-se da presença de cursos d'água, **a chácara apresentava as vantagens de se morar na cidade sem abdicar das prerrogativas rurais. O afastamento espacial em que ficavam os moradores eram considerados não como um desligamento dos centros urbanos, mas como uma medida de conforto.** (PIRES, 2006, p.98- Grifo da autora)

No tocante às problemáticas urbanas, a chácara Itapura, atende à família Souza Aranha no sentido de distanciá-los dessa natureza de problemas. A cidade de Campinas, mostra-se carente até a última década do século XIX de sistemas efetivos de coleta de esgoto, de abastecimento de água canalizada e com qualidade, de recolhimento de lixo, de iluminação pública e manutenção dos leitos carroçáveis.

Sobre as medidas, que visavam disciplinar o espaço urbano, destacam-se os Códigos de Posturas, postulados em Campinas a partir de 1829. O destaque também vai para a consolidação, em 1894, do primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo<sup>205</sup>,

---

<sup>205</sup> Decreto nº 233 do dia 02 de março de 1894. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

que de fato, institui medidas urbanísticas, pautadas no viés do sanitarismo, que contribuem significativamente para o desenvolvimento da cidade de Campinas<sup>206</sup>.

Visando o controle da saúde pública, o Código Sanitário do Estado de São Paulo apresentaria inúmeras considerações essencialmente urbanísticas. Dentre as questões, ali abordadas, caracterizariam o urbanismo sanitarista deste período: O dissecação e drenagem de terrenos urbanos úmidos e pantanosos; o calçamento de ruas e praças; a arborização da cidade (jardins e praças); a proibição de cocheiras e estábulos na cidade; o disciplinamento da localização dos edifícios de uso público, dos edifícios coletivos e dos cemitérios; a relação entre a altura dos prédios, a largura das ruas e a volumetria das edificações (Salgado, 1992, p.09).

A vigência das Posturas, contribui, para a adesão à tipologia fundiária de chácaras. A partir do Código de Posturas de 1880, fica instituído, segundo o Artigo 49 que: “Os que tiverem cocheiras ou estrebarias na cidade são obrigados a conservá-las no melhor estado de asseio possível, fazendo remover o lixo de doze em doze horas. Os infratores recorrerão na multa de 30 reis e o duplo nas reincidências<sup>207</sup>.” No mesmo Código, no Artigo 50 é dito que “É proibido ter ou criar porcos ou animais da mesma espécie na área da cidade. Os infratores incorrerão na multa de 30 reis, além de serem apreendidos os ditos animais e postos em praça, sendo entregue o produto da venda, salvo as despesas, aos respectivos donos<sup>208</sup>.”

A obrigação de se seguir as posturas, associada a constatação de que na Chácara Itapura existiam culturas de animais, cocheiras e estrebarias, contribui na leitura territorial

---

<sup>206</sup> As autoridades campineiras começam a se preocupar com o problema da higiene e do saneamento. Convém assinalar que o Primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo, consolidado em 1894, indica Campinas como a pioneira em pôr em prática uma moderna organização de higiene administrativa. Fonte: Battistoni filho, 2002, p.48.

<sup>207</sup> Artigo 49 do Código de Posturas de 1880. Disponível em: [arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/p3](http://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/p3). Acesso em 8 de outubro de 2018.

<sup>208</sup> Idem a nota anterior.

da área onde a chácara vem a se implantar: no limite dos quadros<sup>209</sup> estabelecidos, permitindo, assim, a criação de animais e isentando-se de multas.

Em relação à área semiurbana, eram anunciadas nesse período chácaras e casas de campo. O termo “chácara” não designava exatamente a “habitação campestre”, mas o terreno plantado de arvoredo ou capim, que podia apresentar jardim, horta ou pomar. Estava mais próximo do sentido de “quinta”, embora nem sempre correspondesse a uma “grande propriedade”, sendo muitas vezes uma propriedade pequena ou mediana, com vinte ou trinta braças de frente e cerca de cinquenta ou cem braças de fundo. O termo estava mais relacionado aos espaços livres de edificação que à habitação em si. (ARAGÃO, 2017, p. 135)

De acordo com os registros dos editais publicados, em 1879, para o Código de Posturas de 1880 publica-se a descrição dos quadros “dos quaes permittiam a Camara seião encurralados e mortos os animais de consumo- suinos, caprinos e vitelas<sup>210</sup> [...]”. A descrição desse quadro apresenta os espaços específicos da cidade, onde permitia-se o abate de animais:

O espaço compreendido entre as ruas de São Pedro, Caracol e São Carlos até as ultimas Casas; o espaço compreendido entre as ruas 24 de maio; Alvares Machado e Theatro , ate as ultimas casas; o espaço compreendido entre as ruas Uruguayana, Alvares Machado ate as ultimas Casas; **e finalmente o espaço compreendido entre as ruas do Imperador, Alegre e Bairro do Bota-fogo.** Depois da publicação da presente resolução ninguém poderá encurralar e matar os referidos animais fora destes quadros e em relação ao Centro da Cidade, sob pena das multas conveniadas pelo Código de posturas. Campinas 11 de Setembro de 1879. O fiscal interino Carlos Borges Martins da Cunha. (CAMPINAS, 1879, p.01- Grifo da autora)

---

<sup>209</sup> Verificamos a existência de uma preocupação na delimitação de “perímetros urbanos” e “quadros” que funcionavam, geralmente como limites dentro dos quais se estabelecia algum tipo de restrição ou no qual se baseava, as cobranças de impostos. Fonte: Salgado, 1992, p.01

<sup>210</sup> CAMPINAS, Câmara Municipal de. Livros dos Códigos de Posturas e Editais, 1879 a 1891 p. 01. Transcrito pela autora.

Em meio à descrição, destaca-se o espaço dito entre as ruas do Imperador, Alegre e Bairro do Botafogo, área essa da Chácara Itapura.

Salgado (1992) aponta em seu trabalho, sobre o urbanismo sanitário, em Campinas no final do século XIX, que a resolução efetiva em forma de lei que estabelece o quadro que proíbe, de fato, a conservação de cocheiras, é datada de 1890, a partir da Resolução nº1. De acordo com a autora: “As ruas que funcionavam como limite era: a rua da Estação, rua Nova, rua Coronel Quirino, Santa Cruz, Marechal Deodoro, Culto à Ciência e Andrade Neves, alcançando praticamente todo o centro urbano de então<sup>211</sup>.”

A delimitação dos quadros variava conforme a questão que estava sendo discutida. No registro do edital de 26 de julho de 1881 foi estabelecido um outro quadro obrigando o varrimento e limpeza das testadas pelos proprietários das casas, chácaras e terrenos:

Edital de ordem da Camara Municipal se faz publico que para execução do Art. 25 do Código de Posturas fica estabelecido o seguinte quadro: Do Gasometro **pela rua do Commercio toma a direita a rua do Alecrim, por esta a do Imperador** ate a rua das Flores, sobe ate a rua da cadeia, sobe ate a de São João, sobe ate a do Bom Jesus, sobe ate a rua 11 de Agosto, sobe ate a de São Carlos, desce ate a direita, sobe por esta a de São Carlos até a de São Pedro, desce até a Ferreira Penteado, desce ate a Luzitana, desce ate o Gasometro. (CAMPINAS, 1881, p.03 – Grifo da autora)

Na mesma descrição são definidos mais dois quadros referentes a cobrança de impostos para as casas que não colocarem canos condutores de águas pluviais:

1º QUADRO- Começa no largo de Santa Cruz inclusive, vem pela rua da Ponte, entra e sobre pela rua Lusitana até a General Osorio, quebra por esta a esquerda e por ella sobe ate a rua da Boa Vista; segue por esta ate dar na rua Ferreira Penteado pela qual desce ate a do Mercado, por esta sobre ate a de São Carlos, quebra a direita e por ella segue ate a de Saldanha Marinho, **desce por esta ate encontrar a do Imperador, pelo qual quebrando a**

---

<sup>211</sup> Salgado, 1992, p.17.

**direita vai ate dar na rua do Sacramento**, por esta segue ate a do Commercio, por esta quebrando a esquerda segue ate dar na rua da Ponte, inclusive ate encontrar o Começo desta demarcação. 2º QUADRO- O segundo quadro compreende toda a parte da cidade que não está compreendida no primeiro. E para que chegue ao Conhecimento de todos se fas o presente edital que será publicado pela imprensa. Campinas, 9 de julho de 1881 (CAMPINAS, 1881, p.03v – Grifo da autora)

Lapa (1995, p.52) aponta que a constatação da delimitação de vários quadros decorre da modernização e do crescimento acelerado na cidade de Campinas ao final do século XIX.

Verifica-se, portanto, para o período estudado, uma expansão da cidade em várias direções, mas pouco ultrapassando os limites que apontamos. Fora desses limites, começavam a formar-se timidamente, no último quartel do século XIX, o que então eram chamados de arrabaldes ou mesmo subúrbios (Lapa, 1995, p.52).

Em mais de um momento a Câmara Municipal, houve por bem definir e redefinir esse quadro, estabelecendo linhas que perimetravam essa área, em cima naturalmente do traçado já existente no espaço urbano, quando não criando linhas imaginárias que pudessem completar o seu contorno (Lapa, 1995, p. 54).

Uma outra delimitação é aprovada em 25 de outubro de 1886, junto ao Edital do Código de Posturas de 1880:

[...] Começa na rua Lusitana e vai até a do Caracol, quebra a esquerda até dar na rua Sete de Setembro, por esta sobre até a dar na rua Augusto Cesar, onde quebra a direita e por ela vai até a de Ferreira Penteado, desce por esta até o do Amaral, ai quebra a esquerda e por ela sobre até a de São Carlos pela qual vai até dar na Rua Lusitana, onde quebra a esquerda, sobe pela mesma até dar na rua 24 de Maio, por esta segue até a do Visconde de Rio Branco, ai quebra a direita e desce até a de Saldanha Marinho, onde quebra a direita e **por esta desce até a do Imperador, onde quebra a direita e por esta desce até encontrar a do Sacramento**, onde quebra e por ela desce até a do Alecrim, ai

quebra a direita e por essa segue até a do Dr. Quirino, onde quebra a esquerda e por ela desce até a rua da Ponte, onde quebra a direita e por ela desce até encontrar a rua Lusitana, onde se começou a presente demarcação<sup>212</sup>. (CAMPINAS, 1886 p.33v-34- Grifo da autora)

Apontando a importância dos códigos de Posturas, Lapa (1995, p.55) traz que: “Dada a sua importância como instrumentos reguladores da vida urbana, produzidos em momentos em que supostamente a mudança e a evolução da sociedade exigiam respostas, alterações, correções e novas normas do viver na cidade [...]”.

Para a pesquisa, não é possível estabelecer uma única delimitação, de fato, que traduza o limite urbano da cidade de Campinas, ao final do século XIX. Contudo, todas as descrições dos quadros estabelecidos, convergem em trazer a rua do Imperador, atual Marechal Deodoro, como um dos limites. Assim, a testada da Chácara Itapura, onde é construído o Palácio Itapura, coincide com um dos limites urbanos até o final do século XIX (ver figura 16).

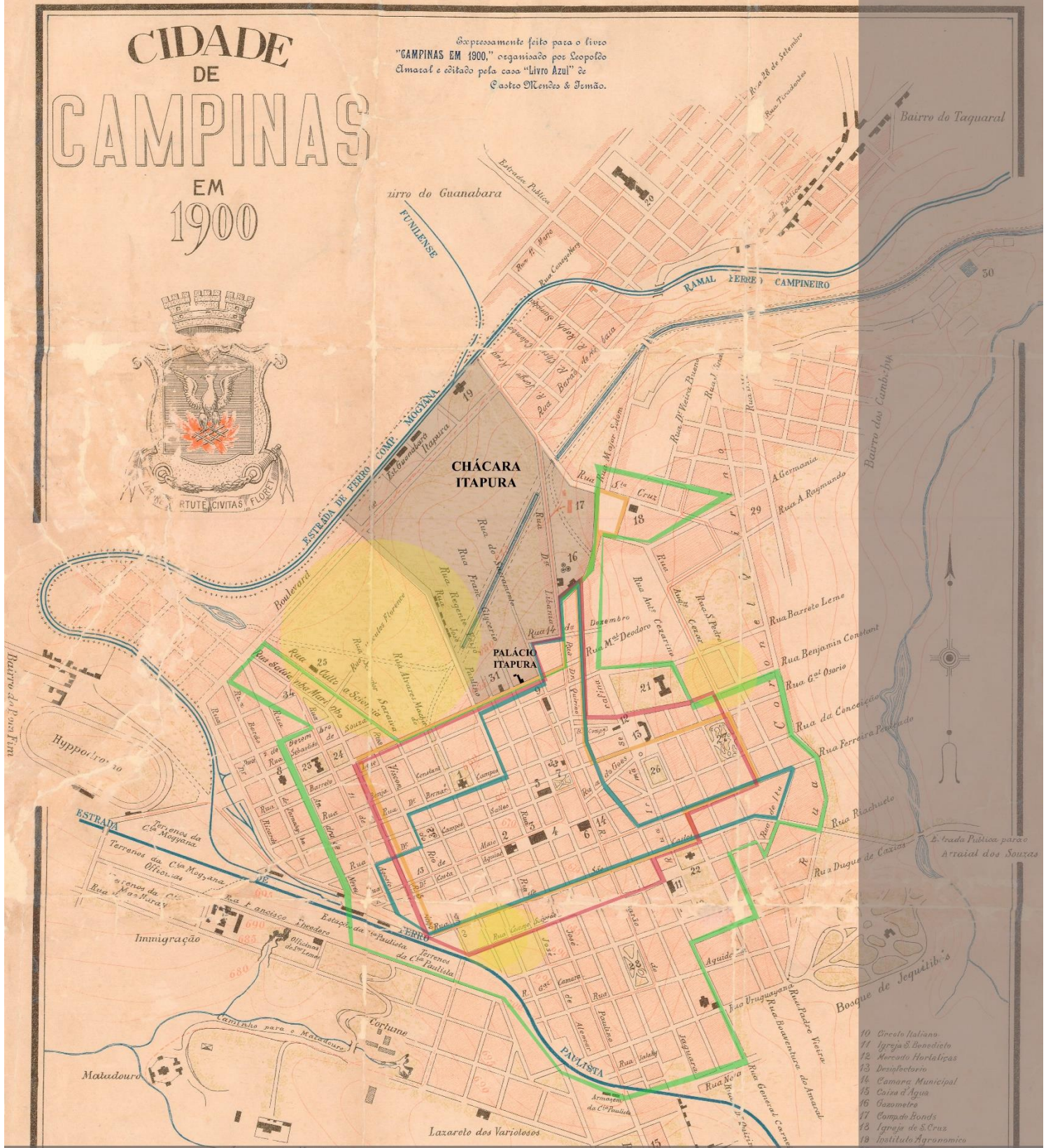
---

<sup>212</sup> Com a instauração da Primeira República, algumas ruas tiveram seu logradouro alterado. Dessa forma, tomou-se o cuidado em buscar a equivalência das mesmas, destacando na ordem trazida na descrição do perímetro urbano: Rua do Caracol, atual Rua Benjamin Constant; Rua Sete de Setembro atual Rua Irmã Serafina; Rua Augusto Cesar, antiga Rua da Boa Vista; Rua 24 de maio, atual Rua Cônego Scipião; atual rua Visconde do Rio Branco antiga Rua de São João; Rua do Imperador, atual Rua Marechal Deodoro; Rua do Alecrim, atual Rua 14 de dezembro; Rua da Ponte, e atual Rua Major Sólon. Fonte: Krogh, 2012, p.55, 56.



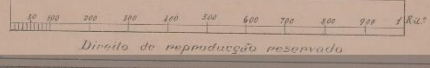
# CIDADE DE CAMPINAS EM 1900

Excepcionalmente feito para o livro "CAMPINAS EM 1900," organizado por Leopoldo Amaral e editado pela casa "Livro Azul" de Castro Mendes & Tomão.



### LEGENDA:

- 1879- ESPAÇOS COMPREENDIDOS PARA O ABATE DE ANIMAIS.
- 1881- QUADRO DELIMITADO QUE OBRIGA A COLOCAÇÃO DE CANOS CONDUTORES DE ÁGUAS PLUVIAIS.
- 1881- QUADRO DELIMITADO QUE OBRIGA O VARRIMENTO E LIMPEZA DAS TESTADAS DE CASAS, CHÁCARAS E TERRENOS.
- 1886- DELIMITAÇÃO DO QUADRO URBANO.
- 1890- QUADRO DELIMITADO QUE PROÍBE A CONSERVAÇÃO DE COCHEIRAS E ESTREBARIAS.



- ### Indicações
- 10 Creche Italiano
  - 11 Igreja S. Benedito
  - 12 Mercado Hortaliças
  - 13 Desinfectório
  - 14 Câmara Municipal
  - 15 Casa d'Água
  - 16 Casimiro
  - 17 Campo Bonds
  - 18 Igreja de S. Cruz
  - 19 Instituto Agronômico
  - 20 Casa de Lés e Officinas
  - 21 Santa Casa
  - 22 Grupo Escolar
  - 23 S. Portugal de Beneficência
  - 24 Praça Luiz de Camões
  - 25 Ginásio
  - 26 Praça Carlos
  - 27 Jardim Público
  - 28 Praça do Povo
  - 29 Depósito Municipal
  - 30 Filarmônica S. Paulo
  - 31 Igreja do Rosário
  - 32 Escolas
  - 33 Casa de S. João
  - 34 Praça Ramos de Azevedo

ESTAB: GRAPHICO V. STEIDEL & C. S. PAULO

Figura 16-Demarcção dos quadros urbanos sobre planta de Campinas de 1900. Fonte: CMU- Centro de Memória da Unicamp. Editado pela Autora.



Através de uma cuidadosa análise historiográfica, constatou-se uma divergência na terminologia utilizada para classificar a casa senhorial<sup>213</sup> urbana do Barão de Itapura e sua família. Comumente, em fontes recentes, esse exemplar é nomeado como Solar do Barão de Itapura<sup>214</sup>. É incerto quando esse exemplar passa a ser chamado e reconhecido como Solar do Barão de Itapura pela historiografia. De acordo com Moraes Silva (1789, p. 716) o verbete Solar diz respeito ao “chão de casa antiga de alguma família nobre; herdado, ou terra onde há solar, e senhores de tal terra, e se diz solar grande<sup>215</sup>”.

A partir dessa definição, é possível enquadrar o exemplar analisado dentro dessa terminologia. Entretanto, em nenhuma fonte primária analisada, o edifício assume tal nomenclatura. Salienta-se a importância em denominá-lo corretamente, e de acordo com

---

<sup>213</sup> O termo casa senhorial é um conceito adotado a partir do desdobramento de um projeto pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal) a partir de 2012 em cooperação com a Fundação Casa de Rui Barbosa (Brasil). Esse conceito se aplica ao estudo das casas de moradas da nobreza e alta burguesia entre os séculos XVIII e XIX, abrangendo os múltiplos aspectos analíticos que esses exemplares contêm. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/acasasenhorial\\_anatomiadeInteriores.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/acasasenhorial_anatomiadeInteriores.pdf). Acessado em 12 de dezembro de 2018.

<sup>214</sup> Em uma pesquisa em fontes recentes, comprova-se de fato a nomenclatura de Solar do Barão de Itapura designada a esse exemplar. No site da Prefeitura Municipal de Campinas, uma cartilha explicativa, produzida em 2011, traz que “O palacete que conhecemos como Solar do Barão de Itapura [...]”. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/cultura/paratodos/folhetos/paratodos22.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2018. O site do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), traz ao longo da justificativa do processo de tombamento do mesmo que “O antigo Solar do Barão de Itapura foi construído provavelmente em 1880 [...]”, e na resolução de Tombamento de 16/12/1983 publicada no Diário Oficial, p.14, Artigo 1º é dito que “fica tombado como bem cultural de interesse histórico-arquitetônico o antigo Solar do Barão de Itapura [...]”. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/solar-do-barao-de-itapura/>. Acessado em 12 de dezembro de 2018. O IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), igualmente apresenta o edifício como Solar do Barão de Itapura. Disponível em: <http://iabcampinas.org.br/identidade-arquitetonica/solar-do-barao-de-itapura/>. Acessado em 12 de dezembro de 2018.

<sup>215</sup> Definição retirada do Dicionário da Língua Portuguesa, Volume 03 de Antonio de Moraes Silva. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/2/solar>. Acesso em 20 de outubro de 2018.



o nome trazido na época de sua construção, indo na vertente dos objetivos dessa pesquisa de se trazer uma reinterpretação historiográfica<sup>216</sup>.

A casa senhorial é apresentada por Octavio (1921) como Palacete Itapura<sup>217</sup> e reiterado por Pupo (1983) como Palácio Itapura<sup>218</sup>. Adotou-se, portanto, esta nomenclatura, que tem seu sentido reforçado a partir da definição do Dicionário da Língua Brasileira de 1832: “Palácio, s.m Casa nobre, e grande, de bons edificios<sup>219</sup>”.

O uso correto da nomenclatura é parte do estudo fiel do exemplar, classificando-o, assim a partir da comparação entre fontes primárias e autores que tratam da análise de casas senhoriais do século XIX<sup>220</sup>. Construído com a finalidade de se destacar das demais construções executadas na época, o Palácio Itapura, foi inaugurado em 1883 (observar figura 17).



*Figura 17: Fotografia tirada a partir do ângulo da Rua Barreto Leme, ao fundo se observa o Palácio Itapura, foto da década de 40. Disponível em: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2011/01/>. Acessada em 8 de novembro de 2017.*

<sup>216</sup> Palácios e palacetes mandados construir pelos grandes da terra, frequentemente fazendeiros de café a que o braço escravo trazia dinheiro fácil e farto- nas suas plantas, confiadas a arquitetos de escola, predominava a linha clássica e repetiam-se modelos já experimentados na França e na Itália. Aragão *apud* Cruis, 2017 p.42.

<sup>217</sup> “É preciso afirmar ainda que mais admirável é o estado de conservação de todo o **palacete** [...]” Fonte: Octavio, 1921. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972\\_1921\\_20771.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1921_20771.pdf)

<sup>218</sup> “O **Palácio** Itapura, teve quem, há mais de cinquenta anos, lhe fizesse minuciosa descrição[...]” Fonte: Pupo, 1983 p.52.

<sup>219</sup> Definição trazida no dicionário da Língua Brasileira Volume Único Luiz Maria da Silva Pinto. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1%2C2%2C3%2C4/palacio> . Acesso em 27 de novembro de 2017

<sup>220</sup> Lemos (19919), Homem (1996), Pires (2006), Campos (2003) e Abrahão (2010).

Homem (1996, p.18) utiliza-se dos termos palácio e palacete<sup>221</sup>, para nomear os exemplares analisados: “O termo palacete é o diminutivo irregular de palácio, residência urbana, vasta e suntuosa, de príncipes e outros nobres, ou chefes de Estado, e até local onde se instalam setores do poder público.” A produção de café emprega uma nova forma de morar aos abastados fazendeiros de São Paulo e cidades próximas, que de acordo com a autora:

Ao estudar os inventários da segunda metade do século passado<sup>222</sup> [...] **verificou que os paulistanos mais abastados pertenciam às famílias Paes de Barros, Souza Barros, Souza Queiroz, Souza Aranha, Silva Prado, Dias da Silva, Monteiro Barros, Santos e Prates. Tratavam-se de grandes fazendeiros de café com múltiplas atividades urbanas**, ou, em pequeno número, proprietários urbanos com fazendas de café. (HOMEM, 1996, p.49- Grifo da autora)

---

<sup>221</sup> Lemos (1999, p. 184) traz que “Bem ultrapassada a segunda metade do século XIX é que surgiram as novas possibilidades construtivas [...] e com o novo estilo despontaram os tão decantados palacetes dos novos barões do café.”

<sup>222</sup> Dizendo a respeito do século XIX.

Conforme já mencionado, ao que a historiografia indica, o construtor responsável pelo projeto e construção do Palácio Itapura é Luigi Pucci. Nascido em Grassina (província de Florença) em 1853; Luigi Pucci estudou no seminário florentino, revelando uma forte inclinação pela matemática e verdadeira paixão pela astronomia (Salmoni; Debenedetti, 2007, p.48).

Luigi Pucci passa a se dedicar ao ramo da construção civil, após emigrar ao Brasil, ao final do século XIX. Sua bagagem embasada em conhecimentos matemáticos, na cultura italiana, e em sua dedicação foram determinantes para a sua consolidação profissional no Brasil. Na busca de fontes que indicassem a trajetória e a atuação desse profissional, constatou-se que a atuação na cidade de São Paulo, do prático licenciado<sup>223</sup> foi bastante notada.

Pareto Jr (2011, p.18) aponta a importância em dar luz à trajetória desses práticos, no sentido de não menosprezar a produção dos mesmos, independentemente de uma questão de título profissional. Nesse sentido, o autor aponta que a arquitetura produzida por esses agentes “não pode ser entendida de maneira alguma como ‘arquitetura menor’, ou simples pastiche de modelos advindos da arquitetura eclética erudita europeia”.

---

<sup>223</sup> Esse termo, é utilizado por Lindener Pareto Jr, (2011). O autor em sua dissertação de mestrado, denomina os construtores anônimos do século XIX, como Práticos Licenciados. De acordo com o autor são eles: “Construtores sem ensino superior habilitados pelo poder público, e reconhecidos como competentes para a prática de arquitetura”. Fonte: Pareto Jr. (2011, p.19)

Ainda que constatada que sua atuação foi mais ativa na cidade de São Paulo, Pucci tem uma expressiva participação na cidade de Campinas. No ano de 1878, é apresentada a “Planta da Cidade de Campinas e seus Edifícios Principaes” - levantada em 1878, pelo Engenheiro<sup>224</sup> Luiz Pucci<sup>225</sup> (observar nas figuras 18 e 19).



<sup>224</sup> De acordo com Pareto Jr (2011, p.85): Em 1884, o Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Provincia de São Paulo, dava a dimensão dos profissionais da construção civil atuantes na cidade de São Paulo até então, dividindo os mesmos em três categorias: Empreiteiros de Obras, Architectos, e Engenheiros civis, mecânicos e agrimensores. Conforme a lista, organizada por Pareto Jr, Luis Pucci, é classificado como arquiteto, residindo em São Paulo junto a rua do Arouche, nº1.

<sup>225</sup> Planta da Cidade de Campinas, 1878, escala métrica de 1:4000. Gravada por Francisco Lichtenberger e Impressa por Julio Lacroix. Arquivada junto ao Arquivo Municipal de Campinas.





*Figuras 18 e 19- Planta da Cidade de Campinas e seus edifícios principaes, levantada em 1878 pelo Engenheiro Luiz Pucci. Detalhe para ampliação da identificação da planta que apresenta a autoria de Pucci Fonte: Arquivo Municipal de Campinas.*

Em 21 de fevereiro na Gazeta de Campinas é noticiado:

Monumento a Corrêa de Mello- Tivemos hontem a occasião de vêr o desenho de um projeto de monumento à memoria do illustre sábio brasileiro Joaquim Corrêa de Mello. **Esse trabalho é feito pelo inteligente engenheiro Sr. Luigi Pucci que actualmente presta o concurso de suas habilitações scientificas às obras da Matriz Nova d'esta cidade.** O desenho representa a figura em tamanho natural, d'aquelle sempre lembrado paulista, erguida sobre um grande pedestal que tem uma das faces esta inscripção- Ao eminente sábio brasileiro Joaquim Corrêa de Mello a Pátria agradeicida, 1878. Esse monumento pode ser de bronze ou de mármore, ou de ambas as materiaes, quando realizado deve ficar maior do que o conselheiro José Bonifacio que está em uma das praças da capital do Imperio. **O desenho do sr. dr. Pucci vae ser, como os de outros autores, submettido á escolha dos cavalheiros que se acham encarregados de realizar a idéa do monumento**<sup>226</sup>. (CAMPINAS, 1878, p.02- Grifo da autora)

O Jornal Gazeta de Campinas, era de veiculação diária na cidade, e no dia seguinte à publicação, a mesma é retificada:

---

<sup>226</sup> CAMPINAS, Gazeta de. 21 de fevereiro de 1878, p.02.

O sr. Engenheiro Luigi Pucci- Na noticia que hontem demos do projecto do monumento para o fallecido Corrêa de Mello, dissemos ser o trabalho do sr. Engenheiro Pucci que actualmente prestava o concurso de suas luzes ás obras da Matriz-Nova. **Segundo nos informa, o sr. Pucci está inteiramente occupado no levantamento da planta desta cidade**<sup>227</sup>. (CAMPINAS,1878, p.02- Grifo da autora)

Homem (1996) aponta:

Pucci era matemático, astrônomo e geômetra, tendo sido construtor e realizado projetos de arquitetura em São Paulo. Segundo o arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho, **Pucci, fez a planta da Cidade de Amparo, no Estado de São Paulo, em 1876 (sic), onde assina Engenheiro Luis Pucci.** (HOMEM,1996, p.268-Grifo da autora)



<sup>227</sup> CAMPINAS, Gazeta de. 22 de fevereiro de 1878, p.02.



**Figura 20 e 21-** *Planta da Cidade do Amparo levantada em Julho 1878 pelo Engenheiro Luiz Pucci Detalhe para a identificação da planta que assim como a de Campinas traz a assinatura de Pucci. Disponível: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/04/Reprodu%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Planta\\_-\\_Planta\\_da\\_Cidade\\_do\\_Amparo\\_%28Puccil%2C\\_Luiz%29%2C\\_Acervo\\_do\\_Museu\\_Paulista\\_da\\_USP.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/04/Reprodu%C3%A7%C3%A3o_de_Planta_-_Planta_da_Cidade_do_Amparo_%28Puccil%2C_Luiz%29%2C_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg). Acessado em 20 de dezembro de 2018.*

De acordo com Salmoni e Benedetti (2007, p. 48), Luigi Pucci não era engenheiro, nem arquiteto com titulação. No entendimento de Pareto Jr (2011, p.88), a ausência do título evidencia uma fluidez do campo de atuação dos profissionais da construção civil. Segundo o autor, Luigi Pucci: “Em 1883, já no Brasil, passou a atuar na construção civil, e, em São Paulo, adquiriu ilustre clientela, sendo um dos primeiros construtores a consolidar o prestígio dos italianos junto aos clientes mais abastados.”

Conforme Pareto Jr (2011.p.93) o caráter híbrido das denominações evidencia, não apenas uma indefinição sobre o campo arquitetônico nos finais do século XIX, mas diz muito a respeito das relações de poder vigentes na época. O fato de a historiografia divergir em como intitular Luigi Pucci, informa que o uso do título conotava um simbolismo de disputas e tensões sobre o controle das profissões.

Assim sendo, a titulação destes práticos indicava uma sociabilidade e um destaque profissional que saltavam aos olhos de seus clientes: Homens abastados que também alçavam títulos e concessões nobiliárquicas, tal como identificado para o Barão de Itapura. De certa forma, contratar um profissional experiente, influente e com capacidade para se executar um projeto diferenciado exprimia o destaque social.

Pareto Jr (2011, p. 94) constata que Luigi Pucci projetou não apenas para famílias abastadas da cidade de São Paulo e Campinas, mas também teve seu destaque profissional em obras vinculadas ao poder público<sup>228</sup>. Sua relevância na participação de obras de grande destaque, contribuem para a historiografia “eternizar” a memória do construtor como arquiteto, mesmo sabendo que a regulamentação da profissão ocorreu bem posteriormente, na década de 1930<sup>229</sup>.

Coube, pois, a Pucci a construção dos dois mais famosos edifícios da cidade (de São Paulo): ao Museu do Ipiranga ainda hoje se dirigem muitos brasileiros e estrangeiros e a Chácara do Carvalho, durante muitos anos o centro das atenções dos paulistas. (Salmoni; Debenedetti, 2007, p.49). Para a construção do Museu do Ipiranga<sup>230</sup>, Pucci se integrou a “Companhia de Melhoramentos Urbanos e Rurais” da cidade de São Paulo. Em notícia levantada junto ao jornal Correio Paulistano em 1891 é dito<sup>231</sup>:

---

<sup>228</sup> Além da obra do Museu do Ipiranga, Luigi Pucci é responsável pela execução do hospital da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, em 1884. O projeto é de autoria do escritório de Ramos de Azevedo.

<sup>229</sup> Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933- Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23569-11-dezembro-1933-503453-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 18 de dezembro de 2018.

<sup>230</sup> Desde 1823 houveram várias tentativas para ser erguido um monumento comemorativo da Independência do Brasil. Em 1825 a Câmara Municipal de São Paulo chegou a assinalar o local exato do grito da Independência, para aí ser levantado o referido monumento. No ano de 1881 o governo provincial aprovou o projeto apresentado pelo engenheiro arquiteto italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi, sendo contratado o arquiteto Luigi Pucci para a construção; as obras foram iniciadas em 1885. Disponível em: [https://www.nossosaopaulo.com.br/Reg\\_SP/Barra\\_Escolha/A\\_MuseuPaulista.htm](https://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Barra_Escolha/A_MuseuPaulista.htm). Acesso em 18 de dezembro de 2018.

<sup>231</sup> Para a obra do Museu do Ipiranga, uma série de etapas que viabilizasse a construção do mesmo foram executadas. Entre elas, a instalação de uma máquina a vapor que viabilizou o transporte do material para o canteiro da obra. Sobre esta etapa, em específico, Salmoni.; Debenedetti (2007, p.48) afirmam: “ Por outro lado, Pucci, devia ter, nesta época uma organização muito bem aparelhada, a se julgar pelo fato de poder instalar uma máquina a vapor para a tração dos vagões que transportavam o material diretamente, da estação ferroviária para o canteiro da obra. O Presidente da



**C. De Melhoramentos Urbanos e Ruraes- Hontem instalou-se esta companhia com o capital de dez mil contos de reis, dividido em duas series de cinco mil contos cada uma. Foi eleita a directoria que ficou assim composta:** Barão de Jaguará, presidente, **Dr. Luiz Pucci, director-gerente** e Dr. Antonio Marques Coutinho. O conselho fiscal ficou assim composto: Dr. Lins de Vasconcellos, Dr. Luiz Pinto e o sr. José de Vasconcellos de Almeida Prado. A esta companhia foram incorporados os terrenos do Ypiranga ao preço de 1\$500 o metro quadrado<sup>232</sup>. (PAULISTANO, 1891, p.05- Grifo da autora)

No mesmo ano, outra notícia é publicada:

COMPANHIA DE MELHORAMENTOS URBANOS E RURAES DE SÃO PAULO: Capital Social 10.000:000\$000 Dividido em Cincoenta Mil Acções do Valor de Duzentos Mil Reis cada Uma. Os fins da Companhia são: Comprar e vender terrenos nesta capital e terras no Estado de São Paulo; construir casas para alugar-as ou vendel-as; executar toda a sorte de melhoramentos, quer em terras de sua propriedade, quer em propriedades de terceiros. Estando subscripto quase todo o capital social, para o pequeno numero de acções em ser serpa aberta subscrição publica nos dias 28,29 e 30 do corrente mez, no Banco Provincial de S. Paulo, devendo no acto da subcrição ser feita a entrada de trinta por cento ou sessenta mil reis por acção. Directores: Barão de Jaguará, Presidente; Dr. Antonio B. Marques Cantinho, Secretario; Dr. Luiz Pucci, diretor-technico<sup>233</sup>. (PAULISTANO, 1891, p.04)

A mesma Companhia de Melhoramentos Urbanos e Ruraes de São Paulo anuncia a venda de terrenos próximos do Monumento do Ypiranga, “indo de acordo com a planta existente no escriptorio da mesma companhia, à Rua da Quitanda, nº2, sobrado<sup>234</sup>.”

---

Província, Dr. Francisco Antônio de Souza Queiroz, dirigiu-se especialmente ao local para funcionar a máquina aapor, da qual os membros da Comissão muito se orgulhavam, como também dos meios modernos e eficazes usados por Pucci na direção e execução dos trabalhos.

<sup>232</sup> Fonte: Correio Paulistano. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=luiz%20pucci&pasta=ano%201891\edicao%2010330](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=luiz%20pucci&pasta=ano%201891\edicao%2010330). Acesso em 27 de agosto de 2017.

<sup>233</sup> Fonte: Correio Paulistano. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=luiz%20pucci&pasta=ano%201891\edicao%2010317](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=luiz%20pucci&pasta=ano%201891\edicao%2010317). Acesso em 27 de agosto de 2017.

<sup>234</sup> Fonte: Correio Paulistano. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=luiz%20pucci&pasta=ano%201891\edicao%2010366](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=luiz%20pucci&pasta=ano%201891\edicao%2010366) Acesso em 27 de agosto de 2017.

A obra para a construção do Monumento do Ipiranga, chegou às mãos de Luigi Pucci a partir da realização de um concurso a nível nacional, com o envolvimento da corte e financiado pelo dinheiro das loterias. Duas comissões foram formadas para trabalharem conjuntamente, sendo uma na corte, e outra na cidade de São Paulo. Conforme Santos, (2002, p. 166): “o evento causou alarde, porém apenas cinco projetos foram apresentados sendo que nenhum conseguiu conquistar o júri paulista, não sendo sequer julgados pela comissão do Rio de Janeiro (corte)”.

Quem presidiava o júri da corte do Rio de Janeiro era o Visconde de Rio Branco, com suporte e amparo do Imperador, que entregaram o projeto do monumento ao construtor italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi<sup>235</sup>. Segundo Santos (2002, p. 166) enquanto as negociações com Gaudenzio Bezzi ocorriam, os membros do júri da cidade de São Paulo, insatisfeitos, organizaram outro concurso paralelo, estipulando a construção do Monumento do Ipiranga e de uma escola, localizada no Campo da Luz<sup>236</sup>.

Ao final, em 1884, treze projetos foram apresentados, sendo nove para o projeto da escola e quatro para o Monumento. A concepção, projeto e execução ficaram sob responsabilidade dos italianos Tommaso Gaudenzio Bezzi e Luigi Pucci. Já a escola do Campo da Luz, ficou a cargo de Ramos de Azevedo.

Com relação a obra, igualmente executada por Luigi Pucci, do Hospital Santa Casa de Misericórdia, no Arouche (atual bairro de Vila Buarque em São Paulo), destaca-se o mérito de Pucci em ser selecionado em outro concurso exclusivo. Nesse período os imigrantes também dão início à construção de hospitais visando o atendimento às suas

---

<sup>235</sup> Singular a figura de Tommaso Gaudenzio Bezzi [...] iniciou muito cedo a vida militar, chegou a ocupar os mais altos postos do exército piemontês, tomou parte em batalhas ficaram famosas. Nascido em Turim, em 1844. Fonte: Salmoni; Debenedetti, 2007, p.40.

<sup>236</sup> O desenvolvimento deste novo concurso foi nebuloso e tudo ocorreu sob os protestos de Bezzi, que já estava desenvolvendo seu trabalho. Os prazos estipulados eram curtíssimos e desconfiavam das intenções dos organizadores. Fonte: Santos (2006, p.166).

colônias. Da Itália destaca-se o italiano Luigi Pucci, que em 1881, sagrou-se vencedor do concurso para elaboração do projeto do novo edifício da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. (Fernandes, 2003, p.24). Campos (2011) aponta:

Mas sem dúvida a construção hospitalar mais significativa da cidade, iniciada ainda na época monárquica, foi a nova sede do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, que teve seu projeto selecionado num dos primeiros concursos exclusivos para engenheiros-arquitetos, realizados na Capital (1879). Luis Pucci [...] de naturalidade italiana cuja presença na Província está documentada desde 1976, segundo consta, autor do plano classificado em primeiro lugar, adotou para esse estabelecimento o sistema tido na ocasião como o melhor, diante dos resultados positivos que vinha apresentando no combate à mortalidade hospitalar: o sistema de pavilhões<sup>237</sup> (CAMPOS, 2011)

Em 30 de janeiro de 1890<sup>238</sup>, é noticiada uma despedida dita como temporária de Luigi Pucci: “DESPEDIDA- Luiz Pucci retirando-se temporariamente para a Itália, e não podendo despedir-se pessoalmente das pessoas de sua amizade, o faz por este meio, oferecendo a todos os seus limitados préstimos com Firenze. Luiz Pucci<sup>239</sup>”. Constata-se o retorno do profissional ao Brasil, pois outras obras são assinadas pelo mesmo posteriormente a 1890.

Fernandes (2003, p.24) aponta que, em 1892, Luigi Pucci, atuando com outro profissional italiano, Giulio Micheli<sup>240</sup>, projeta o hospital da Sociedade Beneficência Italiana de São Paulo, localizado no bairro da Boa Vista. Assim, Luigi Pucci aumentou

---

<sup>237</sup> Campos, 2011. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info29/i-estudos3.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

<sup>238</sup> ESCRITORIO DE ENGENHARIA- Os engenheiros João Pinto Gonçalves, Luiz Pucci e Eugenio P. de Carvalho podem ser procurados, para negócios de sua profissão, á rua 15 de novembro nº 55, das 12 às 4 horas da tarde. Fonte:

<sup>239</sup> Correio Paulistano, 30 de janeiro de 1890. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=luiz%20pucci&pasta=ano%201890\edicao%2010128](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=luiz%20pucci&pasta=ano%201890\edicao%2010128). Acesso em 27 de agosto de 2017.

<sup>240</sup> Conforme Salmoni e Debenedetti (2007, p.54-55): o arquiteto Micheli, o qual havia chegado há pouco no Brasil; e tendo percorrido meia Europa, estava muito bem informado a respeito de tudo quanto estava em moda no velho continente. E a partir de 1894, o nome de Pucci acha-se sempre ao lado de Giulio Micheli, ao qual se associou e deixou seu estúdio.

sua fama enquanto construtor fazendo com que se tornasse conhecido e estimado pelas famílias abastadas paulistas:

**Entrando nas altas rodas da sociedade de São Paulo, Pucci tornou-se íntimo dos Prado: Dona Veridiana o considerava um dos amigos mais caros, e o Conselheiro Antônio, umas das personalidades de maior influência da época, o encarregou do projeto e da construção do Palacete da “Chácara do Carvalho”, na qual morou pelo resto da vida, e onde reuniu, durante a sua brilhante carreira, a fina flor da intelectualidade de São Paulo (SALMONI E DEBENEDETTI, 2007, p. 49- Grifo da autora)**

Em meio a circulação junto à elite da cidade de São Paulo e sua atuação profissional em cidades como Campinas e Amparo, associa-se, assim, que Luigi Pucci é contratado pelo Barão de Itapura para o projeto e execução de sua residência.

O Barão de Itapura possuía imóveis na cidade de São Paulo e se dirigia à capital com frequência para cuidar de seus negócios<sup>241</sup>, o que contribui para o conhecimento da notoriedade de Luigi Pucci em suas obras em São Paulo. Ademais, a data de início da construção do Palácio Itapura (1880) é próxima ao desenho da planta de Campinas (1878), o que levanta uma hipótese de que o Barão de Itapura tenha se aproximado do profissional nesta época. A busca por documentos que revelassem a tratativa de negociação desse projeto foi intensa, porém, nada foi encontrado nesse sentido.

De acordo com a cronologia, a construção do Palácio Itapura, antecede em dez anos a construção da Chácara do Carvalho. Nesse caso, a obra executada no interior da Província de São Paulo antecedeu àquela feita na Capital. Pode-se considerar que o Palácio Itapura foi utilizado por Pucci como portfólio para suas obras posteriores.

---

<sup>241</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do Barão de Itapura, 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.57v. Transcrito pela autora.

Além disso, a relação com o Barão de Itapura, pode ter aberto novas oportunidades ao construtor, uma vez que a circulação das informações e a visibilidade social eram fatores recorrentes à época.

Luigi Pucci não limitou sua atuação à projetos de arquitetura. O profissional traçou e construiu também ruas, galerias, canais, passagens, no centro e na periferia da cidade (de São Paulo), que começava então delinear-se nos trechos principais e expandir-se (Salmoni; Debenedetti, 2007, p.54). Em 1891, o jornal Correio Paulistano noticia:

CALÇAMENTO DE MADEIRA- Escrevem nos: Por decreto de 20 de julho ultimo, o governo federal concedeu aos engenheiros Luiz Pucci e Julio Micheli o privilegio por 15 annos, para o systema de calçamento de madeira para o Brazil. O systema inventado pelos distinctos engenheiros privilegiados, é incontestavelmente o mais perfeito que se tem feito neste gênero. A cidade de S. Paulo si adoptar este systema terá reaes economias para os cofres da intendência, além de ser o melhor systema de calçamento hoje conhecido (PAULISTANO, 1891, p.03)

A atuação do profissional às intervenções urbanas se estende:

EXPEDIENTE- Officio dos engenheiros Luiz Pucci e Julio Micheli, pedindo concessão pelo praso de 30 annos para illuminação nesta capital por meio de electricidade- A comissão de obras publicas. São lidos diversos projectos e pareceres que vão a imprimir para entrarem na ordem dos trabalhos. Ninguem mais pedindo a palavra na hora do expediente o sr. Presidente suspende a reunião por falta de numero, designando a mesma ordem do dia<sup>242</sup>. (PAULISTANO, 1894, p.05)

Aventa-se, que a atuação de Luigi Pucci em projetos de escala urbana na cidade de São Paulo, bem como o levantamento e desenho de plantas de outras cidades era possível, pois, o profissional possuía conhecimentos e capacitações que permitiam que o mesmo fizesse uma leitura topográfica dos sítios onde atuava. Sua ciência no campo

---

<sup>242</sup> Correio Paulistano. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=luiz%20pucci&pasta=ano%201894\edicao%2011263](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=luiz%20pucci&pasta=ano%201894\edicao%2011263). Acesso em 27 de agosto de 2017.

matemático possibilitava que o profissional realizasse análises territoriais e topográficas, que o qualificavam perante outros profissionais.

Luigi Pucci, retorna definitivamente à Itália, onde falece. Antes de sua partida definitiva, o profissional viveu em um palacete da Avenida Paulista, no qual havia mandado construir uma cúpula giratória, onde retomou as suas observações astronômicas, tão caras para ele desde a infância (Salmoni; Debenedetti, 2007, p.05).

### | 3.6 PALÁCIO ITAPURA: metodologia para reconstituição de seu programa de necessidades |

---

Através da leitura, dos inventários (1889 e 1902), levanta-se uma hipótese do programa de distribuição original do Palácio Itapura. Esse esforço, embasa-se nas plantas baixas elaboradas para este trabalho, realizadas pela autora, a partir do levantamento do edifício remanescente na cidade de Campinas.

O levantamento realizado, através da pesquisa de campo no edifício, foi uma fonte documental fundamental para o levantamento preciso das plantas. Além disso, registrou-se como recurso, fotografias atuais do edifício que auxiliam na identificação dos ambientes em sua origem. O cruzamento desse material com as fontes primárias reforça a hipótese do programa original desse exemplar senhorial e permite que se compare as fontes primárias ao levantamento atual realizado *in loco* do exemplar.

Com relação ao levantamento atual, destacam-se as alterações que o exemplar sofreu em relação ao seu projeto original, fazendo com que esse processo seja quase de uma natureza arqueológica, exigindo um cuidado na identificação das características

originais do edifício; permitindo um maior rigor para a pesquisa. Nesse sentido, as fotografias feitas na visita de campo têm sua contribuição principal.

Pupo (1983, p.43) traz, em sua obra, um levantamento por meio de duas plantas que indicam uma hipótese de como seria essa residência originalmente<sup>243</sup>. Ademais, uma notícia, publicada no jornal, o Correio Paulistano, veiculado na cidade de São Paulo, em 30 de abril de 1921, escrita pelo jornalista Benedito Octavio<sup>244</sup>, traz em sua manchete “O Palacete de Itapura” homenageando os feitos do Barão de Itapura e descrevendo a residência senhorial como fruto de sua riqueza, ressaltando, ainda que, de forma laudatória, a suntuosidade do exemplar. Nessa matéria o autor traz uma representação das três plantas da edificação em seus moldes do final do século XIX<sup>245</sup> (conforme se observa na figura 22).

---

<sup>243</sup> Na obra de Pupo (1983, p.43), observar a figura 38- Palácio Itapura, andar térreo e a figura 39- Palácio Itapura, segundo pavimento.

<sup>244</sup> Foi um grande historiador e memorialista da cidade na passagem de fins de 1800 e nas décadas iniciais de 1900. Sendo um dos responsáveis por grande parte da memória escrita desta época. Disponível em: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2008/01/personagem-benedicto-octvio.html>. Acesso em 12 de dezembro de 2018.

<sup>245</sup> OCTAVIO, Benedito. 1921, conferir pág.05 em Correio Paulistano, Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972\\_1921\\_20771.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1921_20771.pdf). Acesso em 30 de outubro de 2017.







De acordo com a narrativa adotada, é passível o entendimento de que Benedito Octavio (1921) escreveu a matéria baseada em uma visita feita no Palácio Itapura, dando suporte a hipótese de reconstituição dessa planta em sua origem. A maneira como o autor descreve e ambienta o exemplar senhorial dá essa noção: De que a descrição se fez possível a partir de uma visita. A matéria inicia-se com um agraciamento laudatório sobre a figura do Barão de Itapura. Associou-se esse material às leituras e interpretações dos autos de avaliação dos inventários de 1889 e 1902<sup>246</sup>:

A memória de Joaquim Polycarpo Aranha, a quem o governo Imperial, depois de conceder o grau de commendador da Ordem da Rosa, ainda agraciou (1883) com o título de Barão de Itapura, pelos grandes serviços prestados a pátria e à humanidade, merecendo, por certo, a estigma e a gratidão de Campinas, pelo muito que esse patriarca falecido nonagenário em 1902, votava a essa florescente cidade, seu berço de adoção (OCTAVIO, 1921, p.05)

Na sequência, Benedito Octavio (1921, p.05) relata os feitos do Barão de Itapura que, de acordo com o autor, o mesmo “[...] nunca se recusou a contribuir para tudo quanto pudesse resultar em bem do progresso moral ou material na prospera cidade de Barreto Leme<sup>247</sup> [...]”. A narrativa enaltecida desenvolve-se ao longo de toda a notícia, e o autor aponta que o Palácio Itapura, provavelmente tenha sido um dos melhores serviços prestados pelo Barão de Itapura à cidade de Campinas:

E ao nosso ver, neste (Palácio Itapura) particularmente um dos melhores serviços que elle fez a Campinas foi dota-lá com a edificação de seu velho e vistoso palacete. Destinado para a residência própria e dos seus, nem por nada deixa tal edifício se ser um dos grandes monumentos de que se orgulha a “*urbe*” campineira. (OCTAVIO, 1921, p.05)

---

<sup>246</sup> Os inventários são fontes documentais valiosas na compreensão dos fatos sociais porque possibilitam recuperar não apenas um personagem, mas vários, permitindo enxergar diferentes grupos sociais: fazendeiros, barões de café, comerciantes, profissionais liberais, imigrantes, artesãos etc., cujas pessoas e grupos, o conjunto de relações formam uma sociedade. Fonte: Abrahão, 2010, p.19.

<sup>247</sup> OCTAVIO, Benedito. 1921, conferir pág.05 em Correio Paulistano, Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972\\_1921\\_20771.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1921_20771.pdf). Acesso em 30 de outubro de 2017.

Tanto as plantas de Pupo (1983) quanto às de Benedito Octavio (1921) não possuem menções ou referências de suas fontes, ou seja, dos profissionais que as desenharam, o que faz com que ambas sirvam de apoio para a comparação e verificação de informações. Entretanto, a nível conclusivo, prevaleceram as informações trazidas nos inventários.

Constatou-se que as fontes que mencionam o Palácio Itapura, produzidas em períodos posteriores à publicação da notícia do jornal Correio Paulistano<sup>248</sup>, repetem as informações anunciadas por Benedito Octavio<sup>249</sup>. Essa repetição é observada principalmente nas obras dos memorialistas que retratam a cidade de Campinas no século XIX<sup>250</sup>.

Por se tratar de uma notícia de jornal<sup>251</sup>, não há menção a quem, de fato, fez os desenhos das plantas a partir de onde esse levantamento gráfico foi realizado; porém, estabelece-se um paralelo a partir das datas estudadas: a notícia do jornal é do ano de 1921, mesmo ano de falecimento de Libânia de Souza Aranha, esposa do Barão de Itapura, permitindo concluir que o desenho provavelmente condiz com a implantação original dos jardins; afinal, a mesma encontrava-se em posse dos herdeiros do Barão e Baronesa de Itapura<sup>252</sup>.

---

<sup>248</sup> Datado de sábado, 30 de abril de 1921. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972\\_1921\\_20771.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1921_20771.pdf)

<sup>249</sup> Pupo, utiliza em sua obra (1983, p.52) extratos da matéria publicada por Benedito Octavio. Pupo traz que: “o Palácio Itapura, teve quem, há mais de cinquenta anos, lhe fizesse minuciosa descrição: foi Benedito Octavio, que o conheceu em suas particularidades.”

<sup>250</sup> Em destaque Pupo (1983), Jolumá Brito (1958).

<sup>251</sup> Para esse trabalho a maior contribuição observada a partir dessa fonte se dá na reprodução das plantas baixas do Palácio Itapura, que trazem em sua intenção a nomeação dos cômodos, medidas internas dos mesmos bem como um desenho do que seria a implantação desses jardins da residência.

<sup>252</sup> “D. Libania de Souza Aranha. Aos nove de janeiro de mil nove centos vinte e um nesta Matriz o Ver.do. Vigario enconmmendou o cadáver de D. Libania de Souza Aranha com noventa e um annos de idade, viúva de Joaquim Policarpo Aranha, tendo sido sacramentada. Assignado o Vigario, Conego Samuel Frago”. Fonte: CAMPINAS, Arquidiocese da Cúria Metropolitana de. Livro de Obito. Paroquia Santa Cruz, Livro de 1921-1924, p. 02. Transcrito pela autora.

A descrição trazida no Inventário do Barão de Itapura é feita a partir do auto de avaliação realizado no dia 29 de março de 1902 onde o mesmo é aberto e traz:

Anno de Nascimento de nosso senhor Jesus Christo de mil novecentos e dois, aos vinte e nove de março, nesta cidade de Campinas, e **na caza do Barão de Itapura**, vinde por meio o M. Juiz da primeira vara Doutor Soriano Filho, comigo Escrivão, de seo cargo o solicitador Flavio de Moraes Sales e **os avaliadores Antonio Francisco de Andrade e Julio Frank de Arruda a eles o mesmo juiz determinou a procedência da avaliação dos bens deixados pelo finado Barão de Itapura** e que seja cumprido pelos mesmos<sup>253</sup> (CMU, 1902 p.09v- Grifo da autora)

Entende-se a importância em salientar essa reconstituição do programa dessa residência, uma vez que a historiografia remonta corriqueiramente a esse exemplar, sem mencionar o projeto original dessa edificação. A busca do projeto original foi bastante intensa ao longo dessa pesquisa; porém, ao que tudo indica, esse documento não se encontra arquivado nos acervos da cidade de Campinas.

A ausência de menções, relatos ou mesmo do projeto podem ser justificadas a partir da regulamentação da Lei nº 43 de 27 de agosto de 1895, expedida a mando da Intendência Municipal, onde se regulamentam e ampliam as condições para construções previstas no Código de Posturas de 1880. Destacam-se os artigos 4º e 5º dessa Lei:

**Art 4º- As plantas ou projectos serão submettidas ao engenheiro municipal**, na forma da citada lei nº 29 de 18 de janeiro de 1894, art 3º, **sem cujo exame e aprovação e não se julgarão em condições legais para a execução.** Art 5º- **As casas ou edificações iniciadas ou feitas sem o visto e aprovação do engenheiro e licença da autoridade municipal serão desmanchadas por ordem da Intendencia** e à custa dos proprietários ou constructores, sobre a pena estatuída na mesma lei nº 29, art, 5º<sup>254</sup>. (CAMPINAS, 1895, p.22- Grifo da autora)

---

<sup>253</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.09v. Transcrito pela autora.

<sup>254</sup> CAMPINAS, Leis Orgânicas da Câmara Municipal da., Lei nº43, 1895 p. 21-22.

Passa-se então a exigir o documento fundamental, a planta completa de todo o prédio que fosse construído ou reconstruído (reforma), dentro ou fora do perímetro urbano<sup>255</sup>. (Lapa, 1995 p.57)

Bittencourt aponta que:

Apesar da cidade dispor do Código de posturas publicado desde 1864, e de outro de 1880, a formalização completa da institucionalização do controle sobre o espaço público e privado ocorrerá apenas em 1895, com a Lei nº 43 e sua regulamentação [...]que determina que os projetos seriam aprovados pelo engenheiro municipal, dentro do perímetro urbano, dos subúrbios e bairros, de acordo com técnicas de desenho. (BITTENCOURT, 2009 p.56-57)

Como o Palácio Itapura tem sua construção iniciada em 1880, a exigência da aprovação de seu projeto ainda não era obrigatória, podendo justificar a ausência de registros do mesmo. Assim, a análise de documentos primários acerca da construção do Palácio Itapura, associada a elaboração de uma base<sup>256</sup> para essa planta original sucedem em um resultado inédito e satisfatório para a hipótese aqui pretendida.

---

<sup>255</sup> Em 14 de fevereiro de 1894, o secretário da Intendência Municipal de Campinas, Antônio Rodrigues de Mello junto com o presidente da Câmara Municipal de Campinas, José Paulino Nogueira, revogam a lei nº 31 – Augmentando o Perímetro da Cidade. O Art 1º diz: “O perímetro da cidade fica pela presente lei determinado pela forma seguinte: Começando em linha recta do muro da frente do cemitério do Fundão até a contra vertente da collina, segue por esta direção ao lazareto dos variolosos ate a vertente do ribeirão do matadouro; deste ponto em linha recta em direção a estrada de rodagem de Limeira, em ponto obrigado de trezentos metros do centro da grande curva da linha Mogyana, nos terrenos de Dr. Joaquim de Salles; acima da linha até a chácara do Dr. Joaquim de Salles; desse ponto em linha recta, tendo por ponto obrigado a cocheira da Companhia Carris de Ferro, no Guanabara, segue atravessando a Estrada do Monjolinho ate fazer os trezentos metros, tendo por ponto obrigado o novo edifício do Lyceu de Artes e Officios além da margem da estrada do Taquaral, segue pela estrada da fazenda S. Quirino ate o ribeirão que atravessa a mesma; por esta sobe ate o pasto do cidadão Antonio Manoel Proença, tomando ahi como ponto obrigado o logar que determinar uma recta com o muro da frente do cemitério do Fundão”. Fonte: CAMPINAS, Leis Orgânicas da Câmara Municipal da., Lei nº31, 1895 p. 05-06.

<sup>256</sup> A partir da visita realizada no exemplar, elaboraram-se, com o auxílio do AUTOCAD, as plantas-base para reconstituição do programa de necessidades do Palácio Itapura. Antes de se dar destaque a reconstituição do programa de necessidades, a preocupação quanto à eficácia e coerência do método foi essencial. Portanto, alinhou-se, primeiramente a planta condizente ao pavimento térreo anunciada por Pupo (1983). Na sequência, a segunda planta refere-se a trazida por Benedito Octavio (1921) e, por último a elaborada em CAD, pela autora, que subsidiará a reconstituição da mesma. Preocupou-se em alinhá-las e sobrepô-las a fim de garantir coerência nas proporções e escalas permitindo uma comparação rigorosa.

O Palácio Itapura se configura em uma estrutura composta por primeiro pavimento (com acesso à rua Marechal Deodoro), pavimento térreo, ou rés-do-chão (que se abre para os jardins internos) e pavimento superior.

Benedito Octavio (1921, p .05) traz a seguinte definição para organização funcional do exemplar<sup>257</sup>: “Compõe-se o edifício das três seguintes partes: rez do chão, e primeiro e segundo andares, tudo coroado por um alto mirante, de onde se descortinam inteiramente a cidade e o horizonte circunjacente, nos quatro pontos cardeais<sup>258</sup>” (observar figura 23).



**Figura 23-** Fotografia da fachada lateral do Palácio Itapura, com identificação do antigo mirante. Disponível em: [https://www.facebook.com/imagensdecampinasantiga/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/imagensdecampinasantiga/?ref=br_rs). Acessada em 17 de agosto de 2018.

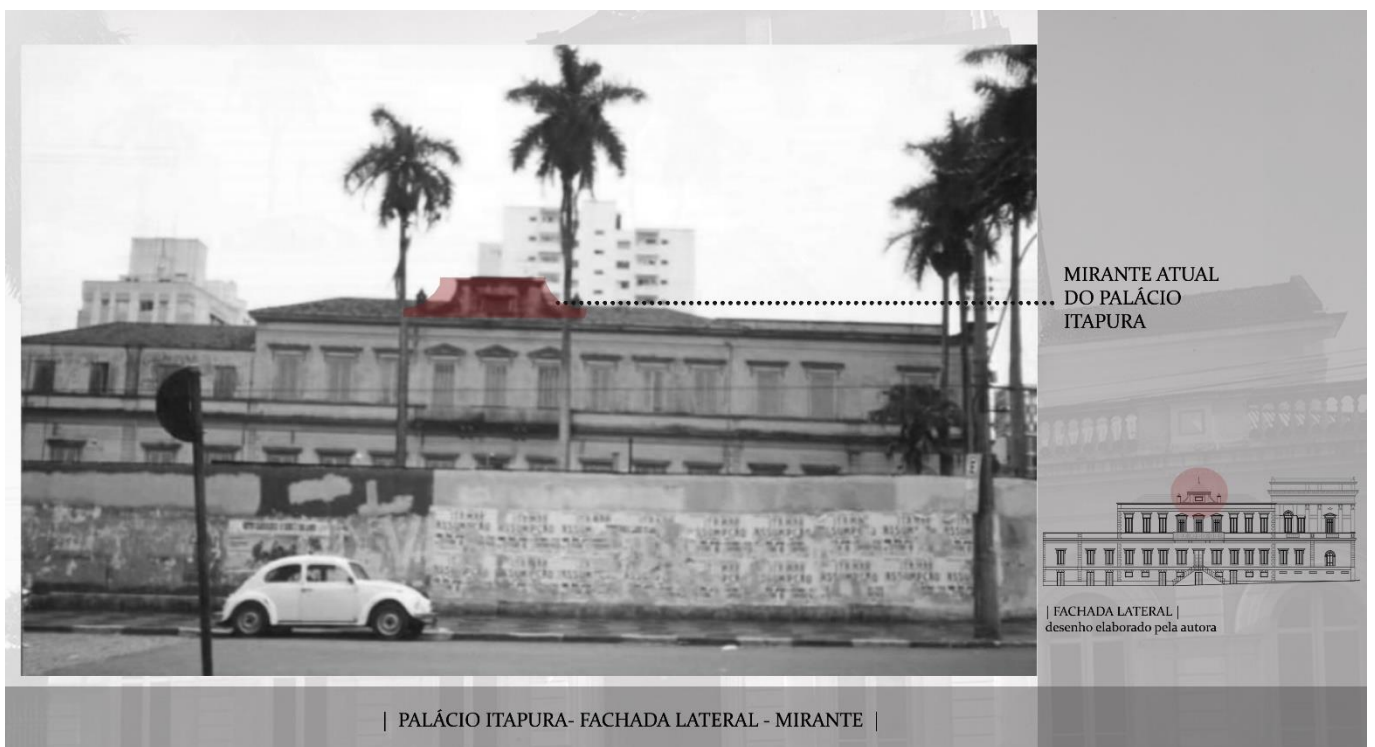
A figura 23, evidencia que o mirante se localizava na parte mais alta do Palácio Itapura. Ademais, através da fotografia, constata-se que o mesmo possuía uma cobertura,

<sup>257</sup> O termo “programa” ou expressão “programa de necessidades” são conhecidos no jargão arquitetônico para indicar a série de atuações que ocorrem no âmbito doméstico, ou todos os atos ou expectativas do destinatário em relação à residência feita. Com o tempo, passaram a significar as dependências onde elas poderiam ocorrer. Fonte: Homem, 1996, p. 14

<sup>258</sup> OCTAVIO, Benedito. 1921, conferir pág.05 em Correio Paulistano, Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972\\_1921\\_20771.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1921_20771.pdf). Acesso em 30 de outubro de 2017.

o que, provavelmente, permitia a visão privilegiada de Campinas por meio da abertura localizada na fachada lateral.

Durante o levantamento de campo no Palácio Itapura, constatou-se que o mirante sofreu uma reforma; a cobertura original foi retirada, sendo mantida apenas as alvenarias que suportavam essa cobertura. Essa intervenção ocorreu, no século XX, provavelmente após 1952, quando o edifício já havia sido transferido à Arquidiocese de Campinas (ver figuras 24 e 25).



**Figura 24-** Fotografia da fachada lateral do Palácio Itapura, com identificação do antigo mirante, dezembro de 1991.  
Fonte: CMU- Centro de Memória da Unicamp VTS-01-01.





• ANTIGO ESCRITÓRIO DA  
• CIA. MOGLANA

• RUA MARECHAL  
• DEODORO (ANTIGA  
• RUA DO IMPERADOR)

• AV. FRANCISCO  
• GLICÉRIO (ANTIGA  
• RUA DO ROSÁRIO)

• ANTIGO JARDIM  
• LATERAL DO PALÁCIO  
• ITAPURA

• PALÁCIO  
• ITAPURA

• RUA ISOLETE  
• AUGUSTA DE SOUZA  
• ARANHA

• RUA SACRAMENTO

• MIRANTE DO  
• PALÁCIO ITAPURA

*Figura 25- Fotografia panorâmica a partir do mirante do Palácio Itapura, 2019. Fonte: Acervo da Autora. Foto tirada em 14 de janeiro de 2019.*

| 3.7 PRIMEIRO PAVIMENTO:

o andar nobre |

Elaborou-se um quadro (ver quadro 05) para os ambientes estudados ao longo do primeiro pavimento dessa residência senhorial:

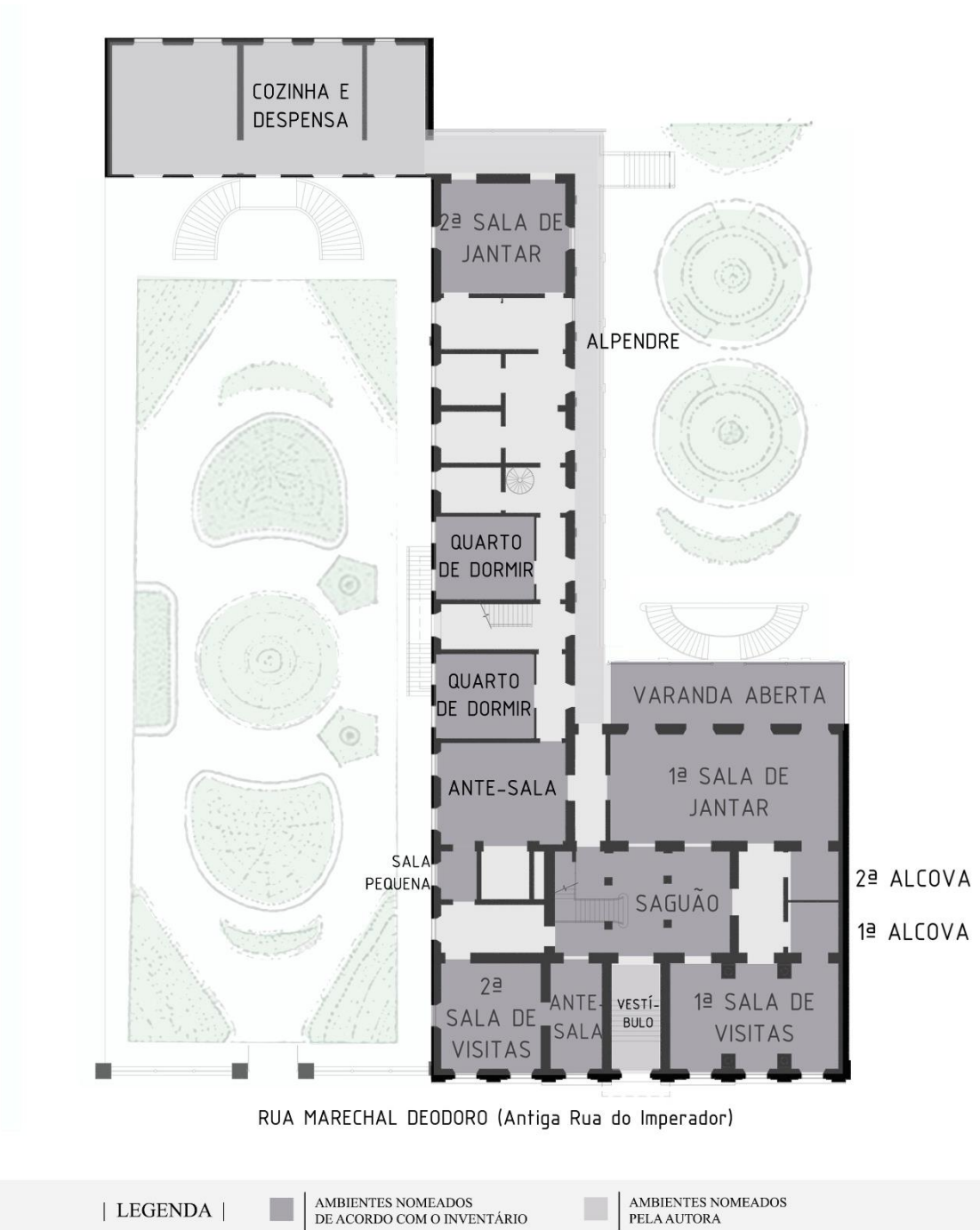
| QUADRO 05-LEVANTAMENTO DOS AMBIENTES DO PALÁCIO ITAPURA-PRIMEIRO PAVIMENTO |

Descrição segundo inventário do Barão de Itapura de 1902	Descrição segundo inventário amigável do Barão e Baronesa de Itapura de 1889	Nomenclatura para o ambiente					Adotada pela Autora-2019
		Inventário de 1889	Inventário de 1902	Planta de Benedito Octavio-1921	Planta de Pupo 1983		
<i>Sala de Visitas: quatro espelhos, mobília dupla com 31 peças, quatorze vazos e seis grupos de biscuit.</i>	<i>A mobília nobre da sala de visitas que fica ao lado direito (diviso) do Palacete compreendendo cortinas, espelhos estatuas e outros adornos</i>	Sala de Visitas	Sala de Visitas	Sala de Visitas	Salão Nobre		<b>1ª SALA DE VISITAS</b>
<i>Primeira Alcova: huma cama um lavatorio e um criado mudo a quantia de oitocentos mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Alcova	Quarto	Alcova		<b>PRIMEIRA ALCOVA</b>
<i>Segunda Alcova: Huma cama, um lavatório e um criado mudo a quantia de quinhentos mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Alcova	Quarto	Alcova		<b>SEGUNDA ALCOVA</b>
<i>Primeira Sala de Jantar: uma mobília com quarenta peças a quantia de tres contos duzentos e dez mil reis; um relógio cincoenta mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Sala de Jantar	Sala de Jantar	Sala de Jantar		<b>1ª SALA DE JANTAR</b>



Descrição segundo inventário do Barão de Itapura de 1902	Descrição segundo inventário amigável do Barão e Baronesa de Itapura de 1889	Nomenclatura para o ambiente					Adotada pela Autora-2019
		Inventario de 1889	Inventario de 1902	Planta de Benedito Octavio-1921	Planta de Pupo 1983		
<i>Saguão: Um cabide para chapeis, quantia de mil reis, a margem sae. Dois sofanetes sessenta mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Saguão	Vestíbulo	Vestíbulo	<b>SAGUÃO</b>	
<i>Segunda Sala de Vizitas: um espelho oval cento e vinte mil reis. Uma mobília cem reis e duas peças quinhentos mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Sala de Visitas	Quarto	Dormitório	<b>2ª SALA DE VISITAS</b>	
<i>Ante-Sala: Uma comoda e um guarda-roupa de quantia de seis centos mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Ante-Sala	Nada consta	Quarto de Vestir	<b>ANTE-SALA</b>	
Nada Consta	<i>A mobília da sala pequena da esquerda do Palacete avaliada por quinhentos mil reis</i>	Sala pequena	Nada consta	Corredor	Passagem	<b>SALA PEQUENA</b>	
<i>Segunda Sala de Jantar: trez aparadores cento e cincoenta mil reis. Um tagére, duzentos mil reis sae. Uma mesa com suas cabeceiras trinta mil reis. Vinte cadeiras duzentos mil reis como se sae. Um regulador cento e cincoenta mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Sala de Jantar	Sala	Quarto	<b>2ª SALA DE JANTAR</b>	
<i>Varanda aberta: quatro viejas com pedra mármore e quatro bancos de quantia de duzentos mil reis.</i>	<i>Varandas nobres</i>	Varandas nobres	Varanda Aberta	Ilegível	Pretório Descoberto	<b>VARANDA ABERTA</b>	
Nada Consta	<i>Por duas camas francesas, seis lavatórios com espelhos e pedra mármore e dois criados mudos existentes nos quartos de dormir.</i>	Quartos de dormir	Nada Consta	Quarto	Dormitório	<b>QUARTO DE DORMIR</b>	
Nada Consta	<i>Por duas camas francesas, seis lavatórios com espelhos e pedra. mármore e dois criados mudos existentes nos quartos de dormir</i>	Quartos de dormir	Nada Consta	Quarto	Dormitório	<b>QUARTO DE DORMIR</b>	

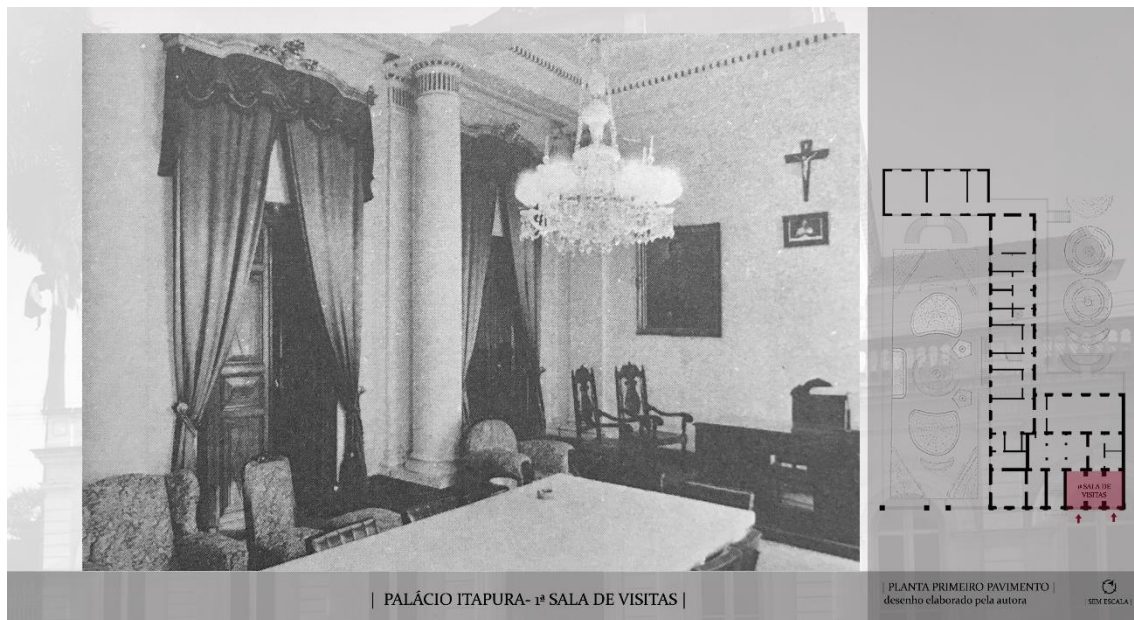
Esse estudo inicia-se a partir da sequência de cômodos descritos no auto de avaliação, trazendo como primeira planta a ser analisada a do primeiro pavimento da residência (observar figura 26).



**Figura 26-** Planta Primeiro Pavimento do Palácio Itapura. Hipótese elaborada pela autora.

### | 3.7.1 AS SALAS DE VISITAS: símbolos do retrato social |

A partir da comparação e análise da descrição contida no auto de avaliação do inventário de 1902 do Barão de Itapura, inicia-se a descrição dos móveis da residência, referente a uma sala de visitas: “Sala de Vizitas: quatro espelhos, mobília dupla com 31 peças, quatorze vasos e seis grupos de biscuit a quantia de seis centos e quinhentos mil reis<sup>259</sup>”. Acredita-se que esse condiz, de acordo com os desenhos comparativos, com o ambiente localizado a direita do vestíbulo, nomeado na planta como 1ª sala de visitas (ver figura 27).



**Figura 27-** Fotografia da 1ª Sala de Visitas do Palácio Itapura, 1983. Fonte: Pupo, 1983, p.40.

Na planta de Pupo (1983) esse ambiente é nomeado como “Salão Nobre<sup>260</sup>”, enquanto na planta de 1921 é trazido como “Sala de Visitas”. A constatação do mesmo é plausível ao pensar que esse ambiente possui aberturas (janelas) voltadas para a rua

<sup>259</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.09v. Transcrito pela autora.

<sup>260</sup> PUPO, 1983 p.43 fig.38.

Marechal Deodoro, e se localiza próximo ao acesso principal, junto ao saguão caracterizando-o para um uso mais social da residência. O autor descreve que esse ambiente possuía três janelas voltadas a Rua do Imperador (Marechal Deodoro), comunicando-se diretamente com a sala de jantar por uma passagem ao lado de duas alcovas. (Pupo, 1983, p.52)

De acordo com o Inventario de 1889, a descrição contempla os “Bens moveis especialmente avaliados e existentes no palacete sito a rua do Imperador hoje Marechal Deodoro<sup>261</sup>”, trazendo “A mobília nobre da sala de visitas que fica ao lado direito (diviso) do Palacete compreendendo cortinas, espelhos estatuas e outros adornos avaliados pela quantia de tres contos de reis<sup>262</sup>.” (conforme se observa na figura 28).



**Figura 28-** Fotografias da 1ª Sala de Visitas do Palácio Itapura, 2019. Fonte: Acervo da Autora. Foto tirada em 14 de janeiro de 2019.

Abrahão (2010, p.105) aponta que as salas dos exemplares senhoriais da cidade de Campinas, a partir da segunda metade do século XIX, traduzem-se nos principais

<sup>261</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário Amigável de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.02. Transcrito pela autora.

<sup>262</sup> Idem a nota anterior.

espaços de representação social. Segundo a autora: “Nas casas aristocráticas, a sala de visitas era o espaço onde os anfitriões recepcionavam seus amigos. Construída na parte frontal da residência, nesse cômodo eram expostos os móveis mais luxuosos e elegantes.”

Além da mobília descrita nos inventários, a partir da visita ao edifício constatou-se que essa sala é adornada por quatro colunas, posicionadas entre os vãos de janelas e portas. Há também a colocação de pilastras adossadas, cuja posição coincide com o eixo das colunas. O forro de madeira é constituído por três módulos, e as vigas e molduras se apoiam nas colunas. O assoalho de madeira é composto por tramas geométricas que acompanham a modulação do espaço. No geral os ornamentos arquitetônicos conferem ao espaço um ordenamento requintado.

A descrição no inventário de 1902 referente a uma “Segunda Sala de Vizitas: um espelho oval cento e vinte mil reis. Uma mobília cem reis e duas peças quinhentos mil reis<sup>263</sup>”. Esse cômodo traz uma certa dúvida em sua identificação, entretanto, seguindo o mesmo critério adotado para a “Primeira Sala de Vizitas” e possuindo aberturas para a rua, situa-se esse ambiente ao lado esquerdo da planta do primeiro pavimento. Nomeia-se na planta, este ambiente então como 2ª Sala de Visitas (ver figura 29).

---

<sup>263</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário Amigável de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.02. Transcrito pela autora.





**Figura 29-** *Fotografias da 2ª Sala de Visitas do Palácio Itapura, 2019. Fonte: Acervo da Autora. Foto tirada em 14 de janeiro de 2019.*

A interpretação do uso desse cômodo é difícil. Embora apresente forro e assoalho, ambos em madeira, com soluções bem mais simplificadas se comparado à primeira sala de vistas, ele se encontra localizado junto à área social da casa e alinhado à rua Marechal Deodoro.

Em nenhum registro levantado sobre o programa do Palácio Itapura, faz-se menção a presença de um gabinete. Conforme Abrahão (2010, p.122) o gabinete geralmente “localizava-se na parte frontal da casa, acentuando sua ligação com o ambiente externo. Essa disposição evitava que pessoas estranhas circulassem por áreas da residência reservadas aos moradores e seus criados.”.

Aventa-se que a 2ª sala de visitas, poderia ser utilizada para tratativa de negócios do Barão de Itapura, onde o mesmo recebia visitas, e por se localizar em uma parte frontal da residência, evitava que as visitas circulassem em todas as dependências da mesma. Nessa ótica, essa 2ª sala de visitas poderia ser utilizada como um gabinete apresentando-se como um ambiente essencialmente masculino. Sendo, portanto, um local onde eram

feitas as tratativas do Barão de Itapura a respeito de seus negócios, fossem elas ligadas à vida urbana, como aplicação de ações, reuniões políticas ou tratativas referentes às suas fazendas de café. Destaca-se a periodicidade dessas reuniões através da publicação noticiada no jornal Correio Paulistano em 07 de setembro de 1887<sup>264</sup>:

**Muitos fazendeiros do município de Campinas, reunidos em casa do exm. Barão do Itapura, resolveram:** Representar ao governo geral pedindo garantia para o direito da propriedade escrava e providenciar a respeito dos abolicionistas cujo procedimento exagerado pode trazer desordens para o município. Manutenção da lei de emancipação e criação de outras que evitem a desorganização do trabalho e da ordem<sup>265</sup>. (PAULISTANO, 1887- Grifo da autora)

Esse ambiente é identificado por Pupo (1983) como um dormitório e por Benedito Octavio (1921) como um quarto. Esse cômodo não é mencionado no Inventário de 1889 (observar figura 30).



**Figura 30-** Foto da fachada principal do Palácio Itapura, identificando nas aberturas os ambientes. Disponível em <http://www.formarte.com.br/projetos-atuais-puc-campinas>. Editado pela autora.

<sup>264</sup> Em seus escritórios os aristocratas recebiam os amigos, os aliados políticos e tratavam de tudo que se relacionava aos seus negócios. Esses gabinetes em geral eram mobiliados com escrivaninhas, cadeiras com braço, um pequeno sofá, mesinhas de canto, e estantes para livros. Fonte: Abrahão, 2010, p.123.

<sup>265</sup> PAULISTANO, Correio. Quarta-feira, 07 de setembro de 1887. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1887\edicao 09305](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1887\edicao 09305). Acessado em 30 de outubro de 2017.

Os próximos ambientes descritos no Inventário são as alcovas<sup>266</sup> do Palácio Itapura: “Primeira Alcova: huma cama um lavatorio e um criado mudo a quantia de oitocentos mil reis, a margem sae<sup>267</sup>” e “Segunda Alcova: Huma cama, um lavatório e um criado mudo a quantia de quinhentos mil reis, a margem sae<sup>268</sup>”.

Era o cômodo da casa dedicado ao descanso, à reclusão. A mobília compunha-se de camas com entalhes ornamentais nas cabeceiras, cômodas e guarda-roupas, cadeiras de palhinha, cortinas, urinóis, escarradeiras, os jarros e bacias. (Abrahão, 2010, p.121)

As alcovas, traduzem-se como cômodos com apenas uma abertura voltada para o interior da residência, não possuindo janelas e, portanto, localizando-se no interior da planta. Na representação de Pupo (1983), o mesmo as indica como alcovas, enquanto a planta da notícia de Benedito Octavio (1921), as denomina como “quartos”. Não é feita menção alguma desses ambientes na descrição do inventário de 1889.

A presença de alcovas no programa de necessidades do Palácio Itapura faz menção aos programas atribuídos aos exemplares coloniais, onde esses cômodos além de evidenciarem vestígios de hábitos coloniais, possuem suas funções ligadas ao repouso e

---

<sup>266</sup> Alcova, s.f. Aposento onde se tem a cama. Verbetes extraído do dicionário Luiz Maria da Silva Pinto de 1832. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1%2C2%2C3%2C4/Alcova>. Acessado em 29 de novembro de 2017.

<sup>267</sup> A expressão “A margem sae” é comum em autos de inventários. A mesma indica a finalização da avaliação do determinado bem avaliado, passando ao seguinte sequencialmente. O uso da expressão “à margem”, significava “por ocasião”. De acordo com o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1789) a palavra margem para o uso de escrituras, era utilizado aos finais de frases afim de delimitar os espaços do papel que estavam em branco. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1%2C2%2C3%2C4/MARGEM>. Acessado em 27 de fevereiro de 2019.

<sup>268</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.09v. Transcrito pela autora.



a noção do resguardo, não possuindo aberturas e nem preocupações referentes aos aspectos de iluminação natural e ventilação (ver figura 31).



**Figura 31-** *Fotografias das alcovas do Palácio Itapura, 2019. Fonte: Acervo da Autora. Foto tirada em 14 de janeiro de 2019.*

Contudo, as técnicas construtivas, como o uso do tijolo como escolha construtiva para estrutura da residência, o uso do ferro fundido associado ao vidro e a organização distributiva do exemplar o tornam moderno, para época<sup>269</sup>. Nesse sentido, utiliza-se de soluções modernas que compassam junto com o ritmo da modernização e industrialização observada na cidade de Campinas. Contudo, reminiscências vernaculares ditas como tradicionais perduram no Palácio Itapura, como o caso das alcovas. Lapa descreve essa situação da busca por soluções ditas modernas, contraditas por tradições<sup>270</sup>:

**Assim, os sobrados, morada por excelência dessa classe em trânsito, de acendradas raízes rurais, comporta uma**

<sup>269</sup> Os elementos de ferro forjado ou fundido produzidos pela arquitetura europeia estão sempre presentes na arquitetura, durante o século XIX. Destinando-se a todos os setores da construção, compreendiam desde peças estruturais, como vigas e colunas, até recursos secundários de acabamento, como ornamentos de jardim, chafarizes e gradis, para não mencionar as escadas, as ferragens de janelas e portas, os canos, as peças de banheiro e os fogões. Fonte: Reis Filho, 1978, p.164.

<sup>270</sup> Nas cidades de maior importância multiplicavam-se ruas calçadas e apareciam os primeiros passeios junto às casas. Construíram-se também os jardins ao gosto europeu, cercados por altas grades de ferro, reservando seu uso para camadas mais abastadas. No mais, as diferenças eram poucas. Conservando-se as condições tecnológicas e as formas de habitar, dependentes unicamente do trabalho escravo, que persistia nas mesmas condições do período colonial, não havia grande margens para mudanças. Fonte: Reis Filho, 1978, p.42.

**convivência de certa maneira contraditória. Nele estão representados os recursos da modernização urbana, capitalista e burguesa a serviço de um estilo de vida estamental [...] do material usado às técnicas de construção e às soluções arquitetônicas, da fachada a funcionalidade dos compartimentos, dos recursos às inovações externas, o sobrado é moderno. Mas no seu interior ainda resiste um cotidiano com costumes antigos que demorarão em ceder.** (LAPA,1995 p.106- Grifo da autora)

As duas alcovas identificadas na planta do Palácio Itapura localizam-se em uma área mais social da residência, dando indicações de que poderiam ser utilizadas por hóspedes, e não apenas pela família que ali residia. A definição das alcovas a partir de um Dicionário de Medicina Popular do século XIX traz que:

As alcovas têm grandes vantagens e grandes inconvenientes. Servem para o asseio, separando a cama da sala. Mas o ar renova-se n'ellas com dificuldade: os miasmas que se exalam das camas, mesmo das pessoas mais sadias e mais asseadas contribuem para viciar o ar [...] não pretendemos poder destruir esta moda na construção das habitações: diremos somente que no interesse da saúde devem as portas das alcovas estar abertas o mais tempo possível, de dia e de noite, para que o ar possa renovar-se facilmente<sup>271</sup>. (CHERVONIZ, 1842, p.96)

Campos (2005, p. 19) aponta um aspecto relevante à circulação dos casarios oitocentistas: “a circulação muitas vezes se dava pelos próprios cômodos e não por corredores ou havia longas passagens escuras, além de um grande número de alcovas-dormitórios sem ligação com o exterior, que caracterizavam a maneira típica do morar luso-brasileiro em todas as regiões do país.”

O Palácio Itapura é construído em data anterior à promulgação do Código Sanitário de 1894, onde de acordo com o Artigo 46: “As alcovas que se destinarem a dormitórios ou permanencia constante dos moradores de um predio devem ser prohibidas

---

<sup>271</sup> Dicionário de Medicina Popular- volume 1- Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1%2C2%2C3%2C4/Alcova> Acessado em: 29 de novembro de 2017.

em absoluto<sup>272</sup>.” A residência senhorial é construída no sentido de reforçar costumes, o padrão social familiar e se destacar perante os demais exemplares existentes na cidade de Campinas. Contudo, em seu interior, ainda que a mobília e os ornatos reforcem a condição financeira, a presença de duas alcovas revela vestígios de alguns hábitos e costumes engendrados ainda no período colonial. Lemos discute esse antagonismo:

[...] ao longo do tempo, surge a grave questão, **o inevitável impasse causado pela obsolescência do edifício face às forçosas mutações do programa**, pois as atividades ali arroladas e as necessárias relações que mantêm entre si **estão sempre em permanente processo de mudanças, advindas sobretudo do progresso e novas normas de atuação**. (LEMOS, 1999, p.19-Grifo da autora)

Os sistemas de alcovas, muito comum nas residências até meados do século XIX, com pouca ventilação, sem janelas e portanto sem luz direta, passou a ser condenado pelas autoridades médicas e sanitárias, toleradas apenas quando construídas de telha vã, embora o Código Sanitário, em seu artigo 46, as proibisse de maneira absoluta, obrigando por outro lado que os aposentos de dormir tivessem 14 metros cúbicos no mínimo por pessoa que os usasse<sup>273</sup>. (LAPA, 1995, p.197)

### | 3.7.3 - 1ª SALA DE JANTAR:

encontros e festividades |

---

<sup>272</sup>Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>. Acessado em 29 de outubro de 2018.

<sup>273</sup> Artigo 47. - Não devem ser permitidos nas habitações aposentos de dormir tendo menos de 14 metros cubicos livres para cada individuo. Extraído do Decreto N. 233, de 2 de março de 1894 que estabelece o Código Sanitário. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>. Acessado em 29 de outubro de 2018.

Prossegue-se a descrição do Inventário de 1902 com uma sala de jantar descrita como: “Primeira Sala de Jantar: uma mobília com quarenta peças a quantia de tres contos duzentos e dez mil reis, a margem deste sae; Um relógio cincoenta mil reis<sup>274</sup>.”. Esse ambiente é trazido como unânime por Benedito Octavio (1921) e Pupo (1983), dito como sala de jantar. O cômodo não é mencionado na descrição do Inventário de 1889.

Identificou-se, na hipótese para a planta, este ambiente como sendo a 1ª sala de jantar. A mesma se abre para a varanda coberta da residência. Pelo alto valor da avaliação da mobília, é possível imaginar que a sala de jantar deveria ser bem ornamentada, e Benedito Octávio (1921) a descreve como: “[...] a sala de jantar, de magnífica vista, não só pela mobília, como pelas pinturas ‘*ao plafond*<sup>275</sup>’[...]”.

Nesses ambientes, sempre rebuscados, desenvolvia-se intensa vida social. Nas residências das famílias mais abastadas, as salas destinadas às recepções recebiam tratamento especial, com pinturas originais nos forros, paredes e folhas de portas e janelas. (Reis Filho, 1978, p. 118)

O estilo arquitetônico e a decoração interna deveriam sugerir o poder econômico, o gosto, o grau de ilustração e o cosmopolitismo dos proprietários, ao mesmo tempo que proporcionaram as condições necessárias ao seu isolamento. (Homem, 1996, p.29). Nesse sentido, acumulam-se objetos caros que impressionem os olhos externos, como pratarias, peças em bronze, porcelanas e uma infinidade de tapeçarias, pinturas e coleções.

A transformação atendia à mudança dos costumes que incluíam agora o uso de objetos mais refinados, de cristais, louças, e porcelanas, e formas de comportamento cerimonial, como maneiras formais de servir à mesa e, ao mesmo tempo, conferia ao

---

<sup>274</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.09v. Transcrito pela autora.

<sup>275</sup> OCTAVIO, Benedito. 1921, conferir pág.05 em Correio Paulistano, Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972\\_1921\\_20771.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1921_20771.pdf)

conjunto, que procurava reproduzir a vida das residências europeias, uma aparência de veracidade<sup>276</sup>. (Reis Filho, 1978, p.118-119)

O conjunto de prataria avaliado em 1902, junto ao inventario do Barão de Itapura reforça ainda mais a incorporação da conduta na qual o acúmulo de bens materiais reflete seu patrimônio<sup>277</sup>:

Duas serpentinas que 5.09 gramas, a trinta e quatro a grama. Cento e setenta e seis mil e sessenta reis; Sete castiças com 3.30 grama a quantia de cento e seis mil quatrocentos e vinte reis; um tinteiro com 880 gramas vinte um mil novecentos e vinte reis. Dous paliteiros com 435 gramas quatorze reis, digo setecentos e dois digo setecentos e noventa; Tres salvas que 2.800 gramas noventa e cinco mil duzentos reis; um jarro e calice que com 2.395 gramas. Oitenta e nove mil quatrocentos e trinta reis; um aparelho para chá e café com 4.450 gramas. Cento e cinquenta dous mil trezentos e vinte reis; um copo com 435 gramas. Quatorze mil novecentos e dois; Dois pratos e uma tesoura com 650 gramas. Vinte e dois mil e cem reis; uma colher para peixe com 195 gramas. Seis mil reis seiscentos e trinta Reis; Dezesseis garfos com 1.020 gramas. Trinta e quatro mil seiscentos e oitenta reis; Trinta colheres com 1.390 gramas. Quarenta, digo quatrocentos e setenta quatro mil reis; doze faccas com 240 gramas. Oito mil cento e sessenta reis; Oito colherinhas com 125 gramas quatro mil duzentos e cinquenta reis; Sopa com 155 gramas. Cinco mil duzentos e setenta reis; uma colher para arroz de 125 gramas. Quatro mil duzentos e cinquenta reis; um faqueiro com 2.100 gramas. Setenta e um reis e quatrocentos reis; Duas bandejas grandes com 15.150 gramas. Quinhentos e quinze reis e cem reis<sup>278</sup>. (CMU, 1902, p. 11, 11v e 12.)

Esses objetos permitem analisar as ações que se associam aos mesmos, podendo inferir no cotidiano e nas ações realizadas no Palácio Itapura. Em sua maioria, tratam-se

---

<sup>276</sup> Desse modo os estratos sociais que maiores benefícios retiravam de um sistema econômico baseado na escravidão e destinado exclusivamente à produção agrícola, procuravam criar, para seu uso, artificialmente, ambientes com características urbanas e europeias. Fonte: Reis Filho (1978, p.119.).

<sup>277</sup> Segundo Lemos (1999, p.140) “O rol de peças do mobiliário é muito interessante porque sugere hábitos, comprova usos e costumes de então.”

<sup>278</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.11,11v. e 12. Transcrito pela autora.

de utensílios que compõem atividades vinculadas a alimentação da família. Pela quantidade de utensílios descritos, pode-se concluir que a família do Barão de Itapura recebia visitas com bastante frequência. Abrahão (2010, p. 112) aponta que “a mobília presente nas casas das famílias ricas de Campinas variava em quantidade e nos detalhes individuais, e na personificação dos ambientes por seus moradores”.

Pupo (1893, p.40) confirma que as festividades ocorridas no Palácio Itapura eram comuns, destacando: “outra festa foi a que se realizou em 3/6/1900, quando a escolha da festeira recaiu em Dona Isolete Augusta de Souza Aranha, filha e herdeira dos Barões de Itapura, em cuja herança se incluiu o belíssimo palácio da rua do Imperador, hoje Marechal Deodoro [...]”.

Essa festividade, foi parte da comemoração ao setenário<sup>279</sup> da Matriz de Santa Cruz<sup>280</sup>, contemplando uma missa solene do Espírito Santo, um cortejo “formado por inúmeras pessoas gradas, os genuínos representantes da elite campineira- senhoras exibindo riquíssimas e custosas *toilettes* e cavalheiros em grande tênu<sup>281</sup>”, e um jantar servido no Palácio Itapura:

Nada mais belo do que as procissões em Campinas. E do que esta, principalmente, que tinha o concurso de numerosos convidados para realçar. As filas dos andores, as bandeiras de cores variegadas conduzidas por mais de duzentas meninas os sons de duas bandas de músicas, as irmandades, o cortejo imperial- tudo isso deu uma nota harmoniosa e pinturesca à pacatez das tardes dos nossos domingos. **No palacete do Barão de Itapura, vasto edifício** que todos conhecem e que se achava primorosamente ornamentado e iluminado brilhantemente, **foi servido às 8 horas da noite um profuso jantar** às exmas. Mordomas. (PUPO, 1983 p.41- Grifo da autora)

---

<sup>279</sup> Termo para comemoração do sétimo ano de celebração.

<sup>280</sup> O Commendador Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, era provedor da Irmandade Religiosa, de S. Sacramento do Rosario e de S. Sacramento de Santa Cruz, no ano de 1872. Fonte: Almanak de Campinas para 1872, p. 38.

<sup>281</sup> Fonte: Pupo, 1983, p.40.

Esses eventos festivos, serviam de convites para projeções sociais, reforçados pela condição financeira que permitiam à família do Barão de Itapura evidenciar seus requintes através de ambientes e aposentos como as salas de visitas bem decorados, com serviços de café e chá, correspondendo assim ao patrimônio adquirido familiar<sup>282</sup>. A adesão a esses eventos reforçava a participação do Barão de Itapura no estrato social diferenciado, emanado através de materialidades, como sua residência senhorial.

Abrahão analisando outras residências senhoriais na cidade de Campinas, aponta que eram nas salas de jantares que ocorriam os:

[...] jantares cerimoniais, os anfitriões posicionavam-se nas cabeceiras da mesa em cadeiras de espaldar alto e braços e os convidados acomodavam-se nas laterais, de acordo com o grau de amizade ou afinidades políticas que os convivas mantinham com seus anfitriões. Nos jantares em família a senhora posicionava-se à direita de seu marido. (ABRAHÃO 2010, p. 107)

Esse ambiente, em especial, evidenciava em seus detalhes, o cuidado feminino em anunciar a ordem, a limpeza e, o cuidado com tarefas domésticas. A disposição dos móveis, o nível de ornamentação, imbuíam o zelo e competência da matriarca em administrar bem a residência. Dessa forma, era tarefa feminina a organização de eventos festivos, como jantares e celebrações, apoiando assim o sucesso da sociabilidade social e profissional cunhada pelo papel do homem. A sala de jantar tornou-se o lugar ideal de ostentação e da manipulação dos quadros de ordenamento e reordenamento social das famílias. A mesa de jantar apresentou-se como o cenário perfeito para o exercício da sociabilidade. (Abrahão 2010, p.147)

Cabia às mulheres a escolha do mobiliário e dos objetos de decoração. Elas estavam diretamente ligadas à constituição desse universo de provas materiais do

---

<sup>282</sup> O francês era o idioma universal a língua das cortes, da literatura e da ciência. Além da moda e do luxo, a França exportava civilização para os países onde existiam cortes, para as províncias e para as demais nações, passando pela burguesia e pelos novos ricos. Fonte: Homem, 1996, p.35.

comportamento pessoal e familiar e com os valores burgueses no espaço doméstico, que se tornavam a vitrine, não apenas dela, mas de toda a família. (Abrahão, 2010, p.116)

Destaca-se, esse aposento denominado como 1º sala de jantar, como o de maior requinte e opulência da residência. Das poucas menções encontradas nesta investigação e, que se referem a detalhes que contribuíram para a reconstituição desse imóvel em sua origem, esse ambiente é o que tem maior destaque. Durante o processo metodológico de busca de material primário para embasar esse trabalho, deparou-se com uma ficha catalográfica elaborada pelo IAB<sup>283</sup> Núcleo Regional de Campinas, sobre o exemplar do Palácio Itapura.

Essa ficha faz parte de uma iniciativa do órgão em trazer à consciência do exemplar, na atualidade, através do conhecimento histórico do mesmo. O que merece a atenção é que junto a ficha denominada como “Inventário patrimonial do Bem Arquitetônico”, é trazida uma fotografia indicando ser a sala de jantar do Palácio Itapura ao final do século XIX.

Essa fotografia tem seu destaque, pela imponência e nível de detalhamento na ornamentação do aposento. Carlos Lemos (1989, p.144) em sua obra “Alvenaria Burguesa”, replica a mesma fotografia, apontando-a como sendo a “Sala de jantar da residência pertencente à família Paes de Barros, construída por Ramos de Azevedo”, situada na cidade de São Paulo.

A duplicidade da fotografia (ver figura 32), em referências distintas, despertou a necessidade de uma análise mais minuciosa desse ambiente, buscando assim elaborar a

---

<sup>283</sup> Ficha elaborada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil- Campinas, através de uma iniciativa do projeto Identidade Arquitetônica. Disponível em: <http://iabcampinas.org.br/identidade-arquitetonica/solar-do-barao-de-itapura/> Acessado em 30 de maio de 2018.

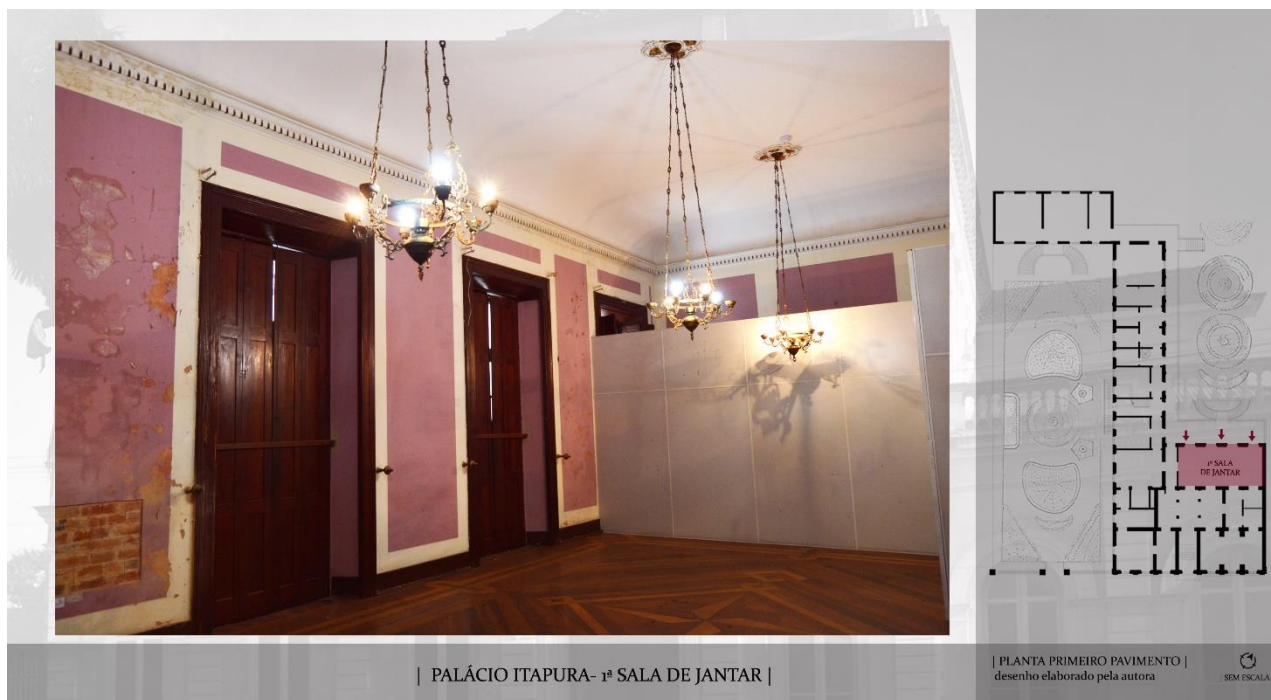


reconstituição do programa a partir da planta associada a um material fotográfico levantado na visita de campo.



**Figura 32-** Ambiente apontado pelo IAB- Núcleo Campinas no Inventário Patrimonial do Bem Arquitetônico, como referente ao Solar do Barão de Itapura. A mesma fotografia, é trazida por Carlos Lemos, como referente a sala de jantar da residência da família Paes de Barros, em São Paulo. Fonte: LEMOS, 1989 p.144. Disponível em: <http://iabcampinas.org.br/wp-content/uploads/2015/10/29-Solar-do-Bar%C3%A3o-de-Itapura.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2018.

A descrição da mobília trazida no Inventário de 1902, nesse caso, não auxilia na identificação do ambiente, pois são descritos quarenta móveis. O que pauta a discussão é que a partir da observação da planta associada a uma fotografia atual (2016) desse cômodo, feita a partir de um ângulo semelhante à que a fotografia anunciada pelo IAB, constata-se uma divergência no número de aberturas existentes no exemplar (figura 33).



| PALÁCIO ITAPURA- 1ª SALA DE JANTAR |

| PLANTA PRIMEIRO PAVIMENTO |  
desenho elaborado pela autora

SEM ESCALA

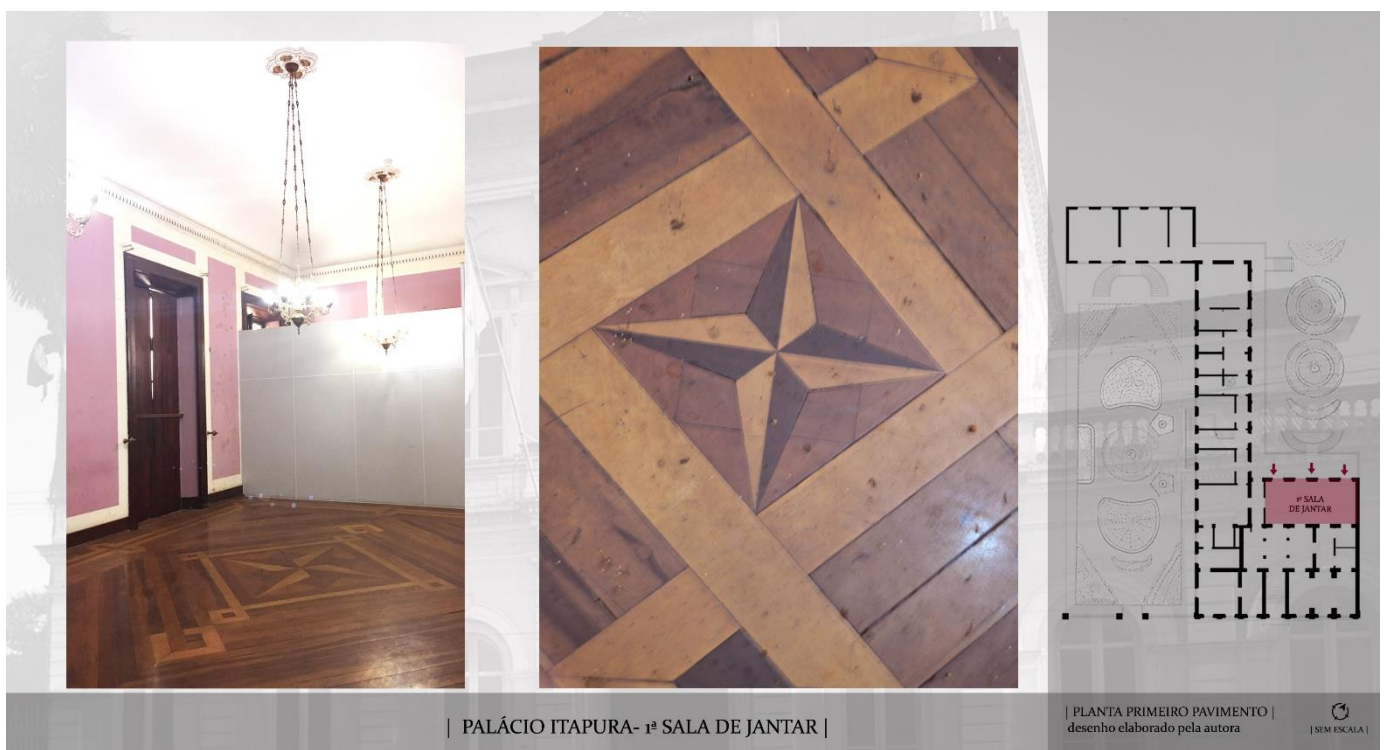
**Figura 33-** Fotografia da 1ª sala de jantar do Palácio Itapura, 2016. Fonte: Cedida por Leonardo Rosa. Foto tirada em 18 de novembro de 2016.

Essa divergência também estende-se às pinturas existentes nos planos das alvenarias, nos lustres que se mantêm originais, bem como no trabalho de marchetaria empregado no piso de madeira e no forro de madeira.

Sobre o uso de materiais nobres como opções de acabamentos, ao longo de toda a residência, Benedito Octavio (1921, p.05) traz: “E, assim sendo, quem percorre aquelas enormes salas e quartos confortáveis, tão bem forrados e pavimentados, contemplando-lhe as pinturas e ornamentações, a boa qualidade de madeiras e ferragens ali empregadas [...]”. Aponta-se, assim, o equívoco na ficha elaborada pelo IAB em inserir a fotografia histórica em seu material. Pois na realidade, a fotografia não retrata o Palácio Itapura, mas sim, como dito por Lemos (1989, p.144), a residência da família Paes de Barros.

A 1ª sala de jantar<sup>284</sup>, localizada no pavimento nobre<sup>285</sup> da residência, apresenta-se como um ambiente de reunião e união familiar. Ambiente, no qual a família do Barão de Itapura reunia-se para realizar as refeições e também para receber convidados. De acordo com a mobília avaliada, em 40 peças, é possível se atentar para a opulência de tal ambiente (conforme se observa na figura 34). Segundo Pupo:

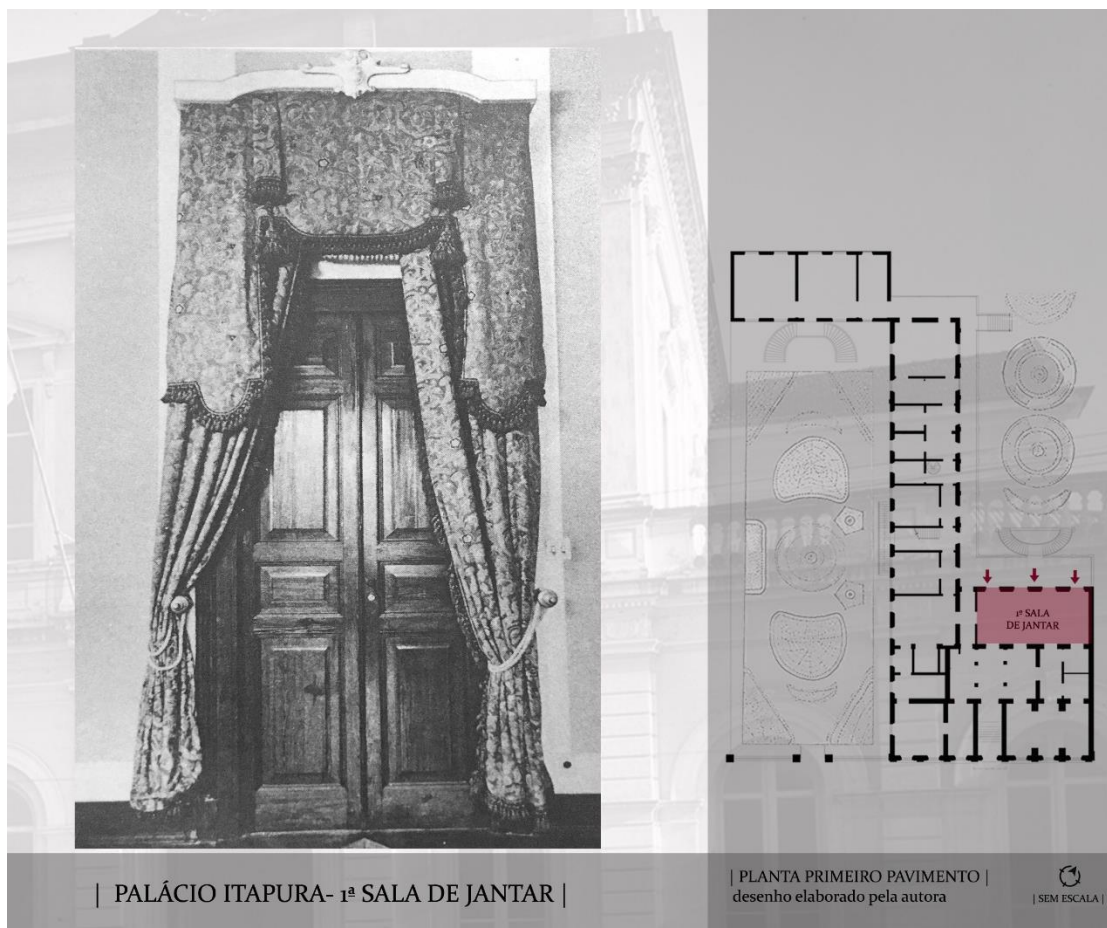
O salão de jantar abre quatro portas para um pretório descoberto, portas que defrontam outras quatro internas, formando, entre as oito, seções de parede nas quais se encostavam seis consolos ricos de detalhes e torneados, contendo todos eles, doze donzelas de cristal lapidado resguardando doze castiçais de prata. Mas a iluminação ainda se fazia pelos três lustres de cristal pendentes do forro requintado. (PUPO, 1983, p.52-53)



**Figura 34-** Fotografias da 1ª sala de jantar do Palácio Itapura, 2016 e 2008. Fonte: Acervo da Autora. Fotos tiradas em 18 de novembro de 2016 e 5 de novembro de 2008.

<sup>284</sup> Essa sala foi durante décadas conhecida como “ Auditório Nobrinho”, enquanto o edifício abrigou a PUC-Campinas. Esse salão era utilizado para reuniões e palestras institucionais. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/puc-campinas-comemora-hoje-seu-65o-aniversario-de-fundacao/>. Acessado em 11 de março de 2019.

<sup>285</sup> Termo utilizado por Campos (2005, p.19) para se referir ao andar onde se privilegiavam as atividades ligadas a receber convidados, visitas e etc.



**Figura 35-** Fotografias do cortineiro da 1ª Sala de Jantar do Palácio Itapura. Fonte: Pupo,1983, p.41.

### | 3.7.4 - 2ª SALA DE JANTAR:

uso familiar |

Em 1902 é descrita a mobília de uma:

Segunda Sala de Jantar: trez aparadores cento e cinquenta mil reis. Um tagére, duzentos mil reis sae. Uma mesa com suas cabeceiras trinta mil reis. Vinte cadeiras duzentos mil reis como se sae. Um regulador cento e cinquenta mil reis<sup>286</sup>. (CMU,1902, p.09v)

<sup>286</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.09v. Transcrito pela autora.



Homem (1996, p.27) aponta que: “A zona destinada ao estar da casa burguesa transformou-se na parte mais bem cuidada tanto do ponto de vista arquitetônico quanto decorativo. Era o local onde se exibia a riqueza, a opulência e a educação da família e dos convivas.” (observar figura 36).

Ali, superpunha-se uma série de funções que iam desde as refeições e passagem, até o estar familiar, a recepção a parentes e amigos mais íntimos e a realização de tarefas como costurar, bordar fazer rendas e etc. (Homem, 1996, p.43)

De acordo com Reis Filho (1978):

Com esse tratamento, eram abertas às vistas dos estranhos não apenas as salas e saletas de entrada, como ocorria nos velhos sobrados coloniais, mas também saletas de música e capelas, corredores e salas de jantar. Acentuava-se, porém, indiretamente, a diferenciação entre esses locais e os de uso mais íntimo, ou seja, os destinados à vida da família, como dormitórios e salas de almoço- aos quais jamais chegavam os estranhos- e os de serviço, onde ainda pesava a sombra dos escravos. (REIS FILHO, 1978, p.118)



**Figura 36-** Fotografias da 2ª sala de jantar do Palácio Itapura, 2019. Fonte: Acervo da Autora. Fotos tiradas em 14 de janeiro de 2019.

Em 1889 nada é dito sobre essa sala. Pupo (1983) a descreve como sendo um quarto, enquanto Benedito Octavio (1921) a aponta como sala. Esse ambiente foi localizado na planta próximo a construção do anexo ao Palácio, destinado a cozinha e despensa. A hipótese dessa localização tem seu sentido reforçado, uma vez que era comum nos exemplares senhoriais haver uma sala de jantar próxima das dependências das cozinhas. Provavelmente, essa segunda sala de jantar era a mais utilizada pela família Itapura para as refeições cotidianas e íntimas da família.

Além disso, a visita de campo realizada no Palácio Itapura, revelou que o ambiente condizente à 2ª Sala de Visitas possui um forro diferenciado em relação ao restante da residência. Os forros mais utilizados no Palácio Itapura, são em estuque<sup>287</sup>. Entretanto, esse ambiente possui um forro composto por cinco telas de tecido, com pintura em tinta óleo<sup>288</sup> (conforme observa-se na figura 37).



**Figura 37-** Fotografias do forro de tela da 2ª sala de jantar do Palácio Itapura, 2016. Fonte: fotos da direita, cedida por Leonardo Rosa, 2016. Foto da esquerda, disponível em: <https://www.facebook.com/JMRestauroeConsultoria/>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

<sup>287</sup> De acordo com Corona e Lemos (1972,p.208) a definição de Estuque: Gericamente dá-se o nome de estuque a toda argamassa de revestimento que depois de sêca adquire grande dureza e resistência ao tempo Existem várias modalidades de estuques, para variadas finalidades e hoje em dia o termo não designa com precisão a exata ou a correta função daquela argamassa.

<sup>288</sup> Informações retiradas a partir da empresa (Julio Moraes Restauo e Consultoria) responsável pela retirada e manutenção recente do forro. Disponível em: <https://www.facebook.com/JMRestauroeConsultoria/>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

A presença de um forro ornamentado, com uma técnica utilizada como uma “tendência relativamente frequente em residências de alto padrão na cidade de Campinas durante a metade do século XIX<sup>289</sup>”, conota um uso mais nobre a essa sala e de desfruto familiar, condizendo a hipótese do uso da mesma, como uma sala de jantar.

### | 3.7.5 SAGUÃO, VESTÍBULO, ANTE-SALA E SALA

#### PEQUENA: espaços de distribuição |

No inventário de 1902 do Barão de Itapura, o saguão da residência, é descrito como: “Saguão: Um cabide para chapeis, quantia de mil reis, a margem sae. Dois sofanetes sessenta mil reis, a margem deste se sae<sup>290</sup>”. Pupo (1983, p.52) descreve o saguão como sendo “[...] o cômodo de distribuição para o salão de visitas, para o salão de jantar.”. Apesar do autor descrevê-lo como saguão em sua planta o ambiente é nomeado como vestíbulo.

Benedito Octavio (1921) igualmente o indica como vestíbulo. Esse aposento tem a função de fazer a distribuição de fluxos sociais e da família para os demais ambientes contemplados na residência; inclusive, garantindo o acesso ao pavimento superior por meio de uma escada revestida em mármore de Carrara (ver figura 38).

---

<sup>289</sup> Parecer dado pela empresa Julio Moraes Restauo e Consultoria, responsável pela retirada e manutenção do forro de tela. Disponível em: <https://www.facebook.com/JMRestauoeConsultoria/>. Acessado em 15 de janeiro de 2019.

<sup>290</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.09v. Transcrito pela autora.



**Figura 38-** Fotografias do saguão do Palácio Itapura, 2016 e 2019. Fonte: foto superior direita: Cedida por Leonardo Rosa, 2016. As demais fazem parte do acervo da Autora. Fotos tiradas em 14 de janeiro de 2019.

De acordo com a mobília descrita, seu caráter é de um ambiente mais social (observado nas figuras 39 e 40). Pupo descreve que:

As divisões internas deste palácio fugiram ao comum, para se iniciarem com grandiosa porta de entrada, **larga escada de mármore de Carrara, até uma segunda e soberba porta de vidros coloridos, abrindo para o saguão central, todo de mármore e com escada para o andar superior, também de mármore, e corrimão de ferro artístico.** (PUPO, 1983, p. 52-Grifo da autora)

Abrahão, (2010, p. 98) complementa trazendo que “A nobreza local se autorreconhecia e era reconhecida pela comunidade, vivendo como tal no relacionamento social e procurado, portanto, corresponder ao seu status social”.





**Figura 39-** Fotografia da esquerda trazida por Pupo em 1983. Fotografia da direita, de outro ângulo do vestíbulo do Palácio Itapura, tirada pela autora em 2016. Fonte: Pupo, 1983 p.39 fig.32 e acervo autoral da autora, tirada em 18 de novembro de 2016.

O saguão caracteriza uma solução moderna para a distribuição dos fluxos, pois articula os ambientes de uso social de maneira independente; além de promover, de forma discreta, o acesso ao corredor da parte íntima da residência. Tanto o vestíbulo quanto o salão são ambientes que designam a função de distribuição para os demais cômodos da residência. Benedito Octavio, sobre o saguão descreve que:

O mármore não foi nele poupado, e daí os pavimentos e escadarias admiráveis do vestíbulo e do saguão, que dá ingresso tanto para os cômodos do primeiro quanto para os do segundo andar. Essas dependências são de grande beleza e dizem bem com a sala de visitas à esquerda, com belas colunas coríntias e riquíssimos espelhos ‘*bisautés*<sup>291</sup>’ (OCTAVIO, 1921 p.05<sup>292</sup>)

<sup>291</sup> O mesmo que biselado, chanfrado. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/frances-portugues/biseaut%C3%A9>. Acessado em 12 de dezembro de 2018.

<sup>292</sup> OCTAVIO, Benedito. 1921, conferir pág.05 em Correio Paulistano, Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972\\_1921\\_20771.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1921_20771.pdf)



**Figura 40-** Fotografias do vestíbulo e saguão do Palácio Itapura, 2008. Fonte: Acervo autoral da Autora. Fotos tirada em 5 de novembro de 2008.

Denominou-se como Sala Pequena<sup>293</sup> em 1889, como o ambiente que contém “A mobília da sala pequena da esquerda do Palacete avaliada por quinhentos mil reis<sup>294</sup>”. Pupo (1983), a nomeia como Passagem e, na matéria, de Benedito Octavio (1921), esse ambiente é descrito como corredor. De acordo com a hipótese levantada, esse espaço corresponde, de fato, à passagem entre a 2ª Sala de Visitas e a Ante- Sala.

Com relação a Ante-Sala, nada é mencionado sobre esse ambiente em 1889 e, na planta de 1921 igualmente não há referência que evidencie seu uso. Já Pupo (1983), em sua planta nomeia o mesmo como Quarto de Vestir. Em 1902, é descrito como: “Ante-Sala: Uma comoda e um guarda-roupa de quantia de seis centos mil reis<sup>295</sup>”.

Pela mobília, localização e ornamentação que a mesma apresenta, possuindo piso em assoalho de madeira trabalhado em marchetaria, e forro em estuque pintado, é

<sup>293</sup> O Palácio Itapura, desde sua origem, sofreu várias reformas e mudanças em relação a seu projeto original. Em uma dessas intervenções, o cômodo que provavelmente condizia a Pequena Sala, descrita em 1889, foi alterado, impossibilitando que se fizesse o registro fotográfico do mesmo.

<sup>294</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário Amigável de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.02. Transcrito pela autora.

<sup>295</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.09v. Transcrito pela autora.

coerente pensar que esta ante-sala possuía uma função como um quarto de vestir. A indicação de uma cômoda e um guarda-roupa reforçam essa hipótese, indo de acordo com a planta de Pupo (1983). (observar figura 41).



**Figura 41-** *Fotografias da Ante-Sala do Palácio Itapura, 2019. Fonte: Acervo autoral da Autora. Fotos tirada em 15 de janeiro de 2019.*

Além disso, Benedito Octavio (1921) faz menção ao ambiente que se encontra entre a 2ª Sala de Visitas e a Ante-sala como sendo uma possível “capella”, presente no Palácio Itapura<sup>296</sup>.

Os inventários de 1889 e 1902, e Pupo (1983) em nada esclarecem a presença deste ambiente no programa dessa residência senhorial. Contudo, a família do Barão de Itapura era bastante religiosa, com participação em irmandades religiosas e em eventos ligados à Igreja. Os hábitos religiosos faziam parte da rotina das famílias do século XIX e, sustentando a ideia da exclusividade afirmada pela ascensão social a existência de um oratório<sup>297</sup> dentro do Palácio Itapura é coerente.

<sup>296</sup> Pupo, 1983, p.43.

<sup>297</sup> De acordo com o Dicionário Raphael Bluetau (1728), oratório ou Oratório é uma espécie de Capella pequena, em que com licença do Pontífice e do Prelado, póde dizer missa. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/oratorio>. Acessado em 18 de janeiro de 2019.

### | 3.7.6 QUARTOS DE DORMIR:

intimidade e reclusão |

No auto de avaliação do Inventário de 1889, são avaliadas as mobílias de dois quartos de dormir, descritos da seguinte forma: “Por duas camas francesas, seis lavatórios com espelhos e pedra mármore e dois criados mudos existentes nos quartos de dormir juntos a sala e varandas nobres avaliados por seis centos mil reis<sup>298</sup>”. Esses quartos foram localizados na planta, próximos às salas de jantar e da varanda e ao que indicam, tratam-se de dois dormitórios da residência, não coincidindo com as alcovas. Em 1902, nada é dito sobre o mobiliário desses aposentos. A qualidade da pintura dos forros em estuque e a presença de lustres de cristal denotam o apuro na ornamentação desses quartos (conforme se observa nas figuras 42 e 43).



**Figura 42-** Fotografias de um dos quartos de dormir do Palácio Itapura, 2008. Fonte: Acervo autoral da Autora. Fotos tirada em 05 de novembro de 2008.

<sup>298</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário Amigável de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.02. Transcrito pela autora.



As alcovas possuíam sua dimensão reduzida em relação aos demais dormitórios o que não justifica a presença de seis lavatórios. Esses dormitórios, provavelmente, destinavam-se aos familiares do Barão e Baronesa de Itapura. Além disso, os ambientes denominados como quartos, possuem janelas com vidros e venezianas. Portanto, aspectos ligados à salubridade desses cômodos foram considerados.



**Figura 43-** Fotografias de um dos quartos de dormir do Palácio Itapura, 2016 e 2019. Fonte: Acervo autoral da Autora. Fotos tiradas em 18 de novembro de 2016 e 15 de janeiro de 2019.

Com relação a presença dos lavatórios, a residência Itapura não contempla em sua organização funcional as dependências de banheiros. Essa constatação é importante para se discutir alguns aspectos. A ausência do serviço de esgoto, água encanada, limpeza, comunicação e ventilação, sobretudo, dependia constantemente de mão de obra. Dessa maneira originalmente, quem supria essas atividades eram os escravos<sup>299</sup>.

<sup>299</sup> Os dois inventários (de 1899, e 1902) não fazem menção aos escravos, por serem escritos em data posterior a Abolição.

Alguns sobrados da área central campineira chegavam a ter dois ou mesmo três pavimentos, os quais requeriam melhores e mais qualificados serviços de escravatura<sup>300</sup>. (Battistoni Filho, 2002, p. 29).

O aparecimento dos cômodos como banheiros pressupõem a instalação de redes de águas e esgotos previstas como infraestrutura urbana para a cidade. Nesse sentido, essas vêm a ser implementadas nas residências, apenas na década seguinte à construção do Palácio Itapura. Assim, Lapa afirma que<sup>301</sup>:

A higiene pessoal, componente defendido pelo ideário burguês, inclui o banho como procedimento diário. Entretanto, **não sabemos de quando data a introdução da banheira** para substituir as antigas tinas- vaso de madeira, pedra ou metal- nas quais se tomava banho. **Possivelmente eram colocadas no próprio quarto de dormir**, ou numa “sala” ou “quarto de banho”. **Dada a inexistência da privada antes da introdução da rede de esgotos, o cômodo da casa em que ficava a tina possivelmente comportava a selha**, sem que, entretanto, nos permita verificar a sua localização nas plantas das moradas campineiras do século XIX. (LAPA, 1995, p.187- Grifo da autora)

A ausência de banheiros não isenta esse exemplar de ser categorizado como moderno para sua época. Aponta-se essa ausência como mais um indício de que se trata de uma residência senhorial representante das contradições em que esse grupo social estava imerso: a modernização de alguns costumes e hábitos junto aos fragmentos de hábitos arcaicos.

Essa decorrência se dá, em partes, à questão urbana da cidade de Campinas, que vêm a possuir medidas efetivas para melhorias urbanas referentes à higiene a partir da

---

<sup>300</sup> Em, 1854, Campinas com 8190 escravos já detém o primeiro lugar na província, superando nesse sentido não só a capital, como as cidades do Vale do Paraíba, que na primeira metade do século se situavam acima dela. Fonte: Lapa, 1995, p.110.

<sup>301</sup> O banheiro ou toailete moderno, como o concebemos, é possível que tenha aparecido apenas quando a rede de água e esgoto alcançou os domicílios. Fonte: Lapa, 1995, p. 187.

última década do século XIX. De acordo com Lapa (1995, p.187) “conclui-se que o ato de morar na cidade e a própria morada, cuja posse ou propriedade assegura aquela opção, são objeto da interferência do poder que atua desde a construção da casa até o seu uso.”

O uso de equipamentos destinados aos serviços domésticos parece ter sido uma transformação de importância. A implantação de redes de água e esgoto nas cidades, permitia a instalação de serviços domiciliares, que conduziam a formas mais evoluídas de funcionamento das habitações, libertando-as de uma dependência mais estreita da mão-de-obra escrava<sup>302</sup>. (Reis Filho, 1978, p.164)

Na perspectiva de Reis Filho, é possível concluir que a ausência de instalações sanitárias, no Palácio Itapura, depreende a intensa presença da mão de obra escrava como fundamental para o funcionamento da residência. Os serviçais e escravos, ainda que não encontrada uma fonte documental na qual fosse possível identificá-los, se posicionam como agentes primordiais para a funcionalidade do Palácio Itapura<sup>303</sup>.

Lucio Costa (1962) já apontava o papel desses agentes como condicionantes para transformações nos programas residenciais, das técnicas construtivas e na expressão da arquitetura, no período após a Abolição. O autor define que os escravos e serviçais eram os responsáveis por ordenar e funcionar as casas brasileiras a partir século XIX. De acordo com Costa, esses agentes podiam ser definidos como:

A máquina brasileira de morar, ao tempo da colônia e do império, dependia dessa mistura de coisas, de bicho e de gente, que era o escravo. Se os casarões remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido ao desconforto, é porque o negro está ausente. Era ele que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo – desde

---

<sup>302</sup> Os escravos eram importantes para a vida doméstica, pois todos os trabalhos manuais dependiam deles. Desse modo, aos cativos cabia o transporte de água, que era colhida das fontes públicas para as residências e, dentro delas, o preparo do banho. A coleta de esgotos era fora e o seu transporte era feito através da cidade até os locais destinados ao despejo. Fonte: Battistoni, 1996, p.37.

<sup>303</sup> A busca por alguma série documental que informasse quem eram esses escravos que residiam no Palácio Itapura, foi bastante intensa. Contudo, nada foi encontrado que auxiliasse no avanço dessa questão.



negrinhos sempre à mão para recados, até negra velha, babá. **O negro era esgoto; era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador.** Mesmo depois de abolida a escravidão, os vínculos de dependência e os hábitos cômodos da vida patriarcal de tão vil fundamento, perduraram, e, durante a primeira fase republicana, o custo baixo da mão de obra doméstica ainda permitiu à burguesia manter, mesmo sem escravos oficiais, o trem fácil da vida do período anterior. (COSTA, 1962, p.174-175- Grifo da autora.)

Para o autor, a figura do escravo<sup>304</sup> se posiciona como meio determinante para o funcionamento das casas. Mello (2013) aponta que “com a abolição e consequente desaparecimento desta modalidade de trabalho a habitação teve de reformular seu programa de necessidades e suas áreas.” Nesse entendimento, a historiografia, em pouco, contribui no esclarecimento do papel desses agentes dentro das residências.

---

### | 3.7.7 A VARANDA ABERTA: integração à Sala de Jantar e convite ao jardim interno |

O último ambiente descrito do primeiro pavimento ao longo do Inventário de 1902 é a “Varanda aberta: quatro viejas com pedra mármore e quatro bancos de quantia de duzentos mil reis<sup>305</sup>”. Em 1889, a mesma é trazida como varanda nobre, enquanto Pupo

---

<sup>304</sup> Ao escravo negro se obrigou aos trabalhos mais imundos da higiene doméstica e pública dos tempos coloniais. Um deles, o de carregar à cabeça, das casas para as praias, os barris de excremento vulgarmente conhecidos por tigres. Barris que nas casas-grandes das cidades ficavam longos dias dentro da casa, debaixo da escada ou em um outro recanto acumulando matéria. Fonte: Freire, 1980, p. 291-292.

<sup>305</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário Amigável de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.02. Transcrito pela autora.

a nomeia, em 1983, como pretório<sup>306</sup> descoberto e, na planta de Benedito Octavio, não foi possível compreender a grafia. (Figura 44). Benedito Octavio (1921) traz na notícia do jornal: “Continuando, admira-se um terraço deitando sobre segundo jardim, tão bem plantado quanto o primeiro<sup>307</sup>, e com escadarias artísticas<sup>308</sup>”.



**Figura 44-** Fotografias da varanda do Palácio Itapura, 1983 e 2019. Destaque para a cobertura translúcida existente; que não faz parte do projeto original do Palácio Itapura. Fonte: Foto à direita Pupo, 1983, p.42. e à esquerda foto do acervo autoral da autora, tirada em 15 de janeiro de 2019.

A relação entre o jardim interno, a sala de jantar como cômodo de maior exuberância e a varanda existiam claramente. A sala de jantar recebia confortavelmente eventos, e convidados do Barão de Itapura e sua família. A varanda, situada ao lado, mobiliada com bancos e mesas, convidava as visitas e a família a conversarem, contemplarem o jardim e exercerem outras atividades.

<sup>306</sup> De acordo com dicionário informal: No uso moderno: qualquer tribunal; na Roma antiga: Tribunal do Pretor / Tenda do general em campanha. Ainda: adj. relativo a pretor. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/pret%C3%B3rio/>. Acessado em 30 de maio de 2018.

<sup>307</sup> O primeiro jardim, refere ao jardim lateral do Palácio Itapura, e o segundo ao jardim íntimo da residência.

<sup>308</sup> PAULISTANO, Correio. Quarta-feira, 07 de setembro de 1887. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1887\edicao 09305](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1887\edicao 09305). Acessado em 30 de outubro de 2017.

A consonância nos aspectos arquitetônicos e estéticos da residência do Barão de Itapura, fomentam uma vida social de aparências<sup>309</sup>, fortalecendo suas relações profissionais. Abrahão, aponta que:

Os jantares passaram a ser oferecidos a convidados ilustres e membros de outras famílias pertencentes ao mesmo estrato social. **Nessas reuniões, reafirmavam-se velhas alianças políticas e econômicas, assuntos que tinham lugar garantido entre os nobres senhores.** (ABRAHÃO, 2010, p.96-Grifo da autora)

Nesse sentido a organização do programa funcional do Palácio Itapura contribui para os eventos sociais que refletiam em sucessos econômicos e políticos dos negócios Barão de Itapura. Sobre essa relação Abrahão aponta:

A altivez dos salões dos sobrados, suas suntuosas residências urbanas, era exibida à nata da sociedade nos jantares, saraus, bailes e reuniões. Para atender a essa demanda de festas, as áreas sociais foram ampliadas e reformuladas em termos estéticos e decorativos. A elite cafeeira almejava formar o cenário perfeito para o exercício da urbanidade e da prosperidade material. (ABRAHÃO, 2010, p.104.)

A 1º sala de jantar se abre para varanda aberta e a mesma conduz através uma escadaria com corrimãos em madeira torneada ao jardim íntimo da residência. A relação entre esses ambientes distintos, onde a passagem do jardim com a varanda permite o contato com a natureza, contribuem para a atmosfera de conforto e bem-estar:

O descansar na varanda após as refeições, o trajar-se de maneira simples à vontade no interior da residência, a convivência de senhores e escravos na moradia urbana. Surgem também detalhes sobre os espaços livres de edificação situados no interior do lote-pátios, quintais e jardins. (ARAGÃO, 2017, p.88)

---

<sup>309</sup> A casa burguesa tornou-se expressão da individualidade do proprietário, que, doravante, passou a ter valor por si mesmo e não mais pelos títulos de nobreza herdados de seus antepassados. Fonte: Homem, 1996, p.27.

O levantamento realizado em campo, no Palácio Itapura, evidenciou que, atualmente, a varanda denominada por Pupo (1983) como pretório descoberto, possui uma cobertura translúcida. Essa cobertura não é original do projeto do Palácio Itapura. A ausência de colunelas que estruturariam uma possível cobertura (ver figura 45), associada à nomenclatura designada na planta de Pupo, permitem aferir a hipótese de que em sua origem, a varanda do Palácio Itapura era descoberta.

A varanda<sup>310</sup> aberta do edifício corresponde, portanto, à área originalmente descoberta situada entre a 1ª Sala de Jantar, e o jardim interno do Palácio Itapura, no qual possui piso com mosaico de mármore. De acordo com Corona e Lemos: (1972, p. 468) “No Brasil, o termo varanda assume significados regionais que se relacionam, quase sempre, com os locais de estar das residências.”



**Figura 45-** Fotografia tirada a partir da varanda do Palácio Itapura. Observa-se parte do jardim interno e parte do alpendre. Disponível em:

[https://www.facebook.com/imagensdecampinasantiga/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/imagensdecampinasantiga/?ref=br_rs). Acessada em 17 de agosto de 2018.

<sup>310</sup> Obra sacada na dianteira ou trazeira, ou em todo o âmbito da casa, com grades, balaústres, ou parede de ordinário descoberto, onde se toma sol ou fresco. Definição por Antonio de Moraes Silva. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/varanda>. Acessado em 15 de março de 2019.



| VARANDA E JARDIM INTERNO PALÁCIO ITAPURA |

**Figura 46-** Fotografia tirada a partir do antigo jardim interno do Palácio Itapura, com vista para a varanda e as aberturas que dão acesso a 1º Sala de Jantar. Fonte: foto tirada pela autora em 24 de abril de 2008.

### | 3.7.8 O ALPENDRE:

#### circulação e passagem |

As portas, situadas ao longo do corredor<sup>311</sup> interno que dão acesso à 2ª Sala de Jantar e ao anexo da residência, se abrem para uma circulação externa à residência. Nos inventários de 1899 e 1902, nada é dito sobre esses espaços de circulação. Pela análise das plantas e das imagens do Palácio Itapura essa circulação externa é coberta, sendo essa, cobertura, parte do projeto original de Luigi Pucci.

<sup>311</sup> Porção da casa entre paredes, que dá serventia e passagem para as casas. Definição por Antonio de Moraes Silva, Dicionário da língua portuguesa (1789). Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/corredor>. Acessado em 15 de março de 2019.

Essa cobertura estruturada em madeira é sustentada por colunelas de ferro fundido moduladas a partir das aberturas. Na planta de Benedito Octavio (1921) não há menção de nomenclatura referida a esse espaço. Pupo (1983, p.43) o nomeia como “abrigo coberto”. A nomenclatura de abrigo, abrange “amparo contra o frio, vento tempestade e mau tempo<sup>312</sup>”. Essa definição não se enquadra na nomenclatura buscada. Além disso, no levantamento bibliográfico sobre a nomenclatura de residências referentes à essa época, a nomenclatura mais condizente a esse ambiente, seria a de denominá-lo como alpendre.

De acordo com o dicionário de Antonio de Moraes Silva (1789), alpendre se define por “Pórtico sobre pilares ou columnas diante da porta de algum edifício “alpendres cobertos” sendo pórticos de passear, abrigados do Sol, e chuva<sup>313</sup>” . A partir dessa definição, esse espaço de circulação condiz à nomenclatura de alpendre. Utilizou-se essa nomenclatura na planta construída como hipótese do programa original do Palácio Itapura, a fim de desassociar o caráter desse espaço ao da varanda.

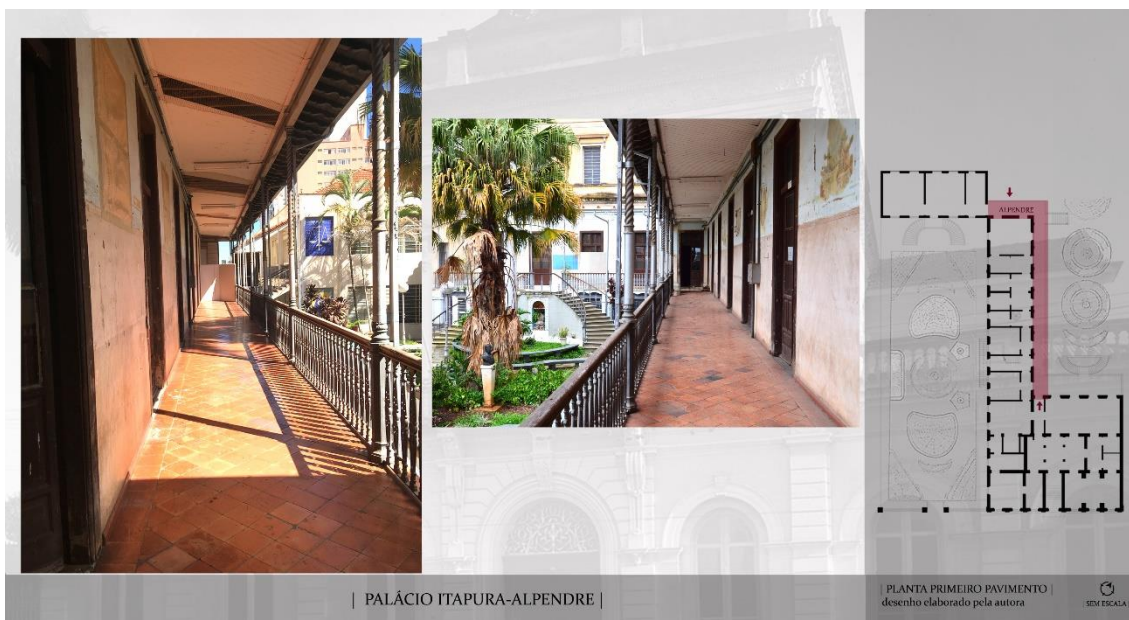
Nota-se que há uma preocupação em se distinguir os usos destinados à varanda aberta e do alpendre, por parte do construtor Luigi Pucci. A opção pelo piso de mármore na varanda aberta, denota maior elegância ao ambiente. Já o piso utilizado para o alpendre, é cerâmico, ou seja, um piso mais simples e comumente utilizado em áreas externas de residências ao longo do século XIX (ver figura 47).

---

<sup>312</sup> Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/abrigo>. Acessado em 15 de março de 2019.

<sup>313</sup> Definição disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/alpendre>. Acessado em 15 de março de 2019.





**Figura 47-** Fotografias do alpendre do Palácio Itapura. Fonte: fotos cedidas por Leonardo Rosa. Fotos tiradas em 18 de novembro de 2016.

Ao longo do alpendre, pinturas em formato de medalhão ornamentam os panos de alvenaria. De acordo com Benedito Octavio (1921) essas pinturas foram feitas “[...] pelo artista Salinari<sup>314</sup>, que aliás, decorou todo o palacete com as suas concepções, além de ter um bonito assoalho em mosaico<sup>315</sup>.” (ver figura 48).



**Figura 48-** Fotografias das pinturas em formato de medalhão ao longo do alpendre do Palácio Itapura. Fonte: fotos cedidas por Leonardo Rosa e acervo autoral da autora. Fotos tiradas em 18 de novembro de 2016.

<sup>314</sup> Nada foi encontrado sobre este profissional.

<sup>315</sup> PAULISTANO, Correio. Quarta-feira, 07 de setembro de 1887. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1887\edicao 09305](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1887\edicao 09305). Acessado em 30 de outubro de 2017.



O gradil do guarda-corpo ornamentado em ferro fundido, ladeia toda varanda aberta e o alpendre, evidenciando, assim, o uso de um material moderno para época. Observa-se que a residência senhorial conta com um sistema completo de captação de águas pluviais, com calhas e condutores responsáveis por conduzir as águas de chuva. Esses detalhes construtivos evidenciam o cuidado do construtor Luigi Pucci em munir o Palácio Itapura de modernidades construtivas para a época.

De certa forma, a preocupação em imbuir o Palácio Itapura com soluções construtivas diferenciadas, como a implementação de calhas, o uso do ferro fundido, do vidro como vedação para as envasaduras, e a clara distribuição de circulação e fluxos acaba por traduzir a reafirmação social da família, buscando em distintos aspectos se destacar socialmente. Segundo Homem (1996, p.87): “A alteração espacial concomitante à renovação da arquitetura, deveu-se à introdução de técnica construtivas. Os condutores de cobre ou folhas-de-flandres possibilitavam telhados isolados e recortados e, com eles, a nova disposição final da construção”.

Tal como observado no comportamento familiar analisado, através da percepção organizacional do edifício, os ambientes nos quais o convívio social é mais intenso, devido a eventos como jantares e recebimento de visitas, apresentam conjuntos de mobílias maiores e mais detalhados, e possuem um nível de ornamentação (forros, pisos, pinturas e etc.) igualmente diferenciados. Esses ambientes se encarregam de contar, aos olhos externos, a história do patrimônio familiar do Barão de Itapura<sup>316</sup>.

Na análise das soluções construtivas empregadas no edifício, o mesmo fenômeno é observado: A opção por materiais diferenciados e pelo uso intenso dos mesmos, conotam consigo uma necessidade de realçar uma condição por trás de quem habita a

---

<sup>316</sup> De acordo com Homem (1996, p.147) a parte social das residências destinadas ao estar formal, recebiam um tratamento esmerado.

residência. No que diz respeito aos partidos arquitetônicos, essa percepção se repete: A clara distinção entre espaços de estar e de convívio social; e espaços destinados à circulação e fluxos do Palácio Itapura. Os ambientes destinados ao estar, apresentam acabamentos refinados enquanto àqueles, voltados a passagem, buscam a funcionalidade como solução.

Porém, os ambientes íntimos da família revelam os apegos às tradições arcaicas, pautadas na simplicidade e no enraizamento de suas origens coloniais. O emprego do sistema de captação de águas pluviais, no Palácio Itapura, por exemplo, subentende um domínio de Luigi Pucci em compreender o funcionamento da coleta de águas pluviais e de ser apto a projetar um sistema de instalações para captação dessas águas. Esse conhecimento evidencia o domínio do profissional e sua capacidade em adotar no edifício, caso necessário, um sistema de instalações hidráulicas<sup>317</sup>. Contudo, o programa levantado, mostra que o edifício não conta com instalações sanitárias. No caso de Campinas, no período de construção do Palácio Itapura, a cidade não possuía sistema de captação de esgotos e abastecimento de água, e registrava-se em 1872, uma população de mais de 14 mil cativos<sup>318</sup>. A ausência de instalações sanitárias, revelam a dependência da mão-de-obra escrava para o bom funcionamento das atividades da residência.

Nesse entendimento, fica claro que há uma ideologia de, que, os aspectos que permeiam o meio social devem revelar a conduta civilizatória, e o apreço e adesão pela

---

<sup>317</sup> De fato, Luigi Pucci se mostra competente a aplicar seus conhecimentos sobre instalações hidráulicas, no exemplar da Chácara do Carvalho de 1893. O exemplar conta em seu programa funcional com banheiros e mictórios (conforme pode se observar na planta levantada por Homem, 1996, p.118). Sobre a planta da Chácara do Carvalho Homem (1996, p.119) aponta que: “Quanto às dependências de higiene, os banhos eram tomados fora, numa casa de banho junto às baias. Nos interiores, os w.c começaram a aparecer em pequeno número, isto é, perto das escadas.”.

<sup>318</sup> Dados extraídos de Battistoni Filho, 2017. Disponível em: <https://ihgpcampinas.org/2017/11/16/a-escravidao-dos-negros-em-campinas/>. Acessado em 11 de março de 2019.

modernidade<sup>319</sup>. Homem, em sua obra, analisando palacetes na cidade de São Paulo, aponta que:

O palacete sobressaía, ainda, pelo equipamento, pela decoração, pelo número de criados, e pela apresentação deles. Era mais atualizado, e numeroso, a decoração mais luxuosa e profusa, existindo, por outro lado, a média de dez a quinze serviçais [...]. Vivia-se ali em grande estilo, com refinamento e requinte, procurando-se imitar o modo de vida das metrópoles europeias mais importantes do século XIX. (HOMEM, 1996, p.129)

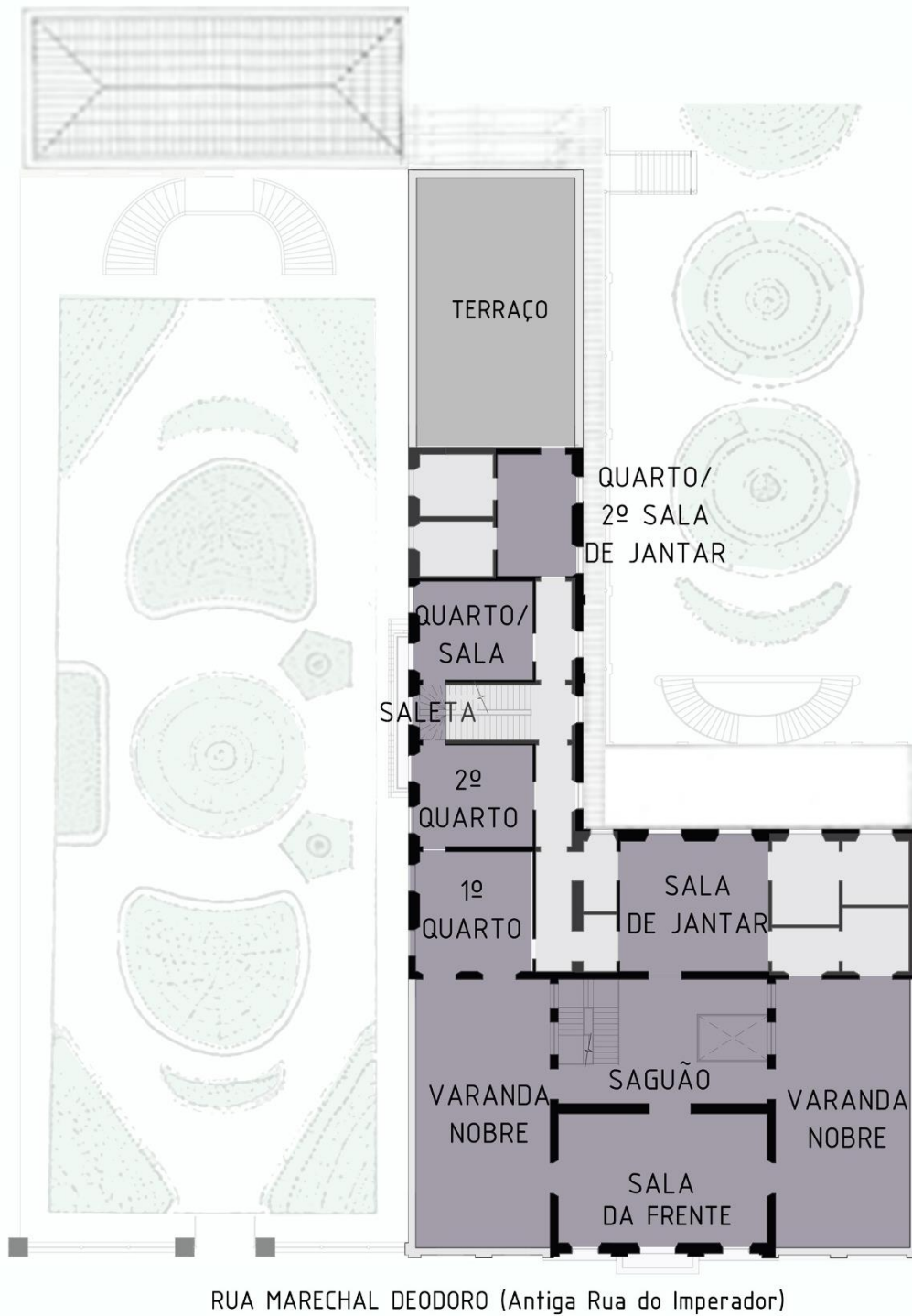
---

<sup>319</sup> Ser civilizado era ser educado e levar a vida conforme as metrópoles europeias, entre as quais não podiam faltar Paris. Numa palavra, era levar uma vida elegante. Fonte: Homem, 1996, p.55.

| 3.8 PAVIMENTO SUPERIOR: o andar familiar |

Para o pavimento superior, retomou-se o quadro de associação das fontes utilizadas (ver quadro 06), e na sequência reconstituiu-se a planta para esse pavimento (ver figura 49).

QUADRO 06-LEVANTAMENTO DOS AMBIENTES DO PALÁCIO ITAPURA-PAVIMENTO SUPERIOR						
Descrição segundo inventário do Barão de Itapura de 1902	Descrição segundo inventário amigável do Barão e Baronesa de Itapura de 1889	Nomenclatura para o ambiente				
		Inventario de 1889	Inventario de 1902	Planta de Benedito Octavio-1921	Planta de Pupo 1983	Adotada pela Autora 2019
<b>Sala da frente do segundo andar:</b> <i>mobília e seis peças e dois espelhos a quantia de um conto e quatrocentos mil reis.</i>	A mobília da sala da frente do pavimento superior avaliada por quatro centos mil reis	Sala da frente	Sala de Visitas	Salão	Dormitório	<b>SALA DA FRENTE</b>
<b>Sala de Jantar:</b> <i>uma mesa com suas cabeceiras oito cadeiras e um espelho oval grande. Trezentos mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Sala de Jantar	Salão	Salão	<b>SALA DE JANTAR</b>
<b>Primeiro quarto:</b> <i>uma cama cinquenta mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Primeiro Quarto	Quarto	Dormitório	<b>1º QUARTO</b>
<b>Segundo quarto:</b> <i>uma cama e um lavatório cento e vinte mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Segundo Quarto	Quarto	Dormitório	<b>2º QUARTO</b>
<b>Saleta:</b> <i>uma mesa redonda e dois sofanes a quantia de cento e trinta mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Saleta	Nada consta	Passagem	<b>SALETA</b>
<b>Quarto correspondente a sala:</b> <i>uma cama, um lavatório e um cabide cento e vinte mil reis.</i>	Nada consta	Nada consta	Sala de Visitas	Quarto	Dormitório	<b>QUARTO/ SALA</b>
<b>Quarto correspondente a segunda saula de jantar:</b> <i>uma cama e um lavatório oitenta mil reis. Um cofre de ferro, quinhentos mil reis, sae. Louças e tres de cozinhar trezentos mil reis</i>	Nada consta	Nada consta	Quarto/ segunda sala de jantar	Antecâmara	Sala	<b>QUARTO/ 2ª SALA DE JANTAR</b>



| LEGENDA |



AMBIENTES NOMEADOS  
DE ACORDO COM O INVENTÁRIO



AMBIENTES NOMEADOS  
PELA AUTORA

| PALÁCIO ITAPURA |  
PAVIMENTO SUPERIOR



ELABORADA PELA AUTORA



**Figura 49-** Planta Pavimento Superior do Palácio Itapura. Hipótese elaborada pela autora.

No Inventário de 1899 é descrito a “[..] mobília da sala da frente do pavimento superior avaliada por quatro centos mil reis<sup>320</sup>”. Já, em 1902, a mesma é avaliada pelo mesmo valor, detalhando: “Mobília e seis peças e dois espelhos a quantia de um conto e quatrocentos mil reis<sup>321</sup>”. Pela falta de detalhes, com relação a natureza dessa mobília, não é possível constatar as ações realizadas nesse ambiente. Contudo, por se situar no andar superior da residência, é possível atribuir esses usos às atividades mais íntimas da família. Localizou-se, portanto, na planta, essa como a Sala da Frente, situada entre as duas varandas nobres. Lemos (1999) afirma que a diversidade de salas presentes no programa de necessidades das residências senhoriais é a novidade, possível através do enriquecimento da produção de café no século XIX:

Essa é a novidade trazida pela morada do café: as salas de visitas, às vezes mais de duas- salas para conversa, para bailaricos, para ouvir música. Sala para as mulheres conversarem a sós [...] sala para homens fumarem seus charutos enquanto conversavam, mas, quase sempre, salas para todos conviverem suas amizades convizinhas (LEMOS, 1999, p. 138)

Esse cômodo, permitia acesso às duas varandas nobres do edifício, possuindo uma vista privilegiada da cidade de Campinas (conforme observa-se na figura 50). Benedito Octavio (1921), em sua notícia, aponta que “O corpo menor e mais em destaque possui

---

<sup>320</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário Amigável de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623 p.02. Transcrito pela autora.

<sup>321</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.09v. Transcrito pela autora.

dois terraços sobre o maior, e é prolongado pelo resto do edifício, tendo asas laterais, todas de vastas proporções<sup>322</sup>.”



*Figura 50- Foto da fachada principal do Palácio Itapura, identificando os ambientes no pavimento superior do edifício. Disponível em <http://www.formarte.com.br/projetos-atuais-puc-campinas>. Editado pelas autoras.*

O edifício ao longo dos anos teve sua função enquanto residência alterada, sendo em 1937 alugado para Arquidiocese de Campinas, e habitado pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Em 16 de Setembro de 1938, é protocolado junto à Prefeitura Municipal de Campinas um pedido para aprovação de reformas no Palácio Itapura:

O abaixo assignado, engenheiro architecto, vem apresentar, para aprovação pela Directoria de Obras e Viacção, o projecto anexo para o aumento de um dormitório no prédio da rua Marechal Deodoro, 1099. A área a ser contruída é de 117,82 mts. Quadrados e construção será feita em 90 dias. Apresentando os documentos necessários, pede deferimento<sup>323</sup>. (CAMPINAS, 1938, p.01)

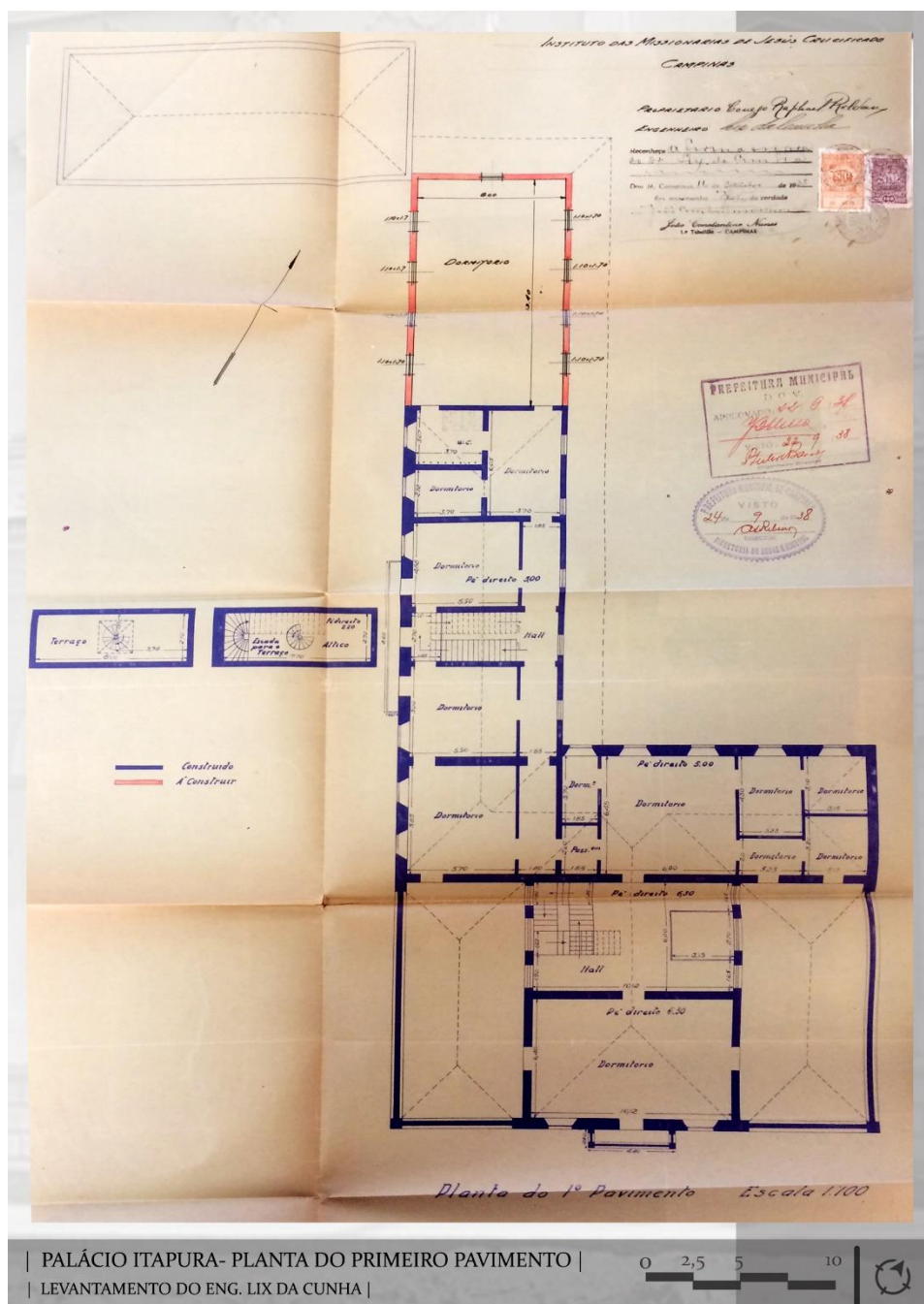
A reforma descrita no protocolo, condiz ao fechamento do terraço posterior do Palácio Itapura, transformando-o em dormitório, a fim de atender o novo uso do edifício:

<sup>322</sup> PAULISTANO, Correio. Quarta-feira, 07 de setembro de 1887. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1887\edicao 09305](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1887\edicao 09305). Acessado em 30 de outubro de 2017.

<sup>323</sup> CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Protocolo da Prefeitura Municipal de Campinas, set. 16 de 1938 nº 8037.



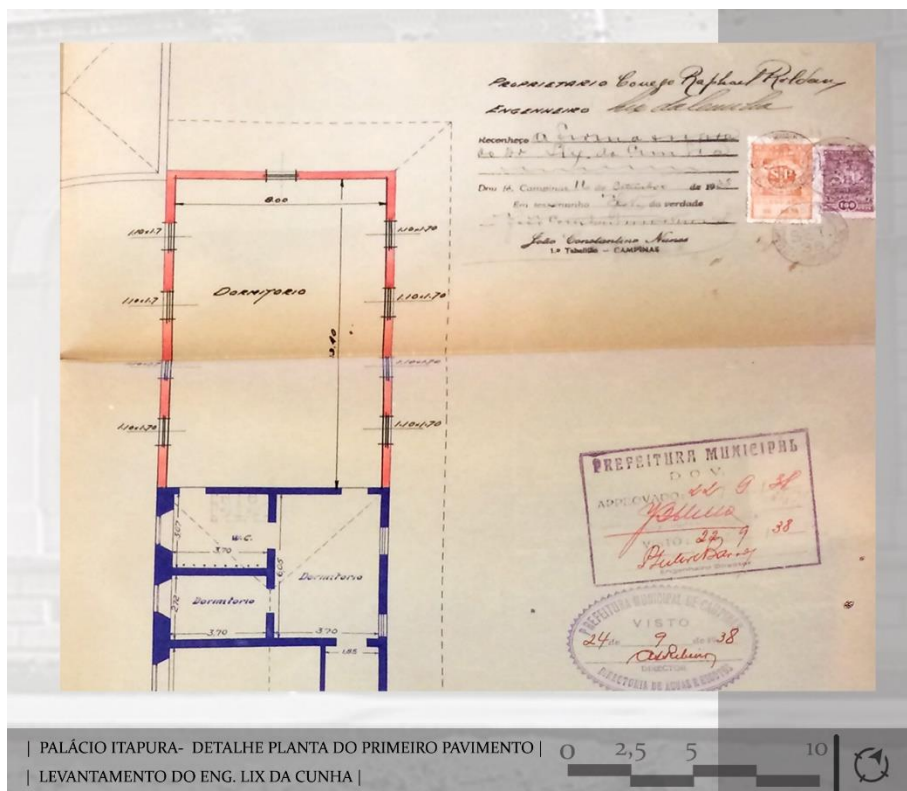
Como sede do Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado de Campinas. Anexada ao protocolo é trazida a planta<sup>324</sup> desse pavimento, nomeada como 1º pavimento, que indica a reforma, levantada pelo engenheiro e arquiteto Lix da Cunha<sup>325</sup> (observar figuras 51 e 52):



**Figura 51-** Planta de Reforma do 1º Pavimento do antigo Palácio Itapura- Instituto das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, 1938. Fonte: CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Protocolo da Prefeitura Municipal de Campinas, set. 16 de 1938 nº 8037. Fotografia da Autora, tirada em 29 de junho de 2017.

<sup>324</sup> Planta do 1º Pavimento do Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado de Campinas, Proprietário Conego Raphael Roldon, Engenheiro Lix da Cunha, Escala 1:100.

<sup>325</sup> Lix da Cunha (Mogi Mirim, 9 de abril de 1896 - Campinas, 6 de agosto de 1984) foi um engenheiro e arquiteto radicado em Campinas desde a infância e fundador da empresa de mesmo nome, no ramo da construção civil. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lix\\_da\\_Cunha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lix_da_Cunha). Acessado em 16 de janeiro de 2019.



**Figura 52-** Detalhe da reforma do terraço posterior indicada na Planta de Reforma do 1º Pavimento do antigo Palácio Itapura- Instituto das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, 1938. Fonte: CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Protocolo da Prefeitura Municipal de Campinas, set. 16 de 1938 nº 8037. Fotografia da Autora, tirada em 29 de junho de 2017.

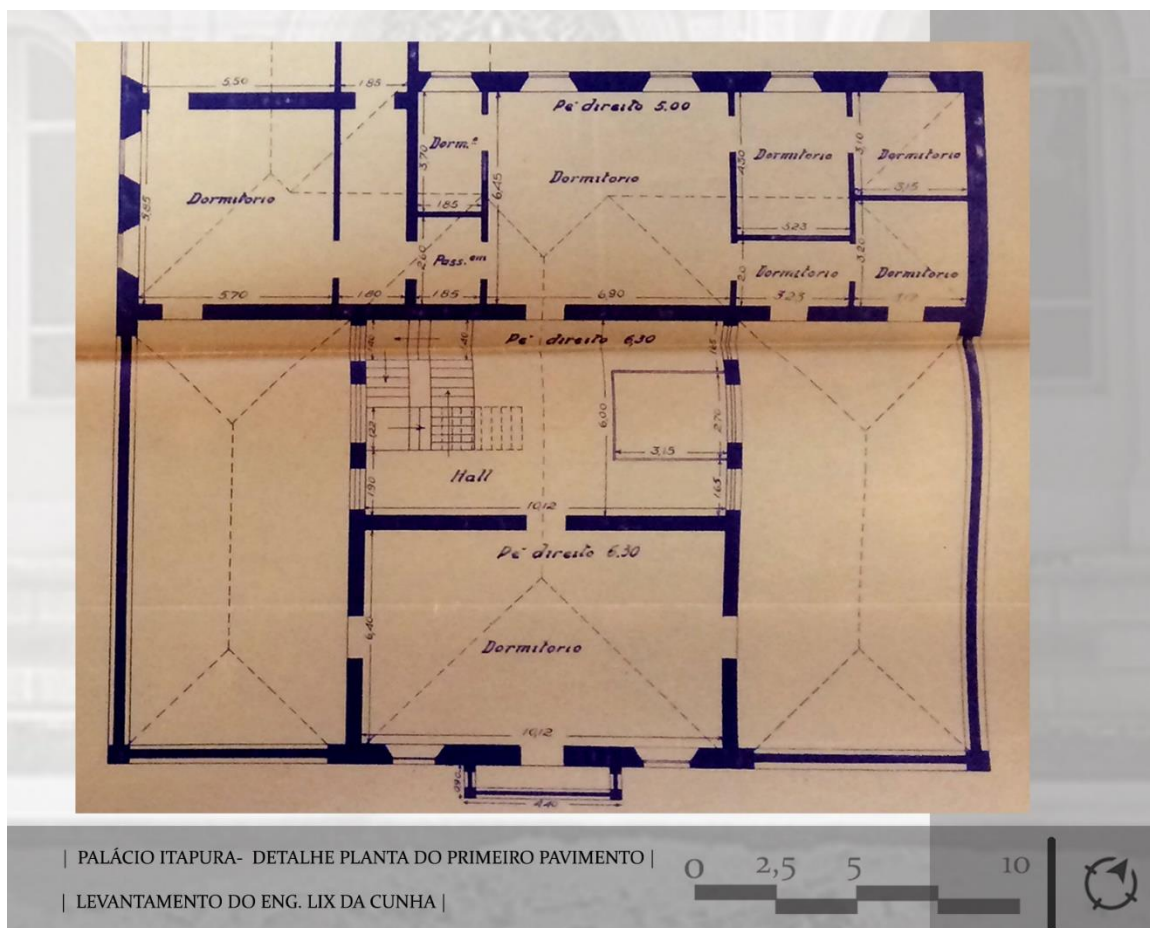
Esse período é referente a realização de reformas no mesmo, a fim de atender às demandas da função nele desempenhada. A principal reforma realizada no Palácio Itapura, foi o fechamento e construção da cobertura do que originalmente eram as duas varandas nobres do edifício (ver figura 53).



**Figura 53-** Fotografia da fachada frontal do Palácio Itapura: a fotografia da esquerda foi feita antes da reforma, e a da esquerda é posterior. Fonte: <https://www.puc-campinas.edu.br/restauro/>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

De acordo com Pupo (1983, p.52), essa reforma teria sido realizada “ [...] há poucos anos, aumentando o andar superior, e deformou a fachada principal do palácio [...]”, quando o edifício já passa a ser a sede da Faculdade de Ciências, Filosofia e Letras, das Faculdades Campineiras, originando a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a partir de 1941.

A planta do engenheiro e arquiteto Lix da Cunha, mostra que essa intervenção já havia sido realizada em 1938, ou seja, antes mesmo do edifício ser a sede das Missionárias. (figura 54)



**Figura 54-** Detalhe da projeção que indica as coberturas existentes e as alvenarias de fechamento das antigas varandas nobres indicada na Planta de Reforma do 1º Pavimento do antigo Palácio Itapura- Instituto das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, 1938. Fonte: CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Protocolo da Prefeitura Municipal de Campinas, set. 16 de 1938 nº 8037. Fotografia da Autora, tirada em 29 de junho de 2017.



Contudo, essa planta, não apresenta as aberturas frontais e laterais que foram executadas a partir do fechamento das varandas, trazendo apenas a projeção das coberturas e a indicação da existência de alvenarias (ver figura 55).



**Figura 55-** Fotografias da Sala da Frente e das aberturas que davam acesso às antigas Varandas Nobres do Palácio Itapura- pavimento superior, 2019. Fonte: Acervo autoral da Autora. Fotos tiradas em 15 de janeiro de 2019.

Em 1952, o edifício é transferido para a Arquidiocese de Campinas, através de uma venda simbólica registrada e escriturada em 12 de abril de 1951:

Certifica a pedido verbal da pessoa interessada, que revendo no 2º Serviço Registral a seu cargo os livros competentes, deles verificou constar a cadeia filiatória da matrícula nº 15.178, deste Serviço Registral, tendo como origem os livros destinados a Transcrição das Transmissões [...] Denominação do Imóvel: Rua Marechal Deodoro sob nº 1099, Adquirente: Diocese de Campinas; Transmittente: D. Izolete Augusta de Souza Aranha, brasileira, solteira, proprietária Rua Francisco Glicério nº 1.664, Campinas [...] Forma do Título: Escritura de 12 de Abril de 1951, pelo 5º Tab. Local, Roberto Tavares Netto, no valor de contrato de Hum milhão e duzentos mil cruzeiros<sup>326</sup>. (CAMPINAS, 1951, p.01)

<sup>326</sup> 2º Oficial de Registros de Imóveis Comarca de Campinas- Sp. Certidão Centenária Prot. nº250.848, p.01.

As condições do contrato são explicitadas no registro:

**O imóvel está locado a Sociedade Campineira de Educação e Instrução que fez e continua fazendo construções no imóvel,** tendo sido o mesmo entregue a adquirente, mediante o pagamento de uma renda vitalícia mensal de 10 mil cruzeiros- com a condição de, a adquirente após o falecimento dela transmitente, empregar, quando entender, de Cr\$ 1.2000.000,00 ou a que produz o imóvel, se alienado for, na construção de um templo-votivo, do Santíssimo Sacramento, nesta cidade, no qual será destinado um altar à N.S. Aparecida, Padroeira do Brasil, colocando-se a imagem como uma côroa de ouro que ela transmitente doou a adquirente e sobre o altar celebrando-se aos sábados, missa em sufrágio da alma dela transmitente durante um ano<sup>327</sup>. (CAMPINAS, 1951, p.01-02- Grifo da autora)

Em 10 de julho de 1964, o imóvel é registrado junto ao Segundo Serviço de Registro de Imóveis de Campinas, como um:

Imóvel junto a Rua Marechal Deodoro, nº 1099, adquirente à Sociedade Campineira de Educação e Instrução, com sede em Campinas, transmitente Arquidiocese de Campinas, com sede em Campinas, sob título de doação no valor do contrato de trinta mil cruzeiros novos<sup>328</sup>. (CAMPINAS, 1964, p.01)

Jolumá Brito (1972) escreve uma matéria no jornal Diário do Povo, sobre “O Palacete Itapura”. Brito, além de trazer as mesmas informações já descritas por Benedito Octavio em 1921, traz que:

Sua velha propriedade agrícola (sobre a Chácara Itapura), antiga, estendia-se desde a rua do Marechal Deodoro, onde se situa o edifício agora pertencente à Universidade Católica Campineira, prolongando-se até mais além da Avenida que o nome do generoso amigo de D. Pedro II, o que motivou a sua doação à Câmara Municipal da área de terras necessárias para abertura daquela via pública<sup>329</sup>. (BRITO, 1972)

---

<sup>327</sup> 2º Oficial de Registros de Imóveis Comarca de Campinas- Sp. Certidão Centenária Prot. nº250.848, p.01-02.

<sup>328</sup> 2º Oficial de Registros de Imóveis Comarca de Campinas- Sp. Certidão Centenária Prot. nº250.848, p.01.

<sup>329</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. O Palacete Itapura, por Jolumá Brito, publicada no Diário do Povo de 10 de junho de 1972.

Constata-se a presença de mais duas salas de jantar no pavimento superior. A primeira descrita em 1902 como “Sala de Jantar: uma mesa com suas cabeceiras oito cadeiras e um espelho oval grande. Trezentos mil reis<sup>330</sup>”. Atribui-se o uso dessa sala às refeições realizadas pela família residente no Palácio. Provavelmente refeições nas quais não participavam visitas, com caráter mais íntimo e mais informal<sup>331</sup>.

A segunda é avaliada como um “Quarto correspondente a segunda saula de jantar: uma cama e um lavatório oitenta mil reis. Um cofre de ferro, quinhentos mil reis, sae. Louças e tres de cozinhar trezentos mil reis”. De acordo com a mobília descrita, pode-se aferir que era um ambiente que servia tanto como aposento como apoio a outra sala de jantar descrita. A mesma, provavelmente era utilizada para abrigar os utensílios e aparatos utilizados nas refeições, sem ser necessário recorrer ao primeiro pavimento. A presença de salas de jantar nos dois pavimentos, reforçam o conforto e a condição abastada da família do Barão de Itapura. (conforme se observa na figura 56).

---

<sup>330</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.09v. Transcrito pela autora.

<sup>331</sup> Durante a visita constatou-se que essa sala foi completamente modificada em relação a sua origem. Foram removidos o piso original, o forro, as envasaduras e ela teve seu layout modificado.



**Figura 56-** *Fotografias do quarto/ 2ª sala de Jantar do Palácio Itapura- pavimento superior, 2019.*  
*Fonte: Acervo autoral da Autora. Fotos tiradas em 15 de janeiro de 2019.*

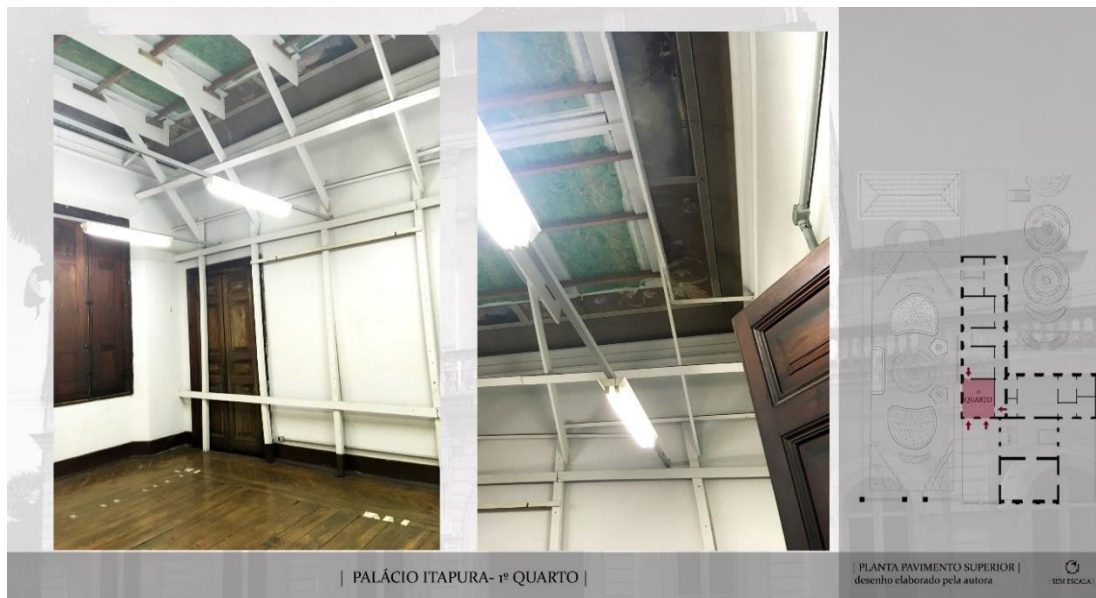
A descrição explicita que, em um mesmo cômodo, encontrava-se uma cama e um lavatório, indicando que o cômodo servia de aposento; um cofre, provavelmente utilizado para se guardar pertences de maior valor, como joias, por exemplo, e utensílios que davam suporte a sala de jantar localizada no mesmo pavimento.

Lemos, (1999, p. 208) afirma que “é através da descrição da sala de jantar- o maior e talvez o mais importante aposento da casa- que o leitor toma conhecimento não só da sua arquitetura, mas do que ela continha de real e simbólico.”. A caracterização de uma mobília, que indique um maior resguardo, auxiliou na constatação de que esses cômodos possuíam um caráter mais familiar e de uso mais restrito aos moradores do Palácio Itapura.



Em 1902, junto ao auto de avaliação do Inventário de 1902, são descritos: “Primeiro quarto: uma cama cinquenta mil reis, a margem sae<sup>332</sup>” e um “Segundo quarto: uma cama e um lavatório cento e vinte mil reis<sup>333</sup>.”

Os quartos denominados na planta do pavimento superior do Palácio Itapura, como 1º Quarto e 2º Quartos, ao que tudo indica eram destinados aos aposentos de Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha, o Barão e Baronesa de Itapura. Segundo Abrahão (2010, p.77) “Os quartos e alcovas, aposentos que ficavam dispostos em uma parte da casa distante do olhar de estranhos, eram cômodos restritos à intimidade, destinados ao descanso, ao sexo e para à higiene”. (ver figura 57)



**Figura 57-** Fotografias do 1º quarto do Palácio Itapura- pavimento superior, 2019. Fonte: Acervo autoral da Autora. Fotos tiradas em 15 de janeiro de 2019.

<sup>332</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.09v. Transcrito pela autora.

<sup>333</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.09v. Transcrito pela autora.

Os cômodos destinados ao resguardo familiar eram utilizados como espaços de leituras, de orações, para isolamento, para a guarda de pertences pessoais e de valor, como joias e documentos, de certa forma, “objetos que deveriam ficar fora do alcance de pessoas alheias à família” (Abrahão,2010, p.77).

Arejar e insolar o interior das casas torna-se a nova ordem médica e higiênica, sem cujo cumprimento o risco da doença torna-se insuperável. Nesse sentido, a noite é o período que requer maiores cuidados, pois a permanência durante mais tempo de pessoas numa mesma dependência, com ar confinado, oferece a oportunidade de contágio. (Lapa, 1996, p.199)

Na troca da terra socada pelo tijolo queimado buscava-se a eficiência garantidora do bem-estar, da luz do sol entrando em casa, da ventilação ampla e do conforto térmico. Todos os cômodos com janelas para o exterior, mormente nas casas levantadas em lotes urbanos dos novos arruamentos. Todos haveriam de ter esse privilégio, desde a casa até o palacete. (LEMOS, 1989, p.252)

O primeiro quarto possui janelas envidraçadas que se abrem para o jardim lateral, bem como portas que permitem acesso à umas das varandas nobres do pavimento superior. A análise da planta mostra que, para acessar esse aposento, é necessário adentrar ao corredor de circulação da residência, revelando o resguardo imbuído nesse ambiente.

O segundo quarto é conjugado ao primeiro, por meio de uma passagem. Esse ambiente conectava-se a uma pequena saleta, descrita em 1902 contendo “Saleta: uma mesa redonda e dois sofânetes a quantia de cento e trinta mil reis”. De acordo com a descrição da mobília presente na mesma, essa saleta deveria ser utilizada para leituras familiares, serviços de costura da Baronesa, e para repouso.

Além disso, tanto a saleta quanto o segundo quarto, dão acesso ao balcão existente na fachada lateral que se abre para o jardim. Esse balcão possui três portas com folhas envidraçadas e venezianas de madeira e um gradil de ferro fundido ornamentado. A relação desses ambientes, com o balcão, aponta um certo diferencial no projeto. Desse modo, utiliza-se a hipótese de que esses cômodos eram de uso dos proprietários da residência: O Barão e a Baronesa de Itapura (ver figura 58).



**Figura 58-** *Fotografias do 2º quarto e saleta do Palácio Itapura- pavimento superior, 2019. Fonte: Acervo autoral da Autora. Fotos tiradas em 15 de janeiro de 2019.*

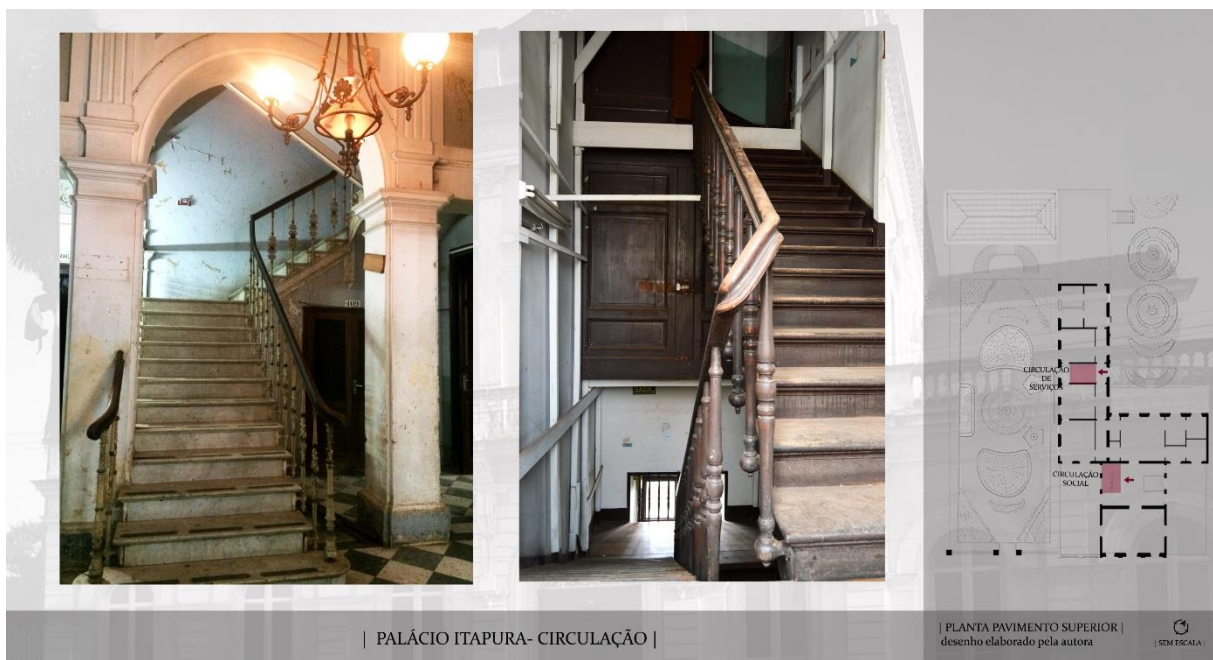
#### | 3.8.4 CORREDORES E PASSAGENS:

##### distribuição dos fluxos |

O pavimento superior do Palácio Itapura possui uma clara distribuição de circulação e fluxos. A circulação social, e destinada à família, é feita através do Saguão, por meio da escada principal da residência. Essa escada conecta o primeiro pavimento ao pavimento superior. A mesma possui acabamento (dos patamares e degraus) em

mármore, corrimão em ferro fundido ornamentado arrematado em madeira. Os detalhes, a localização e a função que esse elemento de circulação possui, permitem identificar que a mesma era utilizada pelos residentes do Palácio e por convidados e possíveis hóspedes.

A circulação vertical de serviços dessa residência, destinada aos escravos e criados, se localiza entre os quartos. Se trata de uma escada de madeira, mais simples e austera. Essa escada era responsável por suprir a circulação de todas as atividades cotidianas do Palácio Itapura (ver figura 59).

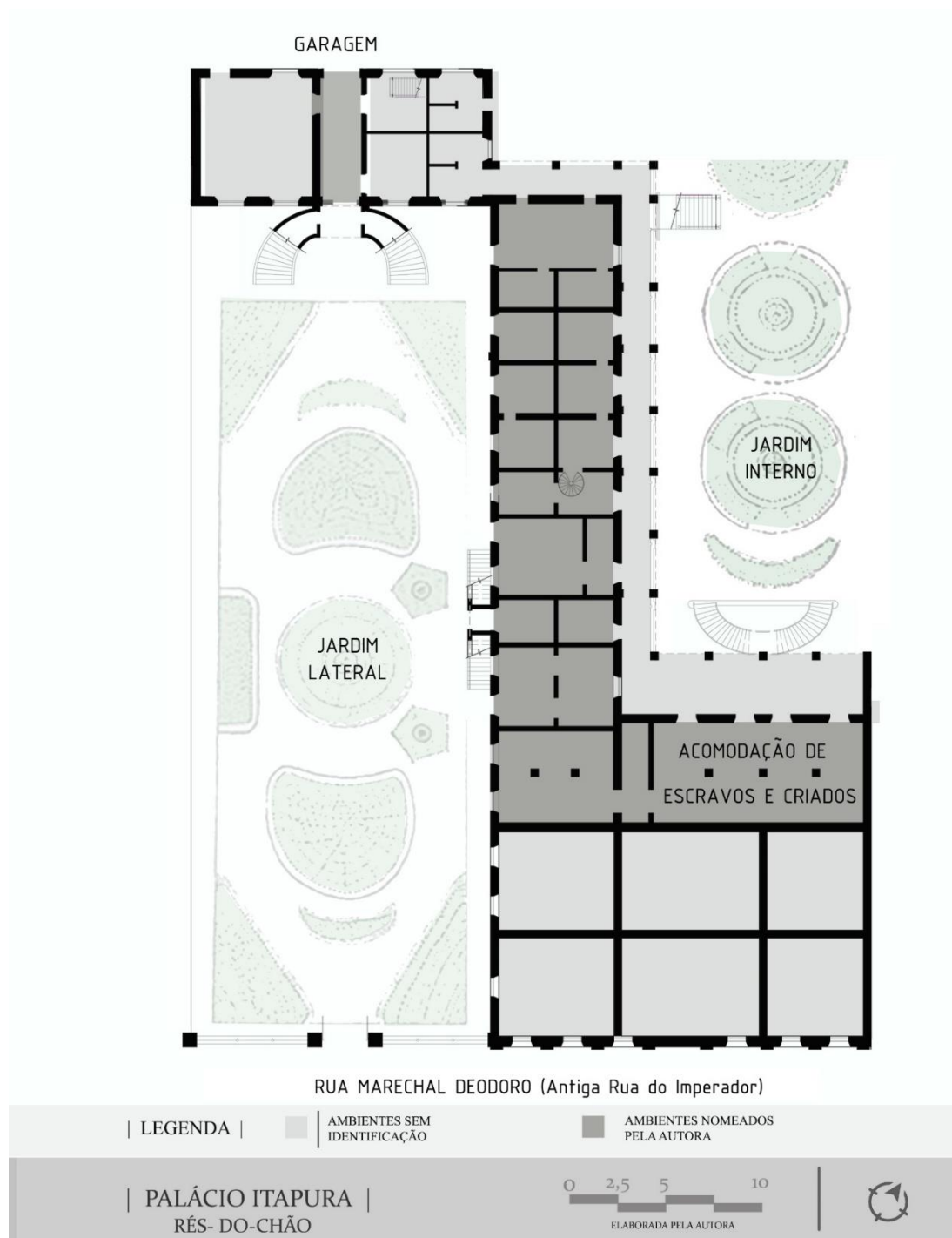


**Figura 59-** *Fotografias das circulações verticais do Palácio Itapura- pavimento superior, 2019. Fonte: Acervo autoral da Autora. Fotos tiradas em 15 de janeiro de 2019.*

Essa escada destinada a circulação de serviços conecta o primeiro pavimento ao pavimento superior, bem como esse com o mirante da residência.

Essa solução de separação de fluxos, além de delimitar os usos dos ambientes, organiza a funcionalidade desse exemplar senhorial. Ao mesmo tempo, as posições sociais eram reforçadas implicitamente através desses espaços.

Levantou-se a planta para o pavimento térreo, também chamado de rés-do chão. Os inventários (1889 e 1902) não mencionam nenhum dos ambientes existentes no mesmo (ver figura 60).



**Figura 60-** Planta Pavimento Térreo ou Rés-do-chão do Palácio Itapura. Hipótese elaborada pela autora.

O pavimento térreo, comumente descrito na historiografia como rés-do-chão, destinado ao porão, anuncia características ligadas a uma tradição higienista trazida por Luigi Pucci. Esse pavimento, por sua vez, apresenta um pé-direito mais baixo em relação aos demais. Porém, cumpre a função de evitar o contato direto do assoalho de madeira com o solo, afastando-o da umidade e, como se acreditava na época, evitando que se propagassem insalubridades e doenças. O uso obrigatório dos porões ventilados, seria incluído no Código Sanitário de 1894, no artigo 44 no qual prevê: “O assoalho do andar térreo deve estar separado do solo 50 centímetros, pelo menos<sup>334</sup>.”

Constata-se a presença de aberturas com gradis de ferro junto ao alinhamento da rua do Imperador, permitindo uma ventilação constante do pavimento, indo na vertente das práticas condizentes a preocupação com questões de salubridade. A adoção dessas medidas construtivas, reforçavam um rigor e uma disciplina para as construções a partir de uma ótica sanitária. (Lapa, 1995, p.197).

O Palácio do Barão de Itapura, ainda que construído anteriormente a esse período de grande preocupação por parte da Câmara Municipal de Campinas e dos construtores de fato com medidas higienistas, já traz em seu repertório a adequação de soluções que indiciam que Luigi Pucci se encontrava inserido nos debates higienistas que ocorriam no

---

<sup>334</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>. Acessado em 01 de novembro de 2018.

Brasil, e também na Europa, na qual preocupações e medidas sanitárias e de higiene eram discutidas para evitar e diminuir a propagação de doenças<sup>335</sup>.

A proposição de porões com aberturas gradeadas é adotada no Palácio Itapura, sem mesmo ser Postura obrigatória imposta à Campinas. Essa conduta, revela o conhecimento de seu construtor em dotar a edificação de medidas de higiene que a destaquem das demais. Novamente, reforça-se a condição social através de soluções arquitetônicas<sup>336</sup>.

Lemos (1989, p.99) constata uma padronização dessa solução para as residências destinadas a aristocracia, enriquecidas através da produção do café na cidade de São Paulo: “[...] essas casas, assoalhadas necessariamente possuíam no embasamento de suas fachadas pequenas grades de ventilação sempre embaixo de cada janela.”. A presença desse elemento de ventilação indica a circulação dos conhecimentos entre os profissionais da construção civil<sup>337</sup>.

O porão do Palácio Itapura, possui uma altura de seu pé-direito variável. Junto ao alinhamento da rua do Imperador (atual Marechal Deodoro), o pé-direito é bem baixo (medindo aproximadamente 1,20 metros), cumprindo a função de ventilação permanente. Na parte posterior da residência, essa altura sofre uma variação, seguindo o desnível do terreno. Nesse caso, o pé-direito é mais alto<sup>338</sup> (aproximadamente 2,30 metros) e permite que se faça uso desse espaço<sup>339</sup>.

---

<sup>335</sup> No final do século XIX, a cidade de Campinas enfrentaria uma fase de epidemias, principalmente a de febre amarela. Fonte: SALGADO, 1992, p.04

<sup>336</sup> Este passou a ser importante elemento para a ventilação e iluminação [...] surgiram também os porões, que se tornariam obrigatórios (Código de Higiene de 1894) para a evitar a umidade. Fonte: Homem, 1996 p.112.

<sup>337</sup> Da mesma forma que no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, inicialmente as construções foram se libertando dos limites laterais do terreno. Surgiu a casa de porão alto, com recuo lateral e jardim ao lado da residência. Fonte (Aragão, 2017, p. 52)

<sup>338</sup> Mais alto em relação ao porão da área frontal do edifício. Porém, se compará-lo com pé-direito dos ambientes dos demais pavimentos há uma diferença considerável na altura. O porão apresenta uma altura de aproximadamente 2,80 metros enquanto os demais ambientes possuem aproximadamente 5,00 metros de altura.

<sup>339</sup> Nesse caso, para solucionar o problema do desnível entre o piso da habitação e o plano do passeio, surgia uma pequena escada, em seguida à porta de entrada. Fonte: Reis Filho, 1978, p. 40



Esse pavimento apresenta compartimentos e divisões que não são mencionados pela historiografia, nem nas plantas de Benedito Octavio (1921) e de Pupo (1983). Atribui-se a hipótese de que o mesmo era utilizado para abrigar os escravos e criados que serviam o Palácio Itapura. Os Inventários em nada contribuem nesse aspecto, haja visto que foram escritos em datas posteriores à Abolição. Abrahão (2010, p. 171), aponta que, nas residências de Campinas ao longo do século XIX “[...] os serviçais que ajudavam nos serviços da casa eram em grande número.”. Além disso, a análise dos demais pavimentos do Palácio Itapura reforça que não eram incluídos, em seu programa, aposentos e ambientes destinados à acomodação dos serviçais. Reis Filho (1978, p. 40) afirma a larga difusão de residências com porões, representando uma renovação a partir dos velhos moldes construtivos. O autor aponta que:

[...] a casa de porão alto, ainda “de frente para a rua”, representava uma transição entre os velhos sobrados e a casa térrea. Longe do comércio, os bairros de caráter residencial, a nova fórmula de implantação permitiria aproximar as residências da rua, sem os defeitos das térreas, graças aos porões mais ou menos elevados, cuja presença era muitas vezes denunciada pela existência de óculos ou seteiras com gradis de ferro, sob as janelas dos salões. (REIS FILHO, 1978, p. 40)

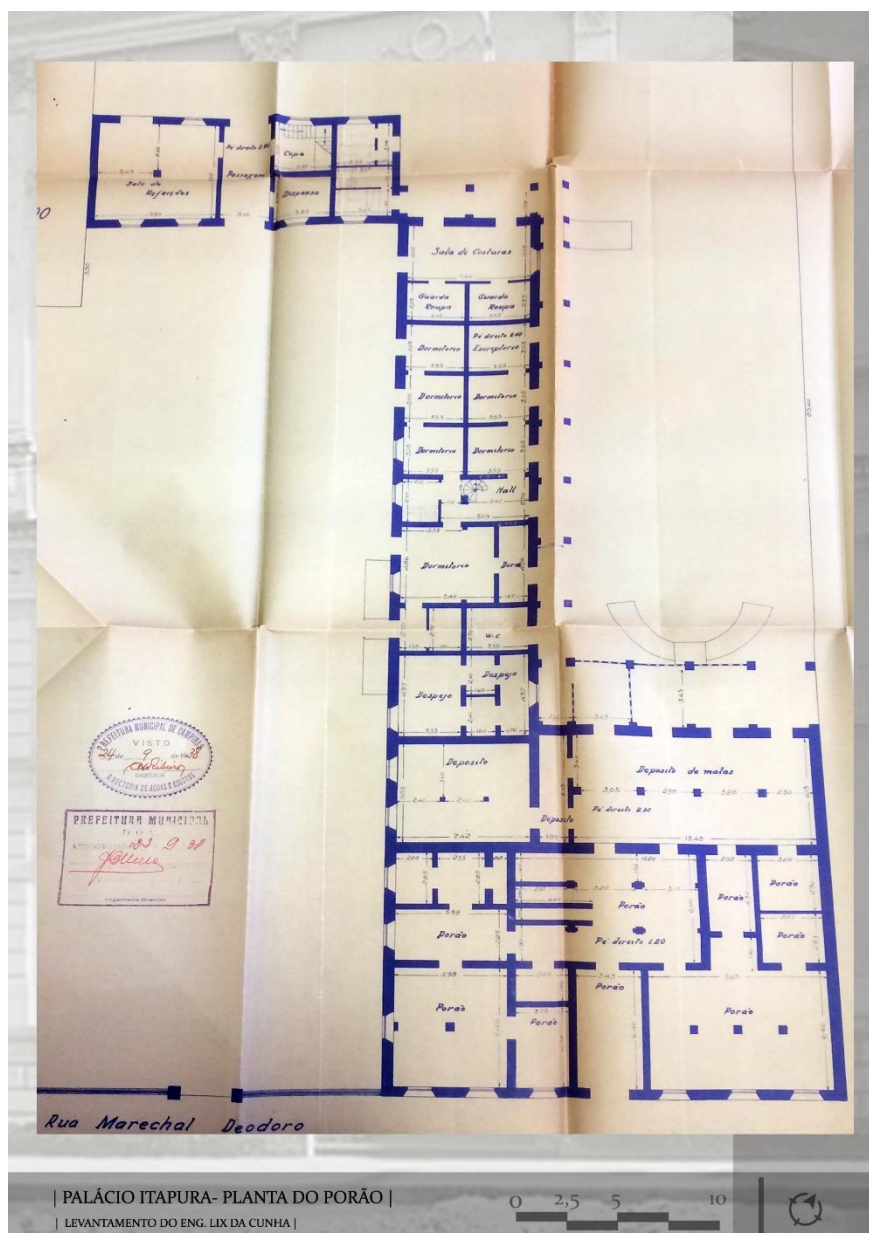
Nos sobrados da cidade, o pavimento do rés-do-chão era continuamente destinado ao comércio, aos escritórios, aos depósitos, à guarda de viaturas, aos quartos de hóspedes sem trânsito na família e até aos alojamentos dos escravos (Lemos, 1999, p. 189).

A prática de se destinar o porão aos escravos e serviçais não era incomum. Constatase que em 1894, o artigo 43 do Código Sanitário, essa prática se torna proibida: “Artigo 43. - Os compartimentos do sub-solo, ou porões, constituem garantia hygienica para as edificações; mas não deverão servir de habitação<sup>340</sup>.”

---

<sup>340</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>. Acessado em 01 de novembro de 2018.

Dada à opulência conquistada e herdada pelo Barão de Itapura, é possível concluir que o número de escravos e serviçais que realizavam as tarefas do Palácio Itapura e da chácara, deveria ser bastante expressivo, pois era comum que todas as tarefas domésticas fossem realizadas por escravos. Na intervenção realizada no edifício pelo engenheiro e arquiteto Lix da Cunha, o mesmo aprova o uso desse pavimento, denominado como Porão, junto ao protocolo enviado à Prefeitura Municipal de Campinas, conforme se observa na figura 61:



**Figura 61-** Planta de Reforma do Porão do antigo Palácio Itapura- Instituto das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, 1938. Fonte: CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Protocolo da Prefeitura Municipal de Campinas, set. 16 de 1938 nº 8037. Fotografia da Autora, tirada em 29 de junho de 2017.

Essa planta indica cômodos como dormitórios e salas de despejo. Ainda que os usos identificados se refiram ao uso do Palácio Itapura como sede das Missionárias, é possível pensar que como não houve mudanças nem reformas nos mesmos, mantendo o caráter de dormitórios de seu uso original. Essa hipótese reforça a ideia de que esse pavimento chamado de rés-do-chão abrigava os escravos e criados que serviam este exemplar senhorial.

Nesse pavimento, originalmente, havia uma escada do tipo caracol, que ligava o pavimento res-do-chão ao primeiro pavimento do Palácio Itapura. Essa escada era voltada para o uso e circulação exclusiva de serviços da residência, o que reforça o uso desse pavimento para a acomodação dos escravos e criados. Esclarece-se que nessa residência os fluxos são bem projetados e distribuídos e, há uma distinção entre a circulação social da família do Barão de Itapura e a circulação destinada aos serviços da mesma. Essa escada em caracol, que permitia uma circulação vertical entre os dois pavimentos, foi removida em uma das intervenções sofridas pelo edifício (ver figura 62).



**Figura 62-** Fotografia da antiga escada em caracol, que conectava o pavimento rés-do-chão ao primeiro pavimento. Fonte: Acervo autoral da Autora. Fotos tiradas em 15 de janeiro de 2019.

Em 1871, data anterior à construção do Palácio Itapura, é enviada uma representação ao então Presidente da Província de São Paulo, comunicando a crescente preocupação da população livre que era numericamente inferior à população cativa, e esta apresentava movimentações buscando a libertação, muitas vezes rebelando-se contra seus senhores.

O conteúdo expressa uma dura reclamação desses senhores, cobrando providências enérgicas e extraordinárias afim de garantir a segurança dos cidadãos livres e buscando, portanto, a tranquilidade pública. Joaquim Policarpo Aranha<sup>341</sup>, assina o documento, na qualidade de lavrador, junto aos demais senhores residentes na cidade de Campinas<sup>342</sup>:

Os cidadãos abaixo-assignados residentes no Municipio de Campinas vem respeitosamente traser perante V. Ex<sup>o</sup>. a representação seguinte. **É notória e sabia por toda a Provincia a grande superioridade numérica da população escrava sobre a população livre, neste Municipio.** É igualmente palpável e patente á todos o antagonismo congênito á diversidade de condições das duas raças. **Uma, que sempre dominou; outra que ainda relucta a obedecer.** Daqui esta natural consequência: **a população escrava é inimiga capital da população livre.** Certos: e a inimigos não se tratando com afagos e carinhos, incompatíveis com o divorcio perene das duas raças que se repelem, este município, o maior núcleo de escravos da Provincia só tem á esperar destes toda sorte de males que a sua própria condição anômala lhes inspira. **Reconhecida esta amarga e dura verdade, que por muitas veses a experiencia tem mostrado em toda a sua sinistra nudez; é de primeira intuição que a posição não menos anômala he por demais precária deste município**

<sup>341</sup> Na análise das notícias do jornal A Gazeta de Campinas, observou-se uma constância no número de óbitos de escravos. No dia, 18 de janeiro de 1874 faleceu junto a Freguezia de Santa Cruz Margarida, José, e Antonio, escravos do comendador Joaquim Policarpo Aranha. Fonte: CAMPINAS, Gazeta de. 18 de janeiro de 1874, p.3.

<sup>342</sup> Joaq.m Policarpo Ar<sup>a</sup>- Lavrador. Fonte: APESP, 1871 p.11. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/memoria\\_escravidao/BR\\_APESP\\_GOVPROV\\_C5535A\\_000049.pdf#PAGE=1](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/memoria_escravidao/BR_APESP_GOVPROV_C5535A_000049.pdf#PAGE=1)

**reclama a mais seria atenção e acurada vigilância da parte dos poderes públicos** em cujas mãos residem todos os recursos legais de que há mister em conjecturas taes<sup>343</sup>. (APESP, 1871, p.01- Grifo da autora)

O documento<sup>344</sup> explicita a insatisfação e segurança desses senhores, trazendo que:

Basta, portanto, que no seio deste Municipio **habitem escravos e alias em numero avantajadíssimo aos seus municípios**, para que sua existência e prosperidade, assustadas aos olhos da Provincia e do Imperio, sejam velados de perto por estes e efficazmente ajudadas por uma força publica permanente e respeitável. Infelizmente, porem não é tudo; há mais a considerar factos característicos e circumstanciaes peculiares á situação, que demonstrão sua feição grave e justificação serias apreheñs. Na escravatura do Brasil, depois da abolição do trafico de Africanos, aperou-se uma, hoje, completa substituição do pessoal agrícola. Em outros tempos a raça africana braçal quasi compunha a totalidade dos escravos. Então, o estado de embrutecimento e pouquidade de intelligência que constituíão sua feição particular, menos desconfiança inspirarão e mais facilmente permittirão sua sujeição aos serviços de seus senhores<sup>345</sup>. (APESP, 1871, p.01-02- Grifo da autora)

O documento encarrega-se de justificar a necessidade de uma vigilância constante, em função da ameaça demográfica apresentada pelo número de cativos, apontada como maior que o número de homens livres em Campinas<sup>346</sup>.

---

<sup>343</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Memória da Escravidão, 1871, p.01-02. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/memoria\\_escravidao/BR\\_APESP\\_GOVPROV\\_C5535A\\_000049.pdf#PAGE=1](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/memoria_escravidao/BR_APESP_GOVPROV_C5535A_000049.pdf#PAGE=1). Acessado em 09 de novembro de 2018- Transcrito pela autora.

<sup>344</sup> Apesar de não ser um objetivo dessa pesquisa entrar no tocante social da escravidão, aponta-se que esse documento em especial apresenta um teor de comoção que não pode ser despercebido.

<sup>345</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Memória da Escravidão, 1871, p.02-03. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/memoria\\_escravidao/BR\\_APESP\\_GOVPROV\\_C5535A\\_000049.pdf#PAGE=1](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/memoria_escravidao/BR_APESP_GOVPROV_C5535A_000049.pdf#PAGE=1). Acessado em 09 de novembro de 2018.

<sup>346</sup> Hoje, esses, como que desaparecerão do regimen da escravidão, e forão substituídos por escravos filhos dos paiz, e notadamente das províncias do norte, das quaes, em sua máxima parte, emigrarão, para a nossa. Estes, nascidos e educados entre nós, e consequentemente participando de nossa índole, costumes, e dotados de uma esphera intellectual muito mais dilatada que a de seus primitivos troncos tendem a aspirações compatíveis com o seu desenvolvimento e portanto a liberar-se daquella subservencia passiva dos primeiros. Sua comunhão intima pela promiscuidade e alargada pelo cruzamento com a população livre, dá-lhes um typo intermédio as raças africana e latina e os tem habilitado á discutir a lei que lhes impõe a e a duvidas da legitimidade e procedência deste mesmo direito. Suas faculdades alcanção aqui esta inatingível aos africanos. Seu espirito mal suporta o jugo da escravidão e tenta emancipar-se deste, como revelão factos repetidos em toda parte. (APESP, 1871, p.02-03) Transcrito pela autora.

No período que tratamos, segunda metade do século XIX, os crimes de assassinato; geralmente contra o feitor, o administrador ou o senhor, cometidos por escravos eram sentenciados com a pena de galés<sup>347</sup> perpétuas ou por certo número de anos, dependendo das circunstâncias que a lei considerava. Essa pena, entretanto, quase sempre era comutada para açoites, nos termos do art. 60 do Código Criminal do Império<sup>348</sup>, sendo ainda os condenados obrigados a trazer um ferro no pescoço durante um tempo que variava de um a oito anos<sup>349</sup>. (Lapa, 1995, p. 70)

Mas, quando de todo o exposto não se pudesse deduzir rasoos procedentes para ser tomada uma providencia enérgica e extraordinária com urgência e não pequena resolução de terror que uma simples, e não fundada noticia de insurreição infundio em parte do povo em um destes últimos dias, nesta cidade, bastaria para que se tomasse, previdentemente, medidas de segurança. Este facto é do maior alcance; não só pelo que se observou, como e principalmente por que o pânico, externado como foi sem reservas e com imprudências de toda a sorte, provocou estudo e commentarios da parte dos escravos, talvez inteiramente despreocupados da ideia de revolta e como que veio lhes lembrar a possibilidade de uma tentativa e animal-os a empreender atentados mais graves. **Enfim, aqual não é mais a mesma de outros tempos; é cheia de circunstancias ponderosas; é menos garantidas á tranquillidade publica; e**

---

<sup>347</sup> A pena das galés era a punição na qual os condenados cumpriam a pena de trabalhos forçados. Era uma espécie de antiga sanção criminal. O Código Criminal de 1830 adotou este tipo de sanção, determinando, no artigo 44, os réus a andarem com calcetas nos pés e correntes de ferro, e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província onde ocorrer o delito, ficando assim, à disposição do governo. Definição extraída de: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Gal%C3%A9s\\_\(pena\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gal%C3%A9s_(pena)). Acessado em 09 de novembro de 2018.

<sup>348</sup> De acordo com o Artigo 60 da Lei do Código Criminal do Império Art. 60. Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condemnado na de açoites, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar.(Revogado pela Lei 3.310, de 3.310, de 1886) O número de açoites será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cinquenta. (Revogado pela Lei 3.310, de 3.310, de 1886). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm). Acessado em 09 de novembro de 2018.

<sup>349</sup> Assim, é que perguntando-se um escravo de São João do Rio- Claro, por que motivo havia assassinado seo senhor respondera elle “que não sabia a rasão por que havia de trabalhar toda sua vida em proveito exclusivo de um homem igual a si”. Outro, acusado como único autor da morte de seo senhor, o fazendeiro deste município Joaquim Guedes, respondera ao delegado desta Cidade por esta forma = “Supponha-se que eu, neste momento, apertolhe a garganta e lhe sufoco, sem que o guarda, que aqui esta me vigiando, dê um passo para atestar-me; serei, neste caso, o único responsável pelo crime ou o é também o soldado que assintio na perpetuação do delito?” Como estes, outros factos poderião expender; mas cree os abaixo-assignados que os que ficão narrados dão a justa medida de desenvolvimento considerável que milita em favor dos escravos que hoje compõem o pessoal de todas as fazendas deste município. Não há, pois, mere conjectura; há factos que demonstrão a triste realidade da lavoura e traduzem perfeitamente o sobressalto da população livre do interior. Fonte: APESP, 1871, p.04-05- Transcrito e grifado pela autora.

**por isso mesmo reclama, mais o que nunca, providencias severas e urgentes.** É baseadas nestas cogitações e nos factos, narrados que os motivos, que os abaixo assignados, ainda que calmos e despidos de terrorismo, profundamente concisos de que todavia, **há perturbação nos espíritos e que a tranquilidade da população livre somente voltará quando for colocada nesta cidade, á disposição da respectiva autoridade, uma força suficiente,** vem pela presente scientificar a V Exc<sup>o</sup> destas occurrencias importantes e solicitar com brevidade possível a remessa de um contingente, que com o que existe nesta cidade faça o numero de cem praças effectivas e permanentes, comandadas por um official de patente correspondente, afim de que a segurança publica neste município possa inspirar alguma confiança e esperão que V. Exc<sup>o</sup> conhecedor como é das necessidades da província e com especialidade das deste município se dignará atender á tão justo pedido. Campinas, 11 de Abril de 1871<sup>350</sup>.(APESP, 1871, p.04-07-Grifo da autora)

A população escrava ultrapassou a livre em 1829,1839 e 1854, ou seja, antes de o café se instalar como principal atividade no município (de Campinas). O acesso à mão de obra escrava ocorria por meio da importação de escravos vindos da África (até 1850-1851) e, após a extinção do tráfico transatlântico, por meio do tráfico interno proveniente de outras províncias e municípios paulistas<sup>351</sup>. (Ribeiro; Cunha. 2018, p.10)

Aponta-se que a reclamação ao Presidente da Província de São Paulo, é enviada em um período de amplas discussões sobre o aumento demográfico da população cativa. Em setembro do mesmo ano, é sancionada a Lei do Ventre Livre que “[...] considerou livres os filhos de mãe escrava, passando a não serem mais contabilizados como cativos nos censos de população<sup>352</sup> [...]”.

---

<sup>350</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Memória da Escravidão, 1871, p.04-07. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/memoria\\_escravidao/BR\\_APESP\\_GOVPROV\\_C5535A\\_000049.pdf#PAGE=1](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/memoria_escravidao/BR_APESP_GOVPROV_C5535A_000049.pdf#PAGE=1). Acessado em 09 de novembro de 2018. Transcrito pela autora.

<sup>351</sup> De acordo com Ribeiro e Cunha (2018, p.12) Campinas chegou a ter mais escravos (13.685) em 1872-174 do que algumas províncias do Brasil como Paraná, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso e Amazonas.

<sup>352</sup> Ribeiro, Cunha, 2018, p.12.



Em 1883, uma residência com as dimensões do Palácio Itapura, inserida nos moldes de chácara, necessitava sem dúvida da mão de obra escrava para o funcionamento e organização da mesma. A presença diária dos cativos em todas as atividades domésticas, reforça a necessidade do pavimento res-do-chão como parte importante do programa original dessa construção. Homem afirma que<sup>353</sup>:

Os escravos resolviam os problemas de abastecimento de água indo buscá-las nos chafarizes dos largos públicos, nas fontes, nos rios, e nos poços existentes no fundo dos quintais, carregando-a para dentro da casa. Promoviam a limpeza e a retirada dos esgotos e das águas servidas por meio de barricas. Eram ferradores, sapateiros e tecelões. Cuidavam da criação, conduziam os meios de transporte ou levavam os animais às pastagens. O escravo era moleque de recados, saía às compras ou a vender os excedentes da produção doméstica, auxiliando a sobrevivência das senhoras. As negras cozinhavam e também beneficiavam as matérias-primas alimentícias na peneira e no pilão. Eram amas-de-leite<sup>354</sup>, pajeavam as crianças, costuravam e faziam rendas<sup>355</sup>. (HOMEM, 1996, p.35)

Lapa (1995, p.80) também aponta a importância dos escravos em conduzir os despejos para áreas longínquas à residência. De acordo com o autor, a ausência de cômodos específicos para asseios, era suprida pela presença de lavatórios e penicos junto aos quartos de dormir. E a limpeza dos mesmos era papel dos escravos.

É fundamental mencionar a presença dos cativos no bom funcionamento e organização da residência, pois, ainda que a historiografia em nada toque nesse ponto,

---

<sup>353</sup> Ainda conforme a autora, o escravo era índice de riqueza, e significava conforto. Mesmo quem não o possuísse procurava alugá-lo, caso contrário passava dificuldades de sobrevivência. Fonte: HOMEM, 1996, p.35. Nesse sentido, era comum noticiar nos jornais de Campinas, a necessidade de se alugar escravos. Na quinta-feira, dia 1º de abril de 1880: “Precisa-se de uma alugada para lavar e engomar, para duas pessoas somente. Paga-se 40\$000 casa e comedorias. Tratar na Rua do Pórtico, nº34 (portão). Fonte: CAMPINAS, Gazeta de. 01 de abril de 1880, p.03.

<sup>354</sup> Em 23 de agosto de 1874, no jornal diário A Gazeta de Campinas: AMA DE LEITE: Compra-se uma escrava com leite. Rua do Goes, nº1. Fonte: CAMPINAS, Gazeta de. 23 de agosto de 1874, p.03.

<sup>355</sup> VENDE-SE uma creoula de casa de família, muito saída e sem vicio ou defeito algum, de 32 annos de idade; cosinha, lava, engomma e costura com presteza. Na rua do General Osorio, nº78 se diz quem vende. Fonte: CAMPINAS, Gazeta de. 23 de agosto de 1874, p.03.

compreende-se como vital o entendimento do espaço destinado aos escravos e serviçais na análise do programa de necessidades do Palácio Itapura.

Em Campinas, os inventários sugerem que o capital da escravaria transferiu-se relativamente com mais intensidade para o grupo de ativos financeiros e estoques (sobretudo ações ou quotas de capital social de empresas dos ramos bancário, ferroviário, industrial e comercial) e, em seguida, para o grupo de bens imóveis. (Antônio Abrahão, 2015, p.91)

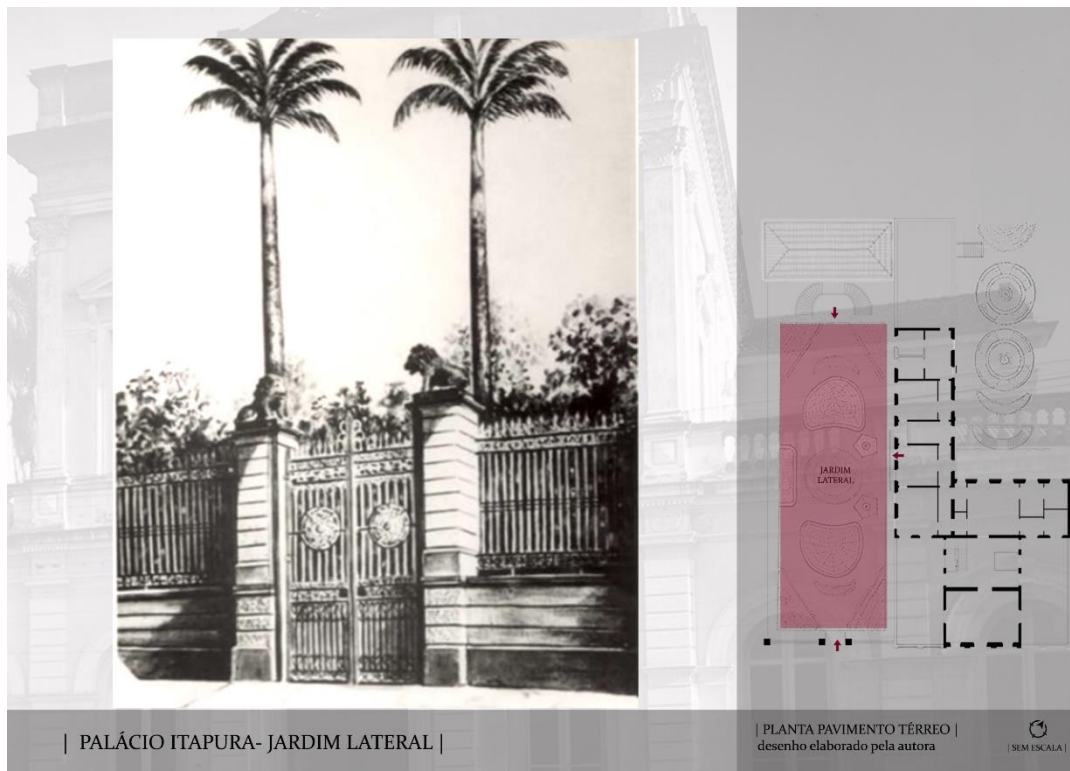
---

### | 3.9.3 OS JARDINS:

#### embelezamento e contemplação |

Desenvolvendo a discussão e descrição desse exemplar, é importante dar destaque para a implantação, que se configura como uma planta tipo “L”, com corpo alongado que permite a inserção de dois jardins na configuração da residência. O primeiro jardim encontra-se em frente a fachada lateral esquerda do edifício. Este jardim se abria para o início da Rua do Rosário (atual av. Francisco Glicério) que posteriormente à morte do Barão de Itapura teve seu prolongamento realizado.

Mantendo o alinhamento da fachada frontal, observa-se o fechamento da residência através de um gradil de ferro fundido juntamente com um portão do mesmo material que se abre para esse jardim, fixado a pilares de alvenaria com acabamento rusticado encimados por estátuas de leões esculpidos em pedras de cantaria (conforme se observa na figura 63).



**Figura 63-** Foto do portão de ferro fundido do Palácio Itapura. Fonte: Coleção Geraldo Sesso Junior, 1966 Série Retalhos da Velha Campinas, 01 – CMU -Unicamp, consultado em 13 de março de 2017.

**As residências maiores eram enriquecidas com um jardim do lado.** Esta novidade, que vinha introduzir um elemento paisagístico na arquitetura residencial, oferecia a essas amplas possibilidades de arejamento e iluminação, até então desconhecidas nas tradições construtivas do Brasil. Ao mesmo tempo, a arquitetura aproveitava o esquema da casa de porão alto, transferindo, porém, a entrada para a fachada lateral. **Desse modo, as casas conservavam uma altura discreta da rua, protegendo a intimidade e aproveitando simultaneamente os porões para alojamento dos empregados e locais de serviço.** (REIS FILHO, 1978, p. 46- Grifo da autora)



**Figura 64-** Foto do jardim lateral do Palácio Itapura. Fonte: Coleção Geraldo Sesso Junior ,1966 Série Retalhos da Velha Campinas, 01 – CMU- Unicamp, consultado em 13de março de 2017.

De acordo com Aragão (2017, p.238): “O palacete, com seus vastos jardins valorizando a construção, era arquitetura para ser vista e admirada em todo seu caráter europeu e “civilizado”; era expressão maior da riqueza e da fortuna de seus moradores.”

Ainda, conforme Aragão (2017, p.49): “Nas primeiras décadas do século XIX [...]observou-se que se tornava comum o jardim ao redor das residências- jardim afrancesado que substituía as áreas ajardinadas com poucas plantas, roseiras e árvores de fruto”.

O jardim lateral do Palácio Itapura (conforme observado na figura 65), evidencia o cuidado com o desenho, e com as espécies ali cultivadas. O jardim particular perdeu a característica de “jardim-horta-pomar”, com as flores misturadas às hortaliças e às árvores frutíferas, tornando-se um jardim ornamental, onde predominavam as rosas, se tornando

um local de passeio, contemplação e encontros, se distanciando da ideia de apenas ser um “jardim de plantas”. (Aragão, 2017, p.55)



**Figura 65-** Foto do jardim lateral do Palácio Itapura. Disponível em: [https://www.facebook.com/imagensdecampinasantiga/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/imagensdecampinasantiga/?ref=br_rs). Acessada em 17 de agosto de 2018.

Cabe ressaltar mais uma vez o papel do jardim na qualificação das casas de campo e chácaras. Enquanto as residências urbanas eram erguidas umas ao lado das outras, sem recuo lateral, no alinhamento das ruas, com um “jardim-horta-pomar”, atrás dos muros, no recuo posterior, as casas de campo e de chácara estavam isoladas no lote e cercadas por áreas ajardinadas. As árvores e flores dessas áreas qualificavam a paisagem e a arquitetura, estando em consonância com a natureza ao redor<sup>356</sup>. (Aragão, 2017, p.104)

A constatação de Aragão aplica-se ao jardim lateral existente no Palácio Itapura, onde a existência do mesmo implicava na valorização simbólica e financeira do conjunto edificado. Outros elementos de valorização dessas casas eram o jardim, a chácara (no sentido de local plantado de arvoredos ou capim), o terreno plantado de flores e as vistas (do mar e da cidade) que se vislumbrava através das janelas da sala. (Aragão, 2017, p.133)

<sup>356</sup> Com o tempo, porém, definiam-se claramente os jardins do lado, valorizando socialmente as elevações laterais que para eles se voltavam. Fonte: Reis Filho, 1978, p.49.

O conjunto do Palácio do Barão de Itapura contempla, em seu projeto original, outro jardim, esse de caráter mais íntimo, reservado para o desfrute exclusivo da família do Barão de Itapura. Esse jardim se conecta à parte interna do Palácio Itapura, através da varanda e o mesmo encontra-se em nível com o porão da residência.

Esse jardim é visível apenas àqueles que habitam o exemplar senhorial, ou aos convidados, sendo de uso exclusivo aos mesmos. A exclusividade e o esmero, atribuídos ao jardim íntimo, reforçam o patamar social do Barão de Itapura e sua família.

Após as reformas que o edifício sofreu ao longo do século XX, os dois jardins originais, da residência foram alterados, se mantendo apenas as palmeiras imperiais, que perduram até a atualidade no edifício<sup>357</sup>.

---

<sup>357</sup> Quando o edifício passa a abrigar o campus central da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, o jardim lateral original passa por reformas e passa a ser conhecido como Pátio dos Leões, em função dos leões de cantaria que encimam o portão de acesso.





| CAPÍTULO 04 |

TRANSFORMAÇÃO DE  
TERRAS RURAIS EM  
TECIDO URBANO:  
ITAPIRA - DE  
CHÁCARA À BAIRRO



Utiliza-se do conceito de agente modelador<sup>358</sup>, compreendendo aquele que exerce uma função, e direciona suas ações, atuando diretamente no processo de construção urbana, tendo como consequência de suas condutas, a produção de formas espaciais<sup>359</sup>.

A noção utilizada por Vasconcelos (2009), ao apontar figuras atuantes diretamente na produção do espaço, como “agentes modeladores do espaço urbano” é aplicada nessa pesquisa. Vasconcelos (2014, p.92) aponta que o “[...] uso da noção de agentes sociais parece ser bastante rico para o entendimento das cidades brasileiras.”.

Vasconcelos (2009, p. 24) traz que dentro do debate dos agentes nas ciências sociais, existem autores<sup>360</sup> que utilizam desses conceitos para um melhor entendimento das mudanças sociais ocorridas: “A discussão sobre os agentes modeladores pode enriquecer o debate sobre os períodos pretéritos de nossa histórica, ajudando a entender as diferentes estratégias e interesses tanto dos grupos dominantes como daqueles dominados.”.

Nascimento e Santos (2012) apontam essas figuras como agentes produtores do espaço urbano:

O espaço urbano é produzido, modelado, modificado, caracterizado pelos agentes ou atores sociais pertencentes a esta

---

<sup>358</sup> De acordo com Conzen; Larkham (2014): Shapes os Urban Form focuses on the social processes that create patterns of urban forms in four discrete periods: pre-modern, early-modern, industrial-era and postmodern development.

<sup>359</sup> Segundo o dicionário Houaiss o termo Agência significa: 1- Capacidade de agir, de se desincumbir de uma tarefa, diligência, atividade, indústria. 2- Estabelecimento que, mediante retribuição, se destina a prestar serviços. 3- Recurso de indústria, banco, firma comercial, repartição pública. 4- Órgão, organismo, repartição pública. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0>

<sup>360</sup> Vasconcelos (2009, p.11) aponta Topalov (1974), D. Harvey (1980) e Milton Santos (1984).

configuração ou nova dinâmica espacial que o mundo se encontra atualmente, tais agentes, estão em cada parte do espaço e são responsáveis por organizarem e reorganizarem a cidade. (NASCIMENTO; SANTOS, 2012, p. 02)

O conceito de agente modelador da forma urbana é usado para esclarecer o papel da aristocracia de terras de Campinas e região que interviu de forma significativa no território e no espaço urbano. A produção dos engenhos e, posteriormente, das fazendas de café, bem como a inserção social e política de seus proprietários, concentrou capitais, terras e poder na mão de poucas famílias. As melhorias na cidade e seu desenvolvimento foram determinados pelos interesses desses agentes locais, que sempre direcionavam investimentos para agregar valor a suas terras, na fusão de uma economia agrária com uma economia urbana e capitalista. (SANTOS, 2002, p.164).

Bacellar descreve esse perfil de agente:

[...]passam não somente a se julgar diferenciados, ‘melhores’, mas também a tentar provar isto. Constroem casas maiores, mais imponentes, com materiais relativamente mais refinados. Elaboram extensas genealogias. Alteram a forma de seus testamentos, [...] e encorpendo, como sinal de enriquecimento, a descrição e destinação de seus bens. Cobiçam os títulos e patentes [...] (BACELLAR, 1997 p.178).

Os interesses do Barão de Itapura se inserem dentro da lógica de industrialização recorrente a partir da metade do século XIX, onde, segundo Battistoni Filho (2002, p.49) “A expansão da cidade é acompanhada pelo rápido crescimento dos serviços urbanos- no setor de transporte, iluminação, saneamento básico e assim por diante [...]” Assim:

**O nascimento do capitalismo** na Província, representado pela florescente economia do café, **favoreceu então a rápida modernização da capital, e uma das consequências imediatas foi o surgimento de manobras especulativas que os membros das camadas superiores passaram a executar com o fito de atrair o desenvolvimento urbana para as terras nas quais tinham interesse.** (CAMPOS, 2005, p.28- Grifo da autora)

Na análise do processo de evolução<sup>361</sup> urbana da Chácara Itapura, identifica-se a presença bastante incisiva nas decisões tomadas por Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura. Discute-se as medidas tomadas por esse agente e organiza-se como essas foram pautadas sob a ótica da iniciativa privada e de interesses claros que induzem ao processo de valorização fundiária de suas terras. Identifica-se, portanto, Joaquim Policarpo Aranha, como agente modelador da forma urbana, por meio de intervenções e medidas de interesse próprio articuladas com intervenções na infraestrutura da cidade de Campinas.

No final do Império, a cidade cresce além do Rocio para a periferia, ocupando áreas antes consideradas rurais, agora mais próximas do centro. Com o início da industrialização, a população pobre começa a se deslocar para novos bairros que iam surgindo [...] (BATTISTONI FILHO, 2002, P.35)

Nesse sentido, Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, através de suas medidas e decisões, acaba por intervir de forma significativa no espaço urbano. As melhorias, descritas como implementação de infraestruturas e, de fragmentação de sua propriedade, foram direcionadas de maneira a agregar cada vez mais valor à sua propriedade e delineiam a extensão de parte do tecido urbano de Campinas. Entende-se a perspectiva do Barão de Itapura, como agente modelador<sup>362</sup>, articulando suas ações como meio de organização, através de formas que fomentam o espaço urbano.

Fridman (1999, p.233) identifica e analisa distintos agentes, para o caso da cidade do Rio de Janeiro. Para a autora, o valor da propriedade fundiária é definido pela ação de agentes diversos: “[...] o impacto exercido pela propriedade fundiária é distinto para cada

---

<sup>361</sup> O termo evolução é empregado não no sentido positivista de progresso, mas sim de transformação.

<sup>362</sup> Nascimento; Santos (2012, p.01), definem os agentes como responsáveis por organizar e reorganizar o espaço urbano.

mercado imobiliário. O preço da terra e da moradia será determinado pela correlação de forças políticas dos diversos agentes econômicos<sup>363</sup>.”

Em sua obra, Fridman (1999) aponta, a lei de Terras de 1850 e sua promulgação em 1854, como divisores de águas, na organização fundiária, implicando na atuação de novos agentes<sup>364</sup>:

**A promulgação da Lei de Terras de 1850 consolidou legalmente a propriedade privada da terra, o que implicou modificações no uso e no desenho do espaço urbano. O acesso à terra, que até então ocorria através de doações de terras devolutas da Coroa e da compra do domínio útil dos aforamentos, a partir desta lei passou a se dar unicamente através da compra e venda da propriedade plena.”** (FRIDMAN, 1999 p. 237-238- Grifo da autora)

Essa relação pauta o entendimento do estudo de caso do Barão de Itapura. Dentro de seu posicionamento, como figura de destaque dentro do extrato social da elite de Campinas, conquistado através de suas contribuições políticas, econômicas e sociais, e de seu acúmulo de patrimônio. Aponta-se que a somatória de seus bens ao alcance de seu patamar social, induzem a um valor implícito às suas propriedades, mais especificamente à Chácara Itapura. Nesse entendimento, a terra tem sua valorização advinda de quem a possui e quem a manipula, sendo essa a função principal do agente modelador. De acordo com Fridman (1999, p. 234) “[...] a terra não é um bem ofertado pela natureza, e sim um resultado da história dos agentes sociais.<sup>365</sup>”

---

<sup>363</sup> Fridman tem um esforço em sua obra de identificar, distintos “atores” (FRIDMAN,1999 p.234) atuantes sobre a forma da cidade do Rio de Janeiro, como a Igreja, identificando as ordens religiosas que têm essa atuação, os senhores de engenho, e sob um recorte mais atual o Estado, e agentes imobiliários. Vasconcelos, assim como Fridman, também faz esse trabalho de identificação de “[...] ‘atores’ ou ‘agentes’ para o melhor entendimento das mudanças sociais [...]” (VASCONCELOS,2009 p.11), destacando ainda o papel da câmara municipal bem como a atuação de agentes sociais para o estudo de cidades coloniais.

<sup>364</sup> lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm) consultada em 15 de julho de 2017.

<sup>365</sup> Há agentes sociais distintos, como os da construção civil e o Estado, cuja ação permite regular o uso do chão da cidade através da legislação urbanística e da implantação de serviços urbanos. Fonte: Fridman, 1999, p.233-234.

Na mesma direção, deve ser considerado o impacto da dinâmica imobiliária em espaços específicos, como a franja urbana onde os usos rural e urbano estão mesclados, formando uma zona de transição campo-cidade. (Fridman,1999, p. 235). É esse o caso da Chácara Itapura, implantada no intermédio entre o universo rural e o universo urbano.

Segundo Furini (2014, p.16) “As atuações desses agentes ocorrem sob uma gama de interesses e o encontro conflitante desses diversos interesses [...]”. Esses interesses impactam diretamente nas esferas rurais e urbana<sup>366</sup>.

O urbano confere novos sentidos ao campo e à cidade, relativizando essa separação, sem ocorrer algo como um enraizamento do urbano no campo e na cidade, o que faz do urbano um processo que redefine as relações sociais e espaciais [...]. Considerando as diferentes referências teóricas ao urbano e ao processo de urbanização, nas quais são identificados períodos relativos de seu estabelecimento segundo cada concepção, é possível identificar um âmbito de transformação composto por processos e práticas bastante variáveis, cujo conjunto das ações sociais que geral o espaço urbano oscila segundo as dinâmicas espaciais e temporais. (FURINI. 2014, p. 15-16)

---

<sup>366</sup> Percebe-se que ao produzir formas espaciais urbanas, os agentes, concomitantemente, produzem espaços livres públicos e privados, que dão conformidade à forma da mancha urbana geral. Fonte: Furini. 2014, p.05

Analisa-se, dentro da perspectiva do Barão de Itapura como agente modelador, quais às medidas induziram e favoreceram à urbanização da Chácara Itapura. Como os métodos empregados na presente pesquisa partem do cruzamento de fontes primárias de naturezas distintas e, não necessariamente apenas de fontes urbanísticas<sup>367</sup>, optou-se por apresentar uma análise diacrônica da área de estudo apoiada na cartografia histórica da cidade de Campinas. A partir da planta do município de 1916<sup>368</sup>, comparada com a base Cadastral digital de Campinas realizada pela SANASA<sup>369</sup> em 2004<sup>370</sup>, elaboraram-se as análises. Apresenta-se abaixo (figura 66) o que se denominou como um primeiro quadro evolutivo urbano da Chácara Itapura no final do século XIX, abrangendo seis períodos distintos:

---

<sup>367</sup>Borin aponta em seu trabalho sobre acervos históricos e estudos de urbanização, que o cruzamento entre fontes documentais distintas pode ser um eficiente recurso metodológico. Dessa forma, a autora trata o papel da população e da iniciativa privada como importantes agentes de urbanização das cidades brasileiras. A fim de esclarecer o papel desses agentes, a autora utiliza-se de fontes urbanísticas, que são aquelas “que foram produzidas para tratar diretamente do urbano e da cidade, em sua preocupação primária, e dar conta desse universo”. (Borin, 2016, 104)

<sup>368</sup> Planta da Cidade de Campinas. Edição da Casa Genoud, 1916. Fonte: SEPLAMA, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campinas. Destaca-se a casa Genoud, como a primeira livraria de Campinas, fundada em 1876. Fonte: IBGE, 1952 p.522. Essa planta serviu apenas de base para o desenho dos quadros evolutivos.

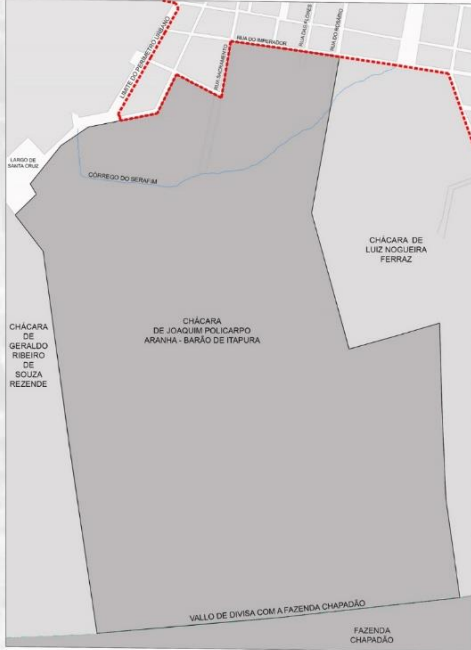
<sup>369</sup> Sigla para empresa Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento para cidade de Campinas (SANASA).

<sup>370</sup> Destaca-se essa base, ainda que ultrapassada em relação às mudanças atuais que a cidade de Campinas sofreu desde então, como um excelente instrumento para análise urbana. A mesma foi produzida a partir da vetorização de um levantamento aerofotogramétrico, no qual foi possível registrar toda a malha urbana da cidade de Campinas.

# I-QUADRO EVOLUTIVO URBANO DA CHÁCARA ITAPURA

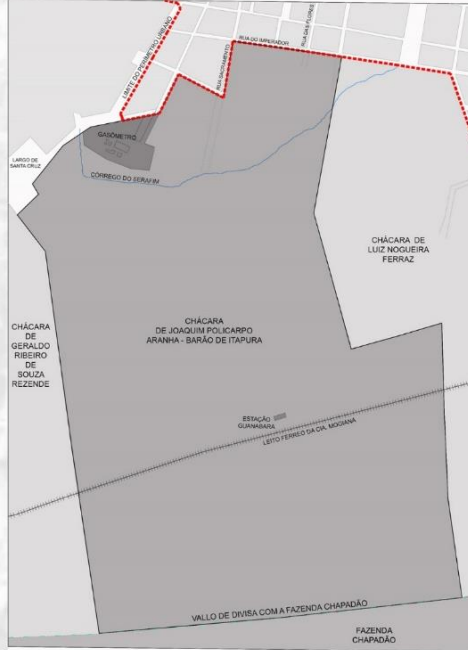
1869

1869: Compra da chácara e fazenda Chapadão por parte de Joaquim Policarpo Aranha, fundando-se a chácara Itapura



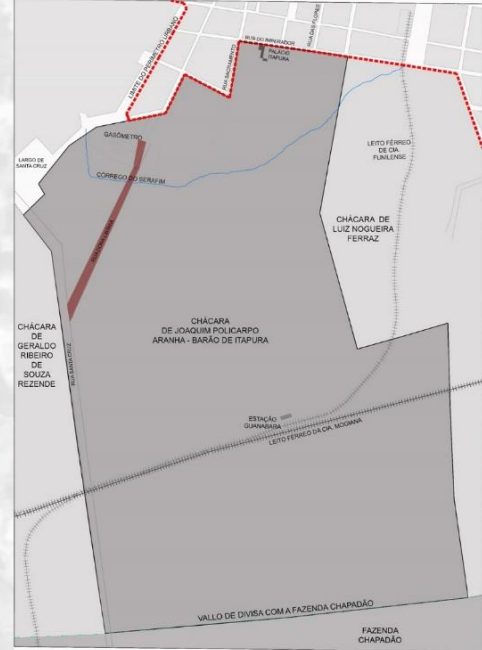
1872-1875

1872: Doação de parte da propriedade para instalação do Gasômetro;  
1875: Chegada da Cia. Mogiana



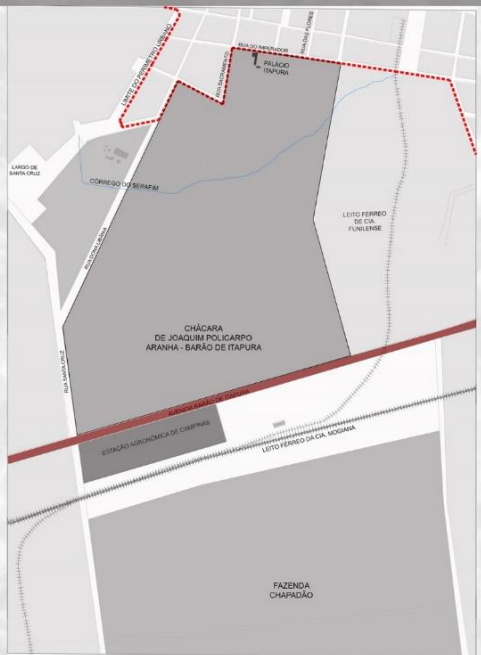
1882-1883

1882: Abertura da rua Dona Libânia  
1882: Chegada da Cia. Funilense  
1883: Inauguração do Palácio Itapura



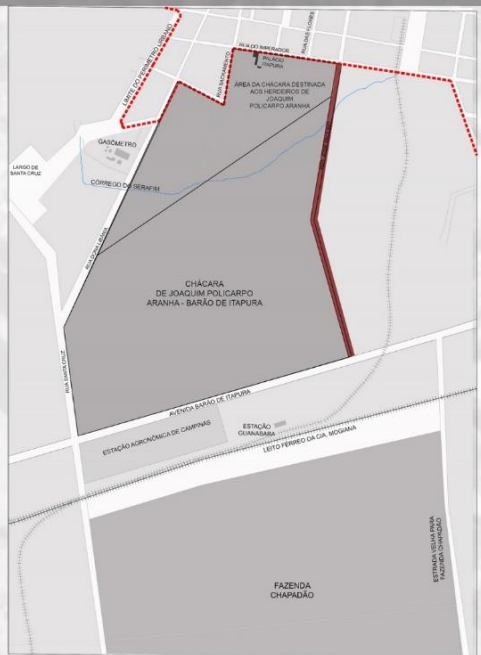
1887

1887: Venda de parte da propriedade para a instalação da Estação Agrônômica  
1887: Abertura da Av. Barão de Itapura



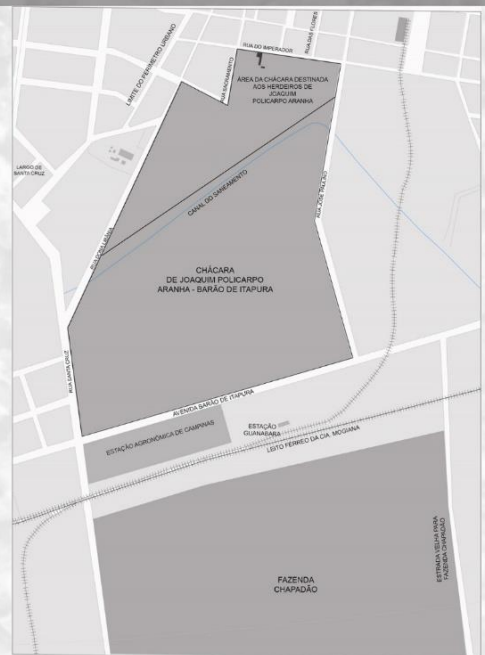
1889

1889: Prolongamento da Rua José Paulino  
1889: Divisão da propriedade para partilha em vida para os herdeiros



1896-1897

1896: Retificação do Canal do Saneamento



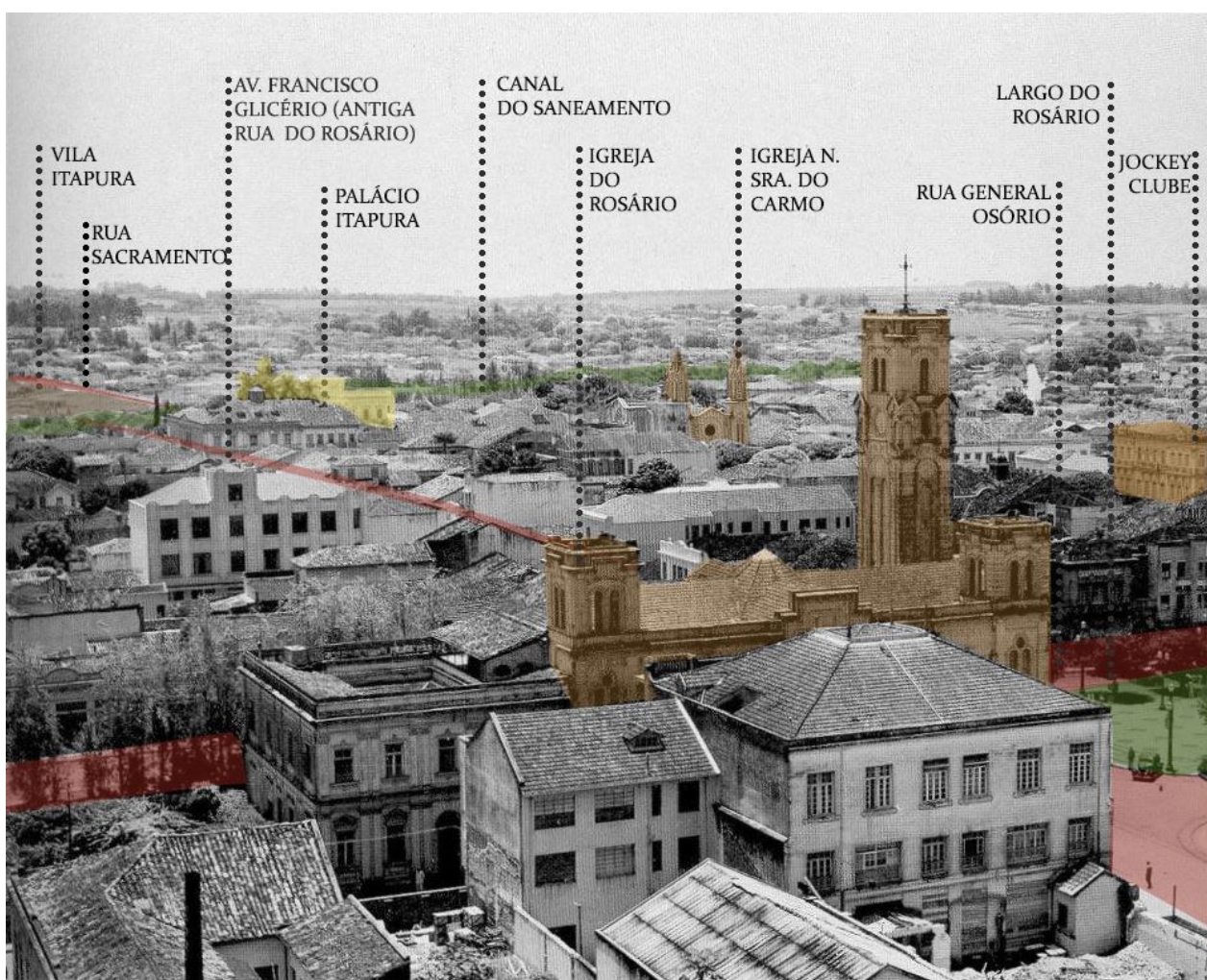


A fim de esclarecer a análise evolutiva do tecido urbano do caso de estudo para Chácara Itapura, parte-se da identificação de um conjunto de elementos primários que remetem a origem fundiária dessa área, bem como a identificação de elementos que se sobrepõe a estas pré-existências, como o traçado viário e o parcelamento dos quarteirões. Apresenta-se, assim, um quadro cronológico (07) das medidas que favorecem e induzem o processo paulatino de urbanização da área:

QUADRO 07- CRONOLOGIA DE URBANIZAÇÃO DA CHÁCARA ITAPURA	
<b>1869</b>	<i>Compra da Fazenda Chapadão e da Chácara Itapura</i>
<b>1872</b>	<i>Implantação do Gasômetro</i>
<b>1875</b>	<i>Implantação da Cia. Mogiana</i>
<b>1879</b>	<i>Instalada a Companhia Carris de Ferro</i>
<b>1882</b>	<i>Abertura da Rua Dona Libânia</i>
<b>1883</b>	<i>Inauguração do Palácio Itapura</i>
	<i>Implantação da Estação Agronômica de Campinas</i>
<b>1887</b>	<i>Abertura da Av. Barão de Itapura</i>
<b>1889</b>	<i>Prolongamento da Rua José Paulino</i>
<b>1893</b>	<i>Inauguração da Estação Guanabara</i>
<b>1896</b>	<i>Retificação do Canal</i>
<b>1902</b>	<i>Falecimento do Barão de Itapura</i>
<b>1917-1918</b>	<i>Abertura da Av. Orosimbo Maia</i>
<b>1924</b>	<i>Proposta para a Villa Itapura</i>

**Quadro 07-** Cronologia de Urbanização para a Chácara Itapura. Elaborado pela Autora. Foto de fundo disponível em: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2011/01/>. Acessada em 8 de novembro de 2017.

A descrição contida no Inventário Amigável de 1889, constada no quadro 07 como um prolongamento da rua José Paulino, anuncia um futuro desmembramento da propriedade, sendo a parcela, na qual o Palácio se encontra implantado entre a área reservada aos herdeiros legítimos do Barão e da Baronesa de Itapura. Entende-se que essa parcela compreende um dos limites da propriedade a partir da rua Marechal Deodoro (antiga rua do Imperador) até o leito do Canal do Saneamento (atual Av. Orosimbo Maia).



**Figuras 67-** Fotografia da cidade de Campinas, em 1936. Disponível em: <https://campinasnostalgica.wordpress.com/largo-do-rosario-1936/>. Acessada em 19 de janeiro de 2019. Editado pela autora.

Outra parcela que integrava a Chácara Itapura é àquela destinada a instalação do Gasômetro da cidade de Campinas, executado pela Companhia Campineira de Iluminação a Gás<sup>371</sup>. O terreno onde esse equipamento é construído foi doado pelo Barão de Itapura à municipalidade em 1872. De acordo com Lapa (1995, p. 32) “Consta que o terreno apresentava um vasto charco, tendo sido doado<sup>372</sup> pelo Barão de Itapura à municipalidade”. O engenheiro Roberto Normanton ficou responsável pela execução das obras do Gasômetro e pela aquisição, na Europa, de todo o material necessário para a sua construção. (Scarabelli, 2004, p.210)

Em 1871, os jornais anunciavam a necessidade de se tomar alguma providência com relação a iluminação pública da cidade:

Aproxima-se a abertura da assembléa provincial. É tempo das camaras municipaes apresentarem os seus orçamentos. Pois bem, v.s. lembre à nossa edilidade que, no que tive de apresentar, contemple uma verba para illuminação. Basta de andar às escuras. O recurso da lanterna não serve. A escuridão dá logar a quedas, esbarrões, etc, etc. Não me detenho na conveniência da cousa, porque até os cegos a reclamam. Conto que v.s. fallará com interesse e patriostismo, que é o conveniente<sup>373</sup>. (Campinas, 1871, p.3)

Destaca-se, que o processo para a construção e administração do Gasômetro, se deu através de abertura de concorrência, pela Câmara Municipal de Campinas<sup>374</sup>

---

<sup>371</sup> Fundada com um capital inicial de 400:000\$000 (quatrocentos contos de réis), em duas mil ações de 200\$000, a nossa primeira empresa de luz surgiu sob o nome de Companhia Campineira de Iluminação a Gás, construindo o Gasômetro na rua Dona Libânia. Fonte: IBGE, 1952, p.532

<sup>372</sup> Nenhuma documentação foi encontrada sobre a tratativa dessa doação.

<sup>373</sup> CAMPINAS, Gazeta de. 02 de fevereiro de 1871, p.03.

<sup>374</sup> Em 1872, por intermédio, do vereador José Manuel Alves Cruz, surgia na Câmara uma proposta para a iluminação a gás da cidade, com 500 lampiões. Três anos mais tarde, precisamente a 29 de julho de 1875, se inauguravam em Campinas, por entre ruidosas festas, os serviços de iluminação a gás, por uma empresa aqui mesmo organizada, com acionistas campineiros, e da qual era presidente o coronel Joaquim Quirino dos Santos. Fonte: IBGE, 1952, p.531

associada a Assembleia Provincial, sendo apresentadas dezoito propostas de grupos distintos. Lapa aponta que a necessidade pela implementação de um sistema de iluminação a gás na cidade era urgente:

**O quadro que a cidade oferecia antes era desolador para quem se aventurasse a sair de casa à noite:** atoleiros por todo canto, valas e buracos nas ruas, imundícies a cada espaço, quando não colisões de pessoas, falta de segurança com assaltos. **A iluminação de que se dispunha na vida privada também era deficiente.** Na frente dos sobrados costumava-se colocar nas sacadas globos de vidros com velas. (LAPA, 1995, p.32- Grifo da autora)

Venceu a concorrência, o grupo liderado por Joaquim Egídio de Souza Aranha<sup>375</sup>, que, assim, fundou a Companhia Campineira de Iluminação a Gás, a qual construiu o Gasômetro, promovendo, a colocação dos tubos de canalização de ferro fundido até os combustores, colocados em vários pontos da cidade. (Lapa, 1995, p.33)

Joaquim Egídio de Souza Aranha é primo de segundo grau e cunhado de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, e assim como seu primo, é proprietário de fazendas possui investimentos no espaço urbano. Segundo Lapa (1995, p.33) reforça-se “a aptidão e disponibilidade de capital e recursos do empresariado local; que, entretanto, colocava-se sempre como dependente da iniciativa do Estado”. Essa aptidão, pode ser interpretada como uma forma de ambos se beneficiarem da implantação do Gasômetro e assim, Joaquim Egídio de Souza Aranha torna-se acionista da “Companhia Campineira de Iluminação a Gaz<sup>376</sup>”. O Almanaque Popular da cidade de Campinas, em 1879, traz as condições da Companhia:

---

<sup>375</sup> O grupo de capitalistas que venceram a concorrência do Gasômetro era formado por: Joaquim Egídio de Souza Aranha, Joaquim Quirino dos Santos, Victorino Pinto Nunes, José Egídio de Souza Aranha, Manoel Carlos Cardoso de Almeida e Silva, Pedro Egídio de Souza Aranha, Raphael de Abreu Sampaio, Antonio Manoel Proença e Alfredo Pinheiro. Fonte: Scarabelli, 2004, p.210.

<sup>376</sup> Dados extraídos do Almanaque para Campinas. Fonte: CMU, Centro de Memória da Unicamp. Almanach Popular, 1878 e 1879 p.88-89.

O estado da companhia é prospero e animador, apresentando durante o anno findo um resultado saptisfactorio, o que não conseguiu nos annos anteriores visto que sendo a companhia ainda muito nova, teve de despender sommas enormes para colocar a empreza no grau de prosperidade em que se acha. (ALMANAQUE, 1879 p.89)

A Câmara Municipal mantém o contrato vigente com a Companhia Campineira de Iluminação a Gás até 1899, quando o reformula. Esse contrato teria sua duração prevista até 1919; contudo, em 1911, a Companhia é transformada em Companhia Campineira de Tração, Luz e Força<sup>377</sup>.

No caso de Joaquim Policarpo Aranha, as doações e vendas de partes da Chácara Itapura estão diretamente associadas a uma lógica de valorização fundiária. Joaquim Policarpo Aranha, fazendeiro e capitalista<sup>378</sup>, atento à dinâmica econômica de sua época, enxerga o potencial de valorização de sua grande chácara que, uma vez parcelada e contemplada pela infraestrutura converte-se em extensão do tecido urbano de Campinas.

#### | 4.2.2 A RUA DONA LIBÂNIA E A COMPANHIA CAMPINEIRA DE CARRIS DE FERRO |

Após a implantação do Gasômetro, é aberta uma via denominada Rua Dona Libânia<sup>379</sup>. A abertura dessa via indica uma necessidade de conexão e integração entre o já configurado centro da cidade de Campinas e os primórdios do Bairro Guanabara.

---

<sup>377</sup> Até os dias atuais, parte do terreno do antigo terreno do Gasômetro, contém uma das estações da CPFL- Companhia Paulista de Força e Luz.

<sup>378</sup> A típica imagem do proprietário capitalizado, dono de diversas fazendas, cujos interesses começavam a ultrapassar a agricultura. (Bacellar, 1997 p.121)

<sup>379</sup> A rua Dona Libânia é aberta em 1882 a pedido do Barão de Itapura, homenageando sua esposa, Libânia de Souza Aranha.

A Companhia Campineira de Iluminação a Gás construiu o Gasômetro no terreno doado pelo Barão de Itapura à municipalidade<sup>380</sup>, no começo da estrada do Guanabara, atualmente o quarteirão compreendido pelas ruas Major Sólon<sup>381</sup>, avenida Anchieta<sup>382</sup> e rua Dona Libânia. (Scarabelli, 2004, p. 210)

Leopoldo Amaral traz uma importante descrição sobre a abertura da rua Dona Libânia:

Havia alli um grande e elegante arco de tijolos, em toda a largura da rua, que foi demolido, quando se abriu a via publica ligando a cidade ao bairro Guanabara atravessando um grande brejo. Essa rua foi denominada – **“D. Libanea”, em reconhecimento da doação feita desse terreno para o beneficio publico, pelo benemérito Barão de Itapura.** (AMARAL, 1927, p.510- Grifo da autora)

A abertura da rua Dona Libânia se estruturou como suporte para a implantação do sistemas de bondes na cidade de Campinas: Os primeiros bondes que correram na cidade, tirados por animais, a partir de 25 de setembro de 1879, com destino à gare da antiga Cia Paulista (e vice versa), partiram historicamente dali (rua Dona Libânia), subindo pela “rua do Comércio”. (Goulart, 1983 p. 118).

A Companhia responsável pelos serviços urbanos de transporte, por meio de bondes, é a Companhia Campineira de Carris de Ferro, fundada em Campinas, em 20 de outubro de 1878 e inaugurada em 25 de setembro de 1879. Os serviços foram concedidos pelo governo da Província de São Paulo, por meio de uma concessão de 50 anos para exploração e ampliação das linhas de bondes com o uso de tração animal.

---

<sup>380</sup> O nome Dona Libânia foi levado àquela rua por iniciativa da Comissão de Obras Públicas do legislativo, em apreço a doação do terreno pelo Barão de Itapura, esposo da reverenciada, o qual, atendendo o interesse público, colaborou na abertura da citada artéria que foi liberada ao trânsito em 27 de abril de 1882, ligando a cidade ao próspero bairro do Guanabara. A entrega deste último à Câmara deu-se em 19 de fevereiro de 1883. Fonte: Goulart, 1983 p. 118.

<sup>381</sup> Antiga Rua da Ponte.

<sup>382</sup> Antiga rua Sete de Setembro.

Os trilhos da Companhia Carris de Ferro se estendiam do Guanabara até a estação da Companhia Paulista e desta estação até o Jardim Público, sendo implantadas, na cidade, quatro linhas de carros puxados a burros. (Scarabelli, 2004, p. 202). Dessas quatro linhas, para essa pesquisa, interessa destacar a linha C<sup>383</sup>, denominada do Centro até o Bairro do Guanabara, passando pela rua Dona Libânia<sup>384</sup>, ladeando o Gasômetro, e conseqüentemente, contornando a Chácara Itapura.

Sobre essa linha, foi anunciado no jornal Correio Paulistano, em 9 de agosto de 1882:

Campinas- Na Gasetta daquella cidade encontramos as seguintes noticias: - Bonds do Guanabara- Sob a presidência do Sr. Eduardo Lane, reunio-se sabbado ultimo a associação *Progreso Guanabarenses*<sup>385</sup> e, além de outras materias, **tratou-se de levar a effeito uma linha de bonds que, partindo do ponto terminal dos bonds da Companhia Campineira, no gazometro, vá até a linha férrea Mogyana, passando por terrenos do bairro Guanabara, nas ruas D. Libania e Santa Cruz.** A nova linha de bonds, segundo a medição a que procedeu-se, terá de extensão 1 kilometro e 21 ½ metros. Nomeou-se uma comissão composta dos Srs. Dr. Jorge de Miranda Lane, Antonio Sarmento, Elias Souza e João Novo, para, com amplos poderes tratar de realizar esse projecto indubitavelmente de grande utilidade publica<sup>386</sup>. (PAULISTANO, 1882- Grifo da autora)

---

<sup>383</sup> O trajeto completo da Linha C- Guanabara compreendia: Rua 13 de Maio, Av. Francisco Glicério, Campos Salles, rua Sacramento, Barreto Leme, D. Libânia, Av. Barão de Itapura, até chegar no Liceu de Artes e Ofícios. Provavelmente voltava pela Av. Barão de Itapura, até a rua Culto a Sciência, depois ruas 11 de agosto, Bernardino de Campos, Av. Andrade Neves, e novamente rua 13 de Maio, até o Largo da Matriz Nova. Fonte: Scarabelli, 2004 p. 204.

<sup>384</sup> Em 1883 é enviado um ofício a Câmara Municipal de Campinas indicando o “Calçamento da Rua D. Libânia- Collocação (de um lado) de guia de 500 metros a 5\$000. Usado na sarjeta pedregulho (600 metros cúbicos) e areia feito Nivelamento do atterro.” Fonte: CAMPINAS, Câmara Municipal de. Pasta de pareceres da Câmara Municipal Ano de 1883, caixa 12 2240C. Folha avulsa. Transcrito pela autora.

<sup>385</sup> Se trata de uma Associação, que cuidava dos interesses dos moradores e proprietários do bairro em formação do Guanabara. Fonte: SCARABELLI, 2004 p.106.

<sup>386</sup> PAULISTANO, Correio. 9 de agosto de 1882. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&PagFis=3110&Pesq=libania](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&PagFis=3110&Pesq=libania). Acessado em 14 de outubro de 2018.





Destaca-se a implantação da Estação Agronômica, em 1887, formalizada através de um decreto emitido pelo Governo Imperial. A instituição tinha por objetivo empreender pesquisas relacionadas à qualidade do café produzido na região e no combate às pragas agrícolas não somente a nível municipal, mas abrangendo toda a Província e, depois, estado de São Paulo<sup>389</sup>.

Este importante estabelecimento, o único em seu gênero existente no Brasil, **foi criado pelo governo geral, em 1887**, sendo ministro dos negócios da agricultura, commercio e obras publicas o Sr. Conselheiro Antonio da Silva Prado. Foi-lhe dado então o nome de Estação Agronomica de Campinas, **sendo a sua missão promover e fomentar o desenvolvimento da agricultura por meio de pesquisas e experiencias agronômicas**, quer nos laboratorios, cujas instalações eram magnificas, quer, em estábulos e campos de cultura [...]. **O edifício foi levantado no pitoresco bairro do Guanabara, em frente a cidade, e a Estação regulamentada [...]** (AMARAL, 1900, p. 86- Grifo da autora)

A principal justificativa para a implantação da Estação Agronômica (observar figura 69) na cidade de Campinas, era a inserção estratégica do município, em relação à infraestrutura ferroviária<sup>390</sup>. A escolha do sítio para a implantação da Estação, dentro do município de Campinas, ficou a cargo de Franz Josef Wilhem Dafert<sup>391</sup>, químico de origem austríaca, nomeado como diretor da instituição.

---

<sup>389</sup> Scarabelli (2004, p.124) afirma: que a criação desta instituição não se deu em função de dificuldades de cultivo, como esgotamento do solo ou o aparecimento de pragas nas plantações, e sim pela necessidade de conhecer as transformações da agricultura e do combate às pragas. Dessa forma, a implantação de uma Estação Agronômica em Campinas esteve relacionada ao processo de descentralização institucional que ocorreu no último decênio do Império.

<sup>390</sup> Em 1875, instala-se a Cia Mogiana na cidade de Campinas. Parte de seu leito férreo, corta a chácara Itapura. Percebe-se que essa implantação atua como divisor da chácara, e delimitação clara da Fazenda Chapadão.

<sup>391</sup> De fato, os trabalhos, as experiências, os estudos do prof. Dafert, divulgados em relatórios, se constituíram sólidos alicerces do edifício agrícola. Fonte. IBGE, Monografia Histórica do Município de Campinas, 1952 p.544



A consolidação das ferrovias ocorreu na década de 1870, sendo a partir de 1880 o seu maior índice de expansão na Província de São Paulo. Paralelamente a esta expansão, as zonas cafeeiras aumentavam juntamente com o desenvolvimento do Oeste paulista<sup>392</sup> (Scarabelli, 2004 p.172).



**Figura 69-** Foto aérea da Estação Agrônômica de Campinas, já então renomeada como Instituto Agrônômico de Campinas, na década de 30. Atenta-se para os limites da Fazenda Chapadão ao fundo.  
Fonte: IGC- Instituto Geográfico e Cartográfico- Série Aerofotos Obliquas. Disponível em: [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/galeria\\_aerofotos.aspx](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/galeria_aerofotos.aspx). Editado pela autora.

O terreno escolhido, permitia a mobilidade de pessoas e de cargas até a instituição, e deu-se a partir da formação de uma comissão composta por engenheiros e vereadores:

**A área escolhida e comprada pelo Governo Imperial era um extenso terreno, pertencente ao Barão de Itapura, com topografia adequada aos estudos.** Este terreno ficava entre a

<sup>392</sup> Uma vez na cidade, os empresários pertencentes ao que Homem (1996, p.87) denomina como elite do café, fundaram ferrovias, bancos, e indústrias vinculadas a necessidade da cafeicultura.

avenida Barão de Itapura e a linha férrea da Companhia Mogiana [...] (SCARABELLI, 2004 p.127- Grifo da autora)

A venda do terreno, pelo Barão de Itapura, para a construção da Estação Agronômica foi anunciada nos jornais. Embora a imprensa destaque a generosidade do Barão de forma um tanto quanto laudatória, é certo que, a instalação de equipamentos nos seus terrenos acabara por valorizar suas propriedades para futuras ações de urbanização:

O dr. Dafert realizou houtem a compra do terreno, pertencente ao exmo. Barão de Itapura para a estação agronômica, o qual fica situado entre os boulevards<sup>393</sup> de Itapura e de Santa Cruz. O local é excelente; a sua área é de 24.792 metros quadrados. A compra foi realizada por quatro contos de réis. Compra de extraordinária vantagem pois o exmo, Barão de Itapura, atendendo ao fim a que se destina esse terreno vendeu-o pela metade do seu valor, tendo engeitado há pouco tempo oito contos por elle [...] (PAULISTANO, 1887<sup>394</sup>)

A compra desse terreno pelo Governo Imperial alinha-se aos interesses do Barão de Itapura em direcionar os processos de urbanização para suas terras, fomentando a valorização e refletindo os interesses da elite e da municipalidade na expansão da cidade de Campinas.

Em 1888, são inaugurados os trabalhos de análises laboratoriais e estudos na Estação Agronômica e, em fevereiro de 1892, a Estação Agronômica passa à responsabilidade do Governo do Estado, passando ser denominado como Instituto Agronômico de Campinas- IAC<sup>395</sup>.

---

<sup>393</sup> Segundo Goulart, o termo boulevard foi empregado de forma equivocada à avenida, pois “[...] a artéria não possuía arborização, ficando em desacordo com o termo francês [...]”. O autor ainda complementa dizendo que a mesma só passa a ser arborizada a partir de 1913, por iniciativa da prefeitura do município. Fonte: GOULART, 1983 p.117.

<sup>394</sup> PAULISTANO, Correio. 7 de outubro de 1887. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1887\edicao 09330](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1887\edicao 09330). Acessado em 30 de outubro de 2017.

<sup>395</sup> A Estação Agronômica funcionou sob o controle do Governo Central até 1892, quando por decreto de 8 de fevereiro, passou para domínio do Estado, com a denominação de Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Fonte: IBGE, 1952, p. 544.

A instalação da Companhia Mogiana de estradas de ferro em Campinas, em 1872<sup>396</sup>, estruturou-se a partir do emprego do capital privado de fazendeiros<sup>397</sup>. Trechos da ferrovia passavam pelas propriedades rurais de Joaquim Policarpo Aranha, acionista da Companhia Mogiana<sup>398</sup> e da Companhia Paulista<sup>399</sup>. Pereira da Silva (2013) em seu trabalho sobre o perfil econômico dos Lacerda Franco<sup>400</sup>, enquanto cafeicultores importantes na economia do Oeste Paulista ao longo da segunda metade do século XIX, anuncia que:

As demandas para a expansão do café no Oeste Paulista se tornaram oportunidades aos capitais nacionais e estrangeiros, justamente **nas mãos de indivíduos que seriam os representantes do grande capital cafeeiro, empresários, que podiam ser, ao mesmo tempo, cafeicultores, donos de indústria, acionistas de bancos e ferrovias, grandes comerciantes de importação e exportação [...]**e outros gêneros, além de, em

---

<sup>396</sup> Ao Sr. D. João Theodoro Xavier, Presidente desta Província. Tenho a mais viva satisfação em communicar a Vs<sup>a</sup> que no dia 28 do corrente mez se deo principio ao movimento de terra na 1<sup>a</sup> secção de estrada de ferro e carga da Companhia Mogyana estanho assim inscitados os trabalhos de contrucção. Congratulando-se com Vs<sup>a</sup> este facto estou certo que Vs<sup>a</sup>, como Paulista e do fruto da cidade de Mogy Mirim encher-se- há de jubilo por se achar em andamento o principio de realizações deste empreza de S. Paulo [...] Deus guarde Vs<sup>a</sup>. Secretario da Companhia Mogyana em Campinas. 30 de Agodto de 1873. Antonio Queiroz Telles, Prezidente do Directorio. Fonte: APESP, Officios diversos, 1873. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/oficios\\_diversos](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/oficios_diversos). Acessado em 13 de agosto de 2018. Transcrito pela autora.

<sup>397</sup> A Cia. Mogiana, fundada em 1875, foi a segunda estrada de ferro a cruzar o território de Campinas. O trajeto, que inicialmente prosseguia até Mogi- Mirim, em um segundo momento chegou até Ribeirão Preto e, posteriormente, penetrou no território de Minas Gerais se articulando com outras linhas. Fonte: Costa, 2010, p.91.

<sup>398</sup> Constatou-se no inventário *post mortem*, de Joaquim Policarpo Aranha em 1902, já condecorado como Barão de Itapura, que o mesmo era acionista da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, possuindo “Cento e quarenta ações integralizadas da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro a duzentos e vinte e quatro mil reis, cada uma trinta e seis contos de reis .”. Essa descrição vem junto ao auto de avaliação das “ações” contidas no inventario. Contudo, no desenvolver da leitura e análise dessa documentação, houve uma retificação do número de ações, pois “A inventariante (no caso a Baronesa de Itapura) por esquecimento deixou de descrever[...] Quarenta ações da mesma Companhia com quarenta por cento de entrada a cento e cinco mil reis, quatro centos e duzentos mil reis .” Fonte: CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do Barão de Itapura, 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899 p.37v. Transcrito pela autora.

<sup>399</sup> Nos inventários nada é dito sobre a posse de ações aplicadas na Cia. Paulista. Contudo, no Almanaque para Campinas de 1872 é trazido o “Commendador Joaquim Polycarpo Aranha, com 200 números de ações de Campinas”. Fonte: Almanak de Campinas, 1872 p. 60-61.

<sup>400</sup> Artigo que trabalha a estratégia de enriquecimento cunhada pela família Lacerda Franco, um dos grupos familiares de maior notoriedade ao longo do século XIX. Fonte: Pereira da Silva, 2013 p.207.

muitos casos, **ter participação na esfera política.** (PEREIRA DA SILVA, 2013 p.190- Grifo da autora)

Zambello (2005, p.44) dissertando sobre a implantação da ferrovia aponta que: “Por meio dos mapas das progressões das estradas de ferro [...] é possível constatar que os trilhos obedecem à itinerante cultura do café e associar as direções das linhas à perspectiva do grande plantador, que expandia suas produções a terras mais férteis.”.

Nas entrelinhas da afirmação de Zambello (2005), o investimento dos grandes fazendeiros nas ferrovias, gerava um benefício exclusivo, ou seja, garantia aos mesmos o proveito do leito férreo implantado diretamente em sua propriedade, beneficiando sua produção.

Os caminhos estabelecidos pela expansão do café, na província, foram seguidos de perto pela malha ferroviária durante o século XIX, sendo estes dois elementos (café e ferrovia) essenciais para a compreensão das mudanças econômicas e sociais que se verificaram então no Oeste paulista (Matos, 1990, p. 26)

O ramal da Companhia Mogiana, tem seu leito implantado na divisa das duas propriedades, de Joaquim Policarpo Aranha: A Chácara Itapura e a fazenda Chapadão; valorizando ambas, portanto. Em 6 de setembro de 1874, na Gazeta de Campinas, é noticiado:

Companhia Mogyana- No escriptorio da companhia contrata-se o transporte de dormentes, do sitio do Sr. Antonio Egydio para a linha, nos pastos da chácara do Commendador Polycarpo Aranha. Secretaria da Companhia Mogyana em Campinas, 4 de setembro de 1874. O secretario J. C. Dias<sup>401</sup>. (CAMPINAS, 1874, p.3)

---

<sup>401</sup> CAMPINAS, Gazeta de. 06 de setembro de 1874, p.02.

O trecho implantado em terras da Chácara Itapura dá sequência ao ramal que corresponde à linha que vai até o município de Casa Branca. Esse ramal tem sua inauguração datada de 14 de janeiro de 1878, trazida na Gazeta de Campinas:

Companhia Mogyana- Abertura da linha à Casa Branca- No dia 14 do corrente, abre-se ao tráfego o prolongamento da linha até Casa-Branca, rigorando o seguinte horário provisório: O trem misto que parte de Campinas, às 6 horas da manhã e chega a Mogy- Mirim às 9 e 40, partirá às 10 horas de Mogy-Mirim, chegando à Casa-Branca, às 2 e 20 da tarde. De. M.S Mendes-Inspector Geral<sup>402</sup>. (CAMPINAS, 1878, p.3)

Essas ações reforçam o argumento defendido na presente pesquisa, de Joaquim Policarpo Aranha, como uma figura que tem uma participação ativa no agenciamento e, conseqüente, modelagem da forma urbana de Campinas. O agenciamento não se limita à esfera urbana ou exclusivamente à esfera rural, mas atua, de forma conjunta, em ambas, reforçando a transição gradual entre as duas esferas.

A aplicação de capital, por iniciativa do fazendeiro, além de favorecer o escoamento da sua produção de café, implicou na valorização de suas terras, bem como a implantação de equipamentos que potencializassem mais ainda o valor fundiário agregado aos seus bens. Pupo (1983, p.179) traz a produção da fazenda Chapadão, em 1885, com “110 mil pés de café em terra roxa, máquina de benefício a vapor e terreiro atijolados”, apontando a emergência no escoamento dessa produção e a necessidade de se acompanhar os recursos presentes na produção. Lapa (1995) afirma sobre a chegada das ferrovias em Campinas:

[...] exercem inquestionável influência na geografia econômica, urbana e cultural da cidade. **A sua constituição através da mobilização do capital regional marca uma sequência de empreendimentos** [...]. Símbolo maior da modernidade, a estrada de ferro, ao chegar à cidade, vai afetar direta ou

---

<sup>402</sup> CAMPINAS, Gazeta de. 29 de março de 1878, p.02.



indiretamente toda a vida urbana, pelos grandes espaços que requisitou, implicando por sua vez em obras de porte, edifícios, equipamentos e instalações [...] (LAPA, 1995, p. 24. -Grifo da autora.)

Com a implantação da Estação Agronômica às margens do leito do ramal<sup>403</sup> da Companhia Mogiana e o aumento considerável da produção de café, acarretando no aumento do tráfego nas linhas, torna-se emergente a construção de estações e armazéns de estocagem, facilitando a locomoção da produção e dos passageiros.

Nesse momento, toda a infraestrutura de estocagem e manutenção da Companhia Mogiana<sup>404</sup>, estava instalada junto aos armazéns da Companhia Paulista, demandando uma ampliação desse setor, em função do alargamento da produção do café. Segundo os relatórios publicados anualmente sobre a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em Assembleia Geral ocorrida no dia 25 de outubro de 1891, “Deliberou a Directoria fazer aquisição dos terrenos pertencentes ao Exmo. Snr. Barão de Itapura a beira da linha nas proximidades do bairro do Guanabara<sup>405</sup>”.

Esse terreno, corresponde à parcela ao lado do terreno vendido para a implantação da Estação Agronômica. Neste mesmo ano, começaram as obras do Armazém, destinado a todo despacho de mercadorias, e da Estação de Passageiros, evitando-se, assim, a baldeação de passageiros, até então realizada na estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. (Scarabelli, 2004, p. 145)

---

<sup>403</sup> Com efeito, a ferrovia valorizou muitas terras [...] além de acentuar bastante a especialização das áreas cafeeiras, liberando recursos que até então eram aplicados em atividades subsidiárias ao cultivo do café [...] Fonte: CÉLIA; NETO, 2003, p.12.

<sup>404</sup> A linha-tronco da Mogiana teve o primeiro trecho inaugurado em 1875, tendo chegado até o seu ponto final em 1886, na altura da estação de Entroncamento, que somente foi aberta ali em 1900. Inúmeras retificações foram feitas desde então, tornando o leito da linha atual diferente do original em praticamente toda a sua extensão. Em 1926, 1929, 1951, 1960, 1964, 1972, 1973 e 1979 foram feitas as modificações mais significativas, que tiraram velhas estações da linha e colocaram novas versões nos trechos retificados. A partir de 1971 a linha passou a ser parte da Fepasa. No final de 1997, os trens de passageiros deixaram de circular pela linha. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/guanabara.html> . Acesso em 13 de outubro de 2018.

<sup>405</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Relatório da Directoria da Companhia Mogiana, 1891 p. 12.

O mesmo Relatório de 1891 traz que: "vai-se construir uma estação e armazém para as mercadorias de nossa linha para Campinas no local chamado Guanabara e também para as oficinas que vão ser construídas, além do benefício ao público<sup>406</sup>".

Trata-se, então, da Estação de Passageiros da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, conhecida como Estação Guanabara, aberta ao público em 4 de agosto de 1894<sup>407</sup>. A Estação Guanabara, passa a atender as linhas dos Ramal Férreo Campineiro juntamente com os da Estrada de Ferro Funilense. Por alguns anos, aponta-se seu atendimento aos trens da Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro; sendo, em muitas fontes, destacada como a Estação mais movimentada da cidade de Campinas<sup>408</sup> (ver figura 70).



**Figura 70-** Estação Guanabara, no início do século XX. Fonte: CMU- Centro de Memória da Unicamp - Coleção Antônio Francisco de Paula Souza- APS 00648.

---

<sup>406</sup> CMU, Centro de Memória da Unicamp. Relatório da Directoria da Companhia Mogyana, 1891 p. 14.

<sup>407</sup> Segundo o Relatório publicado no ano de 1895: "Em 4 de agosto de 1894 foi aberta ao trafego de passageiros a estação Guanabara que já se achava aberta ao tráfego de mercadorias..." Fonte: CMU, Centro de Memória da Unicamp. Relatório da Directoria da Companhia Mogyana.,1895 p.69.

<sup>408</sup> Por alguns anos atendeu também os trens da Sorocabana que chegavam da Funilense (ramal de Pádua Salles) ou de Mairinque pelo ramal de Campinas, juntamente com a estação dessa ferrovia em Vila Bonfim. Como era mais próxima do centro da cidade, a estação de Guanabara era mais movimentada. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/guanabara.html>. Acessado em 13 de outubro de 2018.

A Estação Guanabara, inaugurada em 1894, pertencia à Mogiana, mas foi compartilhada com a Funilense de 1899 até 1960. Trens da Paulista, do Ramal Férreo<sup>409</sup> e da Sorocabana também passaram, por ali, a partir de vários acordos de tráfego mútuo. (Evangelista, 2018, p.57)

Os jornais de época destacam que as Assembleias Gerais Extraordinárias, tinham suas chamadas anunciadas nos jornais convocando os acionistas e participantes a comparecerem na Estação Guanabara:

De ordem do presidente desta Companhia, **convido aos Srs. Accionistas** para reunirem-se em Assembléa Geral Extraordinaria, no dia 5 de Maio corrente, ao meio dia; **esta reunião se realizará na Estação de Guanabara, estando à disposição um trem especial em Campinas, que os conduzirá para a dita Estação.** Campinas, 2 de Maio de 1895. Pelo Presidente, Bento Quirino<sup>410</sup>. (PAULISTANO, 1985)

Dois anos mais tarde, as reuniões continuam a ser na mesma Estação:

De ordem da directoria desta Companhia convido os Srs. Acionistas para a reunião da Assembléa Geral Ordinaria que terá lugar no dia 9 de maio próximo futuro, ao meio dia, na estação de Guanabara. Nesta reunião serão apresentados o relatório e balanço referentes ao anno findo de 1896 e parecer do Conselho Fiscal, e proceder-se -á eleição dos mesmo Conselho. De conformidade com o art. 147 do decreto nº 481 dos estatutos da Companhia, ficam à disposição dos srs. Acionistas a cópia do balanço, lista nominal dos srs. Acionistas e relação das transferências durante o anno. Ficam suspensas as transferências de acções ate o dia da mencionada reunião. Escriptorio central da Companhia Mogyana em Campinas, 8 de abril de 1897. Candido

---

<sup>409</sup> A Cia. Ramal Férreo Campineiro foi estabelecida em 1889, mas abriu seus serviços à população, no trecho entre a estação da Cia. Paulista e o bairro de Arraial dos Souzas (Souzas) em 1893, com uma bitola de 60 cm. Dali prosseguiu até a fazenda dos Laranjais, em 1894 (?) e ao bairro das Cabras. Em 1912, a empresa foi arrematada pela Cia. Campineira de Tração, Luz e Força, que tinha acabado de conseguir a autorização para linhas de bondes elétricos em Campinas. Em 17 de dezembro de 1917, foi aberta a linha com bondes elétricos até Joaquim Egídio (ex-Laranjais). Em 1950 a empresa passou para as mãos da CPFL para em 1952 ser entregue à Sorocabana. Esta imediatamente extinguiu o transporte de mercadorias e carga. Em 10 de fevereiro de 1960 os bondes de passageiros cessaram o tráfego e a linha começou a ser arrancada logo depois. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/cambui-rfc.htm>. Acessado em 13 de outubro de 2018.

<sup>410</sup> PAULISTANO, Correio. 5 de maio de 1895. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=esta%C3%A7%C3%A3o%20guanabara&pa sta=ano%201895&edicao%2011552](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=esta%C3%A7%C3%A3o%20guanabara&pa sta=ano%201895&edicao%2011552)

G. Gomide. Chefe do escriptorio central<sup>411</sup>. (PAULISTANO, 1897)

Através das leituras dos Almanques lançados para cidade constatou-se que, no ano de 1879, o Commendador Manoel Carlos Aranha, irmão de Joaquim Policarpo Aranha, é anunciado como um dos Directores da Companhia Mogiana. A presença estratégica de proprietários de fazendas de café na direção das companhias ferroviárias é outro fato que demonstra as formas de ações desse grupo social<sup>412</sup>.



*Figura 71- Estação Guanabara, no início do século XX. Fonte: CMU- Centro de Memória da Unicamp -Coleção Fotografias Avulsas- FA 00168.*

O que se deve fazer é mirar a construção do complexo cafeeiro a partir das estratégias familiares que estruturam a evolução econômica de alguns indivíduos e estes, a partir de determinado ponto, passam a se encontrar no topo da economia paulista

<sup>411</sup> PAULISTANO, Correio. 8 de abril de 1897. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=esta%C3%A7%C3%A3o%20guanabara&pa sta=ano%201897\edicao%2012183](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=esta%C3%A7%C3%A3o%20guanabara&pa sta=ano%201897\edicao%2012183)

<sup>412</sup> Com relação às ações investidas na Companhia Mogiana, destaca-se a Reforma dos Estatutos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro a Mogy-Mirim, de 1878 que aponta o Art. 38 referente ao Capital Social, dos direitos e deveres dos acionistas, que O capital social da Companhia Mogiana será de tres mil contos, divididos em acções de duzentos mil reis cada uma”. Fonte: MOGYANA, Estatutos da Companhia. 13 de novembro de 1878, p. 12.

lastreado pelo capital produtivo, financeiro e social de suas famílias. (Pereira da Silva, 2013, 191.)

Os capitais provenientes da produção de café também podem ser considerados, ao lado da ferrovia, como a origem de novos investimentos para a área urbana, em Campinas, fruto da diversificação econômica proporcionada por esta atividade, cujos excedentes eram investidos nas melhorias do espaço público, levando ao surpreendente crescimento do comércio e a expansão de algumas indústrias na cidade. (Celia; Neto, 2003, p.11)

#### | 4.2.5 A AVENIDA BARÃO DE ITAPURA E O PROLONGAMENTO DE OUTRAS VIAS |

Se faz necessário apontar outras iniciativas do Barão de Itapura, preparando a extensa área de sua chácara para o futuro parcelamento e urbanização. Em 1889, em seu inventário amigável, encontra-se a descrição que já indica a fragmentação parcial da propriedade, preservando a parcela onde está implantada a residência para seus herdeiros.

Em 20 de agosto de 1886, o Barão de Itapura, encaminha um ofício à Câmara Municipal, explicitando suas condições para aprovação da abertura de outra via de bastante importância e que leva seu nome, a então alameda Barão de Itapura<sup>413</sup>:

**Diz o Barão de Itapura, senhor e fazendeiro da chácara que fica de intermedio ao bairro do Guanabara, e propriedade de Euphrozina Teixeira Nogueira, na freguesia de Santa Cruz, que tendo a câmara publicado no intuito louvável de facilitar o transito entre aquelle Bairro e o do bota-fogo e de facilitar a servidão da área referida e abrir uma alameda por aquelles terrenos cortando toda a extensão de sua propriedade na largura de cem palmos- vem pela presente declarar que**

---

<sup>413</sup> Hoje atual Avenida Barão de Itapura.

indiferentemente da indenização faz doação do referido terreno; porém como a abertura do Boulevard acarreta na dificuldade, a faz mediante as cláusulas que vão abaixo referenciadas; as quais para o início das obras requerem a V.S. e são comungadas por escritura pública. (CAMPINAS, 1886 p.01-Grifo da autora)

O documento reforça os pedidos do Barão de Itapura, por meio de cláusulas enumeradas, destacando a necessidade das mesmas por possuir em “toda a extensão das pastagens da chacara onde mantem considerável numero de animais, vacunos, muas e cavaleiros, e que além disso pela extensão do mesmo boulevard fica toda aguada<sup>414</sup> que serve de bebedouro aquelles animais a quem do mesmo, da forma que impossibilita o supp. a utilizar-se d’ella<sup>415</sup>”.

As referidas cláusulas contêm as seguintes descrições:

**1ª** que o Supp. **cede gratuitamente os terrenos que mediam então os dois pontos para o efeito exclusivo da abertura de um Boulevard**, sendo a largura d’este não excedente a cem palmos. **2ª** A câmara municipal antes de franquear do uso e gozo do dito Boulevard fará a sua custa cercar as paralelas com portão de madeira de lei de um metro e setenta de alto a contar da superfície do solo, sendo elles atravessados, travados para junção dos mesmos por arames iguais aos empregados no jardim do largo da Matris Velha; devendo o intervalo do meio e daqueles de dous metros, pouco mais ou menos. **3ª** **A câmara municipal, na mesma dacta, mandará construir no terreno que fica inferido ao proprietário do Boulevard e um lugar que seja conveniente ao supp. um poço** com capacidade tanto em diâmetro como em coluna d’agua para abastecer um depozito **que comporta pelo menos um depozito**, digo uma pipa de agua diariamente sendo que o motor para tirá-la seja moinho de vento construído com solidez e com bomba de mercúrio para não exceder a pressão do mesmo, **fazendo além disso ao pé do poço uma cisterna com repositório de tijolos com argamassa de cimento e do mesmo**

---

<sup>414</sup> Nas chácaras, o ciclo de sobrevivência procurava ser o mais completo possível, o que lhes dava certa autonomia. Além da presença obrigatória dos veios d’água, do plantio de gêneros alimentícios como arroz, feijão, milho, mandioca, acrescentavam-se algumas culturas extensivas para a troca ou venda dos excedentes tais como o café. Fonte: HOMEM, 1996 p.37.

<sup>415</sup> CAMPINAS, Câmara Municipal de. Atas de 1889 a 1900. Livro nº157. Acta da sessão ordinária em 14 de outubro de 1889. Transcrito pela autora.

**material rebocado com a capacidade para a coluna de agua indicada;4ª a câmara municipal para fornecer transito ao supp. abra duas porteiros fronteiras nas duas alas da cerca acima descripta, sendo ellas construídas a junção d'agua e feita no terreno da propriedade urbana do supp. afim de estabelecer mais ligação com o mato de sua referida e fundada chacara. 5ª E finalmente cazo resolva a câmara abrir mão da abertura do Boulevard, o supp. ficará com direito as benfeitorias que por ventura estarão realizadas independentemente de qualquer indenização estando a posse do terreno, da qual aliás não abriu mão em quanto não forem ligadas as alas mencionadas e nas condições expostas. (CAMPINAS, 1886 p. 01-02- Grifo da autora)**

O documento, ademais às condições expostas, traz o uso da chácara, para a criação de animais e a necessidade da construção de um poço com cisterna permitindo o armazenamento e abastecimento de água da propriedade. No dia 21 de agosto do mesmo ano, o ofício foi autorizado e aprovado pela Comissão de Obras Públicas da Câmara Municipal de Campinas<sup>416</sup>. Com relação a avenida Barão de Itapura, é afirmado por Goulart (1983) que:

A ideia da abertura da artéria ligando o bairro do Guanabara com o Botafogo, deve-se ao vereador Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva<sup>417</sup> que, reconhecendo aquela urgente necessidade propôs na sessão de 1º de março de 1886 que se tomasse a respectiva providência, passando por terrenos do Barão de Itapura [...] (GOULART, 1983 p.117)

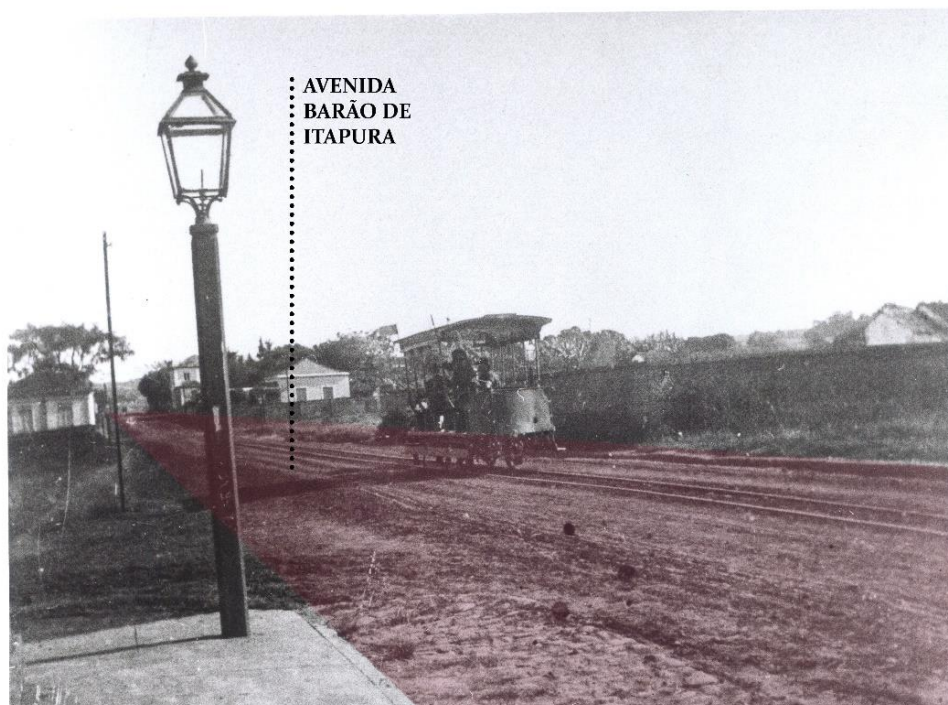
---

<sup>416</sup> Primeiro Translado Escripura de Concessão para servidão publica que fazem Barão de Itapura e sua mulher a Camara Municipal no valor de oito contos de reis. Saibão quanto este viram no anno de Nascimento de N.S.J Christo de mil oito centos e oitenta e seis, aos vinte e um dias do mes de Agosto, nesta Cidade de Campinas, na residência do Barão de Itapura, onde vim eu Tabellião adiante nomeado perante mim comparecerão como outorgantes o mesmo Barão de Itapura e sua mulher Baroneza de Itapura e a Camara Municipal desta Cidade representada por seo procurador Luis Ferreira, autoriza-se para este acto em virtude da deliberação da mesma Camara em sessão de vinte do corrente mês. Fonte: CAMPINAS, Câmara Municipal de. pareceres da Câmara Municipal Ano:1889-1899 cx.22 Folha Avulsa, p.03. Transcrito pela autora.

<sup>417</sup> Vereador Joaquim Monteiro de Carvalho, membro da comissão de Obras Públicas, no ano de 1886. Fonte: CAMPINAS, Câmara Municipal de. Atas da sessão ordinária de 1º de março de 1886.



A abertura da avenida Barão de Itapura é outra intervenção urbana que reconfigura o limite e valoriza as terras da chácara. A urgência anunciada por Goulart, deve ser entendida como uma necessidade em atender a infraestrutura viária de conexão entre dois novos bairros<sup>418</sup> em formação, o Botafogo e o Guanabara<sup>419</sup>. Goulart (1983, p.117) complementa que: “O chão da avenida Barão de Itapura era terreno de sua propriedade, tendo o homenageado colaborado para a abertura da mesma.”(ver figura 72).



**Figura 72-** Avenida Barão de Itapura Fonte: CMU- Centro de Memória da Unicamp -Coleção Geraldo Sesso Junior (1915,1916) - GSJ 00220.Editado pela autora.

A colaboração do Barão de Itapura é no sentido de doar o trecho da sua propriedade, destinado a abertura da via, para municipalidade. Além da abertura das vias<sup>420</sup>, que viabilizam a ligação da área ao núcleo urbano consolidado, e sua consequente valorização destaca-se também a construção e instalação de equipamentos e instituições que fomentam fluxos e induzem conjuntamente o processo de urbanização dessa área. A

<sup>418</sup> A palavra bairro designava as localidades pequenas, distantes e dependentes. Durante certo tempo, os bairros surgidos no final do período são chamados de arrabaldes. Fonte: LAPA, 1995 p.53

<sup>419</sup> Scarabelli (2004, p.99) descreve o Guanabara como um lugar de passagem entre as áreas rurais e o núcleo urbano de Campinas. A autora afirma que apesar do bairro estar fora da área considerada urbana, o arrabalde ou subúrbio do Guanabara dependia e fazia parte da jurisdição de Campinas, podendo conotá-lo como bairro em formação.

<sup>420</sup> De acordo com a descrição da ata de 20 de março de 1886 a “alameda Barão de Itapura teria a extensão de 3527 palmos por 50 palmos de largura.”

abertura desta rua implicou na desapropriação de terrenos pertencentes ao Barão de Itapura, Gertrudes Nogueira Ferraz e José Paulino Nogueira, sendo a proposta de Joaquim Monteiro, declará-las de utilidade pública. (Scarabelli, 2004, p.108.)

O desenrolar das tratativas referentes à obra de execução da avenida levaram pouco menos de um ano, sendo inaugurada no ano de 1887<sup>421</sup>. Scarabelli (2004, p.110) traz que: “Durante a execução do arruamento, esta via era conhecida como avenida Itapura, conforme pôde ser averiguado em jornais da época, isso se deveu, pois, grande parte das terras utilizadas para sua realização fazia (sic) parte da Chácara Itapura.”

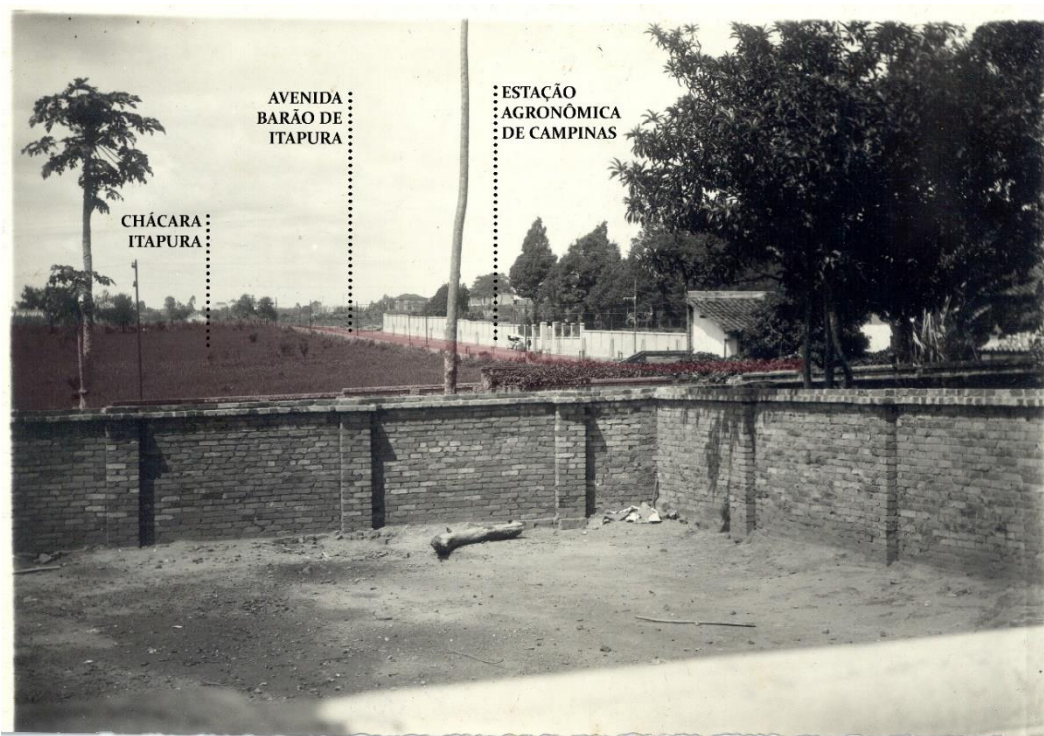
Em sessão de 10 de fevereiro de 1887, é discutido pelos vereadores da Câmara a denominação oficial dada a via:

1º que ficam ella denominada Boulevard Barão de Itapura; 2º que se marcam dia e hora para sua inauguração ou entrega official ao transito publico. A comissão de obras publicas. Dito do Fiscal. Outro sim, lembra a conveniência de dar-se o nome de rua Barão de Itapura, a que foi novamente aberta do Guanabara ao Botafogo, atenção ao grande turno para esse fim cedido por aquelle cidadão. (CAMPINAS,1887 p. 34)

---

<sup>421</sup> No dia 27 de fevereiro de 1887, observa-se que a avenida já havia sido inaugurada. É publicado no Correio Paulistano o seguinte recorte: “Lê-se no Correio de Campinas de hontem: às 9 horas da manhã, uns meninos alunos do collegio Culto à Sciencia, andando a passear no Boulevard do Barão de Itapura deram com um homem, que se achava prostrado ali, e com espanto verificaram que o homem estava morto. De facto era um suicida. Ao seu lado via-se uma pistola. Tinha o craneo despedaçado por um tiro. Esses meninos deram parte do facto ao direto e este por sua vez participou-o à autoridade. A policia mandou conduzir o cadáver para a cadeia.” Fonte: PAULISTANO, Correio, 1887 Edição 09149. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pesq=boulevard%20bar%C3%A3o%20de%20itapura&pasta=ano%201887\edicao%2009149](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=boulevard%20bar%C3%A3o%20de%20itapura&pasta=ano%201887\edicao%2009149). Acesso em 10 de outubro de 2018.

Observa-se que a abertura da avenida Barão de Itapura qualifica o limite entre a fazenda Chapadão e a Chácara Itapura e se implanta como um eixo estruturador do sistema viário que será desenvolvido, posteriormente, nessa área, o que contribui significativamente para a expansão urbana e valorização fundiária. Lapa (1995, p.53) afirma que a “[...] abertura de uma nova avenida- Barão de Itapura- contempla já uma área fora do quadro, mas, ao que tudo indica, revela a intenção de alargamento e conexão perimetral da cidade [...]”.



**Figura 73-** Avenida Barão de Itapura e parte da Chácara Itapura Fonte: CMU- Centro de Memória da Unicamp -Coleção Geraldo Sesso Junior (1915-1916) - GSJ 00220.Editado pela autora.

A abertura dessa via reforça o vetor de expansão urbana para uma área até então situada no intermédio entre a esfera urbana e a esfera rural. A força desse vetor, se esclarece nos pedidos seguintes da extensão das ruas do Rosário<sup>422</sup> e José Paulino conectando-as à avenida Barão de Itapura. Registrou-se em atas das sessões ordinárias de

---

<sup>422</sup> Atual Avenida Francisco Glicério.

abril de 1886 o pedido cunhado por Joaquim Policarpo Aranha, o próprio Barão de Itapura, solicitando:

Dito do sr. Barão de Itapura, pedindo que esta Câmara se digne as ruas e desapropriação de parte do prédio que possui em commum com os órfãos tutelados de Francisco Machado de Campos para endireitar o prolongamento da rua do Rosario ate o arrabalde do Guanabara ao Bota-fogo, afim de evitar o deposito de lixo que estão fasendo em torno do prédio para tal fim já desapropriado com prejuiso da saúde publica. Este feito foi levado ao conhecimento do Fiscal sem resultado. (CAMPINAS,1886 p.19v)

Em resposta ao pedido a Comissão de Obras Públicas posiciona-se aprovando o pedido:

A comissão de obras publicas sobre a petição do Sr. Barão de Itapura quanto a desapropriação de um pequeno pedaço da casa nº 18 da rua do Imperador para o prolongamento da Rua do Rosario e respectivo alinhamento, e mais o terreno preciso para o leito da rua ate a aguada em terreno do mesmo Barão e condôminos de um outro prédio, herdeiros do finado Francisco Machado Campos, foi o parecer que fosse deferido, declarando a Camara de utilidade publica municipal a desapropriação da pequena extensão da casa referida e terreno ate a aguada na largura que actualmente tem a rua do Rosario, ordenando ao Procurador da Camara que com urgência torne effectiva esta resolução, mandando intimar os órfãos. Aprovado. (CAMPINAS,1886 p.19v)

Com relação a abertura da rua José Paulino, a mesma tem seu pedido feito em 02 de setembro de 1889:

[...] Tendo o Sr. Vereador José de França opinião contraria ao traçado que se esta dando ao prolongamento da rua José Paulino, e para qual chamou a atenção de seus collegas, concluiu por pedir e lhe foi concedido urgência para a seguinte solução: Que o Sr. Engenheiro faça um traçado do perymetro dos terrenos pertencentes ao Ex<sup>o</sup>. Barão de Itapura [...] a fim de conhecer-se com claresa o traçado que deve tomar aquella rua e outras em

segmento aos mesmos terrenos. Discutido, foi aprovado<sup>423</sup> [...].  
(CAMPINAS, 1889, p.19v)

Scarabelli (2004, p.115) aponta que o prolongamento dessa via atua como “[...] mais uma melhoria para o acesso ao bairro do Guanabara.”. A tramitação do prolongamento dessa via, exigiu cuidados como: “[...] a extensão de 400 m, necessitando de obra apenas de um pontilhão de pedras e leito de madeira de 5 metros de vão e um boeiro de 1 metro<sup>424</sup> [...]”, a fim de vencer o leito do córrego do Serafim:

Estabelecidas estas premissas e reclamando que a sua aceitação collocará a Camara em perfeito accordo com as reclamações do proprietário do terreno, é a Comissão deparecer que seja defferido o pedido do Barão de Itapura, começando á dar a mera discussão á rua desde o vallo divisorio do terreno atthe onde farão já levados os trabalhos e designado o rumo de modo que venha a encontrar em esquadro com a alameda já refferida, dando-se instrucção ao engenheiro da Camara<sup>425</sup> [...] (CAMPINAS, 1889, p.31)

Scarabelli (2004, p.117), aponta que “[...] o Barão de Itapura premeditou o traçado da rua José Paulino de acordo com seus interesses, possibilitando a valorização de suas terras [...]”. De fato, as ações a mando do Barão de Itapura permitem a interpretação de que o mesmo tinha uma clara leitura da valorização de sua propriedade por meio da instalação de equipamentos que induzissem a urbanização da área. As atas da Câmara Municipal de Campinas demonstram que o Barão de Itapura atua como um agente modelador do espaço urbano. A partir de suas iniciativas, definem-se os traçados das vias. A ação do engenheiro da Câmara é posterior e eficiente no sentido de garantir a técnica da execução das vias (ver figura 74).

---

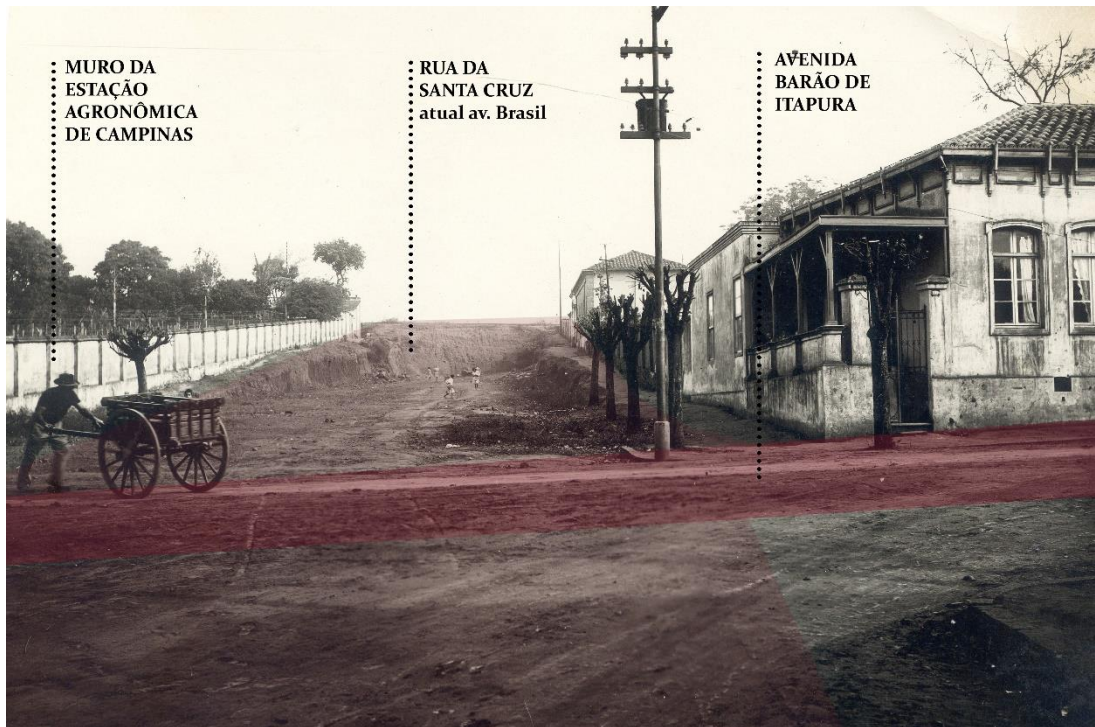
<sup>423</sup> CAMPINAS, Câmara Municipal de. Atas de 1889 a 1900. Livro nº157. Acta da sessão ordinária em 14 de outubro de 1889. Transcrito pela autora.

<sup>424</sup> CAMPINAS, Câmara Municipal de. Atas de 1889 a 1900. Livro nº157. Acta da sessão ordinária em 14 de outubro de 1889. Transcrito pela autora.

<sup>425</sup> CAMPINAS, Câmara Municipal de. Atas de 1889 a 1900. Livro nº157. Acta da sessão ordinária em 21 de outubro de 1889. Transcrito pela autora.



Da mesma forma que se gesta a emergência do complexo capitalista no modo de produção agrícola, também estão em andamento as formas complexas de produção capitalista do espaço urbano. (Bittencourt, 2009, p.37)



**Figura 74-** Avenida Barão de Itapura no cruzamento com a antiga Rua da Santa Cruz (atual Av. Brasil) Fonte: CMU- Centro de Memória da Unicamp -Coleção Geraldo Sesso Junior- GSJ 00297. Editado pela autora.

A implementação de infraestrutura e equipamentos urbanos passam a ser encarados como um negócio, como espaço de produção e de expansão de capital. Um negócio advindo do desdobramento da produção acelerada de café, que propulsiona o enriquecimento da cidade de Campinas, e se reflete espacialmente através dos suportes urbanos traduzidos em aberturas e prolongamentos de importantes vias. Nessa ótica, Bittencourt (2009, p.40) afirma: “Aos poucos, o produtor rural é transformado em empresário urbano, amarrando a organização da cidade ao modelo de modernidade europeu, em que a racionalização da produção reflete a organização do espaço [...]”.

A retificação do Canal do Saneamento ocorre entre 1896 e 1897. As obras partem da canalização do córrego do Serafim, a fim drenar a área e arredores<sup>426</sup>, mantendo o leito do canal a céu aberto. O responsável por este plano, assim como outras medidas adotadas em Campinas<sup>427</sup>, é o engenheiro sanitaria Francisco Saturnino Rodrigues de Brito<sup>428</sup>, que, liderando a Comissão de Saneamento<sup>429</sup> implementa medidas como soluções emergenciais para erradicação dos surtos de febre amarela que assombraram a cidade<sup>430</sup>.

Campinas, era o município onde a febre amarela se propagou de maneira mais grave, e desestabilizou a população e a economia que, ao mesmo tempo em que implementava as obras e melhoramentos urbanos saneadores, ainda sofria com os surtos esporádicos da doença. Foi neste contexto, e querendo implementar de forma mais contundente o combate às epidemias e sanear a cidade o mais rapidamente e efetivamente possível, que Saturnino de Brito foi enviado para chefiar o Segundo Distrito de Campinas e demais cidades da região. (SANTOS, 2004 p.118)

---

<sup>426</sup> Brejos e pântanos estão em vários locais da cidade, como na chácara de Joaquim Polycarpo Aranha, que ficava onde hoje está a Cia. Paulista de Força e Luz, num terreno circundado hoje pelas ruas Dona Libânia, av. Anchieta e Major Sólton. Fonte: LAPA, 1996 p.305

<sup>427</sup> Contraditoriamente, uma cidade com graves problemas de infraestrutura urbana “[...] de poucas ruas pavimentadas, cheias de buracos e de atoleiros, de esgoto escorrendo pelas sarjetas, a cidade fétida, escura, insalubre; lugar propício à proliferação de doenças e de epidemias.” Fonte: SANTOS, 2004, p.75

<sup>428</sup> Foi o engenheiro sanitaria brasileiro, que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país, sendo considerado o "pioneiro da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil".

<sup>429</sup> O Governo do Estado de São Paulo cria em 1896 a Comissão Sanitária do Estado de São Paulo. Nomeado pelo Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado, o Engenheiro Alfredo Lisboa e como chefe da Comissão Estadual do Saneamento do 2º distrito (no caso, Campinas) o Engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. A Comissão de instala em Campinas no dia 06 de agosto de 1896 no edifício cedido pela Municipalidade (antigo Mercado), transformado em Desinfetório Central.

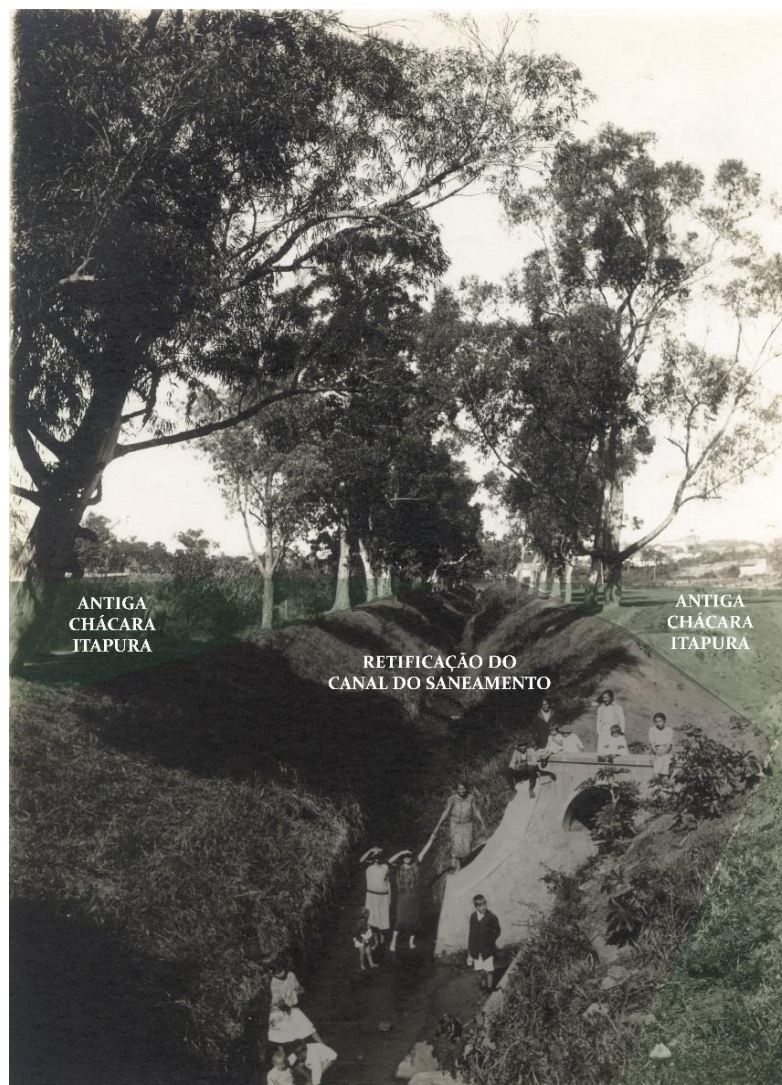
<sup>430</sup> Constatam-se como cinco sendo os surtos mais significativos, com maior número de óbitos em Campinas: 1889, com 1200 óbitos estimados; 1890 com 334 óbitos; 1892 com 198 óbitos; 1896 com 787 óbitos e 1897 com 325 óbitos. (Valores estimados) Fonte: Ribeiro apud Filho, Novaes, 1996 p. 17. Foram a intensidade dessa epidemia de 1896 em Campinas e a ocorrência de outras, na mesma ocasião, em diversas cidades do estado, as responsáveis pela acertada e oportuna resolução adotada pelo Governo de São Paulo unificando os serviços de socorro e organizando a higiene pública em todo o Estado, que foi dividido em distritos sanitários que passaram a sediar Comissões Sanitárias e de Saneamento. Campinas tornou-se a sede do Segundo Distrito e a Comissão Sanitária e a de Saneamento para aqui enviadas em caráter permanente, foram primeiro chefiadas, respectivamente pelo dr. Emílio Ribas e pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito. Fonte: Santos Filho; Novaes, 1996 p.250.



Juntamente à recomendação de retificação do Córrego do Serafim, Saturnino de Brito solicita que, em suas imediações, fossem abertas generosas ruas e avenidas. Entretanto, o projeto completo proposto pelo engenheiro sanitário, abrangendo avenidas marginais, que vêm por se configurar como a Av. Orosimbo Maia, só seria inaugurado entre 1917 e 1918.

Saturnino de Brito (1943, p.152) afirma que a retificação do Canal do Saneamento traria: “[...] os predicados estéticos de esplêndidos passeios a par de vantagens higiênicas.” No que se refere às questões discutidas no presente trabalho, importa destacar que parte da obra de retificação do canal atravessa a Chácara Itapura, propriedade de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura.

A partir da descrição contida no inventário amigável do Barão e Baronesa de Itapura para 1889 e, portanto, anterior às obras de saneamento do córrego do Serafim, entende-se o leito do córrego, já como um elemento divisor da propriedade, adotado como referência para a descrição da área inventariada. Após as obras de retificação, verifica-se que além de elemento de referência, essa obra se torna um elemento estruturador do futuro parcelamento da área, agregando valor a essa propriedade (Observar figura 75).



*Figura 75- Retificação do Canal do Saneamento. Fonte: CMU- Centro de Memória da Unicamp - Coleção Geraldo Sesso Junior- GSJ 00281. Editado pela autora.*

Entende-se que a retificação, aplicada ao Canal do Saneamento, atua como um elemento de fragmentação da gleba da Chácara Itapura, associado a um mecanismo para indução da urbanização dessa área. A implementação dessa obra de infraestrutura urbana impulsiona a implantação, no século XX, da recomendação de Saturnino de Brito, de se construir uma avenida que margeie o Canal do Saneamento.

Após o saneamento urbano da cidade os chacareiros perceberam que lotear estas vastas áreas, estabelecidas na faixa entre o centro urbano da cidade e a área rural era mais rentável do que a produção de leite e gêneros de primeira necessidade. (SCARABELLI, 2004. P.34)

A obra do Canal de Saneamento atua como um elemento indutor da urbanização dessa área da cidade de Campinas. Entende-se que, mais do que uma obra de infraestrutura para a cidade, a preocupação dos “predicados estéticos” cunhados por Saturnino de Brito, alinha-se aos interesses dos proprietários de chácaras os quais percebem que a lógica da valorização fundiária de suas terras é atividade mais lucrativa do que a produção local de pequena escala das chácaras. Através dos Relatórios cunhados por Saturnino de Brito, constatou-se, em 30 de agosto de 1897, que durante uma medição da obra já haviam sido realizados:

150,8 metros de galeria sobre o Córrego do Tanquinho; **54,6 m de galeria no cruzamento da rua D. Libânia**; 401,2 metros no Canal do Anhumas; na confluência do Anhumas com o Córrego do Serafim 154,7 metros de galeria **e ainda quanto ao Córrego do Serafim as obras estavam quase concluídas, havendo 720 metros de galerias já construídas**<sup>431</sup>. (BRITO, 1943, p.155 – Grifo da autora)

As alterações propostas por Saturnino de Brito, de fato, agiram como medidas eficientes no combate à propagação das epidemias de febre amarela. E, além disso, ultrapassam as questões de salubridade e saneamento. Sua preocupação adentrava aspectos de expansão urbana, embelezamento e ordenamento espacial, em harmonia com o sítio geográfico. (Faria, 2015, p.115)

Nesse sentido, a obra apesar de ser conduzida pelo poder público, vai de encontro aos interesses do Barão de Itapura em dotar os terrenos de sua chácara de infraestrutura (observar figura 76).

---

<sup>431</sup> Saturnino de Brito ainda recomenda como manutenção das etapas realizadas: “As obras estão todas bem construídas e nada tem sofrido: apenas longos trechos em canal não dispensam uma constante conservação; para isto será necessário manter permanentemente uma turma de conserva, depois que as margens do canal forem protegidas por uma cerca de arame em toda a extensão, trabalho este que está em andamento.” Fonte: Brito, 1943 p. 158.



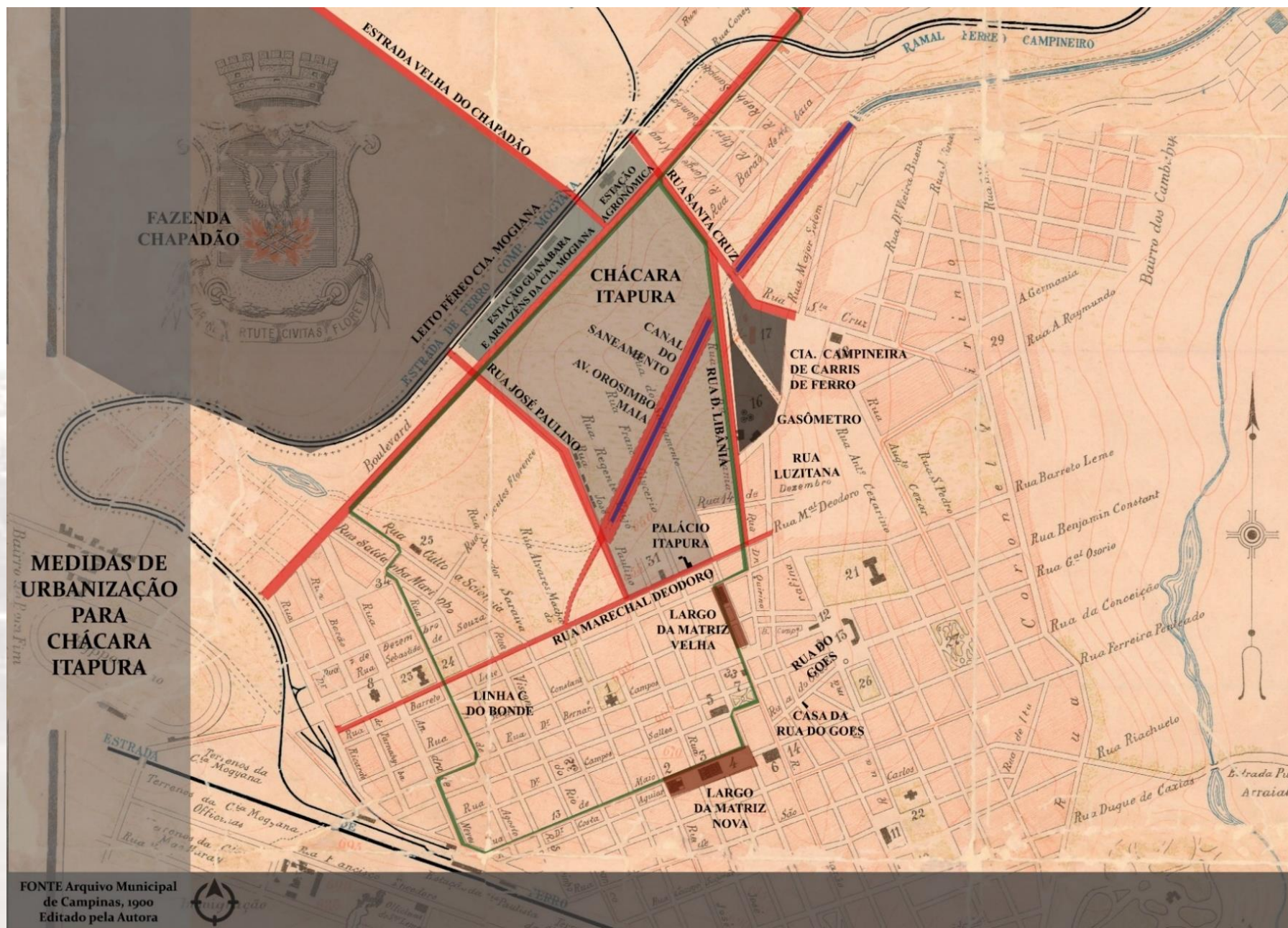


Figura 76- Medidas de Urbanização para a Chácara Itapura a partir da Planta de 1900 de Campinas. Fonte: CMU-Centro de Memória da Unicamp, 1900. Editado pela Autora.

A análise, a partir de documentação primária, das ações empreendidas pelo Barão de Itapura no processo de longa duração de instalação de equipamentos e infraestruturas nas terras de sua chácara, visando o parcelamento e valorização futuros, lança luz sobre um aspecto pouco estudado pela historiografia da cidade de Campinas: A sua urbanização é fruto não somente da implementação de planos e ações do poder público, mas é, também, produto da intervenção de agentes que viam na produção do espaço urbano uma alternativa extremamente rentável.

A urbanização e o loteamento da Chácara Itapura, já então provida de infraestrutura urbana, veio a configurar os bairros Vila Itapura<sup>433</sup> e parte do Jardim Guanabara. Tal processo inicia-se a partir da segunda década no século XX, quando a figura do Barão de Itapura já não tem mais uma atuação direta, devido ao seu falecimento em 1902.

Contudo, conforme observado anteriormente, o Barão de Itapura, através de suas decisões e intervenções em sua propriedade, compreendia o processo da valorização fundiária pautado na especulação imobiliária. A configuração urbana observada para Chácara Itapura, ao final do século XIX, dá o pleno entendimento de que o Barão de Itapura agiu de forma a valorizar parte de seu patrimônio, legando-o a seus herdeiros.

O primeiro loteamento levantado para a área da originária chácara Itapura é datado de 1924. Battistoni Filho (2002, p.49) afirma que “A partir dos anos 20 do século XX,

---

<sup>432</sup> Nome pelo qual o bairro é denominado. Atenta-se para a conotação de Vila enquanto aglomerado urbano neste momento, e não se referido a conotação colonial de povoações.

há uma espécie de ressurgimento de Campinas, principalmente nas atividades imobiliárias e industriais”. O mesmo é denominado Plano de Arruamentos para a Vila Itapura, sendo propriedade de Rossi, Borghi & Cia. O jornal Correio de São Paulo, datado de quatro de outubro de 1923, documenta a venda do terreno, para firma:

Pela firma, Rossi, Borghi e Cia, desta praça, foi adquirida hontem, pela quantia de 435:962\$000, a Chácara Itapura, no bairro do Guanabara, com a área superficial de 217.981 metros quadrados. Esse terreno vai ser dividido em pequenos lotes e depois vendido ao publico, em prestações mensaes<sup>434</sup>.

Através do acervo do SEPLAMA<sup>435</sup>, foi possível ter acesso ao plano para a Vila Itapura e identificar que a área correspondente a esse plano é justamente a mesma, preservada pelo Barão de Itapura, para valorização fundiária (conforme observa-se na figura 77).

---

<sup>434</sup> SÃO PAULO, Correio de. Quinta feira, 04 de outubro de 1923. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&PagFis=12903&Pesq=Ch%c3%a1cara Itapura](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=12903&Pesq=Ch%c3%a1cara+Itapura). Acessado em 30 de outubro de 2017.

<sup>435</sup> Sigla referente a Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente de Campinas.







Mesmo sabendo que o terreno referente a essa proposta, foi vendido pelos herdeiros do Barão de Itapura, em 1923, e que a proposta para o loteamento da Vila Itapura é datada de 1924, é apontado por Scarabelli que:

Em julho de 1924 [...] o pedido de Rossi & Borghi para a implantação da Vila Itapura, antiga Chácara do Barão de Itapura era discutido na Câmara Municipal, não sendo aprovado. Isso, entretanto, não impediu que este loteamento fosse realizado, mesmo que de forma irregular. (SCARABELLI, 2004, p.49)

De acordo com a resolução nº 807 publicada em 26 de dezembro de 1925, é aprovada “[...] a divisão de lotes de terrenos de Rossi, Borghi & Cia, na Chácara Itapura<sup>436</sup>”. Essa resolução prevê uma série de diretrizes descritas por meio de artigos<sup>437</sup> para a planta de arruamento e divisão em lotes.

Um outro fato, levantado ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, também chamou a atenção. Trata-se de uma fotografia, de 1930 (observada na figura 78), a partir da rua Barão de Jaguará (antiga rua Direita). A fotografia mostra uma faixa com o seguinte anúncio: “Villa Itapura Terrenos à Prestações – Rossi, Borghi & Cia.”. Evidencia-se, assim, a já implantação da Vila Itapura, bem como o apelo publicitário na venda desses lotes.

---

<sup>436</sup> CAMPINAS, Câmara Municipal de. Leis, Resoluções e mais Actos promulgados durante o anno de 1923. Linotypia da Casa Genoud, 1924, Resolução nº 807 p.190,131 e 132.

<sup>437</sup> Art 1º- Fica aprovada a planta de arruamento e divisão em lotes de terrenos da Chacara Itapura, de propriedade de Rossi, Borghi & Cia, com as prescrições constantes do art. 3º desta resolução. Art.2º- Nesses terrenos deverão ser collocados marcos de concreto: a) em todas as esquinas; b) nos alinhamentos curvos nos pontos de tangente e de curva de marcos intermediários um a 20 metros do outro; c) em todos os pontos de quebra da “grade”. Paragrapho único- Na parte baixa dos terrenos ora arruados não será permittida a construção, enquanto os terrenos não estiverem convenientemente drenados. Art.3º- As construcções e mais obras nesses terrenos deverão obedecer às prescrições seguintes, as quaes, por sua vez, constarão das respectivas escripturas de venda de cada um: Cada lote residencial só poderá ser ocupado por uma edificação principal e edículas dependências; Serão exclusivamente residências: as ruas José Paulino (prolongamento), Tiradentes, Atibaia, D. Libania, Avenida Barão de Itapura e Saneamento, rua 1, acima da rua 2, Sacramento e praças e jardins; A construção principal nessas ruas e praças não poderá ocupar mais de metade da área do lote; Nessas ruas será obrigatório o recuo das construcções, de no mínimo 4 metros, do respectivo alinhamento, e nas avenidas, no mínimo de 6 metros.



**Figura 78-** Fotografia tirada a partir da Rua Barão de Jaguará, expondo uma faixa de propaganda sobre a venda de terrenos na Vila Itapura. Disponível em: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2011/01/>. Acessada em 8 de novembro de 2017.

Não obstante, a Câmara em 1924, atestou a existência de um pedido de licença “[...] para construções de prédios da antiga chácara do Barão de Itapura e cuja a planta de arruamento não foi aprovada pela Câmara<sup>438</sup>.” A partir desse documento, foi possível o entendimento que, de fato, em um primeiro momento, a proposta apresentada pela Rossi & Borghi para a Câmara não foi aprovada.

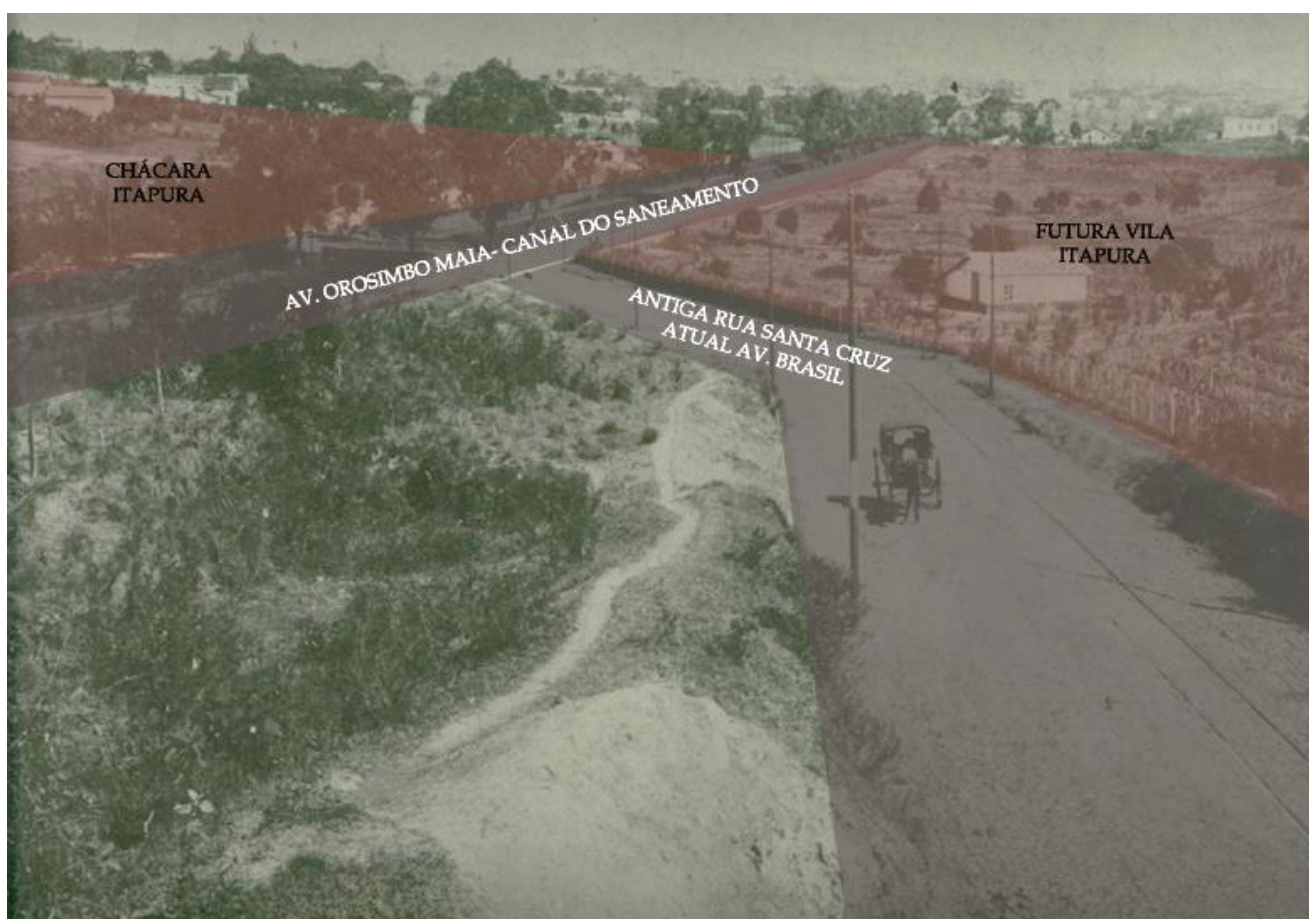
A respeito desse plano, destaca-se que uma vez comparado ao desenho referente à Vila Itapura, contida na base cadastral digital da SANASA de 2004, confere-se que houve um cumprimento quase que completo de sua proposta em função do que foi

---

<sup>438</sup>CAMPINAS, Câmara Municipal. Arquivo. Atas de Sessões da Câmara Municipal da cidade de Campinas. Caixa BR SPGEDOCCMC A006-008 Livro 167, Acta da sessão extraordinária de 23 de outubro de 1924.

implantado com relação a regularidade do traçado viário e ao desenho das quadras. Com relação ao parcelamento dos lotes, há algumas alterações cujo detalhamento não cabe destacar aqui.

A construção da Av. Orosimbo Maia, ladeando a obra de retificação do Canal do Saneamento, ainda que anunciada ao final do século XIX, por Saturnino de Brito, apenas vêm a ser implantada entre 1917 e 1918, consolidando-se como um importante eixo para urbanização dessa área (conforme pode ser observado na figura 79).



**Figura 79-** Fotografia tirada a partir da Av. Brasil<sup>439</sup>, pode-se observar ao fundo a retificação do Canal do Saneamento com a implantação da Av. Orosimbo Maia já concluída. Apesar de não ser possível saber a data exata da fotografia, estima-se que seja da segunda década do século XX. Disponível em: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2011/01/>. Acessada em 8 de novembro de 2017. Editado pela autora.

<sup>439</sup> Prolongamento da antiga rua Santa Cruz.

Mantendo a coerência metodológica do trabalho, prosseguiu-se no desenvolvimento do que se denominou como segundo quadro evolutivo urbano da Chácara Itapura (observado na figura 49), composto por três momentos: No primeiro momento implanta-se o loteamento da Vila Itapura e o desenvolvimento das áreas adjacentes (como o bairro do Botafogo e do Guanabara, por exemplo).

O segundo momento contempla o desenvolvimento urbano e as transformações ocorridas, mais próximo à atualidade, onde se implanta o Jardim Guanabara, em parte da antiga fazenda Chapadão, fazendo com que a área integre-se totalmente à malha urbana de Campinas. Ademais, implementaram-se, conjuntamente, outras medidas urbanas que deram suporte para esse desenvolvimento urbano, tal como feito anteriormente. Por fim, sobre uma imagem atual (de 2018), do Google<sup>440</sup> identificou-se a forma que esses bairros acabaram por tomar.

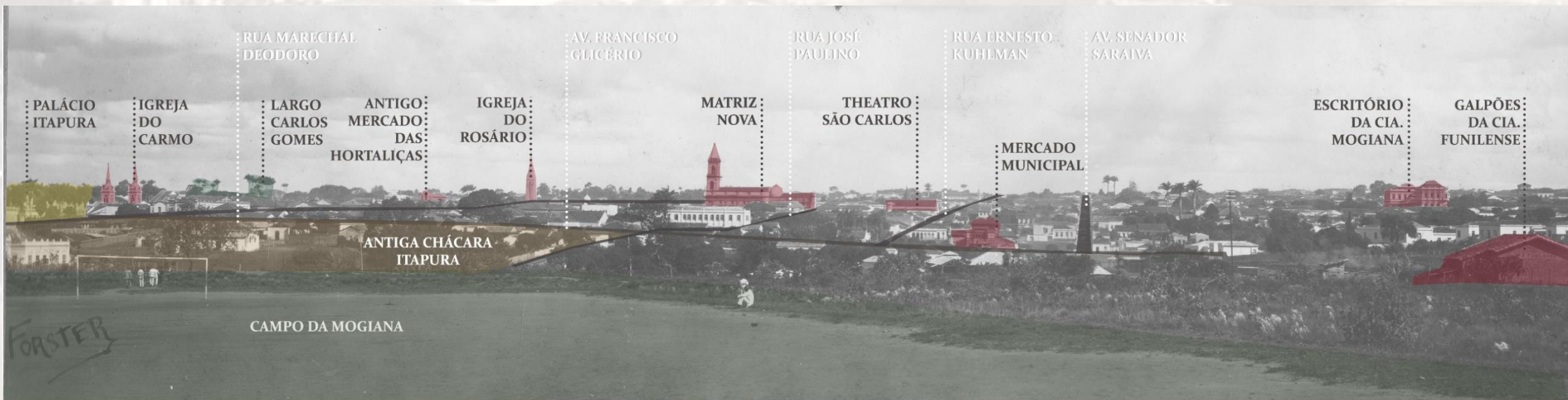
Os limites desses bairros consolidaram-se a partir das medidas tomadas ainda no século XIX, no início do processo de parcelamento da Chácara Itapura. Ações dirigidas pelo interesse privado, acabam por se refletir no território, constituindo permanências efetivas no tecido urbano de Campinas (Conforme se observa nas figuras 80 e 81).

---

<sup>440</sup> Utilizou-se, a partir da imagem de satélite disponível no software do Google Earth, 2018.







**Figura 81-** Vista panorâmica da Cidade de Campinas 1920. Tirada a partir do Campo da Mogiana. Fonte: CMU, Centro de Memória da Unicamp- Fundo SACOP- Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. SACOP-00169-2.

Tradicionalmente, a historiografia que remonta à cidade de Campinas, ao longo do século XIX, levanta questões que tratam a face urbana de forma desconexa à face rural. Contudo, este trabalho avança na questão de salientar a interdependência entre esses dois universos. Esclarece-se que o âmbito dito por rural, abrange propriedades voltadas para a produção econômica da cidade de Campinas, entre elas engenhos e fazendas produtoras de café. Nesse universo é produzido a base econômica que sustenta o desenvolvimento observado no âmbito urbano. Os reflexos do enriquecimento advindo da produção rural se manifestam na face urbana.

A fim de esclarecer essa relação de interdependência, utiliza-se em termos de método, um estudo de caso de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, compreendendo-o como agente modelador da forma urbana. Elucidaram-se processos aplicados à uma determinada área da cidade de Campinas que evidenciam um modo recorrente de se construir o espaço urbano, ou seja, a cidade, na passagem do século XIX para o início do século XX, pautado em ações e interesses de agentes.

Nesse sentido, a pesquisa se desenvolve, levantando a biografia que descortina intervenções e medidas articuladas por esse agente, refletidas territorialmente e que impactam no desenvolvimento urbano da cidade de Campinas.

O estudo biográfico levantado ao longo do trabalho, buscou o distanciamento da repetição laudatória já anunciada por memorialistas. Objetivou-se tratar a figura do Barão de Itapura, de forma crítica, compreendendo que sua construção biográfica suporta a compreensão de outros agentes que têm ações que impactam diretamente na construção do espaço urbano. Assim, o estudo de caso, alinhado à perspectiva da História Social,



permite a discussão de como um integrante da elite dominante presente na cidade de Campinas, reforça a interdependência entre os dois universos.

A correlação existente e a necessidade de se discutir as duas esferas, se traduz em contradições de distintas escalas. Através da estratégia de espacialização, embasada na metodologia do cruzamento de fontes primárias distintas (sendo a base uma cartografia histórica associada às informações de documentos que descrevam os limites fundiários) revela-se a dicotomia entre o progresso pungente observado no ambiente urbano e os sinais, ainda vigentes, das tradições coloniais.

Em uma escala territorial urbana, a espacialização permitiu avançar nos estudos das chácaras, enquanto uma tipologia fundiária recorrente ao longo do século XIX. Para o estudo de caso, constatou-se que a Chácara Itapura, se desmembra de uma propriedade rural do Barão de Itapura, no caso a Fazenda Chapadão. Além disso, através do recurso da espacialização, esclareceu-se que a implantação da Chácara se situa no intermédio entre o limite rural e o limite urbano da cidade comprovando, portanto, a necessidade de se avançar na discussão do território como um todo, sem desassociar as duas esferas.

Além disso, a conotação atribuída às chácaras revela o resguardo do enriquecimento advindo das produções de açúcar e café, garantindo exclusividade, requinte e admissão de práticas que reforçam a disciplina e o refinamento que a condição social exige. Contudo, as dimensões dessas propriedades, o caráter e o atributos empregados às mesmas revelam que hábitos arcaicos perduram. Esclarece-se um perfil social, que sucumbe as convenções que a modernização requer, preservando, em determinados aspectos, tradições que remetem às suas origens.

Essa contradição se reforça, na análise da escala arquitetônica, onde novamente através do mecanismo da espacialização é feita uma hipótese do programa de

necessidades e a distribuição original do Palácio Itapura (a partir do levantamento do edifício *in loco* coeso ao auto dos inventários de 1899 e 1902). A análise do principal casario senhorial do Barão de Itapura, e de sua família, se mostra como uma metonímia do comportamento social da família. Constata-se que os ambientes sociais dessa residência, possuem um maior apreço quanto a mobília e a ornamentação. Revela-se, a necessidade de se afirmar os costumes sociais modernos através de detalhes. Entretanto, a presença de alcovas e a ausência de cômodos específicos para asseio, indicam a permanência de hábitos arcaicos.

O estudo avança ao analisar as transformações que a Chácara Itapura passou, a partir do final do século XIX, convertendo parte do espaço rural em espaço urbano. O estudo de caso, reconstitui através de uma narrativa parte da história da forma urbana de um fragmento da cidade de Campinas. Nesse sentido, as decisões, articulações e o arbítrio do Barão de Itapura sobre aspectos da cidade de Campinas foram levantados, podendo concluir que, de fato, o mesmo desempenha o papel de agente modelador da forma urbana da cidade de Campinas.

A interface que permite enxergar essas ações no território, localizando-as, e identificando as estruturas e camadas sobrepostas espacialmente, auxiliam na constatação de que o principal agente que contribuiu para a urbanização da área referente a Vila Itapura e parte do Jardim Guanabara, foi o Barão de Itapura, através da articulação de suas ações em companhias ferroviárias, na doação de parte de suas terras para aberturas de ruas e implantação de equipamentos que subsidiam a infraestrutura urbana da área e convergem a urbanização e valorização imobiliária da área.

Acervos Documentais.

APESP- Arquivo Público do Estado de São Paulo  
CMU- Centro de Memória da Unicamp  
IGC- Instituto Geográfico e Cartográfico  
PMC- Prefeitura Municipal de Campinas  
SANASA- Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento  
SEPLAMA- Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura de Campinas

Fontes Primárias.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maço de população de 1836, p.36 Campinas.

Ref. 027-013 Disponível em:

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos\\_populacao/027\\_013.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos_populacao/027_013.pdf)

Acessado em 22 de março de 2017.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maços de população de 1796 a 1824 para Castro. Rolos 226,227 e 228.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Livros de Registros de Terras da Província de São Paulo, Filme 3.006 nº73

APESP, Ofícios diversos, 1873. Disponível em:

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/oficios\\_diversos](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/oficios_diversos). Acessado em 13 de agosto de 2018.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Memória da Escravidão, 1871, p.01-02.

Disponível em:

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/memoria\\_escravidao/BR\\_APESP\\_GOVPROV\\_C5535A\\_000049.pdf#PAGE=1](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/memoria_escravidao/BR_APESP_GOVPROV_C5535A_000049.pdf#PAGE=1). Acessado em 09 de novembro de 2018.

ARQUIDIOCESE, Cúria Metropolitana de Campinas. Registro Matrimonial, 1843. Ref. do livro: 1841 a 1861/0000013

ARQUIDIOCESE, Cúria Metropolitana de Campinas. Registro- Acervo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Caixa 02 Processo 5899. Folha avulsa datada de 3 de dezembro de 1872.

ARQUIDIOCESE, Cúria Metropolitana de Campinas. Livro de Óbito. Paroquia Santa Cruz, Livro de 1921-1924, p. 02.

CAMPINAS, Arquivo Municipal. Setor de Pesquisa e Divulgação. Livro de Emplacamento de 1929. Livro 3/7 p.178.

CAMPINAS, Arquivo Municipal. Série de 08 Livros de Impostos sobre o café. Série 044.

CAMPINAS, Arquivo Municipal. Planta Cadastral da Cidade de Campinas de 1929.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Pasta de Avulsos- Justificativas de ausência nas sessões ordinárias. 1845-1848. Folha avulsa datada de 12 de janeiro de 1848.

CAMPINAS, Câmara Municipal de. Pasta de pareceres da Câmara Municipal Ano:1883 cx.12 2240C. Folha avulsa de 23 de abril de 1893.

CAMPINAS, Câmara Municipal. Livro dos Códigos de Posturas e Editaes, 1879-1891.

CAMPINAS, Câmara Municipal de. Pasta de pareceres da Câmara Municipal Ano de 1883, caixa 12 2240C. Folha avulsa.

CAMPINAS, Câmara Municipal de. Atas de 1889 a 1900. Livro nº157. Acta da sessão ordinária em 14 de outubro de 1889.

CAMPINAS, Câmara Municipal de. Pasta de pareceres da Câmara Municipal Ano:1889-1899 cx.22 Folha Avulsa.

CAMPINAS, Câmara Municipal de. Leis, Resoluções e mais Actos promulgados durante o anno de 1923. Linotypia da Casa Genoud, 1924, Resolução nº 807.

CAMPINAS, Câmara Municipal. Arquivo. Atas de Sessões da Câmara Municipal da cidade de Campinas. Caixa BR SPGEDOCCMC A006-008 Livro 167, Acta da sessão extraordinária de 23 de outubro de 1924.

CAMPINAS, Gazeta de. 07 de maio de 1871.

CAMPINAS, Gazeta de. 10 de setembro de 1871.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, 1839 Ofício 01, Caixa 89 Processo 0270.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Ação de divórcio de Argentina Aranha e Manoel Lopes Fortuna 1909 Ofício 01, Caixa 555 Processo 10335.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do Barão de Itapura de 1902 Ofício 04, Caixa 244 Processo 5899.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário amigável do Barão e Baronesa de Itapura de 1889 Ofício 02, Caixa 236 Processo 5623.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. 1º Cartório de Registros e Títulos. Série de Indicadores Reais 1868-1975. Subsérie 02. Livro I.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão 1º Cartório de Registros e Títulos. Registros de Escripturas, Livro 1875-1882, L12 S3.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Coletoria de Rendas de Campinas. Livro 1874/1875- Imposto sobre Prédios.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Coletoria de Rendas de Campinas. Livro 1874/1875- Imposto sobre Meia-Siza- Transporte.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Coletoria de Rendas de Campinas. Livro 1883/1884- Lançamento de Imposto sobre prédios- Décima Urbana.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Almanak de Campinas para 1872.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Almanach do Correio de Campinas, 1878,1879 e 1886.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Relatório da Directoria da Companhia Mogyana, 1891 e 1895.

CMU, Centro de Memória da Unicamp. Planta da Cidade de Campinas, elaborada em 1900 para compor o livro "Campinas em 1900", organizado pelo jornalista Leopoldo Amaral e editado pela "Casa Azul" de Typographia.

Dicionários da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: Raphael Bluteau (1728), Luiz Maria da Silva Pinto (1832) e Antonio de Moraes Silva (1789). Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br>. Acessado em 15 de março de 2019.

FAMILYSEARCH, Livro de Óbito 1837- Dez 1849, p.94, Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-VJ9V-BL?i=26&wc=M5J7-7MQ%3A371872201%2C371868902%2C372653201&cc=2177299> . Acessado em 23 de agosto de 2017.

FAMILYSEARCH. Livro de Óbito 1845- Jan 1862, p.45, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-VJ9V->

FAMILYSEARCH. Livro de óbito 1892-Jan 1916 p.48v, Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-ZNKL-F?i=50&wc=M5J9-T3V%3A371872201%2C371872202%2C372134201&cc=2177299>. Acessado em 23 de agosto de 2017

MOGYANA, Estatutos da Companhia. 13 de novembro de 1878, p. 12.

PAULISTANO, Correio. Domingo, 21 de janeiro de 1893. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1883\edicao 07899](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1883\edicao 07899). Acessado em 30 de outubro de 2017.

PAULISTANO, Correio. Domingo, 09 de julho de 1893. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1893\edicao 11016](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=Barão de Itapura&pasta=ano 1893\edicao 11016). Acessado em 30 de outubro de 2017.

PAULISTANO, Correio. 1868. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_02&pesq=thomaz%20luiz%20alvares&pasta=ano%201868\edicao%2003720](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_02&pesq=thomaz%20luiz%20alvares&pasta=ano%201868\edicao%2003720). Acessado em 25 de agosto de 2018.

PAULISTANO, Correio. 9 de agosto de 1882. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&PagFis=3110&Pesq=libania](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&PagFis=3110&Pesq=libania). Acessado em 14 de outubro de 2018.

PAULISTANO, Correio. 5 de maio de 1895. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=esta%C3%A7%C3%A3o%20guanabara&pasta=ano%201895\edicao%2011552](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=esta%C3%A7%C3%A3o%20guanabara&pasta=ano%201895\edicao%2011552)

PAULISTANO, Correio. 8 de abril de 1897. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pesq=esta%C3%A7%C3%A3o%20guanabara&pasta=ano%201897\edicao%2012183](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=esta%C3%A7%C3%A3o%20guanabara&pasta=ano%201897\edicao%2012183)

PAULISTANO, Correio, 1887 Edição 09149. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pesq=boulevard%20bar%C3%A3o%20de%20itapura&pasta=ano%201887\edicao%2009149](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=boulevard%20bar%C3%A3o%20de%20itapura&pasta=ano%201887\edicao%2009149). Acesso em 10 de outubro de 2018.

SÃO PAULO, Correio de. Quinta feira, 04 de outubro de 1923. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&PagFis=12903&Pesq=Ch%c3%a1cara%20Itapura](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=12903&Pesq=Ch%c3%a1cara%20Itapura). Acessado em 30 de outubro de 2018.

#### Referências Bibliográficas.

ABRAHÃO, Eliane Morelli. **Morar e viver na cidade-Campinas (1850-1900)** - Mobiliários e utensílios domésticos. São Paulo: Alameda, 2010.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **A Peste e o Plano: O Urbanismo Sanitarista do Engenheiro Saturnino de Brito**. Dissertação (Mestrado). Faculdades de Engenharia de São Carlos-USP. São Carlos, 1992.

\_\_\_\_\_, Carlos Roberto Monteiro de- **“Projetos e Obras do Engenheiro Saturnino de Brito para Campinas em fins do século XIX”**. Oculum Ensaios- Revista de Arquitetura e Urbanismo. Campinas-SP: FAU-PUC. Número 02, 2002.

ANUNZIATA, Antonio Henrique Felice. **O patrimônio ferroviário e a cidade: A Companhia Mogiana de estradas de ferro e Campinas (1872-1971)**. Dissertação (mestrado). UNICAMP, 2013.

ARAGÃO, Solange de. **Ensaio sobre a Casa Brasileira do século XIX**. São Paulo: Blucher, 2017.

ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. **Arquitetura do café**. Campinas, SP. Ed. Unicamp, 2004.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Campinas: Centro de Memória da Unicamp-CMU, 1997.

\_\_\_\_\_. “Fontes Documentais. Uso e mau uso dos arquivos”. In Pinsky, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.23-79.

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas, o despontar da modernidade**. Campinas: Áreas de Publicações - CMU/ Unicamp, 1996.

BARRETTO, Margarita. **Vivendo a História de Campinas**. Campinas, SP: Mercado das Letras- Autores Associados, 1995.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas paulistas. Arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. vol. 1 e 2. Dissertação (doutorado). FAU, USP- São Carlos, 2007.

- BICALHO, Marcos Pimentel; RODRIGUES, Marly. **Trilhos e linhas: história do transporte coletivo em Campinas**. Campinas, SP: Emdec, 2004.
- BITTENCOURT, Luiz Claudio. **Desenho Urbano de Campinas: implantação e evolução**. Dissertação (mestrado), FFLCH, USP-SP, 1990.
- \_\_\_\_\_, Luiz Claudio. **Riscando a Cidade**. Cartografia Histórica e Desenho Urbano de Campinas. Campinas, CMU/Unicamp, 2009.
- BRITO, Jolumá. **História da Cidade de Campinas**. Vol 05 e 19. Campinas, 1959.
- BRITO, Francisco Saturnino R. de. – “**Urbanismo: traçado sanitário das cidades- estudos diversos. “Saneamento em Campinas”** Volume V, Rio de Janeiro, 1943.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.
- BORIN, Monique Felix “**Acervos Históricos e Estudos da Urbanização: cruzamento de fontes urbanísticas e judiciárias como recurso metodológico**”. Revista Thésis. Rio de Janeiro V.02. N.04, 2016 p. 102-117.
- BRESCIANNI, M.S. **História e Historiografia das cidades, um percurso**. IN FREITAS, M.C. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2007.
- BRÜGGER, Silvia M. Jardim. **Minas Patriarcal: Família e Sociedade** (São João del- Rei- Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base da Décima Urbana de 1809**. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, volume 13 n.1 2005, p. 59-97.
- CAMPOS, Eudes. *Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulista*. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, vol. 13, nº 1, São Paulo, Jan/June 2005. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010147142005000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142005000100002), acesso 27 de outubro de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Os Pais de Barros e a Imperial Cidade de São Paulo*. In: **Informativo do Arquivo Histórico Municipal, Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz**, Ano 3, nº 16, São Paulo, Janeiro/Fevereiro 2008.
- CARVALHO, Juliano Loureiro de. “A relação questões/ fontes/ métodos e a urbanização no Brasil do século XVIII” in Neto, Clovis Ramiro Jucá; Moura Filha, Maria Berthilde (orgs.) **Vilas, cidades e territórios: o Brasil do século XVIII**. João Pessoa: UFPB/ PPGAU, 2012 p.89-100.
- CARRARA, Angelo Alves; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. **Georreferenciamento e História Agrária: distribuição espacial das propriedades rurais a partir dos registros de terras de meados do século XIX**. SEHA, nº13-01, 2013.
- CASSEMIRO RIBEIRO, Isaac. **Família e povoamento na Comarca do Rio das Mortes: Os “Ribeiro da Silva”, Fronteira, Fortunas e Fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São João del- Rei, 2014.
- CELIA, Maria Isabel Basilisco; NETO, Mário Danieli. **Aspectos históricos da evolução urbana do município de Campinas (SP) durante os séculos XVIII e XIX**. *Leituras de Economia Política*, Campinas, (10): 105-123, jun. 2002/jun. 2003.



CONSTANTINO, Norma Regina Truppel. **A estrutura agrária na formação do tecido urbano das cidades do Oeste paulista** in Salgado, Ivone; Bertoni, Angelo (org.) Da Construção do Território ao Planejamento das Cidades: competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930). 1ªed. São Carlos: Rima, 2010, p.35-50.

CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.

COSTA, Lúcio. **Depoimento de um arquiteto carioca**. In: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura. Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: UFRGS, 1962.

CRISTOVÃO DOS SANTOS, Amália. **A América Portuguesa sob as luzes do scanner: arquivos, reprodução e manipulação digital da cartografia histórica**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. p. 71-98. set.-dez. 2016.

Diário do Povo. Campinas, 10 de junho de 1972. O Palacete Itapura. Arquivo histórico CMU-Centro de Memória da Unicamp. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

EVANGELISTA, Ana Laura. **Estrada de ferro Funilense (SP): Território, História e Patrimônio Cultural**. Dissertação (mestrado). PUC-Campinas, 2018.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva. **Entre fronteiras e conflitos: aspectos fundiários da formação do sertão do Rio Pardo, 1775-1865**. Dissertação (mestrado). PUC-Campinas, 2017.

FERNANDES, Adhemar Dizioli. **As transformações arquitetônicas e técnico-construtivas do edifício público de saúde na cidade de São Paulo**. Dissertação (mestrado), UNICAMP, Faculdade de Engenharia Civil,2003.

FERNANDES, Mayara de Camargo. **Imigração e ocupação em Campinas do final do século XIX ao início do século XX**. Dissertação (mestrado), UNICAMP- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas,2016.

FRACCARO, Laura. **Vender e viver: posturas e comércio, Campinas, século XIX**. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. n.9, 2015, p.113-125.

FRANCESCHINELLI, Helena Amaral; SALGADO, Ivone. **Configuração espacial de Campinas: o bairro do Mato Grosso, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, a Vila de São Carlos**. Anais do XIX Encontro de Iniciação Científica, 2014.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 20ª Ed. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio, 1980.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em Nome do Rei- Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Garamond,1999.

FILHO, Duílio Battistoni. **Alguns aspectos da arquitetura urbana em Campinas**. Campinas: Editora Komedi, 2002.

\_\_\_\_\_. **Campinas: uma visão histórica**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

**Gazeta de Campinas**. Campinas, 31 de outubro de 1872. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 29 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Campinas,16 de janeiro de 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 29 de setembro de 2016.

FURINI, Luciano Antonio. **Os Agentes Urbanos: conceitos e características principais**. Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v.08, nº1, p.15-24, 2014.

- GOULART, Edmo. **Campinas, Ruas da Época Imperial**. Campinas: Editora Maranata, 1983.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867–1918**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- IBGE, **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
- KROGH, Daniela da Silva Santos. **A Reconfiguração urbana de Campinas no contexto das epidemias de febre amarela no final do século XIX (1880-1900)**. Dissertação (mestrado). PUC-Campinas, 2012.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.
- LARKHAM, Peter J. e CONZEN, Michael P.(2014) **Shapers of urban form**. Explorations in morphological agency. New York: Routledge, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2016.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. Volume 01. São Paulo- SP: Duprat, 1903.
- LEMONS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café**. São Paulo: Nobel, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Casa Paulista: histórias das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- LEPETIT, Bernard; SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Por Uma Nova História Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias**. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- MARIANO, Julio. **Campinas de ontem e anteontem**. Campinas, SP: Editora Maranata, 1970.
- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel: Ed.da Universidade de São Paulo, 1991.
- MAGALHÃES, Wanda Moreira. **Eleitores e eleitos: os agentes do poder em Campinas na segunda metade do século XIX**. Tese (doutorado) IFCH, USP, 1992.
- MELLO, Bruno César Euphrasio. E o negro na arquitetura brasileira?. 2012. Vitruvius-Revista 145.01 ano 13. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4372>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.
- MONTEIRO, Ana Maria. **Ramos de Azevedo: presença e atuação profissional em Campinas**. Campinas: UNICAMP/CMU, 2009.
- MOTIM, Benilde Maria Lenzi. **Estrutura fundiária do Paraná tradicional – Castro- 1850-1900**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1987.
- MOYA, Salvador de. **Anuario Genealógico Brasileiro**. São Paulo: Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro Ano III 1941.
- MURILO DE CARVALHO, José. **A construção da ordem: A elite política Imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NASCIMENTO, Sheylla Patrícia Gomes do; SANTOS, James Rafael Ulisses dos. **A importância dos agentes sociais: espaço urbano das RA's que compreendem o tabuleiro parte alta da cidade de Maceió (AL)**. Revista Geonorte, Edição Especial V.01, nº4, 2012.

PARETO, Lindener. **O cotidiano em construção: os “práticos licenciados” em São Paulo (1893-1933)**. Dissertação (mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU-USP, 2011.

PEREIRA DA SILVA, G. **A formação familiar do complexo cafeeiro: a rede familiar e os investimentos dos Lacerda Franco na economia Paulista (1847-1893)**. 2013. Saeculum- Revista de História [29]; 189-207.

PESSOA DOS SANTOS, Ana Maria. **Retrospecto da pesquisa sobre a casa senhorial no Rio de Janeiro**. Fundação Casa Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/artigospaginainicial/592/01%20Ana%20Pessoa.pdf>. Acesso em 14 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Uma Chácara em Botafogo**. In Gouveia, Rosalina (Org.). Museu Casa de Rui Barbosa. 1ªed. São Paulo: Banco Safra, 2013 p.28-42.

\_\_\_\_\_. **Histórias de um jardim: de chácara a bem cultural**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, UFMG, 2010.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A Lavoura Canavieira em São Paulo- Expansão e Declínio (1765-1851)**. São Paulo-SP: Difusão Européia do Livro, 1968.

PIRES, Mário Jorge. **Sobrados e Barões da Velha São Paulo**. Barueri, SP: Manole, 2006.

PUPPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

\_\_\_\_\_. **Campinas, Município no Império**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A, 1983.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **As minas de ouro e a formação das Capitânias do Sul**. – São Paulo: Vias das Artes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Açúcar, café, escravos e dinheiro a prêmio: Campinas, 1817-1861**. Resgate- Vol.XXIII, n.29- jan-jun2015.

\_\_\_\_\_; CUNHA, Maísa Faleiros da. **A “segunda escravidão” na Princesa do Vale (Vassouras, RJ) e na Princesa do Oeste (Campinas, SP), 1797-1888**. História (São Paulo) v.37, 2018.

RIBEIRO, Suzana Barretto (org.). **Sesmarias, Engenhos e Fazendas – Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930)**. Volume 01 e 02. Campinas Gráfica Mundo, 2016.

ROVARON, Carlos Eduardo. **O xadrez imobiliário: As peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX)**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.

SALGADO, Ivone. **Urbanismo Sanitarista em Campinas no final do século XIX**. FAU, PUCCAMP, 1992, (Relatório Integrado- Projeto Integrado-CNPQ).

SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. **A formação de núcleos urbanos no Brasil Colônia: procedimentos para elevar freguesias a vilas na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII**. Revista Paaranoá (UNB), 2017.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, Renata Baesso. **Permanências e inovações técnicas e ornamentais em casas senhoriais urbanas construídas pelos barões do café em Campinas – SP**. IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores, Pelotas - RS: CLAEAC, 2017. v. 1. p. 129-155. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/anais\\_IV\\_Coloquio\\_CasaSenhorial\\_2.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/anais_IV_Coloquio_CasaSenhorial_2.pdf). Acesso em 25 de agosto de 2018.

SALLES, Campos. **“Campinas em 1872”**. In LISBOA: José Maria. Almanak de Campinas para 1873. Campinas, Typ. Da Gazeta de Campinas, 1872.

SALMONI, Anita; DEBENEDETTI, Emma. **Arquitetura italiana em São Paulo**. São Paulo : Editora Perspectiva, 2007.

SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiáí (1732-1992)**.

SANTOS, Joao Manuel Verde dos. **O saneamento de Campinas e a modernização da cidade: a implementação dos sistemas de águas e esgotos (1840-1923)**. 2004. 185f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnológicas, Pos-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

SANTOS, Valéria Cássia dos. **Concursos de Arquitetura em São Paulo**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **Campinas, Evolução Histórica**. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

SCHWANZ, Jesuina Kohls. **A Chácara da Baronesa e o imaginário social Pelotense**. Dissertação (mestrado) UFPE, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado. **Repertório de Sesmarias/ Divisão do Arquivo do Estado**. São Paulo, A Divisão, 1994.

SCARABELLI, Patricia Ceroni. **Guanabara e Arredores**. A formação de um bairro. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2004.

SEMEGHINI, Ulysses Cidade. **Campinas (1860-1890): Agricultura, industrialização e urbanização**. Dissertação (Mestrado). UNICAMP, 1988.

SESSO JUNIOR, Geraldo. **Retalhos da Velha Campinas**. Campinas, Ed. Palmeiras LTDA, 1970.

SILVA, Áurea Pereira. **Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII- séc. XX)**. Anais do Museu Paulista. Vol. 14n.1 jan-jun2006.

SILVEIRA, W. Franco da. **História de Atibaia**. São Paulo, 1950.

SAMPAIO, Francisco Ribeiro. **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

TEIXEIRA, Eduardo Paulo. **O compadrio entre as famílias da elite campineira: 1774-1854**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu - MG. ANAIS XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais: As desigualdades sociodemográficas e os direitos humanos no Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Campinas, uma vila colonial (1774-1822)**. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.3, p.567-591, set./dez. 2017.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Os agentes modeladores de Salvador no período Colonial**. RDE- Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano II, janeiro de 2000. Salvador, BA

\_\_\_\_\_. “Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial”, in Pessotti de Souza, Luciene; Ribeiro, Nelson Porto (orgs.): **Urbanismo Colonial Vilas e Cidades de matriz portuguesa**. Rio de Janeiro, 2009. p.10-25.

VILAÇA, Flavio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo-SP: Studio Nobel, 1998.

VILELA FERNANDES, Guilherme. **Tributação e escravidão: o imposto de meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo (1809-1850)**. Almanack Braziliense, nº02, novembro 2005.

ZAMBELLO, Marco Henrique. **Ferrovia e Memória: Estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviárias da Vila Industrial de Campinas**. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

K. J. O. Christo de mel  
estudias de. tres de  
a residencia de Basco  
diario nomeado e co-  
mo C. b. g. e. e. e. e. e.  
na. mulher a Basco.  
ipal desta cidade, se-  
tercia. W. e. e. e. e. e.  
ação da mesma. e. e. e.  
os reconhecidos pelos pro-  
t. perante as lotes. e. e. e.